

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

IURY PARENTE ARAGÃO

ELOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA
FOLKCOMUNICAÇÃO:
RETORNO ÀS ORIGENS (1959-1967)

São Bernardo do Campo, 2017

UNIVERSIDADE METODISTA DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO E HUMANIDADES
Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social

IURY PARENTE ARAGÃO

ELOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DA
FOLKCOMUNICAÇÃO:
RETORNO ÀS ORIGENS (1959-1967)

Tese apresentada em cumprimento parcial às exigências do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), para a obtenção do grau de Doutor em Comunicação Social.

Orientadora: Profa. Dra. Magali do Nascimento Cunha.

FICHA CATALOGRÁFICA

Ar12e	Aragão, Iury Parente Elos teórico-metodológicos da folkcomunicação: retorno às origens (1959-1967) / Iury Parente Aragão. 2017. 251 p. Tese (Doutorado em Comunicação Social) --Escola de Comunicação, Educação e Humanidades da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017. Orientação: Magali do Nascimento Cunha. 1. Beltrão, Luiz, 1918-1986 - Crítica e interpretação 2. Folkcomunicação 3. Funcionalismo 4. Desenvolvimentismo 5. Mass communication research (MCR) 6. Escola latino-americana de comunicação 7. Carneiro, Edison, 1912-1972 - Crítica e interpretação I. Título. CDD 302.2
-------	--

FOLHA DE APROVAÇÃO

A tese de doutorado sob o título **Elos teórico-metodológicos da folkcomunicação: retorno às origens (1959-1967)**, elaborada por Iury Parente Aragão, foi defendida e aprovada com louvor - *summa cum laude* no dia 13/02/2017, perante a banca examinadora composta por José Marques de Melo, Cicilia Maria Krohling Peruzzo, Karina Janz Woitowicz e Eliane Penha Mergulhão.

Profa. Dra. Magali do Nascimento Cunha
Orientadora e Presidente da Banca Examinadora

Profa. Dra. Marli dos Santos
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Comunicação

Área de Concentração: Processos Comunicacionais

Linha de Pesquisa: Comunicação comunitária, territórios de cidadania e desenvolvimento social

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Carlos Augusto e Francisca Tercila, pelo exemplo e pela força demonstrada nesses últimos tão difíceis cinco anos.

À Natália Aragão, pelo amor, apoio e confiança; por ter me escutado e refletido repetidas vezes sobre os temas que eu estava pesquisando; por ser a minha inseparável amiga e companheira.

Aos meus irmãos (Alessandro e Ticiane), cunhados (Alan e Giul) e sobrinhos (Heitor e Paola), pelo carinho e pela compreensão.

À Magali do Nascimento Cunha, pela amizade, pela confiança, pelo incentivo, pelos ensinamentos, por estar sempre presente durante esses seis anos em que estive sob sua orientação (mestrado e doutorado).

Ao professor José Marques de Melo e à professora Cicilia Krohling Peruzzo pelas conversas, e pelas oportunidades de aprendizado e de exercício da produção científica.

A Eduardo Amaral Gurgel, por vivenciarmos e compartilharmos as dificuldades e as alegrias de um doutorado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Sem seus programas de financiamento para pós-graduação, seriam impossíveis meus estudos de doutorado e de mestrado.

À Universidade Metodista de São Paulo por ser um ambiente acolhedor, onde pude fazer amizades e desenvolver minhas pesquisas de pós-graduação.

Ao Ciespal (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina) por me receber durante o doutorado sanduíche, me permitir ter acesso aos seus arquivos e por me proporcionar o convívio e a orientação dos professores Francisco Sierra Caballero e Claudio Andrés Maldonado Rivera.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1:	
Pirâmide etária brasileira entre 1950 e 2010	34
FIGURA 2:	
Taxa de alfabetização e taxa de analfabetismo.....	35
FIGURA 3:	
Gêneros editados pela Brasileira entre 1931-1960	92
FIGURA 4:	
Aportes financeiros do Ciespal.....	99
FIGURAS 5:	
Projeto e inauguração do Ciespal	100
FIGURA 6:	
Foto do primeiro curso do Ciespal	103
FIGURA 7:	
Diagrama de Lasswell	109
FIGURA 8:	
Diagrama da Comunicação Coletiva (Tuba de Schramm)	109
FIGURA 9:	
Dumazedier: Os líderes de opinião e a Comunicação Coletiva.....	110
FIGURA 10:	
Jornalismo: uma forma de Comunicação Coletiva e suas características	110
FIGURA 11:	
As mulheres casadas com dois ou mais filhos são as mais numerosas como líderes de marketing.....	127
FIGURA 12:	
Índice de desigualdade para população de 15 ou mais anos.....	139
FIGURA 13:	
Modelo de Beltrán	167
FIGURA 14:	
Acepções da palavra “positivo”.....	170
Figura 15:	
Academia dos Rebeldes.....	188

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:

Acesso urbano e rural ao rádio, à televisão, ao abastecimento de água e a instalações sanitárias 30

TABELA 2:

População e população rural..... 32

TABELA 3:

Relação entre princípios de integração tipos de instituição..... 55

TABELA 4:

Exposição 129

TABELA 5:

Os dirigentes de opinião leem mais revistas do que os não líderes 130

TABELA 6:

Tipos de investigação na América Latina..... 159

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1:	
Materialismo dialético x Análise funcional.....	75
QUADRO 2:	
Publicações do Ciespal	105
QUADRO 3:	
Alguns professores que participaram do Ciespal entre 1960 e 1967.....	107
QUADRO 4:	
Modelo de Lasswell.....	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I: As origens da folkcomunicação: o contexto de elaboração e o conteúdo da tese de Luiz Beltrão	26
1. Contexto social brasileiro e os motivos para a elaboração da tese.....	26
2. Do que trata a tese <i>Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias</i>	37
CAPÍTULO II: Folkcomunicação e teoria social funcionalista	47
1. Características funcionalistas	50
1.1. Análise Funcional e analogias orgânicas.....	50
1.1.1. Émile Durkheim	50
1.1.2. Bronislaw Malinowski.....	53
1.1.3. Robert K. Merton.....	56
1.2. Metodologias funcionalistas	59
1.3. Sobre o conservadorismo funcionalista.....	68
2. Folkcomunicação vinculada ao funcionalismo?	77
CAPÍTULO III: Folkcomunicação e desenvolvimentismo	86
1. A presença de estadunidenses nas pesquisas sociais na América Latina	87
2. O Ciespal: pesquisa em comunicação na América Latina.....	94
3. <i>Mass Communication Research</i> (MCR).....	111
3.1. Características gerais	111
3.1.1. Quantitativismo	113
3.1.2. Delimitação: Comunicação Coletiva	118
3.1.3. Busca pelos efeitos	119
3.2. Líder de opinião e duplo fluxo de comunicação.....	123
4. Desenvolvimentismo	131
4.1. Contexto sociopolítico mundial.....	132
4.2. Contexto sociopolítico latino-americano.....	138
4.3. Contexto político brasileiro	142
4.4. Comunicação e desenvolvimento	148
4.5. Críticas (científicas e políticas) latino-americanas.....	162
5. Há elos entre a folkcomunicação e o desenvolvimentismo?	169
5.1. Funcionalismo e <i>Mass Communication Research</i>	169
5.2. Desenvolvimentismo e <i>Mass Communication Research</i>	175
5.3. Opções da folkcomunicação	178
CAPÍTULO IV: Folkcomunicação e a pesquisa folclórica de Edison Carneiro	182
1. Contexto social e formação de Edison Carneiro	183
2. Estudos folclóricos	198
3. Folclore e folkcomunicação	206
CONCLUSÃO.....	220
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	226

ARAGÃO, Iury Parente. **Elos teórico-metodológicos da folkcomunicação: retorno às origens (1959-1967)**. 2017. 251f. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

Resumo

Esta tese busca identificar os possíveis elos teórico-metodológicos presentes na tese de Luiz Beltrão, intitulada de *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias*. Para isso, a pesquisa baseou-se na assertiva, presente em Jacks e Escosteguy (2003), de que a folkcomunicação “está claramente vinculada aos pressupostos de uma teoria social funcionalista” e, conseqüentemente, procedeu à análise das possíveis vinculações do trabalho de Beltrão com o desenvolvimentismo e com as indicações de pesquisa folclórica de Edison Carneiro. Como percurso, buscamos a leitura de textos “primeiros” dos autores-referência, complementados com “comentários” sobre essas obras (FOUCAULT, 2006, p.25) e sobre os temas centrais de cada possível elo, tendo por base pesquisa bibliográfica e documental; o que nos levou, também, a um resgate conceitual e histórico dos grupos enfocados e da pesquisa em comunicação na América Latina nos anos 1960. A investigação revelou que o trabalho doutoral de Beltrão não possui fortes elos com o funcionalismo, mas recorre a ideias provenientes da *Mass Communication Research* (MCR) e das políticas desenvolvimentistas que estiveram presentes na América Latina nos anos 1960. Também foi verificado que o conceito de “dinâmica do folclore” (e de elementos que o construíram), de Edison Carneiro, é fundamental para a formação da folkcomunicação.

Palavras-chave: Funcionalismo; *Mass Communication Research*; Desenvolvimentismo; Elacom; Edison Carneiro; Folkcomunicação; Luiz Beltrão.

ARAGÃO, Iury Parente. **Theoretical-methodological links of folkcommunication: return to origins (1959-1967)**. 2017. 251p. Dissertation (Doctorate in Social Communication) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

Abstract

This study aims to identify the possible theoretical-methodological links present in Luiz Beltrão thesis, called *Folkcommunication: a study of the agents and popular means of information of facts and expression of ideas*. For this, the research was based on the assertion, in Jacks and Escosteguy (2003), that folkcommunication is “clearly linked to the presuppositions of a functionalist social theory”. The possible linkage of Beltrão’s work with developmentalism and indications of folkloric research by Edison Carneiro was also analyzed. It was searched the “source texts” from the reference authors, complemented by “comments” on these works (FOUCAULT, 2006, p.25) and about the central themes of each possible link, based on bibliographical and documentary research. The research revealed that Beltrão’s doctoral work has not a strong links with functionalism, but uses ideas from Mass Communication Research (MCR) and the developmental policies that were present in Latin America in the 1960s. It was also verified that Edison Carneiro’s concept of “dynamics of folklore” (and elements that built it) is fundamental for the formation of folkcommunication.

Keywords: Functionalism; Mass Communication Research; Developmentalism; Elacom; Edison Carneiro; Folkcommunication; Luiz Beltrão.

ARAGÃO, Iury Parente. **Los vínculos teóricos y metodológicos de la folkcomunicación: retorno a los orígenes (1959-1967)**. 2017. 251p. Tesis (Doctorado en Comunicación Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

Resumen

Esta tesis busca identificar los posibles vínculos teóricos y metodológicos que están presentes en la tesis doctoral de Luiz Beltrão, intitulada *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias*. Para ello, la investigación tuvo como base la afirmación, de Jacks y Escosteguy (2003), que la folkcomunicación “se vincula claramente a los supuestos de una teoría social funcionalista”, por consiguiente, se procedió al análisis de los posibles vínculos del estudio de Beltrão con el desarrollismo y con las indicaciones de la investigación folklórica de Edison Carneiro. Como ruta, buscamos la lectura de los textos “fundacionales” de los autores-referencia, complementados con los “comentarios” a esas obras (FOUCAULT, 2006, p.25) y sobre los temas centrales de cada posible vínculo, teniendo por base un estudio bibliográfico y documental; e hicimos, también, un rescate conceptual e histórico de los grupos en estudio y de las investigaciones en comunicación en Latinoamérica en los años 1960. La investigación reveló que la tesis doctoral de Beltrão no tiene fuertes vínculos con el funcionalismo, pero recurre a las ideas provenientes de la *Mass Communication Research* (MCR) y de las políticas desarrollistas que estaban presentes en Latinoamérica en los años 1960. También verificamos que el concepto de “dinámica del folklore”, de Edison Carneiro, es fundamental para la formación de la folkcomunicación.

Palabras clave: Funcionalismo; *Mass Communication Research*; Desarrollismo; Elacom; Edison Carneiro; Folkcomunicación; Luiz Beltrão.

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos em folkcomunicação, pode nos vir à mente a realização de uma pesquisa empírica, tendo por objeto uma manifestação da cultura popular e a busca por entender como a comunicação ocorre nela e por meio dela; pode nos vir a ideia de mergulhar no objeto a ser investigado, conversar com os atores sociais, verificar quais são seus meios de comunicação e compreendê-los em ação. Assim como fez Luiz Beltrão (LB), nas origens da folkcomunicação, nos anos 1950/60, ao conversar com senhores de engenho, com senhoras com quase cem anos, com netos de escravos, com pais de santo, com representantes comerciais etc., e ao observar os grupos marginalizados, como indo às casas de milagres para compreender o depósito de ex-votos e como essas peças podem ser meios de comunicação.

Esse caminho mostrado por LB foi seguido, por décadas, por vários investigadores de folkcomunicação, como Osvaldo Trigueiro, Roberto Benjamin, Severino Lucena Filho. Outros exemplos podem ser encontrados na *Revista Internacional de Folkcomunicação*, um mosaico que expõe muitos pesquisadores e os resultados de suas investigações.

O autor desta tese também teve a folkcomunicação como base para a realização de uma pesquisa empírica: uma investigação sobre um santo não canônico piauiense, o Motorista Gregório. Foi tomada como base a ideia de Beltrão, de que o povo¹ tem força cultural e que, por meios de comunicação próprios, são capazes de fazer com que seus valores não apenas sobrevivam, mas também sejam difundidos, como guia de entendimento da realidade analisada. E ela se mostrou válida naquele objeto investigado, pois os devotos não apenas reproduziam os discursos das mídias hegemônicas, mas também pautavam e tinham seus discursos inseridos nos jornais. O processo comunicativo se mostrou em retroalimentação constante entre os Meios de Comunicação de Massa (MCM) e os devotos.

Muitas dessas investigações corroboram a ideia de que o povo tem força e que devemos entendê-la e mostrá-la. Contudo, é possível outra leitura do que é folkcomunicação, compreendendo-a como um tipo de pesquisa que nasceu no intuito de entender os grupos marginalizados² para que fosse possível agir sobre eles. Não uma área que propunha o estudo

¹ Beltrão, em sua tese, não conceitua especificamente o que entende por “povo”. Mas é possível observar que ele (2001) o vê como a oposição à elite, à classe dirigente (p.61), como “as classes trabalhadoras da cidade e do campo” (p. 62), como “as populações rudes e tardas do interior de nosso país continental” (p.74), como “as camadas menos cultas e economicamente mais frágeis da sociedade urbana e rural” (p.74), como os que viviam em favelas, mocambos e taperas: eram os da senzala, os apartados da casa-grande (p.77), como “as classes desfavorecidas e semialfabetizadas” (p.151).

² A categoria “marginalizado” vai ser mais bem definida por Luiz Beltrão em sua obra de 1980, *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*, na qual divide nos seguintes grupos: 1) Rurais

das culturas marginalizadas a partir delas e para elas, mas a partir de e para as elites dirigentes.

São entendimentos contraditórios sobre um mesmo campo de estudo: de um lado, temos uma folkcomunicação culturalista, e que defende a subjetividade, o diacronismo e um estilo aberto de análises. Do outro, uma folkcomunicação que se liga ao funcionalismo, com sua opção epistêmica podendo se conectar a uma ciência que preza pelas questões objetivas, sincrônicas e não especulativas, e seu posicionamento político às ações desenvolvimentistas que existiam na América Latina nos anos 1960.

Essa situação gera questionamentos por parte de alguns pesquisadores da comunicação, que refletem sobre a folkcomunicação em dimensões opostas: ora ao lado do funcionalismo, ora junto dos estudos culturais, sem opção de interpenetração. Um artigo bastante referenciado no Brasil é *Objecções à associação entre estudos culturais e folkcomunicação* (2003), de Nilda Jacks e Ana Carolina Escosteguy, que vincula a folkcomunicação ao funcionalismo e a afasta dos estudos culturais. Na outra direção, há vários artigos que, de maneira central ou periférica, encontram elos da folkcomunicação com os estudos culturais: *Aproximações teóricas e empíricas entre a folkcomunicação e os estudos culturais* (2011), de Guilherme Moreira Fernandes; *Comunicação, cultura e resistência: da folkcomunicação aos estudos culturais, aproximações e diálogos entre Luiz Beltrão e Stuart Hall* (2014), de Karina Janz Woitowicz; *Novas tendências nas pesquisas da folkcomunicação: pesquisas acadêmicas se aproximam dos estudos culturais* (2002), de Antonio Hohlfeldt; *Folkcomunicação e as múltiplas (inter)mediações culturais da audiência da televisão* (2006), de Osvaldo Trigueiro; *Folkcomunicação turística* (2007), de Marlei Sigrist, e muitos outros. E

marginalizados; 2) Urbanos marginalizados; 3) Culturalmente marginalizados, urbanos ou rurais. O primeiro possui as seguintes características: habitantes de áreas isoladas, subinformados, desassistidos, em sua maioria semi-analfabetos ou analfabetos, universo vocabular reduzido e/ou particularíssimo, acesso restrito aos meios de massa, normalmente valem de canais interpessoais diretos. O segundo tem as seguintes características: composto de indivíduos situados nos escalões inferiores da sociedade, constituindo as classes subalternas, desassistidas, subinformadas e com mínimas condições de acesso. Tem reduzido poder aquisitivo e concentram-se em aglomerados de moradias com pouca segurança e higiene. O terceiro grupo representa contingentes de contestação aos princípios, à moral ou a estrutura vigente. Altercam a cultura e a organização social estabelecida, em razão de adotarem filosofia contrária às ideias e práticas generalizadas da comunidade. Conforme Beltrão (1980, p. 103-104), os culturalmente marginalizados são divididos em três: A) Messiânico: que é composto de “seguidores de um líder carismático, cujas idéias religiosas representam contrafações, adulterações, exacerbações ou interpretações personalíssimas de dogmas e tradições consagradas pelas crenças e denominações religiosas estabelecidas e vigentes no universo da comunicação social”; B) Político-ativista: “o grupo ativista tem uma ideologia que a comunidade, em sua grande maioria, considera exótica ou insuportável”. Eles são grupos que tentam “manter estruturas de dominação e opressão vigentes ou revolucionar a ordem política e social em que se fundamentam as relações entre os cidadãos, empregando força como a arma principal para impor suas diretrizes”; C) Erótico-pornográfico: é composto por pessoas que “não aceitam a moral e os costumes que a comunidade adota como sadios, propondo-se a reformá-los em nome de uma liberdade que conhece limites à satisfação dos desejos sexuais e práticas hedônicas consideradas perniciosas pela ética social em vigor”) (ARAGÃO, 2015, p.54-56).

tal discussão não apenas ocorre em artigos: está em livros, em grupos de pesquisa e em mesas temáticas, como a “O lugar da Folkcomunicação nos Estudos Culturais”, realizada na Conferência Folkcom de 2013.

Ao observarmos essa divergência, várias dúvidas nos instigaram, como: a folkcomunicação é funcionalista ou se vincula aos estudos culturais? Ela poderia ter surgido sobre base funcionalista e durante seu desenvolvimento ter optado por outras? Qual o intuito político de Beltrão ao investigar as classes marginalizadas?

Dentre os questionamentos, um bastante simples, quiçá primário, destacou-se: O que é funcionalismo? Pela leitura dos artigos que atrelam a folkcomunicação a essa corrente teórica, parecia ser um termo que carregava um significado sabido por todos: era a opção pela objetividade, pelo quantitativismo, por analogias orgânicas, por propor ações imperialistas etc. Para sanar essa dúvida, lemos alguns intérpretes ligados à Comunicação, como Armand Mattelart e Adelmo Genro Filho e também buscamos ampliar o entendimento pela leitura de Florestan Fernandes. E encontramos divergências substanciais. Não era possível saber se a folkcomunicação se vinculava ou não ao funcionalismo se não havia clareza do que isso significava.

Até esse momento, a investigação para esta tese se desenhava da seguinte maneira: 1) O que é funcionalismo? 2) O que são estudos culturais? 3) O que é folkcomunicação? Tínhamos três grupos que deveriam, na medida do possível, ser definidos (seus aspectos teóricos, suas técnicas de pesquisa e seus autores mais importantes). Desenhava-se uma pesquisa bibliográfica e bibliométrica, com as leituras de relevantes autores dessas áreas para buscar suas características principais e para gerar quantificações a partir de algumas variáveis, como da análise de autoria para verificarmos as ligações teóricas e de técnicas de investigação dos pesquisadores de folkcomunicação e também com a análise de citações de autores (ACA), utilizando o Cosseno de Salton, no intuito de encontrar uma medida de proximidade/associação entre os autores citados.

A pesquisa caminhava para uma simples verificação: se a folkcomunicação se vinculava ao funcionalismo ou aos estudos culturais. No entanto, encontramos alguns problemas nessa estrutura: 1) a folkcomunicação poderia se alinhar ao funcionalismo, aos estudos culturais, a nenhuma das duas ou a alguma outra que essa estrutura de análise não considerava; 2) não seria seguro fazer ligações entre autores e campos de pesquisa apenas com a ideia de que se há citação entre eles, eles se vinculam. Exemplificando: não poderíamos dizer que a tese de LB era funcionalista apenas por ele ter usado a noção de “líder de opinião”. Não poderíamos usar como argumento de que tal pesquisa de LB era funcionalista

porque Paul Lazarsfeld e Elihu Katz escreveram sobre o líder de opinião e esses eram funcionalistas. Para fazermos tal inferência, deveríamos entender o que é funcionalismo, o que é líder de opinião, conforme a obra deles, o que há e o que não há de funcionalismo nessa investigação e qual é a importância do conceito de líder de opinião para a folkcomunicação. Além desses entendimentos, deveríamos ter em mente que a tese de LB poderia ter usado esse conceito em seu referencial teórico, mas que uma investigação não se resume a essa seção: ela se faz em sua ação – o que pode gerar diferenças entre o proposto e o praticado.

Dessa forma, o planejamento para esta tese teve de ser repensado no intuito de encontrarmos uma maneira de fazê-la para que o entendimento não se desse apenas sobre elos aparentes.

Em *O Suicídio*, Émile Durkheim trabalha com hipóteses e as discute, como podemos ver em seu primeiro capítulo:

Há dois tipos de causas extra-sociais às quais se pode atribuir *a priori* uma influência sobre a taxa de suicídios: as disposições orgânico-psíquicas e a natureza do meio físico. Poderia ocorrer que, na constituição individual ou, pelo menos, na constituição de uma classe importante de indivíduos, houvesse uma propensão, de intensidade variável conforme os países, que arrastasse diretamente o homem ao suicídio; por outro lado, o clima, a temperatura, etc., poderiam pela maneira como agem sobre o organismo, ter diretamente os mesmos efeitos. A hipótese, em todo caso, não pode ser descartada sem discussão. Portanto, vamos examinar sucessivamente essas duas ordens de fatores e tentar saber se eles de fato têm uma participação no fenômeno que estamos estudando e qual é ela. (DURKHEIM, 2000, p.31-32)

Essa opção de Durkheim se mostrou como um caminho para a realização desta tese a fim de se escapar das armadilhas conceituais que se apresentavam a partir de algumas leituras. Nas discussões sobre os elos teóricos da folkcomunicação, respostas (que aqui vamos chamar de *hipóteses geradoras*) já existiam e circulavam. Então poderíamos tentar examiná-las, com a redação de cada capítulo tornando-se um estudo que exigiria definições, contextualizações e comparações com a folkcomunicação. Cada capítulo seria destinado à discussão de uma dessas *hipóteses geradoras* e teria um corpo próprio, com explanação do contexto e estudo das correntes teóricas expostas por elas. Por esse caminho, também poderíamos obter pistas durante as leituras de outras correntes de pensamento com as quais a folkcomunicação poderia ter algum elo. E essa foi a nossa primeira decisão sobre como o trabalho seria realizado.

Na trajetória da pesquisa, percebemos, no entanto, que desenvolver um estudo dessa maneira, verificando as *hipóteses geradoras* em todas as obras de folkcomunicação de 1967 a 2010, seria demasiadamente extenso. Outra opção seria entendermos as características gerais da folkcomunicação a partir da elaboração de marcas gerais conseguidas a partir dos livros

publicados entre 1967 e 2010, relacionados a essa área de estudos, para, então, compará-las com aquelas *hipóteses*. Lemos diversas obras sobre folkcomunicação³ buscando seus referenciais teóricos, e percebemos que as opções são muito variadas, com os autores contemporâneos embasando-se em Néstor García Canclini, Jesús Martín-Barbero, Stuart Hall etc., enquanto, nas origens, LB optava pela literatura da época, em obras como as de Paul Lazarsfeld, Edison Carneiro, Djacir Menezes, entre outros.

Nossa pesquisa exploratória nos fez perceber que a ideia de que folkcomunicação pesquisa a comunicação das classes marginalizadas se mantém nos livros dos anos 1960 aos anos 2010, mas as teorias utilizadas são variadas. Pudemos identificar características que podem ser divididas em três corpos: 1) *Origem* da folkcomunicação, composto pela tese de LB, defendida em 1967, na qual há as ideias iniciais, o raciocínio formador do que o autor chamou de folkcomunicação e a partir da qual outras obras surgiram; 2) *Desenvolvimento*, com obras que comentaram, desenvolveram e aprofundaram ideias propostas por LB em sua tese, como *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados* (1980), do próprio LB, *Sistema de comunicação popular* (1988) e *A notícia da literatura de cordel* (1992), de Joseph Luyten, e *Folkcomunicação no contexto de massa* (2000), de Roberto Benjamin; 3) *Atualizações*, com autores da geração das Conferências Brasileiras de Folkcomunicação, iniciadas em 1998, os quais comumente buscam referenciais teóricos nos estudos culturais e vivem em um contexto social e comunicacional diferente daquele dos anos 1960.

Percebemos que o artigo de Jacks e Escosteguy, que vincula a folkcomunicação ao funcionalismo, baseia-se na tese de LB. Observamos, também, que vínculos culturalistas poderiam estar na tese, pois a obra de Edison Carneiro foi fundamental para o entendimento da folkcomunicação. Então, optamos por realizar a análise tendo por objeto somente a tese de LB, intitulada de *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias*, pois, na leitura exploratória, ela nos pareceu flutuar em diferentes bases científicas (o que poderia ser o fato gerador das diversas compreensões) e também por nos permitir entender a folkcomunicação em sua origem⁴.

³ Como: *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias* ([1967] 2001) e *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados* (1980), ambos de Luiz Beltrão; *Folkcomunicação: teoria e metodologia* (2004), com textos selecionados de Luiz Beltrão; *Folkcomunicação*, organizado por José Marques de Melo em 1971; *Sistema de comunicação popular* (1988), de Joseph Luyten; *Folkcomunicação no contexto de massa* (2000), de Roberto Benjamin; *Folkcomunicação na arena global* (2006), organizado por Cristina Schmidt; *Mídia e cultura popular: história, taxionomia e metodologia da folkcomunicação* (2008), de José Marques de Melo; *Folkcomunicação & ativismo midiático* (2008), de Osvaldo Trigueiro.

⁴ Essa delimitação nos impôs alguns caminhos, como a não abordagem, nesta tese, dos estudos culturais, pois somente encontramos os autores a eles vinculados no grupo que intitulados de *Atualizações*.

Dessa forma, então, estabelecemos as definições para a realização da pesquisa:

1. O objeto em estudo é a tese de LB e os seus vínculos teórico-metodológicos;

1.1. Assim, as contextualizações e os quadros analisados serão observados no período entre 1959-1967 (podendo em alguns momentos ir buscar informações em momentos anteriores e posteriores), espaço temporal em que o autor pesquisou, elaborou e defendeu sua tese;

2. O problema de investigação é: Quais são os elos teórico-metodológicos da tese de Luiz Beltrão?;

2.1. Por “teórico” entendemos um discurso construído com a intenção de se fugir do senso comum, no intuito de ser capaz de revelar algo de maneira fidedigna, e com a capacidade de disponibilizar entendimentos que sustentem análises sobre algumas temáticas e em contextos mais ou menos diversos. Nas palavras de Minayo, teorias são conhecimentos “que foram construídos cientificamente sobre determinado assunto, por outros estudiosos que o abordaram antes de nós e lançam luz sobre nossa pesquisa” (2010, p. 16) e são construídas “[...] para explicar ou para compreender um fenômeno, um processo ou um *conjunto* de fenômenos e processos” (MINAYO, 2010, p.17).

2.2. Destaques metodológicos também serão observados, mas esclarecemos que tomamos metodologia no sentido de métodos empregados na investigação para recolher informações, ou seja, entrevista, observação, questionário, fontes estatísticas, testes sociométricos, escalas etc. (SIERRA BRAVO, 1976, p.66-67); vemos “método” no sentido de técnica, do instrumental utilizado e proposto pelos autores.

3. O método de abordagem aqui aplicado é o dedutivo, com nosso raciocínio se desenvolvendo a partir de uma premissa inicial (PIn), seguida por uma premissa intermediária (PIt) para chegarmos a uma conclusão;

A partir das *hipóteses geradoras*, definiremos as PIn, e, em seguida, teremos as PIIt para chegarmos às conclusões.

3.1. Exemplificando:

- A partir da *hipótese geradora* “a folkcomunicação está vinculada ao funcionalismo”, teremos a premissa inicial, a qual será formada pelo termo teórico de maior amplitude. Assim, a PIn será: *O funcionalismo é X, Y e Z*. A premissa intermediária terá, então, a folkcomunicação como sujeito: *folkcomunicação é X, Y, Z*. Dessa maneira, teríamos por conclusão que a folkcomunicação se vincula ao funcionalismo.

- Também poderemos ter outras combinações, como: a) *Funcionalismo é A, B e C; Folkcomunicação é X, Y, Z*; E teríamos por conclusão que a folkcomunicação não se vincula ao funcionalismo; b) *Funcionalismo é X, Y e Z; Folkcomunicação A, B e Z*; concluindo que a folkcomunicação pouco se vincula com o funcionalismo;
- Nossa estrutura de investigação funciona em círculo, pois a *hipótese geradora* dá origem às premissas, que serão base para a conclusão, e esta corroborará totalmente ou parcialmente ou negará a *hipótese geradora*.

3.2. Como já mostramos, pode haver interpretações divergentes sobre os sujeitos das premissas. Então optamos por não partir de premissas já elaboradas e que possam ser tidas como “verdadeiras”. Construiremos os conteúdos das premissas a partir de autores e obras relevantes para os termos centrais delas.

- Sabemos que a dedução pode gerar uma resposta que se acredita como “verdade”, diferentemente da indução que possibilita conclusões “prováveis” (GIL, 2008, p.11). Todavia, mesmo com o uso da dedução, tomaremos nossas conclusões como “prováveis”⁵, porque nossas premissas também serão. As leituras que fizemos de vários intérpretes nos mostraram que um mesmo objeto pode ter entendimentos diversos sem fazê-los falsos, pois são “verdadeiros” dentro das suas próprias lógicas e falhos em relação a outros discursos. Para esta tese, nossas premissas construídas serão prováveis e chegarão a conclusões também “prováveis”, ainda que, dentro da lógica do trabalho, ela possa ser apontada como “verdade”⁶.
- Construir premissas com mais de uma característica e vê-las como passíveis de erros é importante porque faz a pesquisa assumir que existe uma escala de cinza entre o preto e o branco e porque permite ao investigador enxergar objetos não diretamente ligados aos sujeitos das premissas;

3.3. Os capítulos II, III e IV obedecerão a essa estrutura, tornando esta tese não apenas um trabalho sobre folkcomunicação, pois todas nossas premissas serão construídas e ocuparão grande quantidade de páginas. Tão importante quanto conseguirmos a compreensão da tese de LB, é entendermos os sujeitos das premissas;

⁵ *Provável* no sentido de que pode ser falseada.

⁶ Augusto N. S. Triviños (2012, p.24-25), afirma que entre os filósofos não há certeza de que o conhecimento verdadeiro seja possível de ser alcançado, pois, por exemplo, os *idealistas subjetivos*, “parecem duvidar de que o homem seja capaz de conhecer ‘a coisa em si’, a essência das coisas”, e os *idealistas objetivos* “acham que é possível conhecer o mundo”. Ou os *céticos absolutos*, que “negavam qualquer possibilidade ao sujeito de apreender o objeto” ou os *dogmáticos irracionais*, acreditando que “a verdade pode ser conhecida de maneira direta, imediata da *intuição*”.

- Os tamanhos dos capítulos poderão ser bastante diferentes, pois a quantidade de páginas utilizadas será a necessária para construí-los.

3.4. As hipóteses geradoras:

- A primeira foi selecionada a partir do artigo de Jacks e Escosteguy (2003) quando as autoras dizem que a folkcomunicação “está claramente vinculada aos pressupostos de uma teoria social funcionalista”;
- A segunda – “A folkcomunicação é desenvolvimentista” – foi um desdobramento da primeira, pois encontramos diferenças entre o funcionalismo, o desenvolvimentismo e a pesquisa em comunicação norte-americana (*Mass Communication Research*);
- A terceira – “Folkcomunicação se vincula às propostas de pesquisa folclórica de Edison Carneiro” – trata da possível aproximação da folkcomunicação com um pensamento culturalista tendo por base Edison Carneiro;
- Novas hipóteses geradoras poderão aparecer ao fim desta investigação, das quais recomendaremos o exame futuro.

4. A hipótese de trabalho (ou seja, nossa resposta provisória à verificação das hipóteses provenientes das discussões da área da folkcomunicação) indica que a tese de LB flutua entre estudos funcionalistas (através dos referenciais do Ciespal – Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina, localizado em Quito, Equador) e culturalistas (tendo por base Edison Carneiro).

5. O objetivo geral do trabalho é identificar as influências teóricas e metodológicas na construção da tese (1967) de Luiz Beltrão. E os específicos são identificar conceitos centrais dos sujeitos das premissas, assim como compará-los entre si. Para isso, faremos uso das seguintes técnicas de pesquisa:

5.1. Pesquisa bibliográfica: Informações para a construção das premissas virão de materiais já produzidos, então optamos pelo uso da pesquisa bibliográfica, a qual, de acordo com Gil (1996, p.48), “é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”.

Ruiz (2002, p.58) divide a pesquisa bibliográfica em duas categorias: *fontes* e *bibliografia*. A primeira se refere a textos originais sobre determinado assunto, são escritos importantes, que foram capazes de gerar reflexões e literatura sobre eles. A *bibliografia* “é o conjunto das produções escritas para esclarecer as fontes, para divulgá-las, para analisá-las, para refutá-las ou para estabelecê-las; é toda literatura originária de

determinada fonte ou a respeito de determinado assunto”. Na mesma linha de diferenciação de Ruiz, temos Foucault (2006, p.25), indicando que há um desnivelamento entre o “texto primeiro” e o comentário, pois aquele tem sentido múltiplo ou oculto e “funda uma possibilidade aberta de falar”. Já o comentário “não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no texto primeiro”.

As nossas leituras têm por base os “textos primeiros”, com os comentários servindo de material para aprofundamento.

- Categorias de observação: Seguindo a sugestão de Gil (1996, p.71), de que “a decisão acerca do que será anotado deve levar em consideração os objetivos que se pretende alcançar com a pesquisa, bem como a natureza da obra pesquisada e sua importância em relação àqueles objetivos”, durante as leituras, tomamos apontamentos a partir de categorias definidas em conformidade com a nossa investigação: 1) *Aspectos teóricos*: se refere à teoria que a obra usa e/ou ajuda a construir; 2) *Aspectos comunicacionais*: observa ligações/ideias/propostas do autor com/para a Comunicação; 3) *Técnicas de investigação*: identifica as técnicas utilizadas na pesquisa; 4) *Outros temas*: observa questões que possam aparecer durante as leituras dos “textos primeiros” e dos comentários.

5.2. Pesquisa documental: Juntamente com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental foi realizada. Embora ambas trabalhem com textos já elaborados, elas focalizam materiais de diferentes naturezas, como se percebe na explicação de Gil (2002, p.88):

A) A pesquisa bibliográfica costuma ser desenvolvida como parte de uma pesquisa mais ampla, visando identificar o conhecimento disponível sobre o assunto, a melhor formulação do problema ou a construção de hipóteses. Já a pesquisa documental, de modo geral, constitui um fim em si mesma, com objetivos bem mais específicos, que envolve muitas vezes teste de hipótese; B) A pesquisa bibliográfica realiza-se, quase que exclusivamente, com material disponível em bibliotecas. Já a documental pode exigir a consulta aos mais diversos tipos de arquivos públicos e particulares; C) O material utilizado para o fornecimento de dados nas pesquisas bibliográficas é constituído basicamente por livros e revistas impressos em papel ou veiculados por meio eletrônico. Já o material utilizado nas pesquisas documentais pode aparecer sob os mais diversos formatos, tais como fichas, mapas, formulários, cadernetas, documentos pessoais, cartas, bilhetes, fotografias, fitas de vídeo e discos.

Livros, revistas e materiais encontrados facilmente em bibliotecas e livrarias sobre a os sujeitos das premissas foram parte da pesquisa bibliográfica; enquanto que a

pesquisa documental foi mais específica no sentido de ter acesso a outros tipos de materiais, como relatórios, apostilas, panfletos, cartas, documentos, processos, atas, arquivos, pareceres etc., como as encontradas no acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral e nos arquivos do Ciespal. A ajuda da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), através do Programa de Doutorado-sanduíche no Exterior (PDSE), possibilitou-nos permanecer por 4 meses em Quito, período no qual legislações, atas, fotografias, projetos de construção, artigos, jornais, livros etc. (alguns de fácil acesso e outros soltos em inúmeras caixas) foram consultados. Nesse período, contamos com a orientação do professor Francisco Sierra Caballero, a supervisão de Claudio Maldonado e o suporte de muitos funcionários, como Angelita Bautista, Pablo Escandón, Gabriel Giannone.

6. Referencial teórico: cada capítulo terá seu próprio referencial para a construção das premissas, que serão brevemente expostas nos parágrafos seguintes, em conjunto com os conteúdos dos capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado de “A tese de Luiz Beltrão: contexto de elaboração e conteúdo”, tem o intuito de: 1) mostrar o contexto vivido por LB no momento da elaboração da tese e o que pode o ter motivado; 2) expor o conteúdo da tese doutoral em análise, para leitores que, porventura, a desconheçam.

Para a elaboração desse capítulo, optamos pelo uso da bibliografia que trata da vida de LB, como Marques de Melo ([s.d.]), Beltrão (1987; 1992; 2001), Benjamin (1998) e Feliciano (1992; 1993). Para entender o contexto dos anos 1960, quando a tese é construída, utilizamos dados das bases do IBGE, como do *Censo demográfico de 1960*. Para buscar compreensões da realidade brasileira naquele período, fizemos uso de relatórios, livros e artigos, como *Tendências demográficas no período de 1950/2000*, publicado pelo IBGE, *Transição demográfica: a experiência brasileira*, de Vasconcelos e Gomes (2012), *Conceitos*, do IBGE (utilizado para entender a “razão de dependência”), e *O povo brasileiro*, de Darcy Ribeiro (2006). Deveras importante, nessa tarefa de contextualização, foi o livro *Os senhores do mundo*, de Beltrão (1950), pelo qual pudemos observar o contexto específico do Recife, local, até então, de vida do autor.

Os capítulos II, III e IV têm por método a estrutura dedutiva exposta anteriormente.

O segundo trabalha sobre a *hipótese geradora* de que a folkcomunicação é funcionalista. Para isso, optamos por não fazer uso de caracterizações já elaboradas por alguns

intérpretes, pois já havíamos encontrado diferenças interpretativas significativas e um forte tom político em análises de autores ligados à comunicação. Caracterizamos o funcionalismo a partir da leitura de autores que ajudaram a formar esse pensamento: Émile Durkheim, Bronislaw Malinowski e Robert K. Merton. Essas leituras buscaram aspectos teóricos, comunicacionais e as técnicas de pesquisa empregadas em relevantes obras suas, assim como pistas de caracterizações comumente encontradas sobre o funcionalismo, como a de ser defensor do *status quo*, de realizar análises utilizando analogias orgânicas, de ser quantitativista e defensor do objetivismo.

De Durkheim estudamos *As formas elementares da vida religiosa* ([1912] 2008)⁷, *As regras do método sociológico* ([1895] 2002), *Da divisão do trabalho social* ([1893] 2013) e *O Suicídio*, ([1897] 2000) contando com a ajuda de autores como Raymond Aron (2008), Ken Thompson (2003), Paul Lazarsfeld (1979) e Nicholas Timasheff (1973) para o entendimento de tais obras.

O positivismo também pode ser visto como base para o funcionalismo, então recorreremos a algumas obras de Comte, como *Discurso sobre o espírito positivo* ([1848] 1978; [s.d.]), *Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo*, ([1848] 1978) e *Catecismo positivista* ([1852] 1978), na intenção de compreendermos o que é positivismo, sua linha de raciocínio e o que é defendido como conhecimento. Nessa atividade, apresentamos alguns autores que nos ajudaram no entendimento de Comte e do positivismo, como Gustavo B. de Lacerda (2004; 2014), Raymond Aron (2008), Nicholas Timasheff (1973), Hermas Arana (2007) e Sergio Tiski ([s.d.]).

De Malinowski, estudamos os livros *Uma teoria científica da Cultura* ([1922] 1970), *Argonautas do pacífico ocidental* ([1922] 1984) e *Estudios de psicologia primitiva: el complejo de Edipo* ([1949] 1963) e contamos com a ajuda de textos de Merton (1968), Mello (2011), Timasheff (1973) e Lazarsfeld (1973) durante a leitura.

De Robert K. Merton, o texto principal para entendermos sua ótica do funcionalismo é *Funções manifestas e funções latentes* ([1948] 1968), no qual há um levantamento crítico dos autores anteriores a ele e a proposta de como as pesquisas funcionais devem ser realizadas. Para o entendimento do funcionalismo segundo Merton, recorreremos a Lazarsfeld (1979) e Piccini, Mattelart e Mattelart (1976).

Todos esses autores (acrescidos de Florestan Fernandes [1962; 1970]) nos serviram de referencial teórico para buscarmos compreender o que é funcionalismo. Isso tornou possível

⁷ As datas da primeira edição serão mostradas na introdução. No decorrer do trabalho, optaremos por usar as datas das edições utilizadas.

tanto entender o estado da investigação funcionalista até os anos 1960, época em que Beltrão elaborou sua tese, quanto mostrar relevantes conceitos, os quais puderam ser comparados com a folkcomunicação apresentada por LB em sua tese.

O terceiro capítulo é um desdobramento da primeira *hipótese geradora*, pois vimos que as pesquisas em comunicação na América Latina nos anos 1960 podiam ter indicações diferentes das funcionalistas, mesmo partilhando de uma mesma base positivista. Nesse sentido, optamos por partir da afirmação de que a folkcomunicação é desenvolvimentista (a qual poderia ou não ter relações com o funcionalismo) por ser possível tal interpretação a partir da leitura do próprio LB (2001, p.70):

Já que os grandes meios convencionais de comunicação coletiva não funcionam para a obtenção de efeitos positivos para as pretensões das elites culturais e políticas – as metas desenvolvimentistas – porque as suas mensagens não são assimiladas, por interação social, nos grupos estudados, é tarefa do investigador pesquisar quais os veículos que, tradicionalmente, servem à condução de mensagens entendidas e aceitas em tais segmentos da sociedade.

Dessa afirmação, o melhor caminho encontrado para a elaboração desse capítulo foi o de contextualizar a comunicação enquanto ciência na América Latina nos anos 1960, abordando de temas sociopolíticos a conceitos fundamentais para a tese LB. Assim, dividimos as discussões em: 1) *A presença de estadunidenses nas pesquisas sociais na América Latina*, para mostrar o contexto de realização de pesquisas sociais na América Latina em anos anteriores à década de 1960; 2) *O Ciespal: pesquisa em comunicação na América Latina*, por ter sido um dos centros de entrada das ideias norte-americanas na América Latina, ter publicado diversos livros, artigos, apostilas etc. que foram disseminados na região e por Beltrão ter participado desse Centro; 3) *Mass Communication Research* (MRC), pois entendemos que há diferenças entre o funcionalismo e a MCR, fazendo-se necessário explicar o que esta é. Dentro deste tópico, explicamos o conceito de líder de opinião, importante tanto para a folkcomunicação quanto para o desenvolvimentismo; 4) Mostramos características do desenvolvimentismo, com base nas reuniões da Unesco (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) sobre a temática e na possível aplicabilidade pela folkcomunicação; 5) Fechamos a discussão dessa *hipótese geradora* com a comparação entre características desses grupos com as da tese de Beltrão.

Para o tópico *A presença de estadunidenses nas pesquisas sociais na América Latina*, contamos com o suporte de Florestan Fernandes (1965), Fernanda Massi (1989), Manuel Diégues Júnior (1965), Heloísa Pontes (1989), Christa Berger (2001), José Marques de Melo

(1968; 2003; 2009) e Aline Strelow (2011). *O Ciespal: pesquisa em comunicação na América Latina* é escrito a partir de várias publicações e documentos encontrados no próprio Centro. Entre eles, encontram-se o ótimo artigo de Gonzalo Córdova (1967) – no qual há detalhes sobre publicações e cursos organizados pelo Ciespal –, os depoimentos de Luis Verdesoto Salgado e de Jorge V. Trujillo, uma comunicação do Ministério da Educação Pública do Equador, uma matéria da revista *Síntesis*, dados provenientes da área financeira do Centro e documentos encontrados no trabalho de Patricia Nuñez (1980).

No espaço destinado à *Mass Communication Research*, expomos algumas de suas características, tendo por base autores que compartilhavam da sua ideia de investigação. Realizamos tal caracterização a partir do dito por Wilbur Schramm (1964; 1965a; 1967), Jofre Dumazedier (1968), Percy Tannenbaum (1967), Bruce Westley (1967), Wayne Danielson (1967), Harold Lasswell (1971; 1979), Roy Carter Jr. (1967), Gerhard Maletzke (1963) e Bernard Berelson (1964). Nesse espaço também tratamos do importante conceito de líder de opinião, que foi utilizado tanto por pesquisas em folkcomunicação – com LB destinando um capítulo da sua tese a esse tema – quanto por desenvolvimentistas, conforme indicação de Schramm (1976).

Para o tópico sobre o desenvolvimentismo embasamo-nos na publicação de Schramm *Comunicação de massa e desenvolvimento: o papel da informação nos países em crescimento* ([1964] 1976) como obra principal, pois, além de ter sido considerada “antológica” (MARQUES DE MELO, 2007, p.14) e “bíblia” (BELTRÁN, [s.d.]) da comunicação para o desenvolvimento, traz os motivos de sua elaboração (UNESCO, 1976) e suas ideias fundamentais. Na ação de entendimento do desenvolvimentismo, buscamos suporte em Juan Díaz Bordenave (1974), Luis Ramiro Beltrán ([s.d.]a; [s.d.]b; 1973; 2000, 2007), Marques de Melo (1976; 1977; 2007), Jan Servaes ([s.d.]), Mabel Piccini, Armand Mattelart e Michele Mattelart (1976), Armand Mattelart e Ariel Dorfman (2011), Paulo Freire (2006), Wilbur Schramm (1965b) e publicações encontradas nos arquivos do Ciespal, como *La comunicación colectiva y el desarrollo cultural* (1972), *Materiales de recurso de la comunicación del desarrollo* (1970) e *Seminario sobre “La investigación de la comunicación en América Latina”* (1973).

A hipótese geradora para o último capítulo afirma que a “o pensamento de Luiz Beltrão se vincula às propostas de pesquisa folclórica de Edison Carneiro”, pois há várias referências de LB a Carneiro dizendo que a dinâmica do folclore foi de grande relevância para seu entendimento da realidade analisada.

O capítulo foi dividido em três tópicos: *Contexto social e formação de Edison Carneiro*, *Estudos folclóricos* e *Folclore e folkcomunicação*. O primeiro teve a intenção de contextualizar a formação de Carneiro, tendo por pontos de atenção as influências familiares, de amigos e da situação política nos anos 1920 e 1930. Para a elaboração, tivemos por base os estudos de Rossi (2011), Talento e Couceiro (2009), Quaresma (1999) e Quadros (1973). Para o segundo, tivemos por objetivo contextualizar os estudos folclóricos no Brasil e o movimento de institucionalização que ocorreu entre os anos 1940 e 1960, do qual Carneiro participou ativamente. As informações conseguidas para a escrita dessa seção foram conseguidas através de matérias de jornais disponíveis no acervo digital da Biblioteca Amadeu Amaral, do Rio de Janeiro, das informações publicadas na Revista Brasileira de Folclore (RBF) no período 1961-1967 e pelo estudo de Vilhena (1997). O último tópico teve por base estudos folclóricos do próprio Edison Carneiro, especialmente os livros *A Sabedoria popular do Brasil* (1968) e *Dinâmica do folclore* (1965) e por matérias de jornal nas quais ele debatia o folclore enquanto ciência.

Acreditamos que esta pesquisa poderá ser mais uma voz a subsidiar as discussões sobre os elos teórico-metodológicos da folkcomunicação, observando-a sob distintas interpretações e trazendo caracterizações sobre as prováveis vinculações a partir de “textos primeiros” (FOUCAULT, 2006). Embora a folkcomunicação se revele caminhar bem na tentativa de expansão e consolidação, ganhando espaço em congressos, como os da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação) e o Ibercom, e sendo lida em outros países como no Chile e em Portugal, acreditamos que o entendimento teórico de onde ela vem e de qual rumo pode tomar seja relevante por trazer novas contribuições a essa discussão que, de certa forma, é a busca por uma identidade.

CAPÍTULO I

AS ORIGENS DA FOLKCOMUNICAÇÃO: O CONTEXTO DE ELABORAÇÃO E O CONTEÚDO DA TESE DE LUIZ BELTRÃO

1 - CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO E OS MOTIVOS PARA A ELABORAÇÃO DA TESE

No ano de 1967, Luiz Beltrão (LB) defendeu sua tese de doutoramento intitulada *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias*, a qual dizia que agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore conseguiam difundir mensagens e valores, ou seja, que os grupos invisíveis aos olhos dos conjuntos dirigentes possuíam formas próprias de comunicação, muitas vezes carregadas de conteúdo crítico à realidade vivida.

Na banca de avaliação, a tese foi aprovada, fazendo de LB o primeiro doutor em Comunicação por uma universidade brasileira (MARQUES DE MELO, [s.d.]). O trabalho recebeu ótima avaliação, com a comissão julgadora conferindo a menção “distinção com louvor”, e como podemos verificar nas palavras de Juan Beneyto (1998, p. 310-311), um dos membros da banca: “De acordo com abaixo assinado, o estudo se mostra com valor científico para aspirar à máxima qualificação que o procedimento científico autoriza, que considera a obra merecedora de Distinção com Honra”.

A pesquisa que resultou na tese tem como data inicial 1959, quando após investigações sobre o jornalismo e os veículos “ortodoxos” de comunicação (rádio, televisão, cinema e periódicos), LB (2001, p.73) sentiu-se atraído “por outros aspectos da difusão de informações e expressão da opinião pública, que pareciam ter escapado”, e algumas indagações surgiram: Como “se informavam as populações rudes e tardias do interior do nosso País continental? Por quais meios, por quais veículos manifestavam o seu pensamento, sua opinião? [...]” (BELTRÃO, 2001, p. 74). Ou, em outras palavras: “quando eu terminei o primeiro [o livro *Iniciação à filosofia do jornalismo*], um fenômeno me apresentou curioso: se o indivíduo é analfabeto, como é que ele se informa? Se ele não vai ao cinema e se ele não tem televisão, como é que intercambia opinião?” (BELTRÃO, 1987, p.13).

O autor tinha histórico na área jornalística, tendo começado sua carreira em 15 de dezembro de 1936 (BELTRÃO, 1987, p.8) e publicado sua primeira matéria no *Diário de*

Pernambuco no dia 18 de dezembro de 1936, que tratava “de devoções e romarias à Igreja do Monte, em Olinda, ao tempo habitada por um velho monge beneditino” (BENJAMIN, 1998, p. 59). Em anos posteriores, trabalhou em vários jornais, agências e revistas, como *Folha da Manhã* (de 1942 a 1959), *Jornal Pequeno*, *Correio do Povo*, *Francepress*, *Asapress*, *Comércio de Divulgação Jornalística*, *Jornais Reunidos do Brasil*, *Tudo*, *Guanabara Press*, *São Paulo Press* e *Capibaribe* (FELICIANO, 1992, p.12).

Em 1959, após anos de prática profissional e engajamento acadêmico e sindical, como Presidente da Associação Pernambucana de Imprensa de 1951 a 1957 (eleito em 1951 e reeleito em 1953 e 1955) (FELICIANO, 1992, p.12), ele finalizou a redação do livro *Iniciação à filosofia do jornalismo*, publicado em 1960 pela editora Agir. Para essa obra, ele se valeu de discussões que ocorreram em todo o mundo, começando pelas do Congresso Nacional de Jornalistas, realizado na cidade do Recife em 1951.

Neste trabalho, foram aproveitadas e ampliadas teses elaboradas, debatidas e aprovadas nos Congressos Nacionais de Jornalistas realizados no Recife, em 1951, em Curitiba, em 1958 e em Belo Horizonte, em 1955; pesquisas e estudos feitos por ocasião das nossas visitas aos Estados Unidos, em 1954, a convite do Departamento de Estado, e às Repúblicas Populares da Tchecoslováquia e da China, a convite das respectivas Uniões de Jornalistas; durante a realização da I Conferência Mundial de Entidades de Imprensa, em São Paulo, em 1954; no I Encontro Internacional de Jornalistas, efetuado em Helsinque, Finlândia, em 1956, e no IV Congresso da Organização Internacional de Jornalistas, em Bucareste, Romênia, em 1958; e ainda apostilas para o exercício das cátedras de Ética, História e Legislação de Imprensa e Técnica de Jornal dos cursos de jornalismo da Faculdade de Filosofia do Instituto Nossa Senhora de Lourdes, em João Pessoa, e da Faculdade de Filosofia Manuel da Nóbrega, da Universidade Católica do Recife. (BELTRÃO, 1992, p.31-32)

A obra *Iniciação à filosofia do jornalismo* é fruto da experiência jornalística e do engajamento de Beltrão para qualificação profissional e acadêmica dessa área. Há bastantes críticas, por parte do autor, logo na introdução, sobre o fato de as elites dirigentes não observarem a importância da profissão, pois não apoiavam e nem disponibilizavam suportes tecnológicos para que as mensagens pudessem ser transmitidas para lugares além dos círculos sociais mais próximos e não davam atenção à liberdade de imprensa. LB também mostrou a debilidade na formação de profissionais, como ao dizer que “enquanto em todo o mundo procura-se educar o jornalista para o exercício da liberdade e da profissão, entre nós relega-se a plano secundário a sua formação científica e técnica” (BELTRÃO, 1992, p.30).

Beltrão defendia que o jornalista deveria ter um curso superior, pois ele enxergava na universidade um espaço de pesquisa e formação de conhecimento.

Em 1951, eu participei do 5º Congresso Nacional de Jornalistas, realizado em Curitiba. Eu já estava convencido nesta época de que não somente era possível aprender Jornalismo, como devia se aprender, devia prestigiar os cursos de Jornalismo e como se devia até não permitir que continuassem jornalistas sem uma formação superior. Nem naquela época, nem hoje [1980], eu acredito na necessidade de formação específica de um indivíduo numa profissão de comunicação. Eu acho que o indivíduo deve ter curso superior, porque na universidade é onde se pesquisa, é onde se faz experiência. Quem ganha prêmio Nobel no mundo são professores de universidades que fazem experiência dentro da própria universidade. Quer dizer, é necessário existir cursos específicos de formação jornalística, mas mais necessário ainda é a formação universitária do aluno e o jornalista naquela época não tinha essa formação superior. (BELTRÃO, 1987, p.9)

Dados de Censo Demográfico de 1960 (p.24-25) mostram que, no Brasil, havia 8299 jornalistas e escritores (no recenseamento ambos foram postos dentro de uma única categoria), sendo que 2020 possuíam apenas o curso elementar, 4915 tinham cursado o ensino médio e 1360 completado algum curso superior, sendo grande parte deste último grupo proveniente da área do Direito e da Economia (619 profissionais). Vale destacar que nenhuma menção foi feita a qualquer curso de Jornalismo, Comunicação ou Comunicação de Massa, mesmo já havendo escolas específicas para tal ensino, com o Curso de Jornalismo da Faculdade de Filosofia da PUC, existente desde 1947, e que mais tarde, em 1958, se transformaria em Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero⁸.

Em *Iniciação à filosofia do jornalismo*, LB (1992, p.67) conceitua o jornalismo como “a informação de fatos correntes, devidamente interpretados e transmitidos periodicamente à sociedade, com o objetivo de difundir conhecimentos e orientar a opinião pública, no sentido de promover o bem comum” e explica os itens presentes nessa construção (atualidade, variedade, interpretação, periodicidade, popularidade e promoção) na seção seguinte, intitulada de *Os caracteres do jornalismo*. No percurso para a elaboração desse conceito já podemos encontrar o germe da pesquisa que estava por vir, a qual geraria a folkcomunicação, especialmente quando LB faz o levantamento histórico dos meios de transmissão de informações anteriores aos meios modernos (jornais, cinema e televisão), mostrando, por exemplo, que: homens das cavernas faziam jornalismo ao transmitir com regularidade e frequência fatos que interessavam à comunidade; em 2200 a.C., na China, documentos registraram o cataclismo do dilúvio; romanos expunham informações nos muros da casa do Grande Pontífice; no Renascimento, informações de grande interesse a comerciante e navegadores eram escritas à mão. Nos exemplos brasileiros, o vínculo com a ideia de

⁸ A história da formação do Curso de Jornalismo Cásper Líbero pode ser lida em *Contribuições para uma pedagogia da comunicação*, de José Marques de Melo (1974).

folkcomunicação fica ainda mais claro, como ao falar dos centros de divulgação de notícia, que são as feiras, portos, armazéns etc., e dos pasquins e das folhas volantes:

No Brasil, apesar de não termos tido imprensa senão às vésperas do Ipiranga, nem por isso o colono português integrado na nossa vida, ou o nativo, deixou de praticar o jornalismo. A exemplo de outros povos, apelou para a informação e a sátira verbal, para o pasquim e a folha volante. Nos tempos mais remotos da colonização, era dos púlpitos das igrejas que se utilizavam os letrados oradores sacros para transmitir notícias e conselhos à comunidade. Foi assim que frei Antônio Rosado, um ano antes da invasão flamenga, anunciou, em memorável sermão no convento do Carmo, a formação de poderosa esquadra que poderia transformar Olinda em Olanda, com a mudança apenas de uma letra; e que o padre Vieira tantas e tantas vezes fez jornalismo, utilizando ora o púlpito, como em 1640, na igreja de Nossa Senhora da Ajuda, na Bahia, “pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as da Holanda”, cujas tropas ameaçavam a cidade do Salvador pela segunda vez, ora as cátedras dos colégios dos jesuítas. (BELTRÃO, 1992, p.38)

A ideia de “centros de divulgação de notícia” presente em *Iniciação à filosofia do jornalismo* é muito semelhante, embora ainda pouco elaborada, à de “centro de informação”, esta explicada, mais tarde na tese, no capítulo *Folkcomunicação opinativa*. Os trechos com as explicações de Beltrão sobre ambas indicam a proximidade conceitual:

Centros de divulgação de notícia:

[...] eram as feiras, os Senados das Câmaras, os portos e os armazéns. As notícias oficiais eram transmitidas por bandos, dos quais eram incumbidos comandantes e capitães-mores, com acompanhamento de alguns soldados e tambores. Para o interior, seguiam bandeiras e tropas e, de engenho a engenho, de povoação a povoação, as notícias corriam pela boca dos capitães do mato, dos tropeiros e mascates — como na Idade Média pela voz dos jograis. (BELTRÃO, 1992, p.39)

Centros de informação:

[...] constituem a praça da feira, o fogão, as vendas e pulperias, portos fluviais e pequenos ancoradouros da costa, o pátio da igreja, a farmácia e a barbearia, o terraço das casas grandes, onde as novidades são recebidas e interpretadas, provocando a cristalização de opiniões capazes de, em determinado momento e sob certo estímulo, levar a massa aparentemente dissociada e apática a uma ação uniforme e eficaz. (BELTRÃO, 2001, p.217)

Observações iniciais das formas de comunicação dos grupos sem acesso aos Meios de Comunicação de Massa (MCM) e o processo artesanal empunhado já estão presentes em *Iniciação à filosofia do jornalismo*, embora de maneira secundária e como caminho para a elaboração de um conceito de jornalismo. Mas essa pesquisa o fez querer investigar mais a fundo o contexto de um Brasil não oficial, de brasileiros, de certa forma, esquecidos.

Tanto em *Iniciação à filosofia do jornalismo* quanto na tese *Folkcomunicação...*, LB demonstra preocupação com o pouco alcance dos Meios de Comunicação de Massa (MCM). E essa inquietude também foi um dos fatores que o levou a investigar a comunicação dos que não possuíam acesso às mensagens jornalísticas, a tentar entender “o processo de atualização, reinterpretação e readaptação dos modos de pensar e agir dessa massa surda às mensagens da imprensa, do rádio, da TV e do cinema [...]” (BELTRÃO, 2001, p.75).

O Censo de 1960 (IBGE, [s.d.], p.125-127) nos dá dimensão do baixo acesso aos MCM, especificamente ao rádio e à televisão (não há menção aos meios impressos):

TABELA 1: Acesso urbano e rural ao rádio, à televisão, ao abastecimento de água e a instalações sanitárias

	Números totais	Área urbana e suburbana	Área rural
População	69.222.849 (100%)	30.594.387 (44,20%)	38.628.426 (55,80%)
Pessoas com rádio	24.353.333 (35,18%)	19.279.085 (27,85%)	5.074.248 (7,33%)
Pessoas com televisão	2.980.934 (4,30%)	2.877.437 (4,15%)	103.497 (0,15%)
Acesso à rede geral de abastecimento de água	13.686.905 (19,77%)	13.200.281 (19,07%)	486.623 (0,76%)
Acesso à rede geral de instalações sanitárias	1.772.806 (2,56%)	8.200.872 (11,85%)	119.194 (0,17%)

Fonte: Censo demográfico brasileiro de 1960

As informações acima dão razão à apreensão de LB, pois apenas 35,18% e 4,30% da população brasileira tinha acesso ao rádio e à televisão, respectivamente, em 1960. E o argumento ganha ainda mais plausibilidade ao verificarmos que a preocupação de sua investigação estava, no termo do autor, sobre a *hinterlândia*: apenas 0,15% e 7,33% dos que tinham acesso à televisão e ao rádio, respectivamente, viviam na área rural. Por fim, é importante observar que as dificuldades dos brasileiros não se restringiam apenas aos aspectos de acesso às informações pelos meios massivos, mas também à falta de estruturas básicas, como às redes de abastecimento de água e de instalações sanitárias.

Juan Diaz Bordenave fez uma pesquisa em 1963 com camponeses que viviam próximos à cidade do Recife⁹ e mostrou como eles tinham pouco acesso à informação, que ficava restrita aos grupos dirigentes:

Noventa y cuatro por ciento de los campesinos entrevistados no sabían que el principal producto de exportación de su país es el café; 80% de ellos no tenían ningún significado para la palabra "democracia"; 73% de ellos no sabía quién era Fidel Castro; 65% de ellos no tenía idea de lo que era un dólar; y 48% de ellos no sabía el nombre de quien era entonces el Presidente de la República; [...] O sea que la gran mayoría de la población campesina no sólo carece de oportunidades de información sobre el resto de la sociedad del país, sino que tampoco está informada en cuanto a sí misma. Y, en reserva, lo que el país sabe sobre los campesinos es virtualmente cero. En suma, así como las tierras, el ingreso y la participación política están concentradas en una minoría urbana dominante, así lo está el acceso a la comunicación que los deprimidos de las ciudades y los oprimidos del campo necesitan para poder ser coprotagonistas del afán nacional de desarrollo¹⁰. (BELTRÁN, 1973, p.55-56)

Schramm (1964, p.117) também expôs a diferença de conhecimento entre as populações urbanas e rurais (nesse caso, cidades com menos de dois mil habitantes):

⁹ Beltrão também realizou investigações próximas ao Recife, mas em 1965 planejava excursões para outras localidades no intuito de possibilitar que seus alunos conhecessem o Brasil: "No podemos y no debemos limitarnos a nuestra ciudad y a nuestro Estado. Por eso, con el apoyo de las autoridades y la asistencia de organismos privados, estructuramos el programa de excursiones: 'conozca bien el Brasil', a iniciarse en octubre próximo con la participación de 30 alumnos, divididos en grupos de trabajo (reportaje, fotografía y cinematografía, grabación de sonidos, estudio de documentos de archivo y piezas de museo), iremos hasta Fortaleza por vía aérea, y de allí, por tierra, retornaremos a Recife, recorriendo el 'hinterland' nordestino, teniendo como objetivos principales observaciones 'en el lugar' de los problemas de las represas en Orós, la fertilidad del valle de Jaguaribe, en Crato y las fiestas en memoria del Padre Cícero, en Joazeiro, el fenómeno del colonialismo y del desenvolvimiento en la región árida, en Salgueiro, implantación de 1a energía hidroeléctrica de la CHESF" construcción y conservación de la red ferroviaria a estaciones experimentales de la SUDENE. Otro proyecto, que dependerá de acuerdos final es con el Ministerio de Aeronáutica, SPEVIA y Gobiernos del Amazonas y del Estado de Pará, con la misma organización y objetivos idénticos, llevará a los estudiantes de la escuela de Recife a un conocimiento más preciso de la realidad de la región amazónica" (BELTRÃO, 1965, p.350-351).

¹⁰ Tradução livre: "Noventa e quatro por cento dos camponeses entrevistados não sabiam que o principal produto exportação de seu país é o café; 80% deles não tinham nenhum significado para a palavra 'democracia'; 73% deles não sabiam quem era Fidel Castro; 65% deles não tinham ideia do que era um dólar; e 48% deles não sabiam o nome de quem era então o presidente da República; [...] Ou seja, que a grande maioria da população camponesa não somente carece de oportunidades de informação sobre o resto da sociedade do país, mas que também não está informada sobre si mesma. E o que o país sabe sobre os camponeses é zero. Em suma, assim como as terras, o ingresso à participação política está concentrado em uma minoria das cidades e os oprimidos do campo necessitam para poder ser coprotagonistas do afã nacional do desenvolvimento".

TABELA 2: População e população rural

	Proporção de respostas certas	
	População urbana	População rural
Qual é o atual presidente do Brasil?	80%	50%
Quem é o atual presidente dos Estados Unidos	35	5
Quem é o líder de Cuba e da Revolução Cubana?	35	6
Com quais países o Brasil deve cooperar? (porcentagem que deu alguma resposta)	49	17

Pela tabela 1, com os dados do IBGE, é possível perceber que a maior parte da população brasileira (55,80%) ainda vivia em áreas rurais. Mas esse cenário estava em rápida mudança, o que podemos perceber ao verificarmos que, em 1940, os que viviam no espaço urbano somavam 12,8 milhões e os da zona rural 28,3 milhões (RIBEIRO, 2006, p.181-182). Enquanto em vinte anos esta área teve um acréscimo de aproximadamente 10,3 milhões de pessoas, o espaço urbano recebeu 17,8 milhões de cidadãos.

Segundo Darcy Ribeiro (2006, p.185-187), esse movimento do campo à cidade ocorreu principalmente por dois impulsos: o primeiro no governo de Getúlio Vargas, quando ele impôs como condição para apoiar os aliados com tropas e matérias-primas “a construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda e as devoluções das jazidas de ferro de Minas Gerais”. Dessa forma, após a guerra, Volta Redonda se tornou a “matriz da indústria naval e automobilística e de toda a indústria mecânica”. Já a Vale do Rio Doce “pôs nossas reservas minerais a serviço do Brasil”. O segundo impulso se deu no governo de Juscelino Kubitschek, quando ele abandonou o capitalismo de Estado e ofereceu toda forma de subsídios, atraindo, dessa forma, inúmeras empresas: naval, mecânica, automobilística, química etc. Conforme Tavares (apud RIBEIRO, 2006, p.186), foram tantos subsídios que “muita indústria custou a seus donos menos de 20% de investimento real do seu capital”.

O êxodo rural obrigou as cidades a receberem grande quantidade de pessoas. Dessa maneira, o espaço urbano não possuía (e nem possui ainda) estrutura para abrigar e dar condições mínimas de vida a essas populações, com empregos, espaços educacionais, hospitais etc.

Conforme se vê, vivemos um dos mais violentos êxodos rurais, tanto mais grave porque nenhuma cidade brasileira estava em condições de receber esse contingente espantoso de população. Sua consequência foi a miserabilização da população urbana e uma pressão enorme na competição por empregos.

Embora haja variações regionais e São Paulo represente um grande percentual nesse traslado, o fenômeno se deu em todo o país. Inchou as cidades, desabitou o campo sem prejuízo para a produção comercial da agricultura, que, mecanizada, passou a produzir mais e melhor. Se nosso programa fosse produzir só gêneros de exportação, isso seria admissível. Como a questão que a história nos põe é organizar toda a economia para que todos trabalhem e comam, esse traslado astronômico, da ordem de 80%, gera enormes problemas. (RIBEIRO, 2006, p.182)

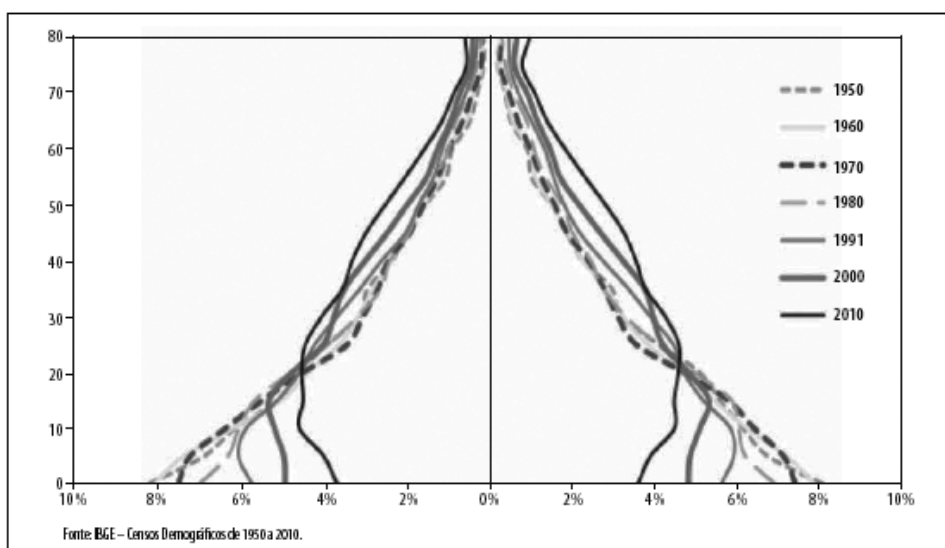
A difícil vida no Brasil não se dava apenas por conta de não se ter acesso a uma tecnologia, por conta do êxodo rural e de as pessoas não serem assistidas por uma ou outra política. O problema era muito mais complexo, que envolvia características não resolvíveis a curto prazo: enorme parte da população em situação de “razão de dependência¹¹”, grande quantidade de analfabetos, alta taxa de natalidade e baixa expectativa de vida. Em relação à mortalidade com poucos anos de vida, dados do IBGE (TENDÊNCIAS..., [s.d.]) mostram que, no Brasil, a esperança de vida ao nascer era de 43,3 anos em 1950, de 48 em 1960 e 52,7 em 1970. Todavia esse quadro era ainda pior no nordeste brasileiro, região de origem e de atividade (à época) de LB: em 1950 a esperança de vida era de 35,9 anos, em 1960 de 40 e em 1970 de 43,3.

Os dados do Censo Demográfico brasileiro de 1960 expõem que a população à época era de mais de 70 milhões¹² (70.070.457), sendo que cerca de 37 milhões (37.024.746) destes estavam na faixa de até 19 anos, representando 52,84% da população. Esse panorama de muitos jovens e de poucos idosos desenha uma pirâmide etária jovem, ou seja, de base larga, típica de países subdesenvolvidos, com altas taxas de natalidade e de mortalidade. Vasconcelos e Gomes (2012, p.541) mostram que as décadas de 1950 e 1960 representaram os anos com a maior taxa de crescimento populacional do Brasil, sendo de 3,1% e 2,9%, respectivamente, a fecundidade superando os 40 nascimentos por mil habitantes e as mulheres, em média, tendo mais de seis filhos no final da sua vida reprodutiva.

¹¹ “Razão de Dependência: peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade)”. (CONCEITOS..., [s.d.]).

¹² O Censo de 1960 traz números diferentes sobre o número populacional do Brasil em algumas partes.

FIGURA 1: Pirâmide etária brasileira entre 1950 e 2010



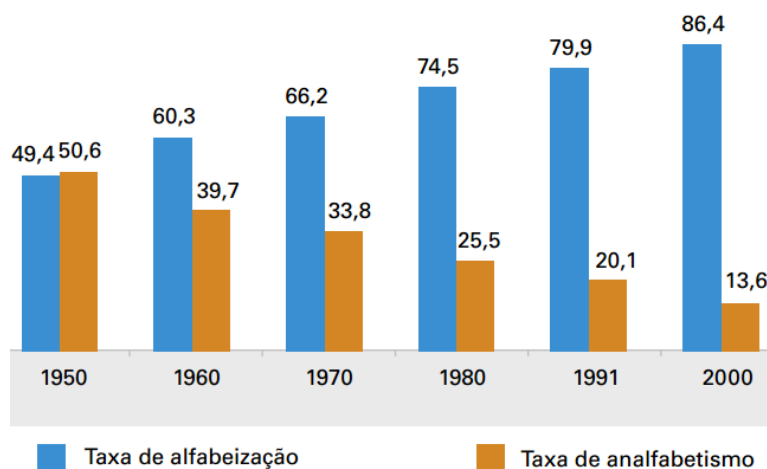
Fonte: Vasconcelos e Gomes (2012, p.543)

Outra característica decorrente desse panorama era de a idade mediana em 1960 ser de apenas 18 anos e, dessa forma, a razão de dependência da população ser de 90%, sendo 81% de população jovem e 9% de idosa. No nordeste brasileiro, espaço de vida de LB até meados dos anos 1960, o cenário era ainda pior, com a idade mediana de 17 anos e a razão de dependência atingindo 99,5% em 1970¹³, com 89,2% sendo do grupo mais novo e 10,3% do com mais idade. Para termos noção comparativa do que esses números significam, no Brasil de 2010 a idade mediana era de 27 anos (ou seja, em período ativo de produção) e a razão de dependência de 53,6%, sendo 37% do grupo jovem e 16,6% do idoso.

O analfabetismo, presente nos questionamentos de LB, como vimos no início desse tópico, era, de fato, um problema habitual, especialmente nos anos 1950, quando a população não alfabetizada era maior do que a que teve acesso às informações básicas de leitura e escrita. Porém, entre 1960 e 2010, é perceptível a mudança de cenário, levando em conta as informações da figura abaixo e sabendo que em 2010 a taxa de analfabetismo esteve em 9,6% (CENSO 2010..., 2011).

¹³ Na pesquisa de Vasconcelos e Gomes, a análise de dados regionais começa em 1970.

FIGURA 2: Taxa de alfabetização e taxa de analfabetismo



Fonte: (TENDÊNCIAS..., [s.d.])

LB tinha contato com esses problemas sociais brasileiros, pois, além tê-los observado enquanto jornalista, em seu primeiro romance, publicado em 1950 e intitulado de *Os senhores do mundo*, representou tal realidade, descrevendo os moradores do mangue da cidade do Recife, esta que era à época a terceira maior do Brasil, com 525 mil habitantes, atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro, com populações de 2,198 milhões e 2,322 milhões, respectivamente (RIBEIRO, 2006, p.183). “O meu primeiro romance é sobre esse pessoal. Eu realmente me dava com esses grupos. Em segundo lugar, eu sou filho de um funcionário, um dentista e a minha mãe era ‘artes domésticas’”, como se dizia na época Beltrão (1987, p.12). Nesses termos, faz o vínculo entre o escrito nesse livro, a sua vida e a folkcomunicação em entrevista publicada pela Intercom.

Em *Os senhores do mundo* há passagens que mostram como a população recifense mais pobre vivia e trazem pistas de como Beltrão via tais vidas. Aqui, em destaque, dois trechos que realmente devem ser lidos:

Nas poças d’água mais limpas, mulheres lavam roupa, batendo-as contra carcomidas tábuas. As coxas roliças das lavadeiras estão à vista dos que vão nos ônibus, nos bondes que deslizam pelos infintos trilhos de aço na ponte do Pina ou na Rua Imperial. Moleques nus banham-se na maré e um pescador solitário lança a rede na água escura. Outras mulheres, grávidas, os ventres entumecidos cobertos por molambos, procuram mariscos nas *coroas* que a vazante descobriu. Os pés atolados na lama inchados, ardendo de frieiras, elas se baixam e se levantam sem cessar, enchendo as latas que serão vendidas por alguns niqueis, nas feiras livres e no Mercado. (BELTRÃO, 1950, p.18)

Mas a noite também traz à tona a miséria moral da população infeliz. E gritos cortam o ar: alguém espanca a mulher, meninos choram convulsivo choro. Vozes esganiçadas, em altos brados, exprobam o procedimento de

companheiros que chegam bêbados à casa ou que se detiveram para o jogo de cartas ou de víspera, nos mosqueiros próximos. Chamas furiosas elevam-se vez por outra destruindo um dos miseráveis casebres de palha. E a criança morreu no inferno das labaredas ou está escondida cheia de queimaduras, num mocambo longe. Melhor que morra – pensam – do que seja entregue aos médicos do Pronto Socorro. O hospital apavora aquela humanidade decaída. Os bombeiros não podem perder tempo com essas miseráveis habitações. A polícia teme penetrar naquelas zonas, onde o vício e o crime dão-se as mãos em demoníaca faina. Nas noites de luar, em cada minuto – acreditam – nascem e morrem no mangue 36000 maruins [mosquito-do-mangue]. Em cada minuto, esses microscópicos ‘pedaços de lama’ atacam os moradores dos alagados, marcando-lhes os corpos, mal cobertos de calombos que ardem e coçam desesperadamente. Até que a lua saia de todo, os insetos, a lama viva, maltratam, e surram a população miserável do mangue. Depois, lua alta, ouvem-se o repinicar de um violão, os sons de velhas sanfonas e vozes cantam doces canções. Muita tarde é que a vida humana exterior cessa no mangue. É hora do amor e do silêncio, quando em cada mansarda se tenta gerar nova vítima alguém que venha engrossar as fileiras dos párias que a cidade expulsou para os arraiais de palha e taipa. (BELTRÃO, 1950, p.19)

Além desses problemas sociais, as questões políticas e econômicas da América Latina e do mundo ajudaram a tornar o ambiente brasileiro ainda mais difícil e complexo. No contexto mundial, o pano de fundo era a Guerra Fria, uma briga que polarizou o globo entre os que ou apoiavam os Estados Unidos da América ou a União Soviética: não existia uma terceira via, como pensou Jânio Quadros e que, dessa forma, teve como resultado a oposição tanto dos políticos ligados à direita quanto dos ligados à esquerda. Também foi época de guerras (tenham sido em Biafra ou no Vietnã, ou por questões étnicas, por petróleo ou por hegemonia política) e de revoltas estudantis.

Na América Latina a situação também era bastante turbulenta, e as disputas que a Guerra Fria facilitava, aqui chegavam: grande atenção dos estadunidenses nos seus coirmãos de continente, disputas entre comunistas e anticomunistas e inúmeros golpes militares, sobre governos civis ou militares.

E o Brasil, entre 1959 e 1967 (tempo em que LB elaborou a pesquisa sobre folkcomunicação e que teve como presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, João Goulart e Castelo Branco), além de ter recebido todas essas influências de outros países por conta do contexto geopolítico vivido, passou por momentos como a construção de Brasília, aumento da dívida externa, presidente renunciando e outro sendo derrubado.

Essas questões contextuais apontadas e não aprofundadas ainda serão recuperadas em momentos mais oportunos nesta tese.

2. DO QUE TRATA A TESE *FOLKCOMUNICAÇÃO: UM ESTUDO DOS AGENTES E DOS MEIOS POPULARES DE INFORMAÇÃO DE FATOS E EXPRESSÃO DE IDEIAS*

A tese de Luiz Beltrão (LB) tem dez capítulos, divididos em duas partes. A primeira é denominada de *Teoria da folkcomunicação: fundamentos teóricos e metodologia*, contendo quatro capítulos: 1 – *Instrumentos e efeitos da comunicação coletiva*; 2 – *Dicotomia ético-cultural: elites e massa*; 3 – *O líder de opinião*; 4 – *Folkcomunicação: intercâmbio de mensagens*. Eles trazem a visão de LB sobre o que é comunicação e sobre a realidade social brasileira e mostram os fundamentos teóricos que deveriam embasar o estudo. A segunda seção é intitulada de *Pesquisa de folkcomunicação*, a qual possui seis capítulos: 1 – *Comunicação no Brasil pré-cabralino*; 2 – *Comunicação no Brasil colonial*; 3 – *Folkcomunicação: manifestações e veículos no Brasil*; 4 – *A informação oral*; 5 – *A informação escrita*; 6 – *Folkcomunicação opinativa*. Essa parte traz o resgate e análises das formas de comunicação que existiram/existem no Brasil, indo do período anterior a Pedro Álvares Cabral até os anos 1960.

No primeiro capítulo, *Instrumentos e efeitos da comunicação coletiva*, LB já mostra que, para ele, a comunicação é parte muito especial para a sociedade contemporânea, pois somente mediante ela os indivíduos e os grupos adquirem sabedoria e experiência para conseguirem sobreviver e se aperfeiçoar. É importante destacar que essa comunicação é entendida num sentido amplo, como “o processo mínimo, verbal e gráfico pelo qual os seres humanos intercambiam sentimentos, informações e ideias” (BELTRÃO, 2001, p.54).

Para o autor, na sociedade moderna, com grupos grandes, heterogêneos e dispersos, a comunicação face a face tornou-se limitada, fazendo-se preciso a existência de uma comunicação massiva e coletiva, a qual se caracteriza por um comunicador que transmite uma mensagem não para alguém especificamente, mas para os que desejarem prestar atenção nela, e estes, que as recebem, encontram formas de alimentar o diálogo, não necessariamente em palavras: “a resposta à mensagem, na comunicação coletiva, não é a discussão, mas ação”.

Entender como reagem os receptores às mensagens massivas é uma preocupação de LB, pois enquanto numa comunicação face a face a mensagem e a reação a ela pode ocorrer simultaneamente entre as partes, na massiva isso ocorre de maneira mais demorada, ou, em muitos casos, não existe. LB defende que, mesmo com o uso de ferramentas estatísticas, essa reação não é bem mensurada, porque outros fatores devem ser levados em consideração, como a personalidade dos grupos organizados, a situação socioeconômica e cultural da comunidade, as diretrizes políticas e a influência das elites dirigentes e o quadro psicológico da atualidade universal – “a nossa comunidade não vive isolada mas é parte do mundo físico e

da humanidade inteira, nela repercutindo e alterando as reações tudo quanto afeta o globo terrestre (a natureza) e a sociedade internacional (a espécie humana)” (BELTRÃO, 2001, p.56).

Essa verificação das reações dos receptores é muito importante para os comunicadores, pois, para LB, é apenas buscando essa interação que os conteúdos e as mensagens podem ser mais bem escolhidas e elaboradas, e quando os grupos comunicadores estão presentes em realidades sociais muito distintas, é ainda mais difícil haver uma comunhão.

Enquanto no primeiro capítulo não há citações de autores e de outras pesquisas (existe apenas uma brevíssima menção a Wirth, tanto que nem citado nas referências é), no segundo há o uso de diversos autores para explicar as diferenças existentes entre “as elites intelectuais e dirigentes e a massa rural e urbana marginalizada¹⁴” (BELTRÃO, 2001, p.59). LB utiliza Roberto Simonsen, Cassiano Ricardo, Pedro Calmon, Edison Carneiro, Nertan Macêdo, Djacir Menezes, Franz Boas, Câmara Cascudo, Lancelot Hogben, J. E. Gerald. e mostra que as “elites do poder” e as “classes bem pensantes” assumiam posições e tomavam decisões “sem ter em conta o processo do homem do povo, menosprezando-o [...]” (BELTRÃO, 2001, p.61).

Em relação ao que LB entende por “marginalizados”, não há uma conceituação clara e precisa em sua tese; porém, na matéria de jornal “O folclore como sistema de comunicação popular” (1977), ele afirmou que a investigação se deu sobre os “grupos rurais intelectual, econômica e geograficamente marginalizados”, que são:

Habitantes de áreas isoladas, carentes de energia elétrica, [palavra não entendida] de transporte eficientes e meios de comunicação modernos, sub-informados, desassistidos pelas instituições propulsoras da evolução social e das metas de desenvolvimento perseguidas pelas classes dirigentes do País, se constituem de indivíduos analfabetos ou semialfabetizados, de baixíssima renda *per capita* e cuja cultura está fundamentada em crenças e hábitos arraigados e tradicionais. Por isso, o intercâmbio de informações e a expressão de opiniões, ideias e atitudes desses públicos se fazem através de agentes ligados direta ou indiretamente ao folclore.

Esse segundo capítulo é uma crítica à não atenção que as elites dirigentes davam ao povo, o que leva LB a duas posições: a primeira diz que as elites são ignorantes sobre os demais grupos, não sabendo quem, de fato, são, como ignorando as crenças, os ritos, as formas de comunicação, e, dessa maneira, impossibilitando “a comunicação e a comunhão

¹⁴ Explicamos o entendimento de Beltrão por “marginalizado” na introdução dessa tese.

entre Governo e povo¹⁵, elite e massa” (BELTRÃO, 2001, p.62). E que esse distanciamento, defende o autor, cria dificuldades para que “a população menos culta aceite princípios e normas de mudança social, adote novas maneiras de trabalhar, de agir, de divertir-se, um outro modo de crer e decidir” (BELTRÃO, 2001, p.62). A segunda posição, por outro lado, defende, em tom elogioso, que o povo possui sua própria inteligência e resiste à imposição de culturas forâneas:

Teimosa e obstinadamente, resiste ao imperialismo cultural, defende, defende “as características julgadas nacionais contra o nivelamento pela cultura internacional, dirigida e comum”, facilmente vitorioso nas classes altas e médias. Valendo-se de formas tradicionais e rudimentares de expressão, ao seu alcance – já que privados dos meios e veículos de maior extensão mas de manejo reservado às camadas privilegiadas – oferecem uma resistência épica à arrancada cultural alienígena, como os anglo-saxões o fizeram ante o domínio francês dos normandos. (BELTRÃO, 2001, p.62)

Da base teórica utilizada por LB para a sua pesquisa, a ideia de *líder de opinião* foi a que ganhou mais destaque, tendo um capítulo destinado somente a esse assunto. A base de pesquisas sobre esse líder vem dos Estados Unidos, com LB citando os nomes de Berelsen, Gaudet, Kurt Lewin e Merton, mas tendo como base para a pesquisa Paul Lazarsfeld e Elihu Katz. A utilização de tal conceito vem por defender a ideia de que os meios de comunicação não são todos poderosos e que dentro de grupos sociais há pessoas em posição de influência: “a influência do líder de opinião – personagem quase sempre do mesmo nível social e de franco convívio com os que se deixavam influenciar, levando sobre eles uma vantagem: estava mais sujeito aos meios de comunicação do que os seus liderados” (BELTRÃO, 2001, p.67).

O líder de opinião, vê Beltrão, é alguém capaz de traduzir as mensagens de outros grupos para que sua comunidade consiga entendê-las. Também o enxerga como personagem importante na realização de pesquisas que busquem entender “como se informam e participam do processo social as camadas marginalizadas e menos cultas da população” e, especialmente,

quando se pretende indicar caminhos ao êxito de campanhas para a difusão de novas ideias e práticas, como na atual fase da evolução brasileira, considerada de transição com vistas ao desenvolvimento sociocultural e econômico. Já que os grandes meios convencionais de comunicação coletiva não funcionam para a obtenção de efeitos positivos para as pretensões das elites culturais e políticas – as metas desenvolvimentistas – porque as suas mensagens não são assimiladas, por interação social, nos grupos estudados, é tarefa do investigador pesquisar quais os veículos que, tradicionalmente, servem à condução de mensagens entendidas e aceitas em tais segmentos da sociedade. (BELTRÃO, 2001, p.70)

¹⁵ Explicamos o entendimento de Beltrão por “povo” na introdução dessa tese.

O quarto e último capítulo da parte teórica da tese explica os motivos de LB para realizar tal estudo, os questionamentos que foram surgindo desde as suas pesquisas na década de 1950, adianta algumas descobertas conseguidas no decorrer do estudo, mostra a metodologia utilizada (pesquisa documental, bibliográfica, de campo, com observação participante e uso de entrevista aberta) e a necessidade de entender a dinâmica e a força que tinha a comunicação que ocorria através do folclore, fazendo-o chegar ao que ele denominou de folkcomunicação: “Folkcomunicação é, assim, o processo de intercâmbio de informações e manifestações de opiniões, ideias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore” (BELTRÃO, 2001, p.79).

Na segunda parte da tese, a *Pesquisa de folkcomunicação*, o estudo empírico é mostrado, especialmente dos capítulos 7 a 10, quando fala das manifestações e veículos de folkcomunicação no Brasil, das informações orais e escritas e o que se caracteriza por folkcomunicação opinativa. Todavia, os dois capítulos anteriores (5 e 6) trazem um levantamento histórico das formas de comunicação no Brasil, mais especificamente dos períodos pré-cabralino e colonial.

LB expõe como a comunicação existia no período antes de Cabral, mostra o Tupi como a língua nacional até o século XVIII (quando foi proibida pelo governo), e os “agentes de comunicação”, função realizada pelos carahibas e pajés, com estes criando meios comunicativos, como o maracá, um “instrumento feito de cabaça, cheio de pedras ou grãos de milho, com um cabo de madeira, e que era adornado com penas e pintado geralmente de vermelho” (BELTRÃO, 2001, p.93). Para a elaboração do capítulo, grande número de autores foi lido, como Couto Magalhães, Lima Figueiredo, Cassiano Ricardo, Walter Krickeberg, Gilberto Freyre e Angione Costa para entender o Brasil antes de Cabral; Couto de Magalhães, José de Anchieta, Câmara Cascudo e Jean de Lery para compreender o uso do tupi no Brasil; e Câmara Cascudo, Castro Barreto, Couto Magalhães, Lima Figueiredo, Gabriel Soares de Sousa, Sergio Buarque de Holanda e Estevão Pinto para verificar a vida, o contexto e a comunicação dos índios.

Quando trata da *Comunicação no Brasil colonial*, a linha de investigação é a mesma do capítulo anterior, com o uso de pesquisa bibliográfica e busca histórica para averiguar como os atos comunicativos se davam nessa época. Dessa forma, a atenção acaba se voltando aos jesuítas, pois eles conseguiram penetrar no país, ter contato com os nativos e viam que as notícias deveriam “circular nas sociedades – assim como o sangue nas veias; de que os fatos transmitidos periodicamente de um núcleo social para outro representam uma emulação,

reclamada pelo espírito competitivo do homem transportado para a própria natureza das coletividades” (BELTRÃO, 2001, p.103-104). Os jesuítas se faziam influentes pelas suas técnicas de contato com os nativos, como buscar o entendimento da cultura local e a adaptação das mensagens e uso de técnicas de comunicação:

Para melhor atingir seu desígnio, adotaram os padres, técnicas do teatro moderno: atores misturados ao público intervinham na ação, interpelando e dialogando com os personagens da cena. Essas intervenções, que não eram antecipadamente conhecidas da plateia, causavam profunda impressão e eram tidas como espontâneas... É graças a estas táticas psicológicas, que incluíam a divulgação sistemática dos resultados dos seus próprios empreendimentos, que o jesuíta consegue transformar as suas aldeias ou aquelas povoações [...]. (BELTRÃO, 2001, p.113)

Após esses dois capítulos com enfoque em questões históricas do Brasil, LB começa explanação do que vem a ser a folkcomunicação e quais são as principais formas de transmissão de mensagens das populações não observadas pelas elites dirigentes. No capítulo sete, *Folkcomunicação: manifestações e veículos no Brasil*, o autor traça o elo entre as classes populares e o folclore. Para chegar a tal momento, continua com a pesquisa bibliográfica sobre a história do Brasil (utilizando principalmente Caio Prado Júnior e Pedro Calmon) e retoma, dos capítulos da *Parte I*, a ideia de um país em cisão, com as classes populares apartadas dos “movimentos ideológicos e políticos que pretendem encaminhar o país a novos rumos, com vistas ao desenvolvimento econômico e social” (BELTRÃO, 2001, p.119), e ressalta que, na época dos jesuítas e bandeirantes, “ainda que dispersos, ainda que sem ilustração, ainda que sem uma preconcebida intenção literária, os brasileiros se entendiam então com muito mais presteza e harmonia do que hoje [...]” (BELTRÃO, 2001, p.121).

A cisão brasileira se deu, conforme o autor (2001, p.123), muito em razão de a imprensa ter pertencido somente às elites intelectuais e dirigentes, não contribuindo, então, para a manutenção e fortalecimento da “unidade brasileira”. Com esse aparte, as populações rurais e proletárias urbanas desenvolveram “uma linguagem específica, que recolhe informações e se expressa somente através de agentes e meios de natureza e forma folclórica” (BELTRÃO, 2001, p.123) e tinham acesso a notícias pelos seus próprios jornalistas: “os cantadores, os cegos da feira, os caixeiros-viajantes, os bicheiros, os vigários da cidade e povoados maiores” (BELTRÃO, 2001, p.124).

Tendo em vista o Brasil sem “unidade nacional”, dividido em dois (com populações de linguagens, agentes e meios distintos), LB (2001, p.125-126), usando ideias de Edison Carneiro, viu como as classes populares vivem e fazem uso do folclore da seguinte maneira:

É através desses veículos e agentes que as camadas populares “organizam uma consciência comum, preservam experiências, encontram educação, recreio e estímulo, dão expansão aos seus pensadores artísticos e, afinal, fazem presentes à sociedade oficial as suas aparições e as suas expectativas... Elemento de aproximação e coesão, o folclore serve de tribuna, é um comício com que o povo se faz ouvir pelas classes superiores... em manifestação que refletem o seu comportamento em face das relações de produção vigentes na sociedade, como registro e o comentário dos fatos da vida quotidiana¹⁶”. Eis porque, como o salienta Edison Carneiro, devem os intelectuais e políticos – se quiserem realmente compreender e interpretar os sentimentos da massa – deixar de lado os aspectos puramente lúdicos, cerimoniais e artísticos da atividade popular para se fixar no “folclore do trabalhador”, que Silvio Romero já apontava como “um dos mais seguros índices do estado de espírito das nossas populações”.

No oitavo capítulo, os resultados da pesquisa empírica de LB começam a ser mostrados de forma mais profunda, tendo como foco a informação oral, especialmente a dos cantadores, dos caixeiros viajantes e dos choferes de caminhão. Os primeiros são nômades, que cantam e contam fatos e “causos” por onde andam, sendo um dos “responsáveis pela atualização de conhecimentos e tomadas de atitude das camadas marginalizadas da população brasileira” (BELTRÃO, 2001, p.127). Beltrão, com farto material, mostra exemplos dos cantos, das histórias que esse “jornalismo oral” foi difundindo nos interiores e entre as populações mais carentes e a influência que eles tiveram em vários momentos da história do Brasil.

Foi, provavelmente, graças a esse jornalismo oral, ditirâmico, que a Coluna Prestes teve, nos sertões goiano e nordestino, um acolhimento cordial e, por vezes, entusiástico, já que representava aos olhos da massa de habitantes abandonada a reação contra o governo, contra uma ordem estabelecida que lhes voltava o mais complexo e trágico despreço. (BELTRÃO, 2001, p.130)

Os caixeiros viajantes (ou representantes comerciais) se fazem bons “repórteres”, pois têm contato frequente com grandes centros, conhecem muitas pessoas e seus costumes e, por conta da sua profissão, de tudo tem que conversar, distribuindo informações e opiniões por onde passam. Os choferes de caminhão viajam pelas estradas do país (e os barqueiros na malha fluvial brasileira) e também vão noticiando o que veem e o que ouvem, completando a obra do representante comercial.

O nono capítulo trata da informação escrita, especificamente dos folhetos, dos almanaques e dos calendários e dos livros de sortes, e mostra abundante material bibliográfico e documental que foram utilizados nas análises e para exemplificações. Dos primeiros faz parte o cordel, que é o jornal e o romance das classes populares, contando de causos de heróis

¹⁶ Ideias do livro *A sabedoria popular* (1968, p. 11,13 e 15), de Edison Carneiro.

a histórias do dia a dia, e, pelos cordelistas fazerem parte do mesmo ou de grupos próximos dos receptores, utilizam linguagem que será entendida pelos leitores/ouvintes: “Característica da notícia transmitida nos folhetos é que sempre inclui comentário apaixonado, uma vez que a massa de leitores aos quais se dirige não é sensível ao objetivismo jornalístico. Quer o fato e a opinião” (BELTRÃO, 2001, p.156).

LB defende que o povo, por seus próprios meios, informa-se, politiza-se e consegue se fazer ouvir. Uma importante marca da pesquisa empírica realizada pelo autor pode ser percebida claramente no capítulo nove quando demonstra que, apesar de todas as dificuldades, os grupos não integrados nas políticas governamentais possuem poder e criam força de ação para ter seus interesses atendidos.

A sucessão de folhetos sobre assuntos diversos mas, afinal de contas, abordando os mesmos e eternos temas (as desigualdades sociais, a desassistência ao povo, as aspirações de justiça e de liberdade, uma melhor distribuição de riqueza, a desconfiança ao estrangeiro) vão, sem dúvida formando a opinião. Lentamente, as populações do nosso *hinterland* se estão politizando, no sentido de não mais dar ouvidos à demagogia ou simplesmente aos interesses de chefes municipais, mas de atender àqueles reclamos para os quais os governos fazem ouvidos de mercador. Episódios como a rebelião dos posseiros no Paraná, a disseminação e repercussão nacional das “ligas camponesas” – associação de agricultores e trabalhadores rurais na zona da mata de Pernambuco, a crescente sindicalização e a organização de cooperativas agrícolas e pastoris, são movimentos que nasceram e se desenvolveram à margem das manobras da politicagem e que dão sinais de uma efervescência que transcende aos objetivos passageiros e periódicos de campanhas encetados pelos “salvadores da pátria”. (BELTRÃO, 2001, p.162)

Os almanaques comumente são feitos por empresas (jornalísticas, farmacêuticas e outras, entre as quais os do Biotônico, da Nestlé e o da Bristol) ou por pessoas sem grandes posses e se caracterizam por simplicidade estilística, uso de recursos visuais e por trazerem informações variadas, como sobre meteorologia, saúde, política, economia, agricultura, avanços da ciência, curiosidades, calendário, assuntos domésticos, histórias em quadrinhos, textos de autores nacionais e estrangeiros, como Machado de Assis e Eça de Queiroz. Na parte final do tópico, LB faz análise dos almanaques Biotônico, Brasil, Bristol e Catedral e mostra os temas por eles tratados: finanças, política fiscal, custo de vida, corrupção, reforma agrária, reflorestamento, energia nuclear, casamento, divórcio e filhos.

Os calendários são como almanaques em doses homeopáticas, tendo, em cada folhinha, informações sobre os dias úteis, os feriados e dias santos, indicação da lua, fatos mundiais, conselho de higiene, ensino agrícola, soluções a problemas domésticos, receitas etc. Já os livros de sorte são um misto de almanaque e oráculo, e trazem normalmente contos,

versos e crônicas e notícias. Alguns desses livros podem ter formato de revistas e tratam claramente de política, podendo dedicar toda uma edição ao assunto e também tomar partido.

O último capítulo da tese de LB trata da folkcomunicação opinativa. Ele começa explicando que existem espaços nos quais as pessoas entram em contato e disseminam informações, podendo provocar a “cristalização de opiniões capazes de, em determinado momento e sob certo estímulo, levar a massa aparentemente dissociada e apática a uma ação uniforme eficaz” (BELTRÃO, 2001, p.217). LB mostra que o cotidiano e os locais de encontro de sujeitos são fatores fundamentais para a divulgação de informações e o desenvolvimento do pensamento.

LB divide esse décimo capítulo em vários meios de expressão, analisando-os. O primeiro é a queima do Judas, que se caracteriza por um boneco que pode ser queimado em praça pública ou ser colocado na porta de uma personalidade alvo da manifestação satírica, no intuito de criticar pessoas e situações. O segundo é a “serra dos velhos”, que se forma por grupos de rapazes que conduzem serrotes, reco-recos, latas e chocalhos até a casa de alguém a ser satirizado e fazem grande alarido quando lá chegam para despertar a vizinhança e o alvo e dão início a um testamento, indagando quem vai ficar com as suas coisas (BELTRÃO, 2001, p.223).

Outros meios fazem parte da folkcomunicação opinativa, como o carnaval e a música popular, pois por eles a opinião do povo é mostrada, indicando os problemas vividos e as melhorias desejadas. Também há o mamulengo, uma espécie de teatro de bonecos, que tem como temas situações da atualidade e atuam como agentes de comunicação para o povo. Outro meio é o bumba-meu-boi, que, conforme LB, possui grande conteúdo jornalístico e pelo qual o povo melhor exprime a crítica social: é uma manifestação cultural rica em sátira, em condenação e aprovação popular, possuindo força em cada local de apresentação por o auto possuir personagens e sequências que encarnam pessoas e por refletir “episódios da vida real, que o público conhece ou é capaz de identificar na roupagem fantasista ou caricatural apresentada” (BELTRÃO, 2001, p.229).

Finalizando o último capítulo, estão o artesanato e as artes plásticas, que podem ser feitas de cerâmica, madeira, metal, pedra, coco, pano etc., mas que, de fundo, expressam crítica à situação vivida:

A grande maioria do povo brasileiro permanece alheia a essa interpretação, destinada sobretudo às elites. É porque essa maioria tem os seus próprios veículos, os seus próprios artistas plásticos, os seus Aleijadinhos intuitivos, que modelam o barro e misturam as tintas para exprimir, através das suas obras singelas os sentimentos do meio que procedem. (BELTRÃO, 2001, p.242)

Entre esses artistas, o grande exemplo dado por LB é o de Mestre Vitalino, que, por suas esculturas, exhibe os retirantes, as perseguições policiais, a falta de alimento, problemas com bebida etc. “Toda a dramaticidade da existência sofrida das populações campesinas está refletida na obra deste homem ‘fascinado do intangível... e tocado da vontade de arrancar formas a um mundo que sujeita o homem, para fazê-las entrar num outro que ele governe’ (Malraux)” (BELTRÃO, 2001, p.247).

LB também coloca na categoria de “artesanato e artes plásticas” os ex-votos, que são peças moldadas por algum artesão e vendidas a algum devoto, que as deixa para algum santo, canonizado ou popular, como agradecimento a um pedido atendido. Os ex-votos se fazem peças documentais e noticiosas sobre a situação social dos devotos de determinado santo, pois por eles se pode compreender os principais problemas que naquela comunidade existem. Por exemplo, em santuários ou casas de milagres pode haver maior quantidade de ex-votos representando partes do corpo humano, mostrando que a falta de saúde é um aspecto problemático, mas, em outros espaços, a maioria das peças pode representar barcos afundados, casas, animais, diplomas escolares etc. Nas palavras de LB (2001, p.253) “o ex-voto, na sua ‘ingênua exageração dos milagres’, é, na verdade, um veículo de linguagem popular, dos seus sentimentos”.

Os parágrafos anteriores são importantes para que seja percebido que a tese de LB possui duas partes distintas, que, se lidas separadamente, ou se o leitor focar mais em uma ou em outra, podem gerar interpretações diversas. Nos capítulos da seção teórica fica nítida a preocupação de LB em entender o povo e seus meios de comunicação no intuito de facilitar o acesso das mensagens das elites e a preocupação por haver uma cisão brasileira, de não existir uma unidade nacional. Porém, na segunda parte da tese, a que contém a pesquisa empírica, o autor também apontou que o povo não precisa das elites, pois, apesar dos problemas vividos, tem força para sobreviver, para resistir e para fortalecer seus valores. Os inúmeros exemplos de comunicação popular citados mostram com clareza a crítica social presente nas esculturas, nos cordéis, no carnaval, no bumba-meu-boi etc., exibem que o povo resiste às ações das elites, e que isso não é ruim.

Marques de Melo (1980), no prefácio de *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados*, fez algumas observações à tese de Beltrão, dizendo que ela possui algumas “contradições e ambiguidades”, possui marcas de “indefinição ideológica” e passa a ideia de “nebulosidade teórica”.

Tal peculiaridade não constitui traço específico da obra de Luiz Beltrão, sendo observada na produção literária e científica de décadas. Submetidos a uma formação cultural conservadora, disseminada pelas nossas universidades, muitos escritores brasileiros, principalmente na área de ciências humanas, a se depararem com o pensamento socialista o absorveram de alguma maneira nas suas análises e interpretações. Com exceção dos intelectuais que assumiram desassombradamente a militância política (de esquerda ou de direita), as obras referentes aos fenômenos sociais e culturais, em nosso país, carregam a marca da ambiguidade política, decorrente da própria perplexidade filosófica dos seus produtos ou da necessidade de sobreviver numa sociedade que não legitimou ainda a liberdade de opção ideológica. (MARQUES DE MELO, 1980, p.VIII-IX)

LB (1987) também era honesto em relação à sua tese, como, ao dizer em 1980, que as pesquisas em folkcomunicação estavam em andamento e que alguns pontos deveriam continuar em debate e serem aperfeiçoados para estudos seguintes. Em entrevista publicada em 1987 pela Revista Brasileira de Comunicação, disse que em sua pesquisa de doutoramento “houve muito empirismo” e que continuava preocupado com a folkcomunicação, pois, ainda, precisava de “muitos mais elementos para uma teoria da folkcomunicação. Aliás, eu acho que nós estamos precisando de muitos mais elementos para uma teoria da própria comunicação” (BELTRÃO, 1987, p.14).

CAPÍTULO II

FOLKCOMUNICAÇÃO E TEORIA SOCIAL FUNCIONALISTA

A discussão sobre o vínculo (ou sobre a não ligação) da folkcomunicação com o funcionalismo é comum, havendo vários trabalhos tratando desse tema, como *Objeções à associação entre estudos culturais e folkcomunicação*, de Nilda Jacks e Ana Carolina Escosteguy (2003), *Reflexões metodológicas na pesquisa em folkcomunicação* (2013), de Guilherme Fernandes, Júnior Pinheiro e Júnia Martins, e a tese *A gênese, o desenvolvimento e a difusão da folkcomunicação*, de Isabel Amphilo (2010).

Esse possível elo entre a folkcomunicação e o funcionalismo muito se relaciona à ideia presente na tese de Luiz Beltrão (LB) de que o pesquisador deveria verificar os grupos que não tinham acesso aos meios ortodoxos de comunicação (periódicos, TV, rádio e cinema) e descobrir as formas comunicativas deles para os integrarem nos projetos de desenvolvimento nacional.

Observando especificamente a fundamentação teórica da tese de LB, são perceptíveis trechos que exemplificam a característica citada no parágrafo anterior, mostrando a tentativa do autor em indicar caminhos para que as campanhas desenvolvimentistas acessassem as camadas mais pobres da população brasileira, como em já mostrada citação (no capítulo anterior) de LB (2001, p.70).

É nesse sentido que, tendo como base passagens como a supracitada, Ana Carolina Escosteguy e Nilda Jacks (2003) afirmaram que a folkcomunicação “está claramente vinculada aos pressupostos de uma teoria social funcionalista”. E também chegaram a essa conclusão por terem verificado que Beltrão se referenciou em autores como Lazarsfeld, Berelson, Katz e Merton e por ele ter enxergado “nos meios de comunicação uma função de estabilizador da sociedade e, quando isso não acontece, apela para os agentes sociais que deverão exercer a mesma função” (ESCOSTEGUY; JACKS, 2003). Contudo, no artigo dessas autoras, como em tantos outros, não foram encontradas passagens mais elaboradas sobre o que é o funcionalismo. Normalmente são escassas linhas que se limitam a mostrar poucas e gerais ideias.

Na tese, realmente é perceptível a tentativa de Beltrão em buscar maneiras de integração social¹⁷ bem como o uso de autores usualmente ligados ao funcionalismo no referencial teórico, como Paul Lazarsfeld e Bronislaw Malinowski. Porém, para analisarmos se há na origem da folkcomunicação vínculos funcionalistas, faz-se necessário entender melhor que abordagem ou método ou teoria é este, pois não é suficientemente seguro chegar a tal conexão usando-se apenas conceitos pré-estabelecidos, como de ele “ver a sociedade como um organismo”, de querer “estabilizar a sociedade”, de ser uma “teoria conservadora” e de ser “a favor dos interesses imperialistas”.

Ademais, dizer que a folkcomunicação está “claramente vinculada aos pressupostos de uma teoria social funcionalista” traz consigo a consequência de enquadrá-la num corpo que já carrega consigo uma imagem que, nos estudos de Comunicação na América Latina, acaba sendo vinculada a questões políticas.

Em caracterizações feitas do funcionalismo por autores latino-americanos (ligados à Comunicação), um tom (político) de repulsa é facilmente encontrado. Alberto Efendy Maldonado ([s.d.]), por exemplo, fala da profunda vinculação entre o funcionalismo aplicado na América Latina e os interesses norte-americanos:

As noções, conceitos e estratégias elaboradas pelos funcionalistas tiveram uma profunda vinculação com os interesses hegemônicos norte-americanos no mundo. A analogia funcional-biológica na qual o social torna-se “organismo-natural” e “máquina” facultou à razão funcionalista a construir uma série de inferências genocidas, racistas, etnocêntricas e autoritárias. Os eixos centrais da elaboração teórica desses autores foram condicionados pelas necessidades e os objetivos geopolíticos, militares e financeiros do poder estadunidense. Durante o século XX as formulações conceituais norte-americanas a respeito da comunicação social estiveram estreitamente ligadas com as políticas expansionistas de seu modelo de sociedade.

Adelmo Genro Filho, em *O segredo da pirâmide – para uma teoria marxista do jornalismo* (1987), traz nos três primeiros capítulos críticas ao funcionalismo, caracterizando-o como uma teoria que “fundamenta a moral burguesa como um valor digno de ser reverenciado e acatado”, que está “alicerçada em estudos de natureza empirista que se utilizam de modelos formais e matemáticos”, e que a “normalidade” (o que deveria ser mantido para termos uma sociedade saudável) era o capitalismo norte-americano e a sua hegemonia imperialista.

“A função da notícia – diz Park – é orientar o homem e a sociedade num mundo real. Na medida em que o consegue, tende a preservar a sanidade do

¹⁷ “A literatura, a arte, as crenças, os ritos, a medicina, os costumes dessas camadas sociais, os seus meios de informação e de expressão – continuam ignorados em toda a sua força e verdade. O que impossibilita a comunicação e a comunhão entre Governo e povo, elite e massa” (BELTRÃO, 2001, p.62).

indivíduo e a permanência da sociedade”. Entenda-se, evidentemente, o “mundo real” como a forma pela qual ele está estruturado no presente. A “sanidade”, compreenda-se como uma mentalidade competitiva, mesquinha e consumista. Por “conservação da sociedade” entenda-se a preservação do capitalismo e do “modo de vida norte-americano”. (GENRO FILHO, 1987)

Outra crítica feita por Genro Filho está em o funcionalismo “coisificar” a sociedade humana, especialmente pela proposição de Durkheim em tratar os fatos sociais como coisas. Todavia, Florestan Fernandes – que afirmava que o funcionalismo não era uma teoria, mas um método –, no texto *Funcionalismo e análise científica na moderna sociologia* (1962, p.200), diz que esse tipo de crítica é comum, porém padece de “notória incoerência”, pois

De um lado, há os que acusam os funcionalistas de atribuírem demasiada importância aos fatores psicológicos (e até psicofisiológicos), como se pode verificar pelos argumentos utilizados pelos oponentes de Malinowski; de outro lado, há os que condenam os funcionalistas pelo pecado inverso, como se comprova pelas severas restrições feitas a Durkheim e Radcliffe-Brown, pelos que supunham que eles ignoravam ou negligenciavam os componentes psico-sociais dos fenômenos sociais.

Algumas “certezas” que se têm a respeito do funcionalismo (e que são difundidas por acadêmicos) mais se referem a **questões políticas do que a teóricas e metodológicas**, gerando pré-conceitos, com as pesquisas vinculadas a esse pensamento sendo vistas, não raramente, com graves problemas epistemológicos e em defesa de uma sociedade estática, a qual é sabidamente, inclusive pelos próprios funcionalistas, dinâmica:

Os “funcionalistas” admitem, com boa vontade, essa limitação da análise funcionalista, pois sabem que os problemas sociológicos pertinentes à explicação das uniformidades de sucessão no plano histórico devem ser resolvidos através do método dialético. Contudo, aceitar esse fato não equivale a concluir que o método de interpretação funcionalista seja total e irremediavelmente ‘insensível’ aos aspectos diacrônicos da vida social. (FERNANDES, F., 1962, p.198)

Florestan Fernandes (declaradamente afinado com a ideologia socialista) caminha em direção contrária a muitas críticas que são feitas aos funcionalistas, defendendo que as análises desses não pressupõem um estado de equilíbrio perfeito ou estável da vida social, que “o método de interpretação funcionalista não requer que se aceite, nem por convicção, por ficção ou por hipótese, que a vida social possua ‘natureza estática’ e que fenômenos sociais possam ser descritos de ‘modo estático’” (1962, p.197) e ao afirmar que ela sofre “críticas pueris”, pois

a ciência não é responsável em si mesma, pelas ideologias do meio social circundante. Ela sofre as suas influências de várias maneiras, através de acomodações intelectuais dos próprios cientistas e às vezes chega a ser

representada por produtos dessas acomodações, como se os componentes ideológicos fossem inerentes ao pensamento científico. (FERNANDES, F., 1962, p.201)

São inúmeros os autores que trabalharam com o funcionalismo, cada qual tendo suas especificidades. Bronislaw Malinowski (1970, p.137), por exemplo, afirmava: “[que qualquer contribuição que possa ter dado] consiste em ter escrito ou colocado o rótulo de funcionalismo num corpo existente de doutrina, método e interesse, e, mesmo ao fazer isso, referi-me em meu artigo inicial sobre o assunto a não menos de vinte e sete precursores”.

Para verificarmos se a tese de LB tem elos funcionalistas, vamos verificar as principais características dessa corrente em três dos mais importantes autores: Émile Durkheim, selecionado por ser considerado um dos pais do funcionalismo, especialmente pelas ideias de estrutura e solidariedade social presentes em *Da divisão do trabalho social* ([1893] 2013) e em *As formas elementares da vida religiosa* ([1912] 2008)¹⁸; Malinowski por ser visto como o pai do funcionalismo na antropologia cultural e por ter sido citado por LB em sua tese, especificamente quando tratou das questões psicológicas dos grupos sociais; e Robert K. Merton, que é considerado como o autor “responsável pela viragem histórica” do funcionalismo (LAZARSELD, 1976, p. 116) e por possuir forte vínculo com as ideias de líder de opinião, influência pessoal e com os estudos de Paul F. Lazarsfeld e Elihu Katz, autores-chave para o desenvolvimento da folkcomunicação por LB.

1. CARACTERÍSTICAS FUNCIONALISTAS

1.1. Análise Funcional e analogias orgânicas

1.1.1. Émile Durkheim

O funcionalismo de Durkheim pode ser bem observado em *Da divisão do trabalho social* ([1893] 2013), com o autor analisando a evolução histórica da divisão do trabalho e, dessa forma, mostrando a sua definição de função e como ele enxerga a estrutura social. Também é possível observar o uso de analogias biológicas no desenvolvimento de algumas ideias.

A questão central de *Da divisão do trabalho social* é: o indivíduo forma a sociedade ou ocorre o inverso? E como as pessoas convivem juntas gerando coesão social? Para a elaboração da sua pesquisa, Durkheim buscou, primeiramente, no direito, as solidariedades

¹⁸ “A discussão de Durkheim do tipo primitivo de divisão de trabalho social, e sua análise de religião e magia, estão dentro da esfera de ação do método funcional” (MALINOWSKI, 1970, p.138).

existentes entre os seres humanos em cada etapa do desenvolvimento social e, depois, os motivos que criaram a diferenciação do trabalho.

Na pesquisa, o autor realizou a comparação das sociedades primitivas e modernas, classificando os diferentes tipos de direito – porque este “reproduz as formas principais da solidariedade social” (DURKHEIM, 2013, p.35) – para encontrar as formas de solidariedade existentes. Os tipos de direito foram separados conforme suas sanções: direito repressivo (direito penal) e direito restitutivo (direito civil, direito comercial, direito processual, direito administrativo, direito constitucional).

A sociedade na qual o direito penal prevalece é de difícil modificação, pois possui forte consciência coletiva, esta que é o “conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade [que] forma um sistema determinado que tem vida própria” (DURKHEIM, 2013, p.50). Assim, as pessoas, que vivem num sistema no qual é preponderante o direito penal, são unidas por semelhança, pois elas não diferem umas das outras, “têm os mesmos sentimentos, os mesmos valores, reconhecem os mesmos objetos como sagrados” (ARON, 2008, p.458). Não há diferenciação entre os indivíduos. Assim, elas se vinculam por semelhança, gerando a solidariedade mecânica. Este tipo nasce das semelhanças e vincula diretamente o indivíduo à sociedade e mantém a coesão social.

Já o direito restitutivo corresponde a outro tipo de solidariedade social: a orgânica¹⁹. Nesta, os indivíduos estão coesos não por similaridades, mas pela diferença, pela divisão do trabalho²⁰. Tal divisão não surge por os indivíduos necessitarem de outros serviços para a convivência harmoniosa, mas para evitar conflitos. Com o aumento dos agrupamentos humanos (ou o aumento do volume, segundo Durkheim) e da densidade social (maior número de interconexões e maior comunicação²¹ entre as pessoas e grupos; o aumento da intensidade das relações), diferentes grupos passaram a ter a possibilidade de ocupar uma mesma função.

¹⁹ Conforme Durkheim (apud Aron, 2008, p.458) orgânica “é a solidariedade baseada na diferenciação dos indivíduos, por analogia com os órgãos de um ser vivo, cada um dos quais exerce uma função própria; embora os órgãos não se pareçam uns com os outros, todos são igualmente indispensáveis à vida”.

²⁰ Durkheim vai além da visão econômica da divisão do trabalho. Ele enxerga que a função dela é gerar coesão social: “Se, além disso, nos lembrarmos de que, mesmo onde é mais resistente, a solidariedade mecânica não vincula os homens com a mesma força da divisão do trabalho, que, aliás, ela deixa fora de sua ação a maior parte dos fenômenos sociais, ficará ainda mais evidente que a solidariedade social tende a se tornar exclusivamente orgânica. É a divisão do trabalho que, cada vez mais, cumpre o papel exercido outrora pela consciência comum; é principalmente ela que mantém juntos os agregados sociais dos tipos superiores. Eis uma função da divisão do trabalho muito mais importante do que a que lhe é de ordinário reconhecida pelos economistas” (DURKHEIM, 2013, p.156). Ele recupera, inclusive, Comte para tratar disso: “Já foi nesse ponto de vista que Comte se colocou. De todos os sociólogos, a nosso conhecimento, ele foi o primeiro a assinalar na divisão do trabalho algo mais que um fenômeno puramente econômico” (DURKHEIM, 2013, p.29).

²¹ “Há, enfim, a quantidade e a rapidez das vias de comunicação e de transmissão. Suprimindo ou diminuindo os vazios que separam os segmentos sociais, elas aumentam a densidade da sociedade. Por outro lado, não é necessário demonstrar que elas são tanto mais numerosas e aperfeiçoadas quanto mais elevado é o tipo da sociedade” (DURKHEIM, 2013, p.255).

Porém, quando isso ocorre, um determinado trabalho deve se diferenciar para sobreviver e evitar a concorrência, surgindo uma nova divisão e passando a contribuir, na sua nova forma, para a vida social. Dessa maneira, a solidariedade surge da divisão do trabalho, e não o contrário.

Na solidariedade orgânica, a homogeneidade entre as pessoas diminui, a sanção restitutiva se faz mais forte (e a repressiva menos enérgica), a consciência coletiva (ou consciência comum) vai se tornando mais fraca e, conseqüentemente, a consciência individual ganha força e gera mais liberdade, embora, sempre, os indivíduos permaneçam subordinados à sociedade. Nas palavras de Durkheim (2013, p.149):

Assim, no conjunto a consciência comum [coletiva] conta cada vez menos sentimentos fortes e determinados. Isso significa que a intensidade média e o grau médio de determinação dos estados coletivos vão sempre diminuindo, como havíamos anunciado. [...] De fato, é notável que os únicos sentimentos coletivos que se tornaram mais intensos são os que têm por objeto não coisas sociais, mas indivíduo. Para que seja assim, é necessário que a personalidade individual tenha se tornado um elemento muito mais importante da vida da sociedade, e, para que tenha podido adquirir essa importância, não basta que a consciência pessoal de cada um tenha aumentado em valor absoluto, mas ainda que ela tenha aumentado mais do que a consciência comum. É necessário que ela se tenha emancipado do jugo dessa última e, por conseguinte, que esta tenha perdido o domínio e a ação determinante que exercia a princípio.

A divisão do trabalho²², que é resultado do aumento de volume e da densidade social, obrigou que as funções se tornassem cada vez mais especializadas. A função, para Durkheim (2013, p.13), exprime a relação de correspondência entre os movimentos vitais e algumas necessidades do organismo, ou, nas palavras de Timasheff (1973, p.152), “uma relação de correspondência entre o fato considerado e as necessidades do organismo”.

O autor francês tomou tal expressão da biologia, área da qual usa vários exemplos para mostrar a organização social e as funções exercidas pelos órgãos. Conforme Thompson (2003, p.83, tradução nossa), “Ele usou a analogia orgânica para tornar inteligível a correspondência entre as funções das instituições do Governo (do Estado) e de certas necessidades da sociedade industrial moderna, comparando-o a funções do cérebro em relação às necessidades do corpo”. Ou nas palavras de Radcliffe-Brown (2013, p.161):

O conceito de função aplicado a sociedades humanas baseia-se na analogia entre a vida social e vida orgânica. O reconhecimento da analogia e de algumas de suas implicações não é novo. No século XIX, analogia, conceito de função e a própria palavra aparecem frequentemente na filosofia social e

²² Caracterizada pela seguinte lei geral: “A divisão do trabalho varia na razão direta do volume e da densidade das sociedades, e, se ela progride de uma maneira contínua no curso do desenvolvimento social, é porque as sociedades se tornam regularmente mais densas e, em geral, mais volumosas” (DURKHEIM, 2013, p.258).

na sociologia. Tanto quanto sei, a primeira formulação sistemática aplicada ao estudo estritamente científico da sociedade foi a de Émile Durkheim, em 1895 (*règles de la méthode sociologique*).

Nessa perspectiva, é observável que há um sistema integrado e composto por órgãos, cada qual desempenhando sua função e gerando solidariedade. Porém, suas funções não são fixas e imutáveis, pois os órgãos podem ter outra função caso seja necessário. Para o sociólogo francês (2002, p.80), o “órgão é independente da função, isto é, permanecendo o mesmo pode servir a fins diferentes, é verdadeira tanto em sociologia quanto em biologia. De onde se conclui que as causas que lhe dão o ser são independentes dos fins para que serve”. E o indivíduo, fazendo parte desse sistema, é livre, pois, no caso de ter que exercer determinada função, ele a escolhe, é uma opção de vontade (DURKHEIM, 2013, p.203-219).

As comparações biológicas em Durkheim não ficam somente nas questões da estrutura social. Os conceitos de “normal” e “patológico” (aplicados em *O suicídio* e em *Da divisão do trabalho social* e explicados em *As regras do método sociológico*) são fundamentais para o entendimento do que seria o funcionamento “sadio” de uma sociedade para o autor.

O funcionalismo em Durkheim pode ser observado como havendo uma estrutura social com diversas partes interligadas (onde a função de um órgão tem ligação com as necessidades do organismo), mas que não são estáticas e imutáveis: são flexíveis e se alteram conforme suas ligações e o contexto de necessidades que a sociedade vai impondo.

1.1.2. Bronislaw Malinowski

Malinowski, assim como Durkheim, trabalha o funcionalismo tendo, muitas vezes, como modelo de entendimento, aspectos biológicos. O estudioso dá à cultura espaço de destaque em suas pesquisas, inclusive tentando criar uma análise cultural funcionalista, a qual ele imaginou como uma teoria científica da cultura. Na elaboração dessa teoria, ele tratou de temas como função, instituição, satisfação, necessidade, cultura, estrutura social etc. Ou seja, mostrou e explicou os itens e o raciocínio que devem ser levados em consideração em uma pesquisa de caráter funcional.

O autor (1970, p.140) resume o funcionalismo em cinco axiomas:

- A.** A cultura é essencialmente uma aparelhagem instrumental pela qual o homem é colocado numa posição melhor para lidar com os problemas específicos concretos que se lhe deparam em seu ambiente, o curso da satisfação de suas necessidades;
- B.** É um sistema de objetos, atividades e atitudes, no qual cada parte existe como um meio para um fim;
- C.** É uma integral na qual os vários elementos são interdependentes;

D. Essas atividades, atitudes e objetos são organizados em torno de tarefas importantes e vitais, em instituições tais como a família, o clã, a comunidade local, a tribo e as equipes organizadas de cooperação econômica, política, legal e atividade educacional;

E. Do ponto de vista dinâmico, ou seja, no tocante ao tipo de atividade, a cultura pode ser analisada numa série de aspectos tais como educação, controle social, economia, sistemas de conhecimento, crença e moralidade, e também modos de expressão criadora e artística.

A cultura se refere às pessoas, que mantêm relações umas com as outras e são organizadas através de artefatos e de simbolismos. Ou seja, para o autor, o processo cultural possui três dimensões: artefatos, grupos organizados e simbolismo. O primeiro se refere a objetos de uso direto, aos bens de consumo. O segundo ao meio social, pois “nenhum item isolado de cultura material pode ser compreendido por referência a um único indivíduo; pois onde quer que não haja cooperação [...] há pelo menos a única cooperação essencial que consiste na continuidade da tradição” (1970, p.141). E o último, às formas comunicativas (verbais, gestuais ou por objetos) que agem em processos de condicionamento, como ocorre, por exemplo, em rituais, em que um estímulo, dependendo do contexto, gera certa resposta.

Malinowski relaciona a cultura aos aspectos biológicos dos indivíduos, pois o ser humano, como animal que é, cria meios para satisfazer necessidades básicas para a sobrevivência das pessoas e dos grupos. E essas necessidades resultam em respostas culturais: a reprodução (necessidade básica) resulta em parentesco (resposta cultural); saúde em higiene; segurança em proteção; confortos corporais em abrigo. E tal ligação entre biologia e cultura tem como consequência algo que é fundamental para Malinowski: ter postura científica. Pois, desse modo, ele infere que é possível encontrar leis universais, o que dá segurança a algo que pretende ser (ou que é, conforme o autor) uma teoria científica.

Porém, para o autor, as ações humanas não são puramente fisiológicas, pois aquelas ocorrem dentro de um ambiente culturalmente determinado, criando *necessidades derivadas*, as quais são fortes como o determinismo biológico e submete as pessoas à dependência cultural, ou seja, esta impõe novos determinismos ao ser humano (ressalte-se que a conexão homem-biologia não se extingue – ela continua a existir em diferente grau). Malinowski (1970, p.161) explica isso com um bom exemplo: “Tão logo a satisfação dos impulsos sexuais se transforma em coabitação, a criação de filhos resulta num lar permanente, novas condições são impostas, cada uma delas tão necessária à preservação do grupo como é qualquer fase do processo puramente biológico”. Assim como a necessidade básica gera resposta cultural, os imperativos culturais formam respostas culturais, como, por exemplo, a “organização política” sendo uma resposta ao imperativo de que “a autoridade dentro de toda instituição

deve ser definida, aparelhada com poderes e meios de executar pela força de suas ordens” (MALINOWSKI, 1970, p.119).

No funcionalismo de Malinowski (1973, p.58), a “unidade real de análise cultural” é a *instituição*, a qual é gerada por princípios de integração (problemas universais encontrados em todas as culturas). A tabela abaixo (MELLO, 2011, p.252; MALINOWSKI, 1973, p.65-67)²³ mostra a classificação:

TABELA 3: Relação entre princípios de integração tipos de instituição

Princípios de integração	Tipos de instituição
1. Reprodução (laços de sangue definidos por um contrato legal de casamento e estendidos por um princípio especificamente definido de linhagem no esquema genealógico)	A família, a organização da corte, o grupo doméstico extenso, o clã, o sistema de clãs aparentados etc.
2. Territorial (comunidade de interesses devidos à propinquidade, contiguidade e possibilidade de cooperação)	Os grupos de vizinhança, o município, aldeias, cidades, metrópoles, o distrito, a província, a tribo.
3. Fisiológico (distinções devidas a sexo, idade e estigmas ou sintomas corporais)	Grupos sexuais totêmicos primitivos; grupos de idade, divisão de funções por sexo etc.
4. Associações voluntárias	Sociedades secretas primitivas, clubes, equipes recreativas, clubes de beneficência etc.
5. Ocupacional ou profissional (A organização de seres humanos por suas atividades especializadas para fim de interesse comum e plena realização de suas capacidades especiais)	Sacerdotes, mágicos, xamãs, oficinas, corporações, escolas, igrejas, indústrias, lojas etc.
6. Posição (<i>rank</i>) e <i>status</i>	Estados e ordens de nobreza, clero, burgueses, camponeses, servos, estratificação por etnia etc.
7. Totalizador (A integração pela comunidade de cultura ou pelo poder político)	A tribo como unidade cultural correspondente à nacionalidade em níveis mais altamente desenvolvidos. Minorias estrangeiras, o gueto, os ciganos. A unidade política

Para Malinowski (1970, p.46), “a cultura é um conjunto integral de instituições em parte autônomas, em parte coordenadas”, e, na análise funcionalista, o pesquisador deve observar as instituições e todos os aspectos culturais de determinado sistema social, com as

²³ Por motivo de síntese, foi utilizada a tabela elaborada por Luiz Gonzaga de Mello, acrescidas de algumas informações presentes na composição original. A classificação completa pode ser vista em Malinowski, 1973, p. 65- 67) e as explicações das categorias da página 59 à 65.

funções sendo “interdependentes e mais ou menos completamente integradas” (TIMASHEFF, 1973, p.271).

No livro *Argonautas do pacífico ocidental* ([1922] 1984), na análise do *Kula*²⁴, pode ser percebida a questão da sociedade como um todo coerente, em que, para ser entendida, o pesquisador deve verificar todos os componentes que fazem parte de determinado objeto de estudo. No caso do *Kula*, Malinowski observou a região, os habitantes, as regras, os mitos, as magias, as canoas, as cerimônias, as expedições, as trocas, entre outros aspectos. A análise funcional atua ordenando todas essas informações e permitindo que o sistema seja observado em todas suas inter-relações, cabendo ao etnógrafo elaborar o esquema e descobrir as leis das instituições estudadas. O contexto deve ser observado, e todas as partes de uma cultura devem ser investigadas e unidas.

1.1.3. Robert K. Merton

Outro pensador do funcionalismo a ser aqui observado é Robert Merton, pois ele, juntamente com Talcott Parsons, é visto como o grande teórico funcionalista dos Estados Unidos. Há algumas diferenças entre esses dois, como por Parsons ter trabalhado na elaboração de uma teoria geral, de grande alcance, enquanto Merton focou em teorias de médio alcance²⁵ e em contextos socioculturais diversificados, com os atores sociais movimentando-se “em um universo marcado por expectativas contraditórias, muitas vezes incongruentes com sua posição social” (COSER apud LIMA, 1994, p.156). Outra diferença

²⁴ “O *Kula* é uma forma de troca e tem caráter intertribal bastante amplo; é praticado por comunidades localizadas num extenso círculo de ilhas que formam um circuito fechado. [...] Ao longo dessa rota artigos de dois tipos – e somente desses dois – viajam constantemente em direções opostas. No sentido horário movimentam-se os longos colares feitos de conchas vermelhas, chamados *soulava*. No sentido oposto, movem-se os braceletes feitos de conchas brancas, chamados *mwali*. Cada um desses artigos, viajando em seu próprio sentido no circuito fechado, encontra-se no caminho com os artigos da classe oposta e é constantemente trocado por eles. Cada movimento dos artigos do *Kula*, cada detalhe das transações é fixado e regulado por uma série de regras e convenções tradicionais; alguns dos atos do *Kula* são acompanhados de elaboradas cerimônias públicas e rituais mágicos” (MALINOWSKI, 1984, p.71).

²⁵ A teoria de médio alcance se refere à negação de grandes teorias, abstratas e especulativas, as quais têm como objetivo entender realidades muito amplas. Para Merton, a sociologia não deveria focar em buscar grandes teorias, assim como não poderia ter apenas caráter empírico. Conforme o autor (1968, p.79): A) “As teorias de médio alcance consistem de conjuntos limitados de pressupostos, dos quais se derivam logicamente hipóteses específicas, confirmadas pela investigação empírica”; B) “Essas teorias são suficientemente abstratas para tratarem de diferentes esferas de comportamento e estruturas sociais, ultrapassando assim as simples descrições ou generalizações empíricas”; C) “Os sistemas da teoria sociológica total – como o materialismo histórico de Marx, a teoria dos sistemas sociais de Parsons e a sociologia integral do Sorokin – mais representam orientações gerais, do que sistemas rigorosos e estreitos, semelhantes aos que são empregados para a procura de uma ‘teoria unificada’ da física”; D) “A orientação de médio alcance envolve a especificação de ignorância. Em vez de proclamar um conhecimento que está de fato ausente, reconhece expressamente o que ainda deve ser aprendido, a fim de preparar os fundamentos para um conhecimento ainda maior. Não pretende estar capacitada a desempenhar a tarefa de fornecer soluções teóricas para todos os problemas urgentes e práticos do dia, mas dirige-se àqueles problemas que agora possam ser esclarecidos à luz do conhecimento disponível”.

está na amplitude de diálogo com outros autores: Merton tem em seu leque estudiosos como Durkheim, Marx, Weber, Mannheim e Simmel; já Parsons possui diálogo mais restrito (quando se fala em quantidade de correntes de pensamento), usando Durkheim, Weber e Pareto, mas apenas tangenciando Marx, Mannheim e Simmel (LIMA, 1994, p.155).

Nísia Lima (1994, p.156) traz a associação que Lewis Coser fez sobre os diferentes estilos de Parsons e Merton, comparando-os, respectivamente, ao ouriço²⁶ e à raposa: O primeiro é um ouriço porque é “sabedor de uma única grande coisa e obsessivo em seu tratamento aprofundado de um tema”. Já Merton é associado à raposa por possuir “uma mentalidade mais aberta e plástica a diferentes tendências intelectuais e objetos de investigação”.

LB cita Merton em sua tese, especialmente por conta dos estudos de influência pessoal que eram realizados pelo grupo, do qual esse autor fazia parte, da Universidade de Colúmbia.

Merton é o autor do texto *Funções manifestas e funções latentes* ([1948] 1968), o qual critica algumas ideias de autores como Bronislaw Malinowski e Radcliffe-Brown, mostrou o desenvolvimento que o funcionalismo foi tendo durante sua trajetória e que, segundo Lazarsfeld (1979, p.116), deu nova vida a essa corrente sociológica:

A posição da jovem geração foi exposta no *Manifest and Latent Functions*, de Robert Merton. A obra marca uma viragem histórica na medida em que adota um ponto de vista funcional, tentando definir problemas ainda não resolvidos. Tudo ou quase tudo que foi publicado consequentemente se refere ao ensaio de Merton.

Nesse texto, a análise funcional proposta por Merton (1968, p.117-121) é encontrada, com o autor informando quais aspectos devem ser observados pelos cientistas, no intuito de: fornecer um guia para as análises, conduzir o pesquisador aos postulados e suposições que estão no substrato da análise funcional, e “sensibilizar o sociólogo não somente em relação às correlações estreitamente científicas de vários tipos de análise funcional, como também a suas correlações políticas e algumas vezes ideológicas” (MERTON, 1968, p.122).

Os itens desse paradigma de Merton são: 1) Para a realização de uma análise funcional o cientista deve observar itens padronizados, como os papéis sociais, os padrões culturais, as emoções culturalmente padronizadas, as normas sociais, organização de grupos, a organização de grupos, a estrutura social, os dispositivos para controle social; 2) As disposições subjetivas, como as motivações dos sujeitos, também podem ser observáveis, porém com cuidado, pois “tais conceitos de disposição subjetiva são frequente e erroneamente fundidos com os

²⁶ “O significado metafórico usual de ouriço na língua inglesa é o de pessoa fechada, sorumbática” (LIMA, 1994, p.156).

conceitos relacionados, porém diferentes, de sequências objetivas de atitudes, crenças e comportamento” (MERTON, 1968, p.118); 3) Ter em mente que tanto as funções manifestas quanto as latentes devem ser encontradas e observadas, e que na sociedade podem existir funções, disfunções e aspectos não funcionais. Em relação a todas essas modalidades de funções, seguem algumas conceituações:

Funções são aquelas consequências observadas que propiciam a adaptação ou ajustamento de um dado sistema e **disfunções** são aquelas consequências observadas que diminuem a adaptação ou o ajustamento do sistema. Há também a possibilidade empírica de consequências não-funcionais as quais são simplesmente irrelevantes ao sistema em consideração”. (MERTON, 1968, p.118)

As funções manifestas referem-se “àquelas consequências objetivas para uma unidade especificada (pessoa, grupo, sistema social ou cultural) a qual contribui para seu ajustamento ou adaptação e assim é intencionada”; já as latentes se referem “às consequências não intencionadas e não reconhecidas da mesma ordem” (MERTON, 1968, p.130). Ou seja, as questões às quais as atitudes se destinam à primeira vista são tidas como manifestas; e as latentes são os acontecimentos não intencionados, são as funções “de uma prática ou crença que *não* são do conhecimento comum, porque são consequências sociais e psicológicas inesperadas e, em geral, não reconhecidas” (MERTON, 1968, p.135), exigindo do observador atenção “para mais além da questão de se saber se a conduta consegue ou não a sua finalidade confessada” (MERTON, 1968, p.130).

Voltando ao paradigma para a análise funcional, a quarta indicação se refere à relatividade do conceito de função, pois uma mesma função pode ser funcional a um grupo ou a um indivíduo, mas pode ser disfuncional a outros; 5) Estabelecer pré-requisitos funcionais (embora essa tarefa seja de muito difícil feitura); 6) Deve ser feita uma exposição concreta e detalhada dos mecanismos que atuam em uma função; 7) Entender que há alternativas funcionais – em oposição à ideia de *indispensabilidade* das estruturas funcionais –, dando “amplitude de variação possível no que diz respeito aos itens que, no caso em exame, possam servir a um requisito funcional” (MERTON, 1968, p.119); 8) Os elementos da estrutura social são interdependentes, e isso gera certa limitação para as mudanças; 9) A análise funcional não pressupõe uma estática social. O conceito de disfunção atua observando a instabilidade estrutural e, conseqüentemente, a dinamicidade social: “O conceito de disfunção, que implica no conceito de tensão, esforço e oposição no nível estrutural, propicia uma aproximação analítica ao estudo da dinâmica e da mudança” (MERTON, 1968, p.120); 10) Os procedimentos de análise devem se aproximar da lógica da experimentação; 11) Por fim,

observar que aspectos ideológicos podem se fazer presentes nas pesquisas, mas tendo em mente que isso afeta conceitos, suposições e limita a interpretação sociológica.

Ainda focando em como uma análise funcional deve ser, Merton esclarece quais os itens a serem analisados. O autor cria um protocolo de pesquisa (composto por cinco pontos²⁷), com indicações do que o pesquisador deve observar e descrever durante o estudo. O primeiro se refere a localizar quem participa do contexto analisado. Se a análise for sobre uma manifestação tribal, por exemplo, devem ser localizados os participantes e as atitudes que dessa movimentação fazem parte. A segunda sugestão é a de também indicar as alternativas excluídas da análise. A terceira se refere a incluir significações afetivas e cognitivas, pois “um relato total circunstanciado das significações ligadas ao item muito contribui a sugerir as linhas apropriadas de análise funcional” (MERTON, 1968, p.124). A quarta aponta para a inclusão das motivações no relato descritivo, pois isso ajudará a “explicar as funções psicológicas servidas pelo padrão e frequentemente verifica-se ser sugestiva quanto às funções sociais” (MERTON, 1968, p.126). E, por fim, encontrar os padrões ocultos, que são os comportamentos regulares não reconhecidos pelos participantes, ou seja, as funções latentes.

Em relação às analogias biológicas para análises sociais (esse uso que pode ser encontrado desde século XIX, como em Herbert Spencer e Augusto Comte, a uma boa parte de autores funcionalistas, passando por Radcliffe-Brown, Durkheim, Malinowski), Merton vê que é possível com essa correspondência obter meios de melhor interpretar os objetos sociais, mas deixa claro que as realidades sociais e biológicas são diferentes:

[...] lucrar com a lógica do processo empregado de modo bem sucedido nas ciências biológicas, não é descambar na aceitação de analogias em grande parte irrelevantes e de homologias, que por tanto tempo têm fascinado os devotos da sociologia organicista. Examinar a armação *metodológica* das pesquisas biológicas não é adotar seus conceitos *substantivos*. (MERTON, 1968, p.115)

1.2. Metodologias funcionalistas

Tomando metodologia como um “guia para um estudo sistemático do enunciado, compreensão e busca de solução do referido problema” (RUDIO, 1997, p.15), é perceptível

²⁷ “1) Localização dos participantes da norma, dentro da estrutura social – participação diferencial; 2) Consideração dos modos de comportamento alternativos, excluídos pela ênfase sobre a norma observada (isto é, a atenção não somente ao que ocorre, mas também ao que desprezado em virtude da norma existente); 3) Os significados emotivos e cognitivos conceituados pelos participantes da norma; 4) Uma distinção entre as motivações de participação da norma e o comportamento objetivo incluído na norma; 5) Regularidades de comportamento não reconhecidas pelos participantes, mas que sejam não obstante associadas com a norma central de comportamento” (MERTON, 1968, p.127).

que os autores funcionalistas aqui em análise possuem diferenciações, mas também pontos em comum, especialmente alguns derivados do positivismo comtiano.

Augusto Comte mostrou sua visão do que é ciência quando desenvolveu seu raciocínio sobre o “estado positivo”. Para esse autor, o conhecimento humano obedeceu ao que ele chamou de “lei dos três estados”, afirmando que ele passa por três fases diferentes: *teológico*, *metafísico* e *positivo*, as quais são mutuamente excludentes. De acordo com o autor (1978, p.4), “a primeira é o ponto de partida necessário da inteligência humana; a terceira, seu estado fixo e definitivo; a segunda, unicamente destinada a servir de transição”.

Na fase *teológica*, a atenção é voltada a questões insolúveis, a questões que se concentram nas causas essenciais dos fenômenos. Essa fase é dividida em três partes: a primeira é o *fetichismo*, que “consiste sobretudo em atribuir a todos os corpos exteriores uma vida essencialmente análoga à nossa, mas quase mais enérgica, em virtude de sua ação geralmente mais poderosa” (COMTE, [s.d.], p.16-17); como exemplo, temos a adoração aos astros. A segunda é o *Politeísmo*, quando a vida não é mais vista em objetos materiais, mas em seres fictícios. E a última é o *monoteísmo* (a existência de um único ser sobrenatural), que tem início no começo do declínio da teologia, e é uma fase marcada pelo decréscimo intelectual, restringindo as etapas anteriores e deixando de ser desenvolvido o sentimento universal da “sujeição necessária de todos os fenômenos naturais a leis invariáveis” (COMTE, 1978, p. 45).

A *metafísica* é a transição para a fase *positiva*. Ela possui similaridade com a *teologia* ao tentar explicar “a origem e o destino de todas as coisas, o modo essencial de produção de todos os fenômenos” (COMTE, [s.d.], p.21), mas as diferenças começam a surgir principalmente por ela não mais utilizar agentes sobrenaturais para a explicação de fatos, substituindo-os por abstrações personificadas. Assim,

Não é mais então a pura imaginação que domina e não é ainda a verdadeira observação; mas o raciocínio adquire nessa fase grande extensão e se prepara confusamente para o exercício verdadeiramente científico. Deve-se aliás notar que sua parte especulativa se acha a princípio muito exagerada, em virtude dessa obstinada tendência a argumentar em vez de observar, que, em todos os gêneros, caracteriza habitualmente o espírito metafísico, mesmo em seus mais eminentes órgãos. (COMTE, [s.d.], p.21)

O *positivismo*²⁸ seria a última fase, na qual a imaginação se subordina à observação, constituindo um estado lógico.

²⁸ O termo “positivo” tem sete significados: O primeiro significado de positivo é Real, em oposição a quimérico, ao fictício, dando primazia às investigações acessíveis à inteligência, ao que de fato existe. O segundo é Útil em oposição ao ocioso, ou seja, a filosofia positiva visa o melhoramento do homem e da humanidade, não devendo

Numa palavra, a revolução fundamental que caracteriza a virilidade de nossa inteligência consiste essencialmente em substituir por toda parte, à inacessível determinação das *causas* propriamente ditas, a simples pesquisa das leis, isto é, das relações constantes que existem entre os fenômenos observados. (COMTE, [s.d.], p.24)

Dessa forma, os estudos científicos deveriam desvendar leis universais, as quais sujeitam quaisquer fenômenos, e por elas é possível fazer previsões. “Ver para prever” e encontrar as leis invariáveis²⁹ fazem parte do espírito positivo. Essa previsão pode ser feita através da observação direta ou pela observação das ligações estáticas (quando os objetos coexistem) ou dinâmicas (quando os objetos se sucedem historicamente), pois “a previsão científica convém evidentemente ao presente, e mesmo ao passado, assim como ao futuro, consistindo sem cessar em conhecer um fato independentemente de sua exploração direta, em virtude de suas relações com outros já conhecidos”. (COMTE, [s.d.], p.30).

Para Comte, as análises da sociedade poderiam ocorrer através de dois grupos: Sociologia Estática e Sociologia Dinâmica, divisão essa extraída da biologia, (TIMASHEFF, 1973, p.40). O primeiro se refere à observação de instituições permanentes e presentes em todas as sociedades: religião, governo, linguagem, família e propriedade. Pelo segundo observa-se a evolução histórica das sociedades, dos cinco elementos da Sociologia Estática (LACERDA, 2004, p.66). “A estática é a teoria da ordem, da harmonia entre as condições de vida do homem em sociedade, enquanto a dinâmica é a teoria do progresso social, do desenvolvimento básico ou evolução da sociedade” (TIMASHEFF, 1973, p.40).

objetivar apenas satisfazer alguma curiosidade estéril. O terceiro significado de positivo é Certeza, em contraposição a indecisão, mostrando que essa filosofia é contrária a discussões sobre “dúvidas indefinidas e desses debates intermináveis que o antigo regime mental devia suscitar” (COMTE, [s.d.], p.47). Outro significado é Preciso em oposição a vago, ou seja, que os conhecimentos sejam precisos, apoiados em compreensões embasadas, não em afirmações vagas, como as baseadas em discursos sobrenaturais. Mais um significado (que não entra na lista dos sete) trata o Positivo como contrário de negativo, no sentido de que ela existe para organizar, não para destruir. O quinto significado é Relativo, em oposição ao absoluto, o qual defende que o conhecimento é relativo, é variável por questões históricas e contextuais. O sexto é Orgânico, referindo-se “tanto à visão de conjunto quanto à preocupação e construir e preservar, em todo caso evitar a mera destruição” (LACERDA, 2010, p.85). E o sétimo é Simpático, no sentido de altruísmo, de preocupação com outrem.

²⁹ “[...] o caráter fundamental da filosofia positiva é tomar todos os fenômenos como sujeitos a leis naturais invariáveis, cuja descoberta precisa e cuja redução ao menor número possível constituem o objeto de todos os nossos esforços, considerando como absolutamente inacessível e vazia de sentido para nós a investigação das chamadas causas, sejam primeiras, sejam finais” (COMTE, 1978, p.7).

“Os diversos ramos essenciais do estudo do mundo ou do homem desvendam-nos uma multidão crescente de leis diferentes, que hão de permanecer constantemente irreduzíveis entre si, apesar das frívolas esperanças que no princípio inspirou nossa gravitação planetária. Conquanto a maior parte dessas leis seja ainda ignorada, muitas devendo, até, sê-lo sempre, já temos verificado um número bastante grande delas para tornar inabalável o princípio fundamental do dogma positivo, a sujeição de todos os fenômenos quaisquer a relações invariáveis. Dá-se à ordem que por toda parte resulta do conjunto das leis reais o título geral de destino ou de acaso, conforme essas leis nos são conhecidas ou desconhecidas. Esta distinção há de conservar sempre uma grande importância prática, pois que a ignorância dessas leis monta tanto, para a nossa conduta, como se não existissem, impedindo-nos toda previsão racional, e, portanto, toda intervenção regular” (COMTE, 1978, p.205).

Comte também trata dos métodos histórico e dogmático. Pelo primeiro, os acontecimentos vão sendo expostos cronologicamente; já pelo dogmático, “apresentamos o sistema de ideias tal como poderia ser concebido hoje por um único espírito que, colocado numa perspectiva conveniente e provido de conhecimentos suficientes, ocupar-se-ia de refazer a ciência em seu conjunto” (COMTE, 1978, p.27). Por exemplo, o estudo das produções teóricas pode ser feito pelo método histórico, porém seria deveras trabalhoso recuperar todos os pensamentos cronologicamente de autores vinculados com o pensamento em estudo. Porém, pelo método dogmático, um estudo mais recente pode ser utilizado, pois ele já é resultado do acúmulo dos conhecimentos anteriores.

O *positivismo* se diferencia da *teologia* por esta enfatizar as vontades sobrenaturais como meio de se obter verdades, enquanto que aquele opta pelas leis universais e pela previsão racional. Comte diz que a *teologia* e a *metafísica* são individualistas e egoístas, pois, por meio delas, cada crente pensa apenas em valores individuais. Também nelas, a sociedade é vista somente como a reunião casual de indivíduos, que “é quase tão fortuita como passageira, os quais [os crentes], ocupados cada um com sua própria salvação, não concebem a participação na salvação de outrem, a não ser como meio poderoso de melhor merecer a sua, obedecendo às prescrições supremas que impuseram essa obrigação” (COMTE, 1978, p.77). A *metafísica*, derivando da *teologia*, sempre teve em foco o estudo do indivíduo, nunca da espécie.

A superação da *teologia* e da *metafísica* por Comte também se dá pela prevalência do empirismo, no sentido de que o conhecimento provém da experiência (não da simples coleta de dados), de não ceder à livre especulação, de ser baseado em teoria e de ser racionalista (ARANA, 2007).

Conforme Timasheff (1973, p.38-39), o método positivo é composto por quatro processos: observação, experimentação, comparação e método histórico. O primeiro se refere ao uso dos sentidos físicos, que deveriam ser guiados por uma teoria; o segundo, ele sabia que era muito difícil de ser feito na sociedade, mas o termo *experimento* também podia significar observação controlada; a comparação poderia se dar entre sociedades coexistentes e entre humanas e animais – o autor francês via a sociedade “como um organismo em que o todo é mais conhecido do que as partes” (TIMASHEFF, 1973, p.39); por fim, o método histórico se dava pela verificação da variação da opinião pública e pela utilização de fatos históricos em sua argumentação.

De acordo com Tiski, mesmo o método positivo utilizando “em geral a observação e o raciocínio”, cada uma das sete ciências³⁰ definidas por Comte possui características metodológicas próprias:

[...] a matemática, apesar da sua origem indutiva (segundo Comte ela se baseia em induções espontâneas: esta coisa, estes dois seres, estas formas / figuras destas coisas etc., são visuais), é feita sobretudo pela dedução (junta-se, abstrai-se, tira-se conseqüências, analisa-se propriedades); em astronomia só se dá a observação propriamente dita, por causa da distância; a física é o campo próprio da experimentação; em química Comte chama a nuance metodológica de “nomenclatura” (localização, descrição e nomeação de elementos químicos); a biologia faz comparações; a sociologia tem como nuance metodológica própria o método histórico (“filiação”: pode-se ver sobre isso no nosso artigo A história em Comte³¹); a moral, por sua vez, usa o método subjetivo ou construtivo. O método subjetivo é aquele que coloca o objeto do ponto de vista do homem, mesmo tendo que conformar a subjetividade à realidade. Ele pode idealizar os objetos reais em vista de um aperfeiçoamento, pode criar “meios subjetivos”, seres fictícios, etc., conforme a utilidade para o homem individual e ou coletivo. (TISKI, (s.d.))

Várias dessas características metodológicas do positivismo comtiano são encontradas em autores funcionalistas, como a busca por leis universais, a indicação da importância da observação direta dos fenômenos, a importância da objetividade, o uso do método histórico, a indicação de análise das instituições permanentes da sociedade.

Malinowski, em *Uma teoria científica da Cultura* ([1922] 1970), por exemplo, buscou por uma lei universal, algo que Durkheim também tentou encontrar em *As formas elementares da vida religiosa* ([1912] 2008). Esse autor, também, fez várias críticas, assim como Comte, à especulação, afirmando que pelo uso dela o pesquisador conseguiria apenas opiniões provisórias e hipotéticas, as quais sempre estariam sob suspeita (DURKHEIM, 2008, p.440).

Embora existam marcas semelhantes, também há discordâncias e assuntos tratados por uns e não observados por outros. Um exemplo se dá nas questões sobre o uso de um olhar histórico, que é indicado por Comte, utilizado por Boas, aceito e criticado por Malinowski³² e

³⁰ Comte dividiu as ciências existentes em sete, partindo da menos para a mais complexa, e consequentemente da mais geral para a menos. Elas são: matemática, astronomia, física, química, fisiologia (biologia), física social (sociologia) e moral. Uma ciência influencia outra, pois elas fazem parte de um processo histórico, com as mais gerais/menos complexas (sendo o ponto de partida a matemática) sendo fundamento para a compreensão das mais específicas/mas complexas (sendo o ponto final a moral). Conforme Comte (1978, p.34-35): “Concebe-se, com efeito, que o estudo racional de cada ciência fundamental, exigindo a cultura prévia de todas aquelas que a precederam em nossa hierarquia enciclopédica, não pode fazer progressos reais e tomar seu verdadeiro caráter a não ser depois dum grande desenvolvimento das ciências anteriores, relativas a fenômenos mais gerais, mais abstratos, menos complicados e independentes dos outros. É, pois, nesta ordem que a progressão, embora simultânea, necessitou ter ocorrido”.

³¹ TISKI, Sergio. A história em Comte. **Boletim – Revista do CLCH da Uel**, Londrina, nº 56, p. 9-46, jan./jun. 2009.

³² Afirma que “O funcionalismo, eu gostaria de declarar enfaticamente, não é hostil ao estudo de distribuição nem à reconstrução do passado em termos de evolução, história ou difusão” (MALINOWSKI, 1970, p.165). Mas

rejeitado por Durkheim em *As regras do método sociológico* ([1895] 2002), mas utilizado em *As formas elementares da vida religiosa*. Esse autor, inclusive, no uso de comparações (como pode ser observado em *Da divisão do trabalho social* ([1893] 2013) e em *As Formas elementares da vida religiosa*: para entender o direito – encontrando o penal e o restitutivo – e a religião, respectivamente), propõe o uso do método *genético*³³, que consiste em comparar a forma de uma instituição social nos diferentes povos do presente e do passado.

Um dos assuntos comumente questionados é de o funcionalismo recusar análises subjetivas³⁴, visto o exemplo de Durkheim e a definição de fato social – este que se caracteriza por ser coercitivo, exterior ao indivíduo, geral na extensão de uma sociedade e que possuem realidade própria (DURKHEIM, 2002, p.11) – como o ponto a ser analisado. Essa indicação de Durkheim resulta em alguns pontos fixos em seu pensamento: 1) Os fatos sociais são independentes dos indivíduos. A sociedade é que deve ser analisada, não os indivíduos; 2) A sociologia deve ser explicada por processos sociais, não por psicológicos:

[...] existe entre a psicologia e a sociologia a mesma solução de continuidade que entre a biologia e as ciências físico-químicas. Por conseguinte, todas as vezes que um fenômeno social está explicado diretamente por um fenômeno psíquico, pode-se estar certo de que a explicação é falsa. (DURKHEIM, 2002, p.91)

Contudo, se vamos a Malinowski, percebem-se indicações contrárias à de Durkheim, pois esse autor leva em consideração fatores subjetivos dos sujeitos, como em sua análise sobre os nativos das Ilhas Trobriand. Ele também fez estudos de psicologia, como criticando Freud e o complexo de Édipo em *Estudios de psicologia primitiva: el complejo de Edipo* ([1949] 1963), obra essa citada por LB em sua tese. Malinowski também fez uso da ideia de que as respostas são geradas por estímulos, a qual se remete ao behaviorismo, essa que já é mais objetivista.

defende que os fenômenos culturais devem ser definidos de acordo com a forma e a função para não sermos “levados a esquemas evolucionários tão fantásticos como os de Morgan, Bachofen ou Engels, ou ao tratamento fragmentário de itens isolados, tais como os de Frazer, Briffault e até Westermarck” (MALINOWSKI, 1970, p.165). A intenção de Malinowski ao elaborar uma maneira de fazer antropologia, era por buscar um caminho diferente do que era tomado pelos evolucionistas, como Lewis Henry Morgan; ele quis mostrar o “aqui e agora” das sociedades estudadas.

³³ “Por conseguinte, não se pode explicar um fato social de alguma complexidade senão sob a condição de seguir-lhe o desenvolvimento integral através de todas as espécies sociais. A sociologia comparada não é um ramo particular da sociologia; é a própria sociologia, na medida que deixa de ser puramente descritiva e aspira a explicar os fatos” (DURKHEIM, 2002, p.121).

³⁴ Como disse, por exemplo, Luis Ramiro Beltrán (BELTRÁN, 2000, p.110): “Se pensó sinceramente que los objetos no susceptibles de medición rigurosa caen fuera del dominio de la ciencia. Muchos científicos sociales consideraron que tales objetos pertenecen al territorio vago y movedizo de las impresiones y preferencias personales ‘subjetivas’ de las cuales no se pueden obtener generalidades válidas y confiables. Al pensar de esta manera, reclamaban para sí la virtud de la ‘objetividad’ suponiendo en el observador científico una habilidad para desgajarse por completo de sus valores cuando realiza la investigación”.

Para contextualização e conceituação do behaviorismo, John B. Watson (1879-1958)³⁵ se refere a ela como uma psicologia objetiva do comportamento, que evita introspecção como método e análises que levem à especulação. Ou como disse Skinner (2003, p.181), citando Watson, é “um ramo puramente objetivo-experimental da ciência natural”. O behaviorismo metodológico (vertente de Watson tal como denominada por Skinner) é a ciência que estuda o comportamento objetivamente observável.

Essas elaborações foram de grande valia para Malinowski, especialmente no que se relaciona ao método de pesquisa de campo, pois, para ele (1970, p.69), a ciência deveria se referir a experiências humanas que podem ser observáveis e recorrentes:

Quer usemos a psicologia introspectiva e digamos que compreensão significa identificação dos processos mentais, ou quer, como behavioristas, afirmemos que sua reação ao estímulo integral da situação segue linhas que para nós são familiares na base de nossas próprias experiências, isso não modifica profundamente a argumentação. Em última análise e como um princípio de método em pesquisa-de-campo, eu insistiria na abordagem behaviorista, porque ela nos permite descrever os fatos que podemos observar. (MALINOWSKI, 1970, p.72-73)

Malinowski sofria grande influência do seu professor em Leipzig Wilhelm Wundt (MELLO, 2001, p.244), que “já fora mestre de Durkheim e Boas”, autor de *Völkerpsychologie* (obra de 10 volumes sobre psicologia cultural, que levou 20 anos para ser elaborada, com o último volume sendo publicado em 1920) e que teve grande papel nas pesquisas de psicologia experimental, a qual se baseava em “metodologia científica”, isto é, de fisiólogos do século XIX (GOODWIN, 2005, p.112), e recusava a introspecção como prática científica. Entre os psicólogos, Malinowski diz que o behaviorismo de Edward Thorndike, por exemplo, o ajudara no trabalho de campo. Este é considerado unido à psicologia funcional (GOODWIN, 2005), tendo feito estudos sobre psicologia e educação e, juntamente com Woodworth, substituiu o modelo de *estímulo-reação* pelo de *estímulo-organismo-reação*, defendendo que os psicólogos deveriam não apenas entender “o estímulo e a reação, mas também o organismo (O) que está entre eles, o que implicava o estudo daquilo que motiva ou impulsiona o organismo” (GOODWIN, 2005, p.248).

A aprovação da Psicanálise não desmerece de maneira alguma da grande importância que o behaviorismo promete adquirir como Psicologia básica para o estudo dos processos sociais e culturais. Por behaviorismo quero designar os mais novos desenvolvimentos da psicologia de estímulo-resposta, elaborada pelo Professor C. Hull na Universidade de Yale, Thorndike na de Columbia ou H. S. Lidell na de Cornell. O valor do

³⁵ Watson é tido como o fundador do behaviorismo com a publicação do artigo *Psychology as the behaviorist views it*, em 1913 (época próxima à elaboração da pesquisa de Malinowski, 1914-1920, que resultou no livro *Argonautas do pacífico ocidental*) (BAUM, 2006, p.23).

behaviorismo é devido, em primeiro lugar, ao fato de que seus métodos são idênticos, no tocante às limitações e vantagens, aos do trabalho-de-campo antropológico. Tratando com gente de uma cultura diferente é sempre perigoso usar o curto-circuito de ‘empatia’, que geralmente equivale a adivinhar o que a outra pessoa podia ter pensado ou sentido. O princípio fundamental do investigador de campo, assim como também a do behaviorista, é que as ideias, emoções e conações nunca prosseguem a conduzir uma existência crítica, oculta dentro das profundezas inexploráveis da mente, consciente ou inconsciente. Toda Psicologia experimental, ou seja, Psicologia pura, pode lidar apenas com observações de comportamento aberto, embora possa ser útil relacionar tais observações à taquigrafia da interpretação introspectiva. O problema de admitirmos ou não a existência de “consciência”, “realidades espirituais”, “pensamentos”, “ideias”, “crenças” e “valores” como realidades subjetivas na mente de outras pessoas é essencialmente metafísico. Não vejo razão ainda por que tais expressões diretamente referentes à minha própria experiência não devam ser introduzidas, contanto que em cada caso sejam definidas em termos de comportamento aberto, observável, fisicamente verificável. (MALINOWSKI, 1970, p.31)

A psicologia teve papel importante nas análises de Malinowski, pois por ela foi possível entender os costumes e as ações que existiam nas sociedades estudadas. Ele deixa isso bem claro no estudo do *Kula*, como pode ser verificado em *Argonautas do pacífico ocidental*.

Além do behaviorismo, a psicanálise tem seu valor reconhecido: “[...] eis aqui um de seus méritos principais – esclareceu a estratificação da vida psíquica humana, demonstrando sua rigorosa dependência das distintas fases do desenvolvimento que segue a criança” (MALINOWSKI, 1963, p. 191, tradução nossa). O complexo de Édipo, por exemplo, foi observado pelo autor, porém fazendo algumas críticas, afirmando que Freud não observara outras famílias além das indoeuropeias, que são patrilineares.

Malinowski, no estudo *La familia matriarcal y el complejo de Edipo* (publicado em *Estudios de psicologia primitiva: el complejo de Edipo*), defende que na sociedade Melanésia, que é matrilinear e possui distinta cultura em comparação à europeia, a relação entre pais e filhos não gera questões tais como as descritas no complexo de Édipo. Nas ilhas Trobriand, acreditava-se, por exemplo, que os homens não possuíam ligação direta na reprodução humana: ou seja, eles não conheciam a paternidade fisiológica. O tio materno era tido como o pai e o marido da mãe exercia alguma influência na criação e no convívio com a criança.

Por otra parte, en las Trobriand, tenemos a una madre dependiente, a cuyo marido ni siquiera se lo relaciona con la procreación de los hijos; y que tampoco es quien mantiene a la familia, ni puede dejar sus bienes a los hijos, ni tiene sobre ellos una autoridad socialmente impuesta. En cambio, ejercen omnímoda influencia los parientes de la madre, en particular el hermano, que

es la persona autoritaria, el sustentador de la familia y cuyas propiedades, a su muerte, heredarán los varones³⁶”. (MALINOWSKI, 1963, p.188-189)

A ideia de causa e efeito também teve importância em Durkheim, pois ele acreditava que um mesmo efeito vem sempre da mesma causa, com o cientista, assim, para explicar um fenômeno social, devendo buscar a causa que produz um efeito e a função social que este ocupa. Em *O suicídio*, por exemplo, Durkheim encontra para cada tipo de *morte voluntária* uma causa. Para ele (2002, p.109), “a explicação sociológica consiste exclusivamente em estabelecer relações de causalidade, quer se trate de ligar um fenômeno à sua causa, ou, pelo contrário, uma causa a seus efeitos úteis”, ou que pode ser expresso pelo seguinte princípio: “A um mesmo efeito corresponde sempre uma mesma causa” (DURKHEIM, 2002, p.112). Inclusive, para o entendimento das relações causais, ele usa um método denominado de “método das variações concomitantes”, que consiste em: A. por dedução descobrir como uma causa produz um efeito, ou vice-versa; B. verificar o resultado da dedução através de novas comparações.

Um último ponto que merece atenção é o uso do quantitativismo. Como já vimos no tópico “análise funcional e analogias orgânicas”, Robert Merton, representante do funcionalismo norte-americano, não dá indicações sobre o uso de aspectos matemáticos e quantitativos, o que também não se faz presente em Malinowski. Em Durkheim, encontramos um caso interessante, pois, conforme Peter Halfpenny, (apud LACERDA, 2009, p.328) há 12 tipos de positivismo, sendo o do autor francês “uma teoria do conhecimento de acordo com a qual a ciência natural da Sociologia consiste na coleção e na análise estatística de dados quantitativos sobre a sociedade”. Durkheim vê a estatística como algo muito relevante para a ciência, afirmando que “o que cada número exprime é um certo estado da alma coletiva” (DURKHEIM, 2002, p.7). Porém não é algo comum em todas suas obras. *O suicídio* é a pesquisa na qual a estatística é bastante utilizada, tendo o autor contado com a ajuda de Marcel Mauss, que fez um levantamento dos dossiês de 26.000 suicidas, classificando-os por sexo, estado civil, presença ou ausência de filho (DURKHEIM, 2000, p.7), mas a estatística não está presente em outras tão relevantes quanto essa última.

Uma metodologia muito importante nos dias atuais teve em Malinowski um grande defensor: a pesquisa de campo. Em sua época, os antropólogos utilizavam, usualmente,

³⁶ Tradução livre: “Por outra parte, nas Trobriand, temos uma mãe dependente, a cujo marido nem sequer o relaciona com a procriação dos filhos; e que tampouco é quem mantém a família, nem pode deixar seus bens aos filhos, nem tem sobre eles uma autoridade socialmente imposta. Em vez disso, exercem influência os parentes da mãe, em particular o irmão, que é a pessoa autorizada, o sustentador da família e cujas propriedades, à sua morte, os varões herdarão”.

informações conseguidas por outras pessoas que visitavam as localidades a serem estudadas. Mas ele acreditava que os estudiosos deveriam observar o que ele chamou de *método de documentação estatística por evidência concreta*, que consiste em estudar o maior número possível de manifestações concretas com um amplo levantamento de exemplos detalhados para, assim, compreender a estrutura cultural, e que as pesquisas deveriam ter “carne e sangue”, o que estudos como os de levantamentos de dados (*survey*) não conseguem alcançar. Enfim, defendia que “há uma série de fenômenos de suma importância que de forma alguma podem ser registrados apenas com o auxílio de questionários ou documentos estatísticos, mas devem ser observados em sua plena realidade” (MALINOWSKI, 1984, p.29).

Malinowski acreditava que o pesquisador deveria viver entre o povo estudado, aprender a se comportar entre eles, a participar da vida coletiva e obter informações fidedignas de bons informantes do próprio meio social estudado, pois “é possível ao etnógrafo entrar em detalhes mais concretos, com maior convicção, quando ele descreve coisas que realmente viu” (MALINOWSKI, 1984, p.278).

1.3. Sobre o conservadorismo funcionalista

Existirem interpretações afirmando que o funcionalismo é uma teoria conservadora, contrária a mudanças e defensora do *status quo*, é bastante comum. Esseajuizamento normalmente leva em consideração a ideia de que observar a sociedade enquanto estrutura equilibrada (e sem questionar o funcionamento e a existência dela) formada por instituições fortes é ser favorável à defesa do mundo tal como se apresenta.

Nos encontramos aquí con la falla principal del funcionalismo: su ninguna preocupación por transformar el orden social vigente: “Lo que importa es facilitar el funcionamiento del sistema existente, sin enjuiciar nunca su validez, cualquiera que sea su peligro para el futuro de la sociedad y para la integridad del hombre”. La única integridad considerada por el funcionalismo, es la integridad del hombre del sistema³⁷. (PICCINI, MATTELART & MATTELART, 1976, p.19)

O vínculo existente entre o funcionalismo e o positivismo dá força a essa interpretação. Indo a Augusto Comte, por exemplo, percebemos suas marcas nas obras de Durkheim, como o organicismo e por trabalhar com a ideia de um estado “normal” da sociedade. Quando lemos tal termo, é possível que o tomemos como o regular, o conforme à

³⁷ Tradução livre: “Encontramos aqui a principal falha do funcionalismo: seu nenhum interesse para transformar a ordem social vigente: 'o que importa é facilitar o funcionamento do sistema existente, sem julgar nunca sua validade, qualquer que seja o perigo para o futuro da sociedade e para a integridade do homem'. A única integridade considerada pelo funcionalismo é a integridade do homem do sistema”.

norma, ou como o modelar; o que se mostra em acordo a várias passagens de Comte, como quando ele diz que o objetivo da sociedade é chegar ao estado “normal”, isso consistindo em uma situação na qual o grupo social está bem organizado, em que a existência e as atividades humanas estão regularizadas, com o egoísmo sendo subordinado ao altruísmo (o querer bem a outrem, o que permite a ligação entre as pessoas), em que cada classe (mulher, sacerdócio, patriciado e proletariado) exerce sua função³⁸ e na qual “cada indivíduo e cada grupo [...] desempenha suas tarefas específicas sem deixar de prestar atenção para o bem comum, mantendo sentimentos generosos e perspectivas gerais sobre a realidade em uma atividade pacífica” (LACERDA, 2010, p.103).

Elaborando o que seria uma boa sociedade, Comte trabalha com a diferenciação de classes, com a mulher ocupando funções referentes à moral, os sacerdotes à ordem intelectual, o patriciado voltado às questões materiais e o proletariado à providência geral. Essas classes existiriam conforme pudessem ajudar a “Humanidade”, com os patrícios, por exemplo, devendo observar a providência material, enquanto que os proletários deveriam “fiscalizar e retificar os poderes humanos” (COMTE, 1978, p.194). Não sendo um sistema igualitário, mas hierárquico, como explica Lacerda (2010, p.443):

Na verdade, como vimos, o igualitarismo no sistema comtiano é rejeitado não apenas por questões teóricas e lógicas mais amplas, mas também porque das perspectivas moral e política ele não é aceitável: moralmente, o igualitarismo impede ou combate o desenvolvimento das excelências morais, assim como das intelectuais e práticas: o desenvolvimento social é ao mesmo tempo causa e consequência das *diferenças*, vale dizer, das *desigualdades sociais*; por fim, a busca da igualdade baseia-se na inveja dos inferiores a respeito dos superiores, isto é, no egoísmo individualista. Em termos políticos, o igualitarismo não é aceitável no sistema comtiano porque ele pressupõe a negação da liberdade, ou melhor, das liberdades: enquanto a igualdade só pode ser obtida mediante pressão e força – material e espiritual –, a liberdade permite que a sociedade desenvolva-se e que cada ser humano possa escolher o que lhe julgar mais adequado.

No estado “normal” os indivíduos aceitariam as regras, porém, conforme Lacerda (2010, p.106-107), o Estado não obrigaria os cidadãos a aceitarem-nas: “cada indivíduo deve por sua própria vontade aceitar esses valores e princípios; por outro lado, ao submeterem-se a tais valores e princípios, os indivíduos não diminuem a capacidade de livre decisão e escolha, mas adotam critérios para direção e avaliação do comportamento”.

³⁸ “[...] em que o patriciado realiza suas funções de administradores da riqueza material, ao passo que o proletariado é capaz de manter suas famílias e executar suas funções gerais de fiscalização dos poderes sociais”. (LACERDA, 2010, p.103).

Durkheim também trabalha com a ideia de um estado “normal” (com algumas diferenças) e, além disso, trata do estado “patológico”. Para ele (embora tenha a postura de “cientista puro”, afirmando que o bem e o mal não existem aos olhos da ciência), a sociologia deveria trabalhar para o aperfeiçoamento social, defendendo, dessa forma, a diferenciação entre o normal, que são as características médias de uma sociedade, e o patológico, que é o que foge da normalidade. Por exemplo, o crime é algo comum, mas taxas muito elevadas, se comparadas com outras sociedades de mesmo grau evolutivo, podem transformá-lo em anormalidade.

A diferenciação entre normal e patológico se faz necessária, porque o sociólogo, para Durkheim, tem que ter um parâmetro do que é comum e o que não é. Ele toma o exemplo do médico, que teria como padrão de saúde os tipos gerais das pessoas conforme a idade e o sexo, e teria, à mão, taxas que determinam se algum organismo se encontra em situação saudável ou não. Da mesma maneira, diz Durkheim, o sociólogo também deve saber qual é o tipo médio social para a realidade estudada, para, assim, conseguir definir se há uma patologia ou não. O crime é outro exemplo para o estudioso, tido como normal dentro de determinada variação, e ele possui a capacidade de ajudar na evolução social. Durkheim (2002, p.61-62) cita o exemplo de Sócrates, afirmando que a violação por ele cometida, que resultou em sua morte, foi importante para a mudança de mentalidade nas gerações posteriores.

Para Durkheim, definir o estado normal é o objeto central da ciência social. E é essa diferenciação entre o normal e o patológico que permite ação política à sociologia durkheimiana, pois, conforme Aron (2008, p.532), “se um fenômeno é normal, não há por que querer eliminá-lo, mesmo que nos afete moralmente. Mas, se é patológico, temos um argumento científico para justificar projetos de reforma”.

A construção desses dois conceitos (normal e patológico) acaba aproximando-o de uma posição conservadora.

Não se trata mais de perseguir desesperadamente um fim que foge à medida que avançamos, mas de trabalhar com uma regular perseverança para manter o estado normal, restabelecendo-o se está perturbado, reencontrando suas condições se vierem a mudar. O dever do homem de estado não é mais empurrar violentamente as sociedades para um ideal que lhe parece sedutor, mas seu papel é o do médico: por meio de uma boa higiene, previne a eclosão das doenças, e, quando estas se declaram, procura saná-las. (DURKHEIM, 2002, p.65)

Alguns pesquisadores latino-americanos de área da Comunicação nos anos 1960/1970 também teceram muitas críticas ao funcionalismo, dizendo que suas propostas indicavam que o estado normal, que seria o capitalismo tal como existia, deveria ser mantido, assim como

que somente as modificações superficiais fossem aceitas, as que não exigissem alteração da estrutura social. Viam o funcionalismo como um meio para reforçar o *status quo* capitalista e para recusar modificações profundas.

Indo além desses conceitos, é possível verificar em Durkheim ideias de mutabilidade das sociedades, como ao enxergar as estruturas sociais como flexíveis e defender que indivíduos e instituições precisam se modificar, buscando aperfeiçoamento e independência das disposições existentes. A flexibilidade da estrutura social é defendida por Durkheim, com as funções dos órgãos não sendo indispensáveis, podendo haver mudanças caso a situação social reclame.

Durkheim's conception of functionalism was highly flexible. He used it to refer to the *latent* (unintended) functions of institutions, which escaped human notice or intention. He also recognized that institutions could serve multiple functions and that there were functional alternatives; the same institution could serve different functions, and these functions could vary from society to society. With the development of the division of labour the tie between a given function and a given structure could become looser and more flexible – the function becoming increasingly independent of the structure³⁹. (THOMPSON, 2003, p.84)

Heywood (2010, p.83-84) também expõe críticas à visão organicista que há em alguns funcionalistas, vinculando-a a questões conservadoras: “Os conservadores costumam ver a sociedade como coisa viva, um organismo, cujas partes funcionam juntas, assim como o cérebro, o coração, os pulmões e o fígado em um organismo humano”. Outros críticos a essa analogia, como Dahrendorf, de acordo com Lazarsfeld (1970, p.127), defenderam que as pesquisas deveriam observar os antagonismos, a partir dos quais novos objetivos sociais poderiam ser criados.

De fato, esse pensamento relacionado à organização orgânica pode ser usado por grupos que estão no poder e querem a conservação do *status quo*. Por outro lado, se verificarmos o uso do contexto de tal analogia por Malinowski, veremos que ela teve papel revolucionário, conforme Lazarsfeld (1970, p.125):

Para os antropólogos britânicos, o funcionalismo foi um utensílio revolucionário. Eles desejaram, na verdade, impedir os administradores coloniais de destruir as populações indígenas, desrespeitando por inadvertência alguns mecanismos do seu sistema social. Acentuaram o papel

³⁹ Tradução livre: “A concepção de funcionalismo de Durkheim era altamente flexível. Ele usou isso para se referir às funções latentes (não intencionais) das instituições, que escapam da observação humana ou da intenção. Ele também reconheceu que as instituições poderiam ter múltiplas funções e que eram alternativas funcionais; uma mesma instituição poderia servir a diferentes funções e algumas funções poderiam variar de sociedade para sociedade. Com o desenvolvimento da divisão do trabalho, a vinculação entre uma função dada e uma estrutura dada poderia tornar-se mais solta e mais flexível – a função tornando-se cada vez mais independente da estrutura”.

positivo que cada elemento desempenhava no conjunto. Nas sociedades modernas, pelo contrário, o funcionalismo reforça as tendências conservadoras; como nem tudo ocorre pelo melhor na nossa sociedade, não devemos fechar os olhos às imperfeições.

Malinowski, na parte inicial do livro *The dynamics of cultural change: an inquiry into race relations in Africa* ([1945] 1945), traz uma reflexão sobre as questões da mudança cultural⁴⁰, verificando a ação do antropólogo funcionalista e a do “homem prático” no contato com os conjuntos sociais que, ainda, tinham pouco ou nenhum envolvimento com o desenvolvimentismo ocidental, mas que estavam em constante processo de mudança. Ele percebia as mutações que existiam nas sociedades, as quais, incentivadas pelos mais diversos contatos, eram capazes de transformar toda a organização social. Essas mudanças culturais sempre existiram e, para o autor, são induzidas por dois fatores: pela evolução independente (induzida por forças do interior da própria comunidade) ou pela difusão (que são mudanças que ocorrem pelo contato com diferentes culturas).

E no ambiente de rápidas mudanças no início do século XX, alimentadas pelas inovações técnicas, pelo desenvolvimento de empresas industriais e pela organização financeira e mercantil (MALINOWSKI, 1973, p.477), o pesquisador defendeu que o antropólogo tem um dever, uma obrigação moral, e pela citação a seguir é perceptível, também, a crítica dele sobre a forma de contato do “homem ocidental” com os “nativos”, o que ajuda, de certa forma, a afastar a generalização de que o funcionalismo é etnocêntrico:

Há uma moral em toda a vocação, inclusive na do cientista especializado. A do antropólogo consiste em ser um intérprete verdadeiro e leal do nativo. Não se trata apenas de um dever de gratidão pelos favores recebidos sob a forma de informação, boa vontade e generosidade – ainda que isto também possa colocar o estudioso da humanidade primitiva sob uma obrigação específica. É uma prova do fato de que o pesquisador de campo compreende ou deveria compreender as condições sob as quais as raças nativas vivem. Ele deve tornar-se apto a mostrar com clareza aos comerciantes, missionários e exploradores as necessidades reais dos nativos e em que eles mais sofrem pela pressão da interferência europeia. Não há dúvida de que o destino das raças indígenas no processo de contato com a invasão europeia tem sido trágico. Falamos eloquentemente da “difusão da civilização ocidental”, de “dar aos nativos os benefícios de nossa própria cultura”, do “duplo mandato” e do “encargo do homem branco”. Na realidade, o historiador futuro terá que registrar que os europeus, no passado, às vezes exterminaram populações inteiras nas ilhas; que eles expropriaram a maior parte do patrimônio das raças selvagens; que introduziram a escravidão sob uma forma especialmente cruel e pernicioso; e que mesmo que mais tarde a tenham abolido, trataram os negros expatriados como párias e réprobos. (MALINOWSKI, 1973, p.480)

⁴⁰ “Mudança cultural é o processo pelo qual a ordem existente de uma sociedade, isto é, sua civilização social, espiritual e material, se transforma de um tipo em outro” (MALINOWSKI, 1973, p. 477).

O etnocentrismo não está conectado especificamente a um modo de pensar funcionalista ou a autores que possam ser ligados a essa corrente. No século XIX, os antropólogos evolucionistas, com o discurso de que existiam etapas evolutivas das sociedades, com umas sendo evoluídas e outras primitivas, com estas devendo chegar ao patamar daquelas, acabaram justificando o colonialismo. Mas pesquisadores como Malinowski e Franz Boas, com a introdução do trabalho de campo, defendendo que esse tipo de pesquisa devia ser realizada pelos antropólogos, caminharam por caminhos diferentes dos seus colegas evolucionistas.

O antropólogo ganhou papel ativo nas pesquisas, tendo como consequência dados colhidos de maneira mais confiável e metódica. A ação desse funcionalismo na Antropologia Cultural resultou em um respeito maior pela cultura do outro, com o etnocentrismo e o racismo perdendo força, não de maneira fácil e rápida, nas visões da população em geral e dos acadêmicos. O antropólogo culturalista Franz Boas, que conforme Durham (1984, p.IX) faz parte da linha funcionalista nos Estados Unidos, defendeu, no livro *A mente do ser humano primitivo* (de 1911 – embora tal temática tenha sido tema de preocupação para o autor desde o fim do século XIX), a igualdade de raças, indo contra a ideia corrente da superioridade do branco sobre o negro. Em prefácio escrito em janeiro de 1938, Boas (2011, p.7-8) fala sobre a dificuldade em adotar uma postura não racista e não etnocêntrica no meio científico, como pode ser notado na longa mas importante citação abaixo:

A primeira exposição de algumas das conclusões a que se chega no livro foi feita numa palestra proferida pelo autor [Franz Boas] quando era vice-presidente da Seção de Antropologia da associação Norte-americana para o Progresso da Ciência, em 1895. Desde essa época o tema continua sendo uma de suas maiores preocupações. O resultado de seus estudos tem sido uma certeza sempre maior em suas conclusões. Não existe uma diferença fundamental nos modos de pensar do ser humano primitivo e do civilizado. Uma estreita relação entre a raça e a personalidade nunca foi estabelecida. O conceito de tipo racial como é comumente utilizado até mesmo na literatura científica é enganador e requer uma redefinição, tanto lógica como biológica. Embora, ao que parece, grande número de estudantes norte-americanos de biologia, psicologia e antropologia está de acordo com estes pontos de vista, o preconceito popular, embasado na tradição científica e popular anterior, sem dúvida não diminuiu, porque o preconceito racial continua sendo um fator importante na nossa vida. Ainda pior é a sujeição da ciência ao preconceito ignorante existente em países dirigidos por ditadores. Tal controle estendeu-se particularmente a livros que tratam do tema da raça e da cultura. Já que não se permite publicar nada que seja contrário aos caprichos e preconceitos ignorantes da panelinha governante, não pode existir uma ciência fidedigna. Quando um editor, cujo orgulho costumava estar no número e no valor de suas obras científicas, anuncia em seu catálogo um livro que procura demonstrar que a mescla de raças não é

prejudicial, mas o retira quando toma o poder um ditador; quando grandes enciclopédias são reescritas de acordo com dogmas prescritos; quando cientistas não ousam publicar ou são proibidos de publicar resultados que contradizem doutrinas prescritas; quando outros, com o objetivo de promover seus próprios interesses matérias, ou cegados por emoções incontroladas continuam cegamente no caminho traçado, não se pode depositar nenhuma confiança em suas afirmações. A supressão da liberdade intelectual proclama a morte da ciência.

Malinowski mostra uma postura séria diante da cultura do outro, advoga que o cientista jamais pode distorcer os fatos e deve analisar os sentimentos e pensamentos dos nativos. Em *Argonautas* ele defende que o outro deve ser entendido em seu próprio contexto e fecha o livro com um discurso a favor da tolerância entre os homens:

Ao captar a visão essencial dos outros, com a reverência e verdadeira compreensão que se deve mesmo aos selvagens, estamos contribuindo para alargar a nossa própria visão. Não podemos chegar à sabedoria final socrática de conhecer-nos a nós mesmos se nunca deixarmos os estreitos limites dos costumes, crenças e preconceitos em que todo homem nasceu. Nada nos pode ensinar melhor lição nesse assunto de máxima importância do que o hábito mental que nos permite tratar as crenças e valores de outro homem do seu próprio ponto de vista. E mais: nunca a humanidade civilizada precisou dessa tolerância mais do que agora, quando o preconceito, a má vontade e o desejo de vingança dividem as nações europeias, quando todos os ideais estimados e reconhecidos como as mais altas conquistas da civilização, da ciência e da religião, são lançados ao vento. A Ciência do Homem, em sua versão mais refinada e profunda, deve levar-nos a um conhecimento assim, à tolerância e à generosidade, baseados na compreensão dos pontos de vista dos outros homens. (MALINOWSKI, 1984, p.370-371)

Robert K. Merton, em *Funções manifestas e funções latentes* ([1948] 1968), exibiu várias críticas aos postulados funcionais de autores anteriores a ele, como o da unidade funcional da sociedade, do funcionalismo universal e o da indispensabilidade, e também abordou os questionamentos de o funcionalismo ser orientado ao cientista social conservador.

A aceitação dos três postulados citados no parágrafo anterior pode levar ao entendimento de que o funcionalismo é conservador, mas Merton discorda delas, como ao dizer que é um erro enxergar todas as estruturas sociais como indispensáveis:

De maneira semelhante a qualquer outro sistema de pensamento, que se limite com a teleologia, embora evite atravessar a fronteira daquele estranho e improdutivo território, a análise funcional em sociologia é ameaçada por uma redução ao absurdo, desde que adote o postulado de que todas as estruturas sociais são indispensáveis ao preenchimento de necessidades funcionais notórias. (MERTON, 1968, p.105)

Merton anui que a sociedade possui uma estrutura de funcionamento, mas mostra que elas podem ser disfuncionais, ou seja, abrem espaços para mudanças. Para ele (1968, p.106-108), a análise funcional é flexível e não alimenta a manutenção do *status quo*, assim como, por outro lado, não é radical à maneira de LaPiere (apud MERTON, 1968, p.105), o qual defendia que “o ponto de vista funcional aplicado ao comportamento coletivo, sem dúvida, afrontara todos aqueles que acreditam que as estruturas sociopsicológicas tenham valores intrínsecos”.

O fato de que a análise funcional pode ser encarada por alguns como inteiramente conservadora, e por outros como intrinsecamente radical, surge que talvez ela não seja *inerentemente* uma coisa, nem outra. Sugere que a análise funcional pode não implicar em nenhum compromisso ideológico intrínseco, embora, como outras formas de análise sociológica, ela possa estar imbuída de uma extensa variedade de valores ideológicos. Ora, não é esta a primeira vez que se atribuem significações ideológicas diametralmente opostas a uma orientação teórica da ciência social ou da filosofia social.

Aspectos conservadores podem se fazer presentes no funcionalismo, assim como em outros métodos e/ou teorias sociais, pois, como exemplo, há aspectos conservadores no materialismo dialético. Merton criou um quadro comparativo entre as orientações ideológicas do funcionalismo e do materialismo dialético, explicando o que elas têm de conservadoras e de radicais, e explanando, por fim (observar trecho em negrito), qual é a real atitude de um analista funcional. Abaixo, seguem quatro pontos (de sete) destacados pelo autor norte-americano (1968, p.106-108):

QUADRO 1: Materialismo dialético x Análise funcional

As orientações ideológicas do materialismo dialético	As orientações ideológicas comparáveis, da análise funcional
Em sua forma mistificada a dialética tornou-se moda na Alemanha, porque pareceu transfigurar e glorificar o estado de coisas existente.	Os três postulados: unidade funcional, universalidade e indispensabilidade, compreendem um sistema de premissas, as quais inevitavelmente conduzem a uma glorificação do estado de coisas existente.
Porque ela considera cada forma desenvolvida historicamente como em movimento fluido, e, portanto, leva em conta sua natureza transitória, não menos que sua existência momentânea; porque ela não permite que nada se lhe imponha e é, em sua essência, crítica e revolucionária ⁴¹ .	Embora a análise funcional haja focalizado com frequência a estática da estrutura social em vez da dinâmica da mudança social, tal aqui não é intrínseco a esse sistema de análise. Apontando as funções, ao mesmo tempo que as disfunções, este modo de análise pode avaliar não só as bases da estabilidade social como também as fontes

⁴¹ Trecho retirado por Merton de *O Capital*, de Karl Marx.

	potenciais da mudança social. A frase “formas historicamente desenvolvidas” pode ser lembrete útil de que as estruturas sociais estão tipicamente sofrendo mudança perceptível. Resta descobrir as pressões que favorecem vários tipos de mudanças. Na medida em que a análise funcional focalize inteiramente as consequências funcionais, ela se inclina a uma ideologia ultraconservadora; na medida em que focalize inteiramente as consequências disfuncionais, inclina-se em direção a uma utopia ultra-radical. “Em sua essência”, não é uma coisa nem outra.
Todas as situações históricas sucessivas são apenas estágios transitórios, no infindável caminho do desenvolvimento da sociedade humana, da forma inferior para a superior. Cada estágio é necessário, e, portanto, justificado para o tempo e condições aos quais deve sua origem⁴².	[...] De modo geral, parece que a maior parte das sociedades são integradas ao ponto em que muitos, senão todos, dos seus elementos, estejam reciprocamente ajustados. As estruturas sociais não possuem um sortimento de atributos tomado ao acaso, mas tais atributos estão entrelaçados de várias maneiras, e com frequência se apoiam mutuamente. Reconhecer isso, não é adotar uma afirmação indiscriminada de todo status quo; deixar de reconhecer isso é sucumbir às tentações de utopismo radical.
O [materialismo dialético], revela o caráter transitório de cada coisa e em cada coisa; nada pode durar ante ele, exceto o processo ininterrupto de vir a ser e de desaparecer... A [dialética] evidentemente, tem também um lado conservador: reconhece que os estágios definidos do conhecimento e da sociedade são justificados por seu tempo e circunstâncias; mas somente até aí. O conservadorismo de tal modo de encarar as coisas é relativo; porém seu caráter revolucionário é absoluto – o único que ele admite⁴³.	Mas de novo, deve ser reiterado: nem só a mudança nem só a fixidez sozinha podem ser objeto próprio do estudo do analista funcional. À medida que examinamos o curso da história, parece razoavelmente claro que todas as principais estruturas sociais, em seu devido tempo, tem sido cumulativamente modificadas ou abruptamente terminadas. Em qualquer caso, elas não têm sido eternamente fixas e inflexíveis às mudanças. Porém, num dado momento de observação, qualquer uma dessas estruturas sociais pode estar toleravelmente acomodada, tanto aos valores subjetivos de muitos, ou da maior parte da população, como às condições objetivas com que ela é confrontada. Reconhecer isto é ser consentâneo com os fatos, e não fiel a uma ideologia preestabelecida. E pelo mesmo motivo, quando se observa que a estrutura não está ajustada às necessidades do povo, ou com as condições de ação igualmente

⁴² Citação de Marx e/ou Engels. Não há fonte.

⁴³ Trecho retirado de Engels e Marx, *Selected Works*, Sociedade Editora Cooperativa: Moscou, 1935.

	sólidas, isto também deve ser reconhecido. Quem ousar fazer tudo isso pode tornar-se um analista funcional; quem ousar menos, não será (MERTON, 1968, p.108).
--	--

O funcionalismo pode ter sim, em alguns momentos, ângulos conservadores, mas não significa que ele carrega consigo compromissos políticos (embora isso possa ocorrer por questões exteriores). Ele, dependendo do contexto e das intenções do pesquisador, pode ser utilizado por diversos sistemas ideológicos.

2. FOLKCOMUNICAÇÃO VINCULADA AO FUNCIONALISMO?

Tendo como base as páginas anteriores dessa primeira hipótese, percebe-se que o funcionalismo nos autores estudados é marcado por diferenças, mas também há características comuns que aproximam essas abordagens, como observar a sociedade em estrutura, utilizar analogias orgânicas, buscar padrões, acreditar que há leis de grande alcance (bem menos em Merton), observação de relações causais, conceituação do que é função e exposição dos seus mecanismos.

Todavia, quando observamos a tese de Luiz Beltrão (LB) e trechos que podem colocá-la junto aos funcionalistas, verifica-se que o desenvolvimento do raciocínio do autor **não tem qualquer das características** citadas no parágrafo anterior. LB não trabalha com a ideia de função, não descreve como é a estrutura social (conforme as indicações funcionalistas verificadas nesta tese), a estrutura comunicacional também não é elaborada na relação estrutura-partes-função, não faz nenhum uso de pensamento organicista e não tem um método claro de estudo que use as relações causais como parte relevante para análise das situações estudadas. Ou seja, ao encontrarmos características importantes recorrentes em autores funcionalistas e as compararmos com a tese de Beltrão, percebemos que elas não se fazem presentes no trabalho do brasileiro.

No trabalho doutoral de LB não há explicações metodológicas pormenorizadas, mesmo na primeira parte, que traz em seu título “fundamentos teóricos e metodologia”. O que se encontram são boas indicações que nos possibilitam perceber algumas de suas escolhas:

De saída, foi-me preciso recorrer às páginas da história. Reler os cronistas coloniais. Retornar à época em que, no Brasil, não havia estradas, nem meios de transporte e, muito menos, folhas impressas. Saber como se comunicavam os indígenas, senhores da terra, mesmo antes que aqui chegassem as velas lusitanas. E acompanhar, através dos séculos do povoamento, a evolução dos meios primitivos de contato social. Para ver, afinal, os que tinham subsistido, resistindo às mudanças, inovações e circunstâncias, envolvendo-se embora noutras roupagens, disfarçando-se, travestindo-se de tal modo que nós, os

cronistas modernos, não os identificamos e classificamos como tais, perdendo em argúcia para os Thevet, Anchieta e Gabriel Soares de Souza nos idos I e II séculos. (BELTRÃO, 2001, p.75)

Desse parágrafo supracitado se percebe a opção do autor em fazer um estudo histórico sobre a comunicação, tendo-a tanto como questão a ser analisada quanto como base para entendimento e interpretação das formas comunicativas definidas em seu escopo de investigação. Essa postura, conforme Minayo (2010, p.12-13), está em conformidade com o universo da pesquisa em Ciências Sociais, pois esses estudos incluem consciência histórica.

Recorrer à história não é uma marca eminentemente positivista e funcionalista (como já mostramos conforme Timasheff e Tiski). O uso ou a recusa da história nas investigações acaba não sendo determinante para definirmos se pesquisa X ou Y carrega consigo o funcionalismo, pois, como também já vimos no tópico *metodologias funcionalistas*, sua utilização foi aceita e recusada por diversos autores em investigações funcionais.

Outra característica observada nas palavras de Beltrão (e também em todo desenvolvimento de sua tese) é a escolha pela pesquisa bibliográfica, se a entendermos conforme a explicação de Gil (2002, p.88): “A pesquisa bibliográfica costuma ser desenvolvida como parte de uma pesquisa mais ampla, visando identificar o conhecimento disponível sobre o assunto, a melhor formulação do problema ou a construção de hipóteses”; e “é constituído basicamente por livros e revistas impressos em papel ou veiculados por meio eletrônico”. Isso está presente não somente no levantamento histórico, mas na leitura de autores que explicam o que é comunicação, seus tipos e seus usos, a situação pela qual o Brasil passava, as manifestações folclóricas nacionais etc.

Acompanhando a investigação de caráter bibliográfico, LB também recorreu à pesquisa documental. Esta exige, conforme com Gil (2002, p.88), “a consulta aos mais diversos tipos de arquivos públicos e particulares” e pode aparecer como todo um arsenal de escrito, como “pessoais, imprensa, publicações literárias e científicas, incluindo as que recolhem o resultado das investigações sociais; estatísticas, filmes, fotografias, reproduções sonoras e objetos de toda classe são documentos e constituem o objeto da observação documental” (SIERRA BRAVO, 1976, p.160, tradução nossa). LB indica a fonte de muitos de seus materiais de análise, com alguns deles podendo serem vistos como documentais:

Valeram-me, nessa atividade sherloquiana, historiadores, sociólogos, geógrafos, ilustradores, memorialistas. Coleções de jornais e revistas, de avulsos e volantes, de livros empoeirados esquecidos nas estantes de bibliotecas e de sebos ou guardados em arquivos públicos e privados. (BELTRÃO, 2001, p.75)

As opções pelas investigações bibliográfica e documental se alinharam ao conhecimento empírico que LB já possuía sobre a população estudada (como mostramos no tópico *Contexto social brasileiro e os motivos para a elaboração da tese*), proveniente de sua vivência enquanto jornalista e morador do Recife (tema também abordado quando falamos do seu livro *Os senhores do mundo*). LB realizara, durante sua atividade profissional e seu trabalho doutoral, ampla investigação de campo, se levarmos em conta a caracterização de Minayo (2010, p.61) quando diz que ela “permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual formulou uma pergunta, mas também estabelecer a interação com os ‘atores’ que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social”.

Ainda conforme Minayo (2010, p.63), os dois instrumentos principais do trabalho de campo são a observação e a entrevista, sendo a primeira “tudo aquilo que não é dito mas pode ser visto e captado por um observador atento e persistente”. Essa caracterização está em harmonia com o que Sierra Bravo (1976, p.133) trata por “observação simples”: “é a inspeção e estudo realizado pelo investigador, mediante o emprego de seus próprios sentidos, especialmente da visão, com ou sem ajuda de aparatos, das coisas e feitos de interesse social [...]”.

O segundo instrumento dito por Minayo é a entrevista, que “tem como matéria-prima a fala de alguns interlocutores” (2010, p.63), “é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador” (2010, p.64) e objetiva “construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa” (2010, p.64). Há diversos tipos, como se percebe na classificação de Minayo (2010, p.64): *sondagem de opinião, semiestruturada, aberta* (ou *em profundidade*) e *focalizada*; ou na divisão de Sierra Bravo (1976, p.221): *estruturada* e *não estruturada*. No estudo de LB se vê o uso de entrevistas no estilo *aberto/não estruturado*, ou seja, não existe um questionário ao qual o entrevistador teve que se ajustar, deixando os pontos de interesse, o número e tipo de perguntas, a sua ordem e o modo de formulação nas mãos do entrevistador (SIERRA BRAVO, 1976, p.221, tradução nossa), para assim obter mais profundidade nas reflexões (MINAYO, 2010, p.64). Na página 76 da tese de LB (2001) é perceptível como foi realizado seu trabalho de campo, especialmente no que tange às entrevistas:

As conversas que mantive com os mais velhos e experientes senhores de engenho e fazendeiros dos *bons tempos* da cultura canavieira nordestina e daquela *civilização do couro e do gibão*, a que se refere o poeta. Com chefes políticos do interior, os *coronéis* de tanto prestígio, senhores de barão e cutelo dos sertões setentrionais brasileiros. Com veneradas senhoras de quase um século de existência, testemunhas eloquentes das grandes

transformações sociais operadas no nosso país nesta centúria. Com filhos e netos de escravos, com pais-de-santo, com gente das *nações* africanas e das tribos indígenas, que se mantêm vivas e atuantes nos *maracatus* e nos caboclinhos do riquíssimo carnaval recifense. Com os antigos caixeiros-viajantes e os novos representantes comerciais, com motoristas dos transportes rodoviários, cantadores repentistas, humildes passadores-do-bicho, que enchem *poules* da manhã à tardinha de sítio em sítio, com frades missionários, com andarilhos e retirantes, cabos de destacamento perdidos nos longes das caatingas, reformados tenentes e capitães das volantes policiais que deram fim, matando ou prendendo, a bandoleiros famigerados. E com estes também, especialmente com o tranquilo e bonachão Antônio Silvino, indultado assim por volta de 1937, e que passeava solitário pelas praias olindenses entoando à meia-voz hinos evangélicos como fiel *crente* converso. Todos esses tipos, botas-de-sete-léguas com vivência entre as populações estrangeiras de complexo nacional, falando a mesma língua, entendendo-se no mesmo patuá, sentindo-se parte integrante da massa rural e urbana, cujos meios de informação e expressão eu aspirava surpreender. (BELTRÃO, 2001, p.76)

Ao verificarmos que a metodologia de LB obedece aos passos explanados nos parágrafos anteriores e ao lembrarmos as características de investigação funcionalista indicadas pelos teóricos abordados nos tópicos precedentes, percebemos que há algumas aproximações, como no caso de a investigação de LB optar pelo trabalho de campo, que também foi escolhido por Malinowski, e, conforme Minayo (2010, p.63), é bastante presente em pesquisas qualitativas quando “a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial. Todo empenho é investido para que ‘o corpo e o sangue da vida real componham o esqueleto das construções abstratas’, como diz Malinowski, criando uma metáfora”.

A opção de LB em optar pelo uso de verificação histórica, pela pesquisa de campo, pelo uso de entrevista aberta e pelas pesquisas documental e bibliográfica não obrigatoriamente fazem a pesquisa dele pertencente ou não ao funcionalismo, pois, como já vimos no tópico “metodologias funcionalistas”, essas opções podem se fazer ou não presentes nessa corrente.

Há outros aspectos em que também podemos observar afastamentos entre algumas características do funcionalismo e o que encontramos na tese de LB. Encontraríamos distanciamento se víssemos que os estudos funcionalistas se baseiam em conceitos “formais e matemáticos” (GENRO FILHO, 1987) e na “coleção e na análise estatística de dados quantitativos sobre a sociedade” (HALFPENNY apud LACERDA, 2009, p.328). Porém, também como já mostramos anteriormente, a estatística não é uma marca funcionalista, pois nem sempre ela é usada e defendida, como percebemos em Malinowski, que não a utiliza, bem como vários estudos de Durkheim. Todavia, poderíamos notar um alinhamento se levarmos em conta que Beltrão não faz uso da matemática para ajudar a explicar seus

questionamentos da tese: ao contrário, ele, em caminho defendido por Malinowski (1984, p.29) de que estudos de levantamento de dados não dão “carne e sangue”, diz que (quando trata de entender a reação dos receptores às mensagens dos meios de Comunicação Coletiva) “a simples aquisição de dados estatísticos é insuficiente”, com o investigador devendo verificar a personalidade dos grupos organizados, a situação socioeconômica e cultural, as diretrizes políticas e a influência das elites dirigentes e o “quadro psicológico da atualidade universal, pois a nossa comunidade não vive isolada mas é parte do mundo físico e da humanidade inteira [...]” (BELTRÃO, 2001, p.56).

Dependendo de como enxergamos o funcionalismo, há outro aspecto que pode criar afastamento com a folkcomunicação, que é a opção por uma análise objetiva. Se virmos as indicações de Durkheim, especialmente pela derivação do seu conceito de fato social, a tese de LB não se alinha, assim como também Malinowski, que embora defendesse que a investigação fosse sobre o comportamento verificável, defendeu as análises psíquicas. Em LB percebe-se que as indicações de observar a sociedade como um fato social não estão presentes, com ele aceitando a existência de pensamentos, ideias, valores, crenças, ou seja, de que é possível a interferência de questões subjetivas no meio social e que elas devem ser observadas.

Uma diferenciação nítida entre a tese de Beltrão e o funcionalismo tal como vimos, está na busca de uma lei universal. O brasileiro, baseando-se em autores como Edison Carneiro, percebeu que o povo atualiza, reinterpreta e readapta seus modos de sentir, e que os meios de comunicação não se limitam ao rádio, à TV e aos impressos: os veículos de informação poderiam estar no folclore. Não foi uma conclusão no estilo de criação de uma lei natural invariável, mas o se deparar com um sistema de comunicação mutável (a folkcomunicação) que deveria ser analisado.

E, se o funcionalismo for visto como um método de interpretação, há mais uma visão que nos leva a entender o trabalho doutoral de LB como não tão próximo ao funcionalismo, pois ele não possui nenhum ponto em comum com o dito por Lakatos e Marconi (1999, p.38):

Utilizado por Malinowski. É, a rigor, mais um método de interpretação do que de investigação. Levando-se em consideração que a sociedade é formada por partes componentes, diferenciadas, inter-relacionadas e interdependentes satisfazendo cada uma das funções essenciais da vida social, e que as partes são mais bem entendidas compreendendo-se as funções que desempenham no todo, o método funcionalista estuda a sociedade do ponto de vista da função de suas unidades, isto é, como um sistema organizado de atividades.

Dessa forma, há distanciamentos (e algumas gerais aproximações) entre o trabalhado por LB em sua tese e as várias características presentes no funcionalismo, mas dessas semelhanças não podemos concluir rapidamente que a folkcomunicação faz parte/pertence/está vinculada ao funcionalismo. As características mais fortes desta corrente, as que dão certa unidade (como as já citadas no primeiro parágrafo desse tópico), não estão presentes na tese de Beltrão.

Um último assunto que consideramos importante discutir nesse tópico é a questão de que a tese de LB pode estar alinhada às políticas desenvolvimentistas encontradas nos anos 1960 na América Latina, tendo como um dos objetivos a integração nacional e por base os valores dessas políticas.

Há, sim, preocupação do autor com a unidade nacional, com o não diálogo entre a elite dirigente e a população em geral. Essa busca de integração se vincula à ideia de que era preciso tal comunhão para o desenvolvimento nacional, isso significando (também) a adoção de determinadas políticas sugeridas pelas classes dirigentes⁴⁴. LB, em sua tese, passa ao largo de uma discussão de integração no sentido biológico.

Essa ideia de integração pode gerar, tendo em vista as ideias dos autores expostas nesse capítulo, a interpretação de que LB propõe a prevalência da solidariedade social, o que faz sentido na primeira parte de sua tese. Todavia, tão logo sua pesquisa vai sendo desenvolvida na segunda parte, percebe-se que essa coesão se esvai, com a defesa de que os grupos marginalizados sobrevivem, questionam as elites e se desenvolvem por conta própria, não havendo necessidade de uma integração e de divisões de funções para que isso ocorra.

Contudo, essa ideia de questionamento que os marginalizados fazem da elite pode gerar outro entendimento: de que LB delinea classes sociais. Em várias partes da tese, como na que trata da festa do bumba-meu-boi, há claramente uma mostra da tensão entre as duas classes. Todavia, esse tipo de debate classista não se aprofunda, ele a nega em entrevista dada em 1980 (1987, p.14), dizendo que “a folkcomunicação não é exatamente uma comunicação classista”, contudo também diga que “às vezes me vem a ideia de que a pessoa pode confundir a folkcomunicação com uma comunicação classista”. Embora negue, tal essência de classes há em seu estudo:

[...] ao proclamar a folkcomunicação como um conjunto de forma de expressão das camadas marginalizadas da nossa sociedade, Beltrão foge inegavelmente à discussão sobre a questão das classes sociais do Brasil e deixa de identificar tais manifestações aparentemente marginais como práticas sociais e culturais que traduzem uma ação política dissimulada das

⁴⁴ Esse tema será mais bem abordado na discussão da hipótese seguinte.

casses trabalhadoras. Mas também Beltrão não nega essa essência. (MARQUES DE MELO, 1980, p.VIII)

Esses questionamentos e caminhos interpretativos diversos geram dificuldades aos leitores que buscam entender qual o caminho escolhido por LB. O que se percebe, como dito por Marques de Melo (1980), é uma indefinição ideológica e uma nebulosidade teórica.

Ainda na primeira parte da pesquisa de doutoramento de LB, há trechos que o mostram preocupado com a questão da recepção dos Meios de Comunicação de Massa pelos ouvintes/telespectadores, e, nesse ponto, começa a se delinear outra relação que se pode acreditar funcionalista (se este for visto como sinônimo de *Mass Communication Research*), com o uso de esquemas e a preocupação com os efeitos da comunicação. Um exemplo de que esse elo pode ocorrer está quando Feliciano (1987, p.54), ao escrever sobre estudos da primeira década (1960) do Ciespal, afirma que:

Entre eles, em comum, uma visão estrutural-funcionalista, fundada na preocupação com os efeitos da comunicação, já que se baseavam, em sua maioria, em pesquisas iniciadas nas décadas de 30 e 40 dos efeitos da comunicação em períodos de guerra, e estudos de Opinião Pública, geralmente centrados em normas de persuasão comportamental, não raramente buscando subsídios da Psicologia Social.

Observando as características presentes na citação acima do que se trata de “uma visão estrutural-funcionalista”, encontramos um autor que se enquadra nos pontos mencionados e que foi base de contestação para Katz e Lazarsfeld elaborarem a pesquisa sobre influência pessoal: Harold Lasswell – famoso no Brasil pelo texto *A estrutura e a função da comunicação na sociedade* (1948) (publicado em português no livro *Comunicação e indústria cultural*, de Gabriel Cohn), o qual traz o *Modelo (ou Fórmula ou Paradigma) de Lasswell*.

Embora seu esquema de “Quem? Diz o quê? Em qual canal? Para quem? Com qual efeito?” possa ser visto como verticalizado, sem atenção ao fluxo de retorno e apartando emissor e receptor, Lasswell afirmou (1971, p.106) que sua preocupação estava mais em examinar a comunicação como um todo do que dividir o ato comunicativo em partes. Carvalho (2012, p.226) diz que esse modelo foi utilizado de forma global no período em que Lasswell esteve à frente da Divisão Experimental para o Estudo da Comunicação em Tempos de Guerra. A questão de haver um fluxo de retorno ou, nas palavras de Lasswell, de existir “comunicação em dois sentidos”, é exposta e defendida por ele, mas são perceptíveis algumas limitações⁴⁵ que sua visão implica aos receptores e à mensagem de retorno.

⁴⁵ Concordamos com as análises de que esse modelo de Lasswell, embora fale de comunicação em dois sentidos, põe mais peso na comunicação do emissor, o vendo como o grande comunicador, e os receptores como um

[...] ou, em outras palavras, uma comunicação em dois sentidos ocorre quando as funções emissoras e receptoras são realizadas com igual frequência, por duas ou mais pessoas. Considera-se comumente que a conversa representa um padrão de comunicação em dois sentidos (à parte os monólogos). Os modernos instrumentos de comunicação de massa oferecem grandes vantagens àqueles que controlam empresas gráficas, equipamento de rádio e outras formas de capital fixo e especializado. Deve-se notar, contudo, que as audiências “respondem”, após certa demora; e, entre os controladores dos meios de comunicação de massa, muitos fazem uso de procedimentos científicos de amostragem, para apressar êsse fechamento do circuito. (LASSWELL, 1971, p.109)

Uma pesquisa ter sido realizada nos anos 1930/40 tratando dos efeitos da comunicação em períodos de guerra e de Opinião Pública, geralmente centrados em normas de persuasão, não necessariamente a põe como funcionalista. Os autores podem ter utilizado essa corrente para as investigações, mas funcionalismo não é sinônimo de teoria de persuasão e de efeitos de comunicação.

Lasswell faz uso de preceitos funcionalistas no texto *A estrutura e a função da comunicação na sociedade*, como o uso de analogias biológicas, que acabam resultando no uso dos termos “estrutura” e “função”, e há presença de algumas passagens pelas quais é possível enxergar a elaboração de um método de observação da interligação de partes especializadas que formam um todo. Mas em outros artigos como no *The theory of political propaganda* (1927) e nos livros *Política: quem ganha o que, quando, como* (1936) e *A Linguagem da política* (1949), tal elo não existe. Carvalho, (2012, p.226), em sua tese de doutorado, que teve Lasswell como foco de observação, afirma que não há nada de substancial que o identifique como o introdutor do funcionalismo no campo da comunicação e “o simples emprego do termo ‘funções’ aplicado à noção de meios de comunicação não é suficiente para caracterizá-lo funcionalista”.

Voltando a uma possível interpretação de que a folkcomunicação pode ser conservadora por possuir alguns elos funcionalistas e por, em alguns trechos, passar a impressão de defesa da difusão dos valores da elite, defendemos que essa vinculação não possui grande força, pois, como já vimos em tópico anterior com base em argumentos como os de Merton, a relação entre conservadorismo e funcionalismo é passível de ser questionada. Como exemplo, o modelo empregado por Malinowski, se utilizado em sociedades modernas,

grupo que responde, não como indivíduos criadores de conhecimento e de ações. Beltrán (2000, p.103), quando analisa o modelo de Lasswell, diz que: “El modelo de Lasswell implica una concepción vertical, unidireccional y no procesal de la naturaleza de la comunicación. Definidamente, omite el contexto social. Al hacer de los efectos sobre el receptor la cuestión capital, concentra en él la atención de la investigación y favorece al comunicador como un poseedor incuestionado del poder de persuasión unilateral”.

pode caminhar a um conservadorismo, mas, no contexto em que foi aplicado, como dito por Lazarsfeld (1970), teve um papel, usando seu termo, “revolucionário”. O conservadorismo, como observamos em Merton e em citação de Florestan Fernandes (1962), pode ter ligações mais políticas do que científicas. O pensamento conservador que encontramos na utilização das ideias de “normal” e “patológico” em Durkheim, não se faz presente em sua própria estrutura funcional flexível, como foi explicado por Thompson (2003). Ou seja, não podemos tomar o conservadorismo como uma marca funcionalista, embora saibamos que pode ser conservadora, dependendo do contexto de aplicação e de interpretação. A folkcomunicação, embora possa ser vista como defensora da propagação de algumas ideias dos grupos dirigentes na primeira parte da tese, na segunda traz a defesa de ideias que contradizem tais passagens, expondo-se mais como um estudo que mostra o questionamento e a independência do povo do que a necessidade de os grupos populares absorverem ideias dos dirigentes para sobreviver.

Entre estudos funcionalistas há algumas marcas similares a serem observadas (as já citadas no primeiro parágrafo desse tópico), embora existam, obviamente, diferenças entre os autores. Mas a folkcomunicação não se enquadra em nenhuma dessas indicações. Dessa forma, o elo entre folkcomunicação e funcionalismo não se faz forte: os elementos indicados para as análises funcionais, desde autores mais distantes (Durkheim e Malinowski) até o mais próximo (Robert Merton), não são encontrados na tese *Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias*.

Antes da leitura das obras funcionalistas e das sobre Comunicação publicadas nos anos 1960 na América Latina, especialmente as editadas pelo Ciespal, a investigação para esta tese foi iniciada com a ideia de que alguns assuntos, como os estudos dos efeitos da comunicação, o quantitativismo (uso de *encuestas* e da análise de conteúdo), a defesa de políticas desenvolvimentistas na América Latina e a investigação sobre os líderes de opinião de Katz e Lazarsfeld estavam intrinsecamente relacionadas ao funcionalismo. Todavia, percebeu-se que existiam diferenças entre as pesquisas desenvolvidas sob a ótica da *Mass Communication Research* na América Latina e as ideias funcionalistas. Dessa forma, muitas questões que à primeira vista deveriam estar neste tópico, como dele decorrentes, serão abordadas com mais profundidade no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

FOLKCOMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTISMO

No capítulo anterior, trabalhamos com a ideia preliminar de que a folkcomunicação poderia se vincular ao funcionalismo, mas concluímos que o elo entre eles não é muito forte, com a primeira não tendo características que são marcas do segundo. Todavia, em escritos que defendiam a possibilidade desse elo, encontramos passagens que, naquele momento, faziam sentido: Luiz Beltrão (LB) realmente, em alguns momentos, defendia o uso dos meios de comunicação para fazer determinada mensagem chegar aos grupos periféricos. E, adicionado a isso, sabíamos que LB havia participado do Ciespal (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina) em seu “período funcionalista” (assim pensávamos com base em algumas leituras, como de Feliciano [1987] e de Berger [2001, p.247]), e, nessa organização, algumas obras como de Wilbur Schramm haviam sido publicadas. Dessa maneira, surgiu a pergunta: A tese de Beltrão é desenvolvimentista? E ela gerou ainda diversas outras interrogações, como: Há diferença entre desenvolvimentismo e funcionalismo? O desenvolvimentismo é uma teoria com um método próprio? Ou é uma política que usa o funcionalismo para embasar e justificar suas ações? Dessa forma, abriu-se um caminho novo que deveria ser investigado.

Nessa nova situação encontrada, fez-se necessário buscar entender o que era o desenvolvimentismo, mas isso nos impôs contextualizar o período da sua tentativa de aplicação e, por fim, e por base, buscar como tais ideias se constituíram na América Latina, como eram justificadas, como se disseminavam. Algo que à primeira vista poderia ser visto como sinônimo (funcionalismo e desenvolvimentismo), levou-nos a uma área com vários atores que sugeriam diversos caminhos, embora pudessem conversar entre si.

O caminho escolhido para compreender como a tese de LB se vincula ou não ao desenvolvimentismo foi realizar um estudo sobre pesquisa em Comunicação na América Latina no período de elaboração da tese de Beltrão (1959-1967), tendo o Ciespal como ponto central, pois ele poderia ser o polo difusor do funcionalismo, do desenvolvimentismo, das indicações teóricas e metodológicas dos Estados Unidos e um catalizador para a construção de um pensamento comunicacional latino-americano. Para tanto, o estudo dessa *hipótese geradora* foi dividida em tópicos que nos ajudaram a entender parte importante da história da

investigação em Comunicação na América Latina e nos deu mais pistas para compreendermos vínculos da tese de LB.

1. A PRESENÇA DE ESTADUNIDENSES NAS PESQUISAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA

As pesquisas em Ciências Sociais no Brasil e na América Latina entre os anos 1930 e 1960 contaram com a presença de alguns estrangeiros, especialmente no Brasil de franceses e de norte-americanos (MASSI, 1989). Estes aqui estiveram com foco em investigações, enquanto que aqueles ficaram mais nos cargos de docência, pois, além de não contarem com financiamento no mesmo nível dos norte-americanos, questões contratuais os impediam de realizar investigações, como se percebe no exemplo de Bastide (apud MASSI, 1989, p.452-453) citado abaixo:

Foi feita uma crítica na época, dizendo que se pedia ao professor francês para vir trabalhar para os estudantes e não para fazer pesquisas pessoais. Não vai fazer estudos pessoais ou só durante as férias; trabalhar só para os estudantes; não pode deixar a faculdade. [...] O resultado de tudo isso (da briga com Lévi-Strauss) foi que me impediram de fazer pesquisa: só durante as férias. E até mesmo durante as férias, o contrato estipulava que não podia se sair muito longe de São Paulo. E sempre dando meu endereço. Porque, se durante as férias, a faculdade precisasse de mim para dar aula no cursinho da faculdade, por exemplo, era obrigado a deixar as férias, para voltar a São Paulo.

Os norte-americanos, por exemplo, já se faziam presentes nas pesquisas em Ciências Sociais no Brasil nos anos 1930, como bem mostrou Fernanda Massi (1989, p.434-452), dizendo que, no Rio de Janeiro, o Museu Nacional já patrocinara a vinda de jovens pesquisadores dos EUA:

William Lipking passa catorze meses entre os Carajá e, sobre eles, escreve um capítulo do *Handbook of South American Indians*; Ruth Landes, interessada no estudo das relações raciais entre brancos e negros, faz pesquisas na Bahia, cujos resultados encontram-se em *Cidades das mulheres*; Buell Quain pesquisa entre os Trumáí e publica em 55, com Robert F. Murphy, *The Trumáí Indians of Central Brazil*. Um quarto integrante do grupo, citado por Landres (1970) é Jules Henry, que trabalhou junto aos Kaingang, cujos relatos publicou em *Jungle people*. (MASSI, 1989, p.442)

Muitos outros estadunidenses participaram dessas visitas ao Brasil, como Charles Wagley, quem muito teve vínculo com os Tapirapés, por ter passado quinze meses com eles entre 1939-1940, tê-los visitado nos anos 1940, 50 e 60 e ter feito outros vários estudos, como sobre comunidades camponesas, relações raciais, Amazônia etc. (MASSI, 1989, p.442).

Nos anos 1950 os norte-americanos vieram ao Brasil, por exemplo, através do *Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos* e da Unesco, com Charles Wagley, Carl Withers, Oto Linemberg e Bertam Hutchinson (sociólogo britânico) vinculando-se aos planejamentos educacionais brasileiros (MASSI, 1989, p.442). No final dos anos 1950 e início dos 1960 outros norte-americanos também chegaram, agora por meio do *Summer Institute of Linguistics*: “O Instituto Linguístico de Verão, que teve uma ampla atuação na América Latina a partir dos anos 30, passa a trabalhar oficialmente no Brasil em 59, através de um acordo firmado com o Museu Nacional” (MASSI, 1989, p.444).

Nos Estados Unidos, a Escola de Chicago teve grande influência no desenvolvimento das pesquisas sociais, especialmente após 1894, com o uso da observação direta, da coleta de depoimentos, do contato efetivo com a população estudada, e também por causa de Robert Park que, em 1914, “introduz na Sociologia de Chicago o interesse pelos problemas urbanos, em particular, e pela sociedade moderna em geral” (MASSI, 1989, p.435-436). Após os anos 1930, corrente que também ganha espaço em Chicago é o funcionalismo britânico, principalmente pela presença dos seus maiores nomes nos EUA, com Radcliffe-Brown, permanecendo seis anos em Chicago, e Malinowski, três em Yale (MASSI, 1989, p.438).

Essa orientação sociológica de Chicago e o seu modelo institucional também estiveram presentes no Brasil, especialmente em São Paulo, com Donald Pierson, que trabalhou a prática, o ensino e a pesquisa conjuntamente e pôs em uso o modelo proveniente de Chicago:

Quando tomamos contato com o funcionamento de Chicago, vemos que Pierson tentou fazer em São Paulo uma réplica deste modelo: primazia dos estudos pós-graduados, formação de grupos de trabalho, onde a cada estudante corresponde um subtema da pesquisa mais ampla, sob a direção de um professor-doutor: além de seminários, leitura e orientação individual de alunos. Ou seja, com Pierson chega a São Paulo não só uma problemática trabalhada pela sociologia de Chicago (os estudos de comunidades), mas também um modelo institucional. (MASSI, 1989, p.447)

Sergio Miceli (1989, p.92), ao falar das diferenças entre as pesquisas realizadas no Rio de Janeiro e em São Paulo nos anos 1950, afirmou que no primeiro estado prevalecia “uma concepção ‘intervencionista’, ‘militante’, ‘aplicada’, cuja expressão intelectualmente acabada são as teorias desenvolvimentistas⁴⁶”, enquanto que no segundo a preocupação era com questões metodológicas, as leituras dos clássicos, o trabalho de campo individual ou em

⁴⁶ Dessa escola, ligada às discussões presentes à época no Rio de Janeiro, Miceli (1989, p.108) cita Hélio Jaguaribe, Nelson Werneck Sodré, Celso Furtado e Guerreiro Ramos.

equipe “e toda uma socialização acadêmico-disciplinar então sob hegemonia do paradigma sociológico funcionalista”.

Os norte-americanos também estiveram na Bahia, especialmente os interessados em estudos africanos, como Ruth Landes⁴⁷, que veio ao Brasil em 1938 para realizar “pesquisa antropológica sobre a vida dos negros” para completar seu PhD em Antropologia pela Universidade de Columbia (ESTADO NOVO..., 2002), contou com a ajuda de Edison Carneiro na sua estada, e sua pesquisa no Brasil resultou no livro *A cidade das mulheres*. Até os anos 1940 a presença de pesquisadores era constante, mas somente em 1949 um projeto de pesquisas foi elaborado (por iniciativa do então Secretário de Educação e Saúde, Anísio Teixeira, e contando com a parceria da Universidade de Columbia) e, através dele, iniciaram o *Programa de Pesquisas Sociais Estado da Bahia-Columbia University* (MASSI, 1989, p.451). Esse projeto “permitiu um grande fluxo de norte-americanos e uma profusão de trabalhos e teses foram realizadas sob seu patrocínio. Além disso, representou um ‘estímulo’ a novos projetos que seriam realizados nos anos 60” (MASSI, 1989, p.452).

Em 1965, Wagley participou de um encontro⁴⁸ no Rio de Janeiro que contou com a presença de pesquisadores do Brasil, México, Chile, Argentina e de vários dos EUA, como Bryce Wood (*Social Science Research Council*, Nova Iorque), John Thompson (Universidade de Illinois), Rex Hopper (*Special Operations Research Office*, Washington, D.C) e outros. Desse evento foi organizada a publicação do livro *As Ciências sociais na América Latina* (1965), que debateu as contribuições dos investigadores norte-americanos para o estudo da América Latina (FERNANDES, F., 1965). Diegues Júnior (1965, p.12), nessa publicação, tendo como base Wagley, afirma que os estadunidenses enxergavam a América Latina como um grande laboratório, com rápidos processos de mudanças e como um bom espaço para investigações de comunidades e de populações africanas.

⁴⁷ O *Jornal do Brasil*, em matéria “Estado Novo suspeitava que a antropóloga Ruth Landes fosse espiã e comunista” publicada no dia 1º de junho de 2002, disse que “A antropóloga americana foi seguida de perto durante todo seu percurso. No início de 1939, foi forçada pela polícia baiana a deixar às pressas o Estado em direção ao Rio de Janeiro, tendo que esconder seu material de pesquisa. Pairavam sobre ela suspeitas de espionagem e de filiação ao comunismo. Chegando ao Rio de Janeiro, Ruth Landes recorreu a amigos brasileiros e, após alguns dias, conseguiu visto de permanência por pouco tempo. Entretanto, não lhe foi possível retornar à Bahia, pois as autoridades baianas que a expulsaram não estavam em completo acordo com a administração central. Ruth Landes permaneceu por uns dias no Rio de Janeiro, onde, em companhia de Edison Carneiro, visitou alguns terreiros de macumba. Por fim, partiu para os Estados Unidos”.

⁴⁸ “Não foi uma reunião formal; em torno de uma mesa quadrada diversas tendências e opiniões se manifestaram, e nesta transmissão de impressões e de ideias, se não se estabeleceram conclusões definitivas, reuniram-se todavia sugestões, observações e informações bastante expressivas. Só esse intercâmbio já representou um grande passo. Porque latino-americanos e norte-americanos, falando francamente uns aos outros, expuseram seus conceitos e opiniões, um julgamento autenticamente científico, baseado exclusivamente nos fundamentos metodológicos ou teóricos que, mediante experiência da investigação, poderiam formular através do conhecimento de suas respectivas disciplinas” (DIEGUES JÚNIOR, 1965, p.7).

Aliás, o estudo de comunidade que os norte-americanos tanto têm desenvolvido, e não apenas difundido, se pode dizer que encontrou na América Latina um excelente campo de aplicação. Saliente-se, de início, que foi a Antropologia norte-americana que iniciou essa investigação – o estudo de comunidade – nas primeiras décadas deste século, criando todo um instrumental metodológico e formando um aparato técnico, de modo a transformar-se num dos campos específicos de investigação social. E depois foram comunidades latino-americanas que serviram para a aplicação do estudo fora da área norte-americana. Além disso, também a norte-americanos se devem os estudos do que poderíamos chamar as comunidades maiores, quando estudam as características rurais ou não de países da região latino-americana. (DIÉGUES JÚNIOR, 1965, p.13)

Em *As Ciências Sociais na América Latina*, o vínculo entre os “americanistas” e a América Latina é bem notado, especialmente por ser composto de textos com caráter de diagnóstico dessa relação. E a conclusão mais recorrente foi de que eles vinham para os países americanos subdesenvolvidos com o intuito de estudarem os problemas deles, questões que não diretamente se referiam à área latina desse continente. Todavia esse intercâmbio também proporcionou benefícios, especialmente por as Ciências Sociais latino-americanas ainda estarem, conforme Diegues Júnior (1965), saindo de uma fase amadora.

As críticas mais fortes sobre essa relação vieram de Florestan Fernandes (1965, p.115-162), como de ver que os interesses “americanistas” para realizarem pesquisas situam-se fora da América Latina; que poucos eram os que se preocupavam com a região e que desenvolviam as Ciências Sociais para esse espaço social⁴⁹; apesar de serem bons cientistas, “a maioria dos estudiosos que nos procuram revela, sistematicamente, ignorância completa dos meios de comunicação, história econômica, cultural e social das áreas escolhidas e, o que é de pasmar, da bibliografia local, nacional ou regional pertinente aos ‘problemas’ das investigações” (FERNANDES, F., 1965, p.130). Ele também dá sugestão sobre o que fazer para que as Ciências Sociais se desenvolvam na América Latina:

De um lado, os “americanistas” (em particular quando se trata de cientistas sociais norte-americanos) precisam fazer, com urgência, uma revolução copernicana em sua perspectiva de observação e de análise. Não se justifica, principalmente depois do promissor desenvolvimento das ciências sociais nos principais centros de investigação, de ensino ou de ciência aplicada da América Latina, que se mantenham velhos estereótipos sobre o significado e o alcance dos avanços autóctones da pesquisa social naqueles centros. No mínimo, dadas certas condições de realização das investigações, a

⁴⁹ Para Florestan Fernandes, mais importante do que haver cientistas estrangeiros estudando a América Latina, era que eles ajudassem no desenvolvimento desse campo de pesquisa na própria região. “Ora, os ‘interesses da área’ acham-se voltados, atualmente, menos para a expansão em si mesma da pesquisa científica que para a implantação ou a consolidação das instituições que permitem lograr esse objetivo. Por brilhantes e indispensáveis, cientificamente, que sejam os ‘estudos latino-americanos’ elaborados no exterior, para nós eles são penosamente menos importantes que a aquisição ou o aperfeiçoamento das habilidades que conferem a qualquer um a faculdade de realizá-los segundo seus intentos e necessidades” (FERNANDES, F., 1965, p.129).

duplicação de esforços aumentará crescentemente, de maneira inútil, e o especialista estrangeiro perderá, dia a dia com maior intensidade, as pequenas e discutíveis vantagens que possui, as quais giram em torno de facilidades materiais e não podem compensar as desvantagens correlatas (como o grau de ego-envolvimento e de familiaridade com diferentes situações locais ou nacionais, experiência pessoal no funcionamento dos padrões de comportamento, de organização da personalidade e das instituições sociais, de participação direta e profunda dos processos de transformação da região etc.). (FERNANDES, F., 1965, p.150)

Nesse encontro que resultou no livro *As Ciências Sociais na América Latina*, as áreas de investigação debatidas foram Economia, História, Geografia, Sociologia, Antropologia, Ciência Política e Direito. Florestan Fernandes (1965, p.137-143), lembrando-se de profissionais que “confluem com o ponto de vista sociológico”, cita geógrafo, historiador, psicólogo social, economista, antropólogo, cientista político e jurista. Nada que recordasse a Comunicação Social (e suas subáreas) é mencionado.

Se as Ciências Sociais ainda estavam saindo do amadorismo nos anos 1960 na América Latina, conforme Diégues Júnior (1965), não é motivo de surpresa que a Comunicação não fosse lembrada, pois os Centros de Pesquisa latino-americanos mais fortes datam de a partir do final dos anos 1950, como o Ciespal e o Instituto Venezuelano de Investigações de Prensa, ambos de 1959; o Ceren (Centro de Estudios de la Realidad Nacional), em 1970; o Ininco (Instituto de Investigaciones de la Comunicación) em 1973; e o Ilet em 1976 (BERGER, 2001, p.246).

No Brasil a área também era muito incipiente. Segundo Hohlfeldt e Valles (2008), as primeiras iniciativas de ensino nesse campo se deram em 1935 com a criação da Cátedra de Jornalismo (integrada à Universidade do Distrito Federal), mas que fechou após pouco tempo; depois, em 1942 e 1943, houve o começo de cursos no Rio de Janeiro e em São Paulo, respectivamente; a inauguração da Escola de Jornalismo Cásper Líbero aconteceu em 1947; o Curso de Jornalismo da Universidade do Brasil foi aberto em 1948; a primeira escola de propaganda (Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM) iniciou-se em 1951; a primeira Faculdade de Comunicação de Massa é de 1963; o primeiro centro de pesquisa em Comunicação, o Instituto de Ciências da Informação (Icinform), iniciou suas pesquisas em 1963; o primeiro doutor em Comunicação por Universidade brasileira foi formado somente em 1967; e a ECA/USP (Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo)⁵⁰, a “primeira instituição universitária a contratar um corpo docente permanente, possibilitando

⁵⁰ À época de fundação era chamada de Escola de Comunicações Culturais.

sua dedicação integral ao ensino e à pesquisa” (MARQUES DE MELO, 2003, p.161), foi criada em 1966 e formou seus primeiros doutores em 1972/1973.

Em levantamento realizado por Heloísa Pontes (1989, p.359-409) nas “três coleções de assuntos brasileiros mais importantes editadas no país, nas décadas de 30, 40 e 50”, a *Brasiliiana* (1931), a *Documentos Brasileiros* (1936) e a *Biblioteca Histórica Brasileira* (1940) – orientando-se por várias questões, como: “Quais os assuntos ou gêneros mais editados?”, “Quais os autores mais publicados?”, “sobre o que escreviam?” e outras – chegou-se aos seguintes resultados, por exemplo, nas duas primeiras coleções citadas:

A *Brasiliiana* editou 307 títulos e 211 autores entre 1931 e 1960, sendo 1) *História*, 2) *Biografia e Memória* e 3) *Viajantes e Cronistas* os três gêneros mais publicados, em ordem decrescente. Não há menção direta à Comunicação Social. Sobre folclore, área também de interesse desta tese, só foram editados três livros durante os trinta anos da amostra.

FIGURA 3: Gêneros editados pela Brasiliiana entre 1931-1960

Assunto	1931-40	1941-50	1951-60	1931-60
História	49 (25,0%)	20 (37,0%)	5 (13,5%)	74 (24,1%)
Biografia e Memória	40 (19,3%)	14 (18,8%)	8 (21,6%)	60 (19,5%)
Viajantes e Cronistas	24 (12,2%)	18 (24,3%)	3 (8,1%)	45 (14,6%)
Ensaio de Interpretação sobre o Brasil	25 (12,7%)	4 (5,4%)	2 (5,4%)	31 (10,0%)
Geografia	19 (9,6%)	4 (5,4%)	3 (8,1%)	26 (8,4%)
Antropologia e Etnologia	14 (7,1%)	5 (6,7%)	5 (13,5%)	24 (7,8%)
Sociologia e Estudos de Comunidade	1 (0,5%)	3 (4,0%)	7 (18,9%)	11 (3,5%)
Educação	5 (2,5%)	1 (1,3%)	—	6 (1,9%)
Medicina e Saúde	3 (1,5%)	1 (1,3%)	1 (2,7%)	5 (1,6%)
Língua Brasileira e Línguas Indígenas	4 (2,0%)	—	—	4 (1,3%)
Correspondência	3 (1,5%)	—	1 (2,7%)	4 (1,3%)
Economia	3 (1,5%)	—	—	3 (0,9%)
Folclore	2 (1,0%)	—	1 (2,7%)	3 (0,9%)
Arqueologia	1 (0,5%)	1 (1,3%)	—	2 (0,6%)
Botânica	1 (0,5%)	1 (1,3%)	—	2 (0,6%)
Biologia	1 (0,5%)	1 (1,3%)	—	2 (0,6%)
Outros	2 (2,0%)	1 (1,3%)	1 (2,7%)	4 (1,3%)
TOTAL	196 (100%)	74 (100%)	37 (100%)	307 (100%)
17	Títulos	Títulos	Títulos	Títulos

Fonte: Reprodução de Pontes (1989, p.391)

A *Documentos Brasileiros*, entre seus gêneros mais editados, também não conta com *Comunicação*, sendo em ordem do mais para o menos publicado no período de 1936-1960: *Biografia e memória*, com média de 37,3% dos livros editados; *História* com 26,1%; *Ensaio*

de interpretação sobre o Brasil com 23,3%; *Antropologia e etnologia*, com 4,6%; *Cronistas e viajantes*, 3,7%; *Folclore*, 2,8%; *Geografia*, 0,9% (PONTES, 1989, p.399).

No levantamento realizado por Pontes (1989), foram encontradas 414 publicações quando somamos as da *Brasiliiana* e as da *Documentos brasileiros*, sendo que não há o gênero *Comunicação* entre as categorias intituladas pela autora. José Marques de Melo (1984 apud STRELOW, 2011) buscou as publicações da área da Comunicação entre os anos de 1880 e 1949, e identificou 16 textos, sendo que, destes, 13 textos eram sobre Jornalismo.

Na década de 1950, de 14 registros, quatro versam sobre o tema [jornalismo], que se mantém com principal destaque entre os demais. [...] De acordo com Gisela Goldstein (1984), a pesquisa sobre jornalismo impresso no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, seguiu as seguintes tendências de estudos: prática do jornalismo; estudos históricos; estudos acadêmicos e teóricos. (STRELOW, 2011, p. 69)

A relação de autores presentes nas tabelas de Pontes (1989, p.409) consta com 21 na *Brasilianas* e 16 na *Documentos brasileiros*. LB fez uso de vários pesquisadores publicados por essas coleções para o desenvolvimento de sua tese, como Pedro Calmon e Estêvão Pinto, o primeiro e o décimo, respectivamente, mais publicados pela primeira editora, e de Gilberto Freyre, Luís da Câmara Cascudo, Sérgio Buarque de Holanda, Oliveira Lima, Pedro Calmon e Silvio Romero, que faziam parte do catálogo da segunda, estando posicionados, respectivamente em ordem do mais para o menos publicado, em primeiro, quinto, sexto, sétimo, décimo segundo e décimo quinto. Embora a pesquisa de LB estivesse localizada no campo da Comunicação, percebe-se que ele fez uso da literatura corrente em sua época, aos quais podemos acrescentar outros, já que não foram citados por Pontes (1989), como Cassiano Ricardo, Edison Carneiro, Djacir Menezes, Teodoro Sampaio, Caio Prado Júnior, Alceu Maynard de Araújo, Mário de Andrade e outros.

Marques de Melo (1968), em palestra realizada em 9 de agosto de 1967, durante as comemorações do vigésimo aniversário da Faculdade de Jornalismo Cásper Líbero, recuperou alguns importantes nomes para as pesquisas em Comunicação da época, havendo destaque para vários norte-americanos, especialmente na fase denominada de “quantitativa”: Harold Lasswell, Carl Hovland, Wilbur Schramm, Kurt Lewin e Paul Lazarsfeld (esses dois últimos europeus, mas que desenvolveram seus trabalhos nos EUA). Alguns desses autores citados por Marques de Melo fizeram parte da bibliografia consultada por LB para a elaboração da sua tese, com destaque Paul Lazarsfeld; e Wilbur Schramm, lembrado no livro *Folkcomunicação: a comunicação dos marginalizados* (1980).

2. O CIESPAL: PESQUISA EM COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA⁵¹

Tendo por base os questionamentos sobre a qualificação e a formação de jornalistas na primeira metade dos anos 1950, a Unesco (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*)⁵², em reunião ocorrida em Paris em 1956, debateu tal tema e verificou que uma solução seria “implantar centros regionais para formar jornalistas na África, na Ásia e na América Latina⁵³” (MARQUES DE MELO, 2009, p. 17). Tal reunião ocorreu em abril de 1956 e logo depois, em 1957, foi criado um “Centro de Estudos Superiores de Jornalismo para a Europa, na cidade francesa de Estrasburgo” (SALGADO, 1980, tradução nossa). Esse Centro atuou com o objetivo de melhorar a formação na área da ciência da informação, porém havia um problema: ele estava limitado à Europa e à África⁵⁴.

Com a notícia dessa reunião da Unesco, a Universidade Central do Equador (UCE), conforme Luis Verdesoto Salgado (1980), em depoimento enviado ao reitor Julio Enrique Paredes, considerou que seria importante para o Equador a criação de um Centro semelhante na América Latina. Dessa forma, na Costa Rica, na “Segunda Conferencia de Comisiones Nacionales de la Unesco del Hemisferio Occidental”, que ocorreu entre 30 de maio e 4 de junho de 1958,

[...] se aprueba una recomendación para que se cree en Quito un Centro regional. El texto de la recomendación fue preparado por la Escuela de Periodismo, cuyo Director era el señor José Alfredo Llerena. Desde la Escuela y desde el Decanato de la Facultad nos preocupamos porque la conferencia de Comisiones Nacionales de la Unesco conociera de esta iniciativa nacida en la Universidad Central. El señor doctor Francisco

⁵¹ Em grande parte dos trabalhos lidos sobre o Ciespal, sentimos falta da voz do Centro sobre sua própria história. Dessa forma, como temos muitos documentos em mãos, muitos não citados e não facilmente disponíveis (grande parte do material foi encontrada solta em caixas e junta com papeis que tratavam dos mais diversos temas; e em livros que estavam em processo de digitalização, mas sem previsão de serem disponibilizados on-line), optamos por escrever a história da fundação do Ciespal tendo como base as vozes dos autores que participaram desse processo.

⁵² “La Unesco, luego de varias reuniones internacionales, llegó a la conclusión de que era necesario crear organismos regionales para promover el mejoramiento y desarrollo de los medios de comunicación colectiva, mediante la formación de profesores de periodismo, de profesionales de la investigación científica y la adecuada documentación” (CÓRDOVA, 1967, p.107).

⁵³ “Lembre-se que a Unesco, desde sua própria fundação, em 1947, já vinha potencializando o uso dos meios de comunicação em programas de desenvolvimento econômico. O diagnóstico feito na década de 1950 – publicado no volume *La formation des Journalistes* (1958) – indicava que os países em vias de desenvolvimento deveriam ser estimulados a acelerar os processos de mudança social, educando a população por meio da mídia. O quadro da América Latina, descrito naquele relatório pelo argentino Juan Valmaggia, reforça a necessidade de elevar o nível cultural dos jornalistas, neutralizando eventuais tendências tecnocráticas ou posturas alienantes” (MARQUES DE MELO, 2009, p. 15).

⁵⁴ “Cuando estuve en Europa tuve oportunidad de visitar el mencionado Centro [de Estrasburgo], por gentil invitación de Unesco. Los cursos que allí se organizan no son permanentes sino del tipo seminario. Los estudiantes son catedráticos de las Escuelas de periodismo de Europa, África o Cercano Oriente, de manera que ellos difícilmente pueden separarse de sus medios de trabajo por periodos largos. Asisten en calidad de alumnos a pesar de que son también profesores o periodistas destacados” (SALGADO, 1959).

Salgado concurrió a la Conferencia a nombre de Ecuador y obtuvo la aprobación del Acuerdo⁵⁵. (SALGADO, 1980)

Nesse encontro na Costa Rica em 1958, a UCE se propôs – já disponibilizando professores, local, construção de um edifício e contando com o apoio do governo equatoriano, que garantiu suporte financeiro (ORIGENES..., 1984, p.85) – e teve recomendação aceita, a receber um Centro dos moldes do de Estrasburgo. De 29 de setembro a 3 de outubro desse mesmo ano, a Unesco realizou, na UCE, em Quito, o “Seminário Internacional sobre Formación Profesional de Periodistas em América Latina”, que contou com “especialistas em meios de comunicação social de diversos lugares da terra e se destaca a presença de Diretores das Escolas de Jornalismo da América Latina”, o qual foi considerado “fundamental e muito importante para a criação de um Centro Latino-americano de Estudos Superiores de Jornalismo” (Salgado, 1980, tradução nossa).

“Acogiendo con simpatía e gratitud el generoso gesto del Gobierno y la Universidad Central del Ecuador, al ofrecer su apoyo moral e económico para la instalación de dicho centro en la Ciudad de Quito (los delegados) expresaron su confianza de que tal iniciativa sea considerada favorablemente por el señor director General de la Unesco y los Estados Miembro interesados”, expresa una de las conclusiones del Seminario⁵⁶. (SALGADO, 1980)

Dessa forma, o governo do Equador enviou uma delegação para a X Conferência Geral da Unesco, em novembro de 1958, composta por “José Vicente Trujillo, a la sazón Embajador del Ecuador ante las Naciones Unidas con sede en Ginebra, Doctor José Ricardo Martínez Cobo, Lic. Jorge Salvador Lara, Doctor Jorge Crespo Toral, Doctor Luis Jaramillo, Diplomático ecuatoriano acreditado en Francia y quien tenía el carácter de delegado ecuatoriano ante la Unesco” (SALGADO, 1980). Luis Verdosoto Salgado, decano da Faculdade de Filosofia da UCE viajou com seus próprios recursos para se juntar ao grupo equatoriano para participar da reunião que definiria a criação desse centro de formação de jornalistas no Equador, porém, ao chegar a Paris, ocorreu uma situação curiosa, como ele mesmo conta:

⁵⁵ Tradução livre: “[...] se aprova uma recomendação para que se crie em Quito um Centro regional. O texto da recomendação foi preparado pela Escola de Jornalismo, cujo diretor era o senhor José Alfredo Llerena. Desde a Escola e desde o Decano da Faculdade nos preocupamos porque a Conferência de Comissões Nacionais da Unesco sabiam dessa iniciativa nascida na Universidad Central. O senhor doutor Francisco Salgado concorreu à Conferência em nome do Equador e obteve a aprovação do acordo”.

⁵⁶ Tradução livre: “‘Acolhendo com simpatia e gratidão o generoso gesto do Governo e da Universidad Central del Ecuador, ao oferecer apoio moral e econômico para a instalação de um centro na cidade de Quito, (os delegados) expressaram sua confiança de que tal iniciativa seja considerada favorável pelo senhor diretor-geral da Unesco e os Estados membros interessados’, expressa uma das conclusões do Seminário”.

La Conferencia General no aceptaba delegados de una Universidad sino de las de los Estados Miembros, toda vez que la Unesco, organismo de Naciones Unidas constituye una Asociación de Estados Miembros. Ante esta situación, la Universidad Central comunica la designación de su delegado por “conductor de la Cancillería Ecuatoriana”. La Unesco considera en esta forma al Doctor Verdesoto como Delegado Oficial del Ecuador y él se integra a la delegación ecuatoriana⁵⁷. (SALGADO, 1980)

Trujillo (1980, p.21-27), observando que na mesa diretora estavam os delegados das Filipinas e do Líbano como presidente e vice-presidente, respectivamente, conseguiu que uma segunda vice-presidência fosse criada, na qual foi colocado Luis Verdesoto Salgado, com o objetivo de que uma pessoa diretamente vinculada à Universidade Central “tivesse até certo ponto uma posição de vigilância nas decisões da mesa que, por ser em sua maioria de países asiáticos, poderiam nos ser prejudiciais”.

A reunião não foi das mais tranquilas, pois – como explica o relato (enviado em 20 de novembro de 1958) do presidente da delegação, Jose V. Trujillo, ao Ministro das Relações Exteriores do Equador, Carlos Tobar Zaldumbide – não havia consenso entre os latino-americanos sobre o lugar onde o Centro deveria ser criado (como com a Venezuela apresentando proposta com maiores fundos para ter o Centro), e tanto os europeus quanto os asiáticos queriam, para suas regiões, os fundos que deveriam ser destinados para o Instituto latino-americano.

A presença de Verdesoto Salgado foi muito importante para os objetivos do Equador nos momentos finais da reunião, pois, pelo horário, a sessão deveria ser postergada, o que criaria situações mais complicadas para a aprovação, pois esse era o último encontro do Comitê responsável pela criação do Centro. Então, Salgado, como vice-presidente,

[...] hizo notar que la enmienda ecuatoriana había sido acogida unánimemente, sin que haya presentado observaciones contrarias, lo cual conducía a la lógica conclusión de que el Comité adoptaba la enmienda por unanimidad y se resolvía la creación, en la Universidad Central de Quito, del Centro Latinoamericano para la Formación de Periodistas⁵⁸. (TRUJILLO, 1980, p.25)

En la última sesión del Comité de Información, Comité resolutivo, sin cuya decisión la Conferencia General no habría aprobado el Proyecto, nos tocó vivir momentos realmente dramáticos. La aprobación se realizó en el último minuto, cuando el Presidente López, delegado filipino, daba realmente por

⁵⁷ Após ação do presidente da delegação, José V. Trujillo, de colocar o projeto da UCE como parte mais importante para a delegação do Equador, Salgado é designado como vice-presidente e passa a fazer parte da mesa da Conferência.

⁵⁸ Tradução livre: “Ele notou que a emenda equatoriana havia sido acolhida por unanimidade, sem que tivessem apresentado observações contrárias, o que levou à conclusão de que o Comitê apoiava a emenda por unanimidade e se resolvia a criação, na Universidad Central de Quito, do Centro Latinoamericano para la Formación de Periodistas”.

clausurada la sesión ante la fatiga de los traductores simultáneos que cesaban de hecho en su labor. En estas circunstancias, el Vicepresidente, doctor Verdesoto asumió la presidencia “casi tomándola por sí mismo” al constatar que los esfuerzos ecuatorianos quedaban en nada, y se logró la aprobación⁵⁹
⁶⁰. (TRUJILLO apud SALGADO, 1980)

E, então, deu-se a aprovação para a criação do Ciespal, como atestam as resoluções desse encontro em Paris:

Los delegados de los Estados Miembros de América Latina se mostraron muy satisfechos de los resultados obtenidos en el seminario regional sobre la enseñanza del periodismo, que acaba de celebrarse, y de la decisión del Director General de prestar ayuda para la creación de un centro de enseñanza del periodismo en América Latina. El delegado del Ecuador, apoyado por otros delegados latinoamericanos, propuso que el centro tuviese su sede en la Universidad de Quito, y siguiera la orientación general del centro que con tanto éxito funciona en Estrasburgo⁶¹. (CONFERENCIA..., 1959, p.188)

Em 21 de janeiro de 1959, o Ministério da Educação Pública do Equador, em comunicação assinada pelo Subsecretário de Educação Gerardo Martínez, também informou a Carlos Tobar Zaldumbide, Ministro das Relações Exteriores do Equador, a aprovação para a abertura do “Centro Internacional de Jornalismo para os países latino-americanos”. E em abril de 1959, o Conselho Universitário em discussões que aconteceram entre os dias 14 e 28 desse mesmo mês, elaboraram a resolução de criação do Ciespal.

CONSIDERANDO: Que la, en su última Conferencia General realizada en la ciudad de París, resolvió auspiciar la creación del Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina adscrita a la Universidad Central del Ecuador; Que la Universidad asumió la responsabilidad de organizar y mantener este Centro, con la cooperación del Gobierno del Ecuador;

RESUELVE: Art. UNICO. Crear el Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para América Latina como un organismo autónomo el que funcionará de conformidad con las disposiciones y reglamentos que dicte el Consejo Universitario⁶².

⁵⁹ Tradução livre: “Na última sessão do Comitê de Informação, Comitê resolutivo, sem cuja decisão a Conferência Geral não teria aprovado o Projeto, vivemos momentos realmente dramáticos. A aprovação foi feita no último minuto, quando o Presidente López, delegado filipino, dava por encerrada a sessão diante da fadiga dos tradutores simultâneos, que davam por feito seu trabalho. Nessas circunstâncias, o vice-presidente, doutor Verdesoto, assumiu a presidência 'quase tomando para si mesmo' ao constatar que os esforços equatorianos resultariam em nada, e conseguiu a aprovação”.

⁶⁰ Embora, às vezes, a versão contada pelos representantes equatorianos desse processo possa aparecer com um tom heroico, aqui a colocaremos, pois: 1) Assim foi dita por eles; 2) Não encontramos documentos afirmando que o processo ocorreu de outra forma.

⁶¹ Tradução livre: “Os delegados dos Estados membros da América Latina se mostraram muito satisfeitos com os resultados obtidos no seminário sobre o ensino do jornalismo, que acaba de se celebrar, e da decisão do diretor-geral de prestar ajuda para a criação de um Centro de ensino de jornalismo na América Latina. O delegado do Equador, apoiado por outros delegados latino-americanos, propôs que o Centro tivesse sua sede na Universidad de Quito, e seguisse a orientação geral do Centro que com tanto êxito funciona em Estrasburgo”.

⁶² Tradução livre: “CONSIDERANDO: Que, em sua última Conferência Geral, realizada na cidade de Paris, decidiu patrocinar a criação do Centro Internacional de Estudios Superiores de Jornalismo para a América Latina

No dia 8 de outubro de 1959, o Ciespal foi, então, de fato constituído, contando com o convênio tripartido entre o Governo do Equador, a Universidad Central del Ecuador e a Unesco (NUÑEZ, 1980, p.2), e teve sua pessoa jurídica reconhecida pelo presidente do Equador, Camilo Ponce Enríquez, em 11 de março de 1960.

CAMILO PONCE ENRÍQUEZ, PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DE LA REPUBLICA CONSIDERANDO:

[...] Que dicha entidad, constituida el 9 de Octubre de 1959⁶³ ha dictado sus propios Estatutos siendo indispensable dotarle de personería jurídica propia para el cabal desenvolvimiento de sus importantes actividades; y,

A pedido del Ministro de Relaciones Exteriores,

DECRETA: Art. 1. Reconócese la personería jurídica propia del Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para la América Latina, con domicilio en la ciudad de Quito⁶⁴.

O aporte financeiro para o funcionamento do Centro, entre 1960 e 1978 (não foram encontrados dados de contribuições por instituições nos anos iniciais dos 1960), vieram do Governo Equatoriano (US\$ 1.501.691,75), de fundos próprios (US\$ 185.655,09), da Unesco (US\$ 652.230,70), da Organização dos Estados Americanos (US\$540.699,00), da Fundação Friedrich Ebert (US\$ 306.035,00), do CIID – Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento – (US\$ 129.444,00), da UCE (US\$ 36.402,00), da UCLAP – Unión Católica Latinoamericana de Prensa – (US\$14.500,00), de Universidades norte-americanas (US\$ 14.000,00) e outras contribuições internacionais (US\$ 154.431,00).

Na imagem a seguir, percebe-se que, de 1960 a 1973, a maior parte das verbas eram provenientes de entidades internacionais e de Universidades, representando 64,43% do arrecadado (totalizando US\$ 1.130.568,70, ou seja, média de US\$ 80.754,90 por ano), enquanto que a verba proveniente do governo do Equador ficou na média de 28,63%⁶⁵ do arrecadado, isso equivalendo, em média, a US\$ 33.880,05 ao ano e a um valor total de US\$ 474.320,70.

ligado à Universidad Central del Ecuador; Que a Universidade assumiu a responsabilidade de organizar e manter este Centro, com a cooperação do Governo de Equador; RESOLVE: Art. ÚNICO. Criar o Centro Internacional de Estudios Superiores de Jornalismo para a América Latina como um organismo autônomo que funcionará em conformidade com as disposições e regulamentos estabelecidos pelo Conselho Universitário”.

⁶³ A ata da sessão constitutiva do Ciespal data de 8 de outubro de 1959.

⁶⁴ Tradução livre: “CAMILO PONCE ENRÍQUEZ, PRESIDENTE CONSTITUCIONAL DA REPÚBLICA CONSIDERANDO: [...] Que dita entidade, constituída em 9 de outubro de 1959, emitiu seus próprios Estatutos sendo indispensável dotar-lhe de personalidade jurídica própria para o bom desenvolvimento de suas importantes atividades; e, a pedido do ministro de Relações Exteriores, DECRETA: ART. 1. Reconhece-se o estatuto jurídico do Centro Internacional de Estudios Superiores de Jornalismo para a América Latina, com domicílio na cidade de Quito”.

⁶⁵ A soma das duas médias apresentadas não fecham 100% porque ainda há o fundo próprio do Ciespal, que não foi contabilizado, mas que se faz presente no quadro seguinte.

FIGURA 4: Aportes financeiros do Ciespal


Cuadro No. 2
DETALLE DE "INGRESOS" ANUALES

AÑO	Aportes Estado Ecuatoriano		Aportes Entidades Internacionales y Universidades		FONDOS PROPIOS		TOTAL	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%
1960	32.000,00	32.2	67.402,00	67.8	-.-	-.-	99.402,00	100,00
1961	32.033,00	45.1	38.000,00	53.5	1.000,00	1.4	71.033,00	100,00
1962	32.033,00	34.4	59.701,70	64,0	1.548,00	1.6	93.282,70	100,00
1963	30.033,00	25.3	87.800,00	73.9	986,00	0.8	118.819,00	100,00
1964	31.033,00	20.3	118.600,00	77.5	3.426,00	2.2	153.059,00	100,00
1965	30.000,00	27.9	74.900,00	67.4	6.311,00	5.7	111.211,00	100,00
1966	35.533,55	26.6	89.500,00	66.9	8.632,00	6.5	133.665,55	100,00
1967	35.533,55	29.8	67.745,00	56.7	16.108,58	13.5	119.387,13	100,00
1968	35.533,55	27.5	71.186,30	55.2	22.268,89	17.3	128.988,74	100,00
1969	37.183,55	29.7	65.550,00	52,9	22.382,62	17.4	125.116,17	100,00
1970	35.533,55	24.9	92.250,00	64.6	14.853,00	10.5	142.636,55	100,00
1971	46.681,00	27.7	115.155,00	58.4	6.527,00	3.9	168.363,00	100,00
1972	25.840,00	18.6	108.889,00	78.4	4.120,00	3.0	138.849,00	100,00
1973	35.350,00	30.9	73.890,00	64.8	4.892,00	4.3	114.132,00	100,00
1974	190.150,00	60.3	118.350,00	37.6	6.600,00	2.1	315.100,00	100,00
1975	131.948,00	59.4	79.193,00	35.6	10.600,00	5.0	221.741,00	100,00
1976	220.400,00	61.9	110.385,00	31.0	25.400,00	7.1	356.185,00	100,00
1977	224.873,00	51.8	195.601,00	45.0	14.000,00	3.2	434.474,00	100,00
1978	260.000,00	53.1	213.644,00	43.6	16.000,00	3.3	489.644,00	100,00
TOTAL:	1'501.691,75		1'847.742,00		185.655,09		3'535.088,84	

RESUMEN:

GOBIERNO.....	US\$	1'501.691,75	42.5 %
FONDOS PROPIOS	"	185.655,09	5.3 %
CONTRIBUCIONES INTERNACIONALES DE ENTIDADES Y UNIVERSIDADES...	"	1'847.742,00	52.2 %
	"	3'535.088,84	100.0 %

Fonte: Reprodução de Nuñez (1980)

Todavia, entre 1974 e 1978, o total enviado pelo governo equatoriano somou US\$ 1.027.371,00, sendo uma média de US\$ 205.474,20 por ano, e correspondendo a 57,3% do recebido, enquanto que as Universidades e entidades internacionais enviaram US\$ 714.173,00 (média de US\$ 142.834,60 anualmente), equivalendo a 38,56% do recebido. Tanto o governo do Equador quanto as Universidades e entidades internacionais aumentaram suas contribuições para o Ciespal, com o segundo aumentando em 76,87% e o primeiro subindo sua ajuda em media de 506,47%. Mas o que causou isso?

Infelizmente, não podemos dar uma causa como a certa nas linhas deste trabalho. Mas, como encontramos em Nuñez (1980), a questão do financiamento do Ciespal era algo debatido, especialmente nos anos 1970, época da construção do seu edifício localizado na

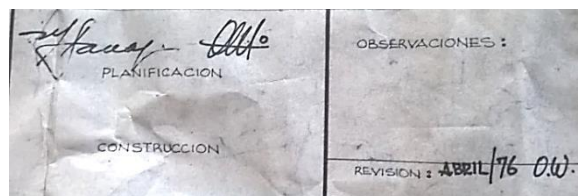
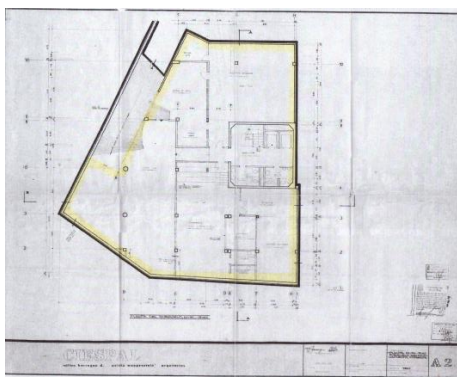
Avenida Diego de Almagro, em Quito⁶⁶. Uma das hipóteses para esse aumento de verba é justamente para o financiamento do prédio, mas a primeira permissão para liberação de verba aconteceu em 1975, pelo Acordo Ministerial nº 123 de Abril de 1975, na quantia de 10.000.000,00 de sucres. Os acordos seguintes foram o nº 381 de 4 de agosto de 1976 (ECS 16.000.000,00), o nº 203 de 27 de março de 1978 (ECS 10.000.000,00) e a Resolução do Ministério de Finanças nº 270 de maio de 1979 (ECS 9.000.000,00). E o Ciespal também ajudou, pois fez “um aporte de 15 milhões de sucres, através empréstimo hipotecário concedido pelo Banco Popular del Ecuador e conseguiu também um empréstimo do FONADE de 20 milhões. Todos os fundos foram destinados à conclusão da construção e a equipamentos” (NUÑEZ, 1980, tradução nossa). Outro motivo que pode diminuir a força dessa hipótese é que o Ciespal também fez empréstimos para ajudar na construção do prédio, mas os valores presentes no quadro anterior referentes aos fundos próprios não se alteram significativamente, o que nos leva a crer que o dinheiro para a edificação não faz parte dos “ingressos anuais”.

A intenção primeira era que o prédio fosse inaugurado em 1976, mas, de fato, a planta somente foi assinada em abril de 1976 e o prédio entregue em 1979.

FIGURAS 5: Projeto e inauguração do Ciespal



NUEVO LOCAL DE CIESPAL. Perspectiva del edificio cuya terminación está prevista para 1976.



⁶⁶ “En otras palabras, el gobierno ha hecho un aporte para el edificio equivalente a 55%. En tanto que el aporte logrado por Ciespal para la construcción del edificio y el equipamiento alcanza al 45% restante. Por lo tanto, carece de verdad la afirmación que sostiene que el edificio fue financiado, exclusivamente, por el Gobierno Ecuatoriano” (NUÑEZ, 1980).

Outra hipótese se refere a uma questão legal. No Registro Oficial do Equador de 9 de junho de 1970 (documento esse encontrado no Ciespal, em uma mesma pasta com a ata de fundação e outros regulamentos importantes do Centro), a Comissão Legislativa Permanente, através da Lei nº 264, destinou 5 milhões de sucres anuais (sendo 4 milhões provenientes do Banco Central do Equador e 1 milhão da Superintendência de Bancos) para o financiamento da Escola de Ciências da Informação da Universidade Central do Equador (que deveria ficar com 40% desse valor), da Escola de Ciências da Informação da Universidade de Guayaquil (também receberia 40%) e do Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (ficaria com 20%), verba que deveria ser destinada a:

Art. 4º. Las Universidades Estatales de Quito, Guayaquil, y Ciespal, utilizarán dichos fondos en la adquisición de laboratorios, implementos, equipos, construcción de sus locales y demás gastos que demande el funcionamiento de las instituciones beneficiadas con esta Ley.

Art. 5º. Autorízase a las Universidades Estatales de Quito, Guayaquil, y a Ciespal, comprometer hasta 80% de las asignaciones que les corresponden por esta Ley, en la contratación de préstamos, en el país o en exterior, destinados a la adquisición de equipos, implementos, laboratorios en general, y construcción de edificios para las Escuelas de Ciencia de la información y Ciespal⁶⁷.

Tomando a taxa de câmbio de 25 sucres para 1 dólar⁶⁸, nos anos 1970, os ECS 5 milhões equivaliam a 200 mil dólares, e, assim, o dinheiro destinado pela Lei nº 264 de junho de 1970 ao Ciespal deveria ser na quantia de 40 mil dólares anual. Como a lei previa que o pagamento em 1970 seria proporcional a partir de sua data de publicação (9 de junho de 1970), as quantias recebidas em 1970 e 1971 estão próximas a esses valores, enquanto que em 1972-73 o valor ficou abaixo, e em 1974 há o recebimento de montante 375% superior ao dito em lei.

Nos anos 1970 houve um boom petroleiro, com a produção saltando (em milhões de barris) de 1,3 em 1971 para 28,6 em 1973, e o preço médio do barril indo de 3,2 dólares em 1973 para 11,6 em 1974 (GASTAMBIDE, 2010, p.117). Em termos de PIB (Produto Interno

⁶⁷ Tradução livre: “Art. 4º. As Universidades Estatais de Quito, Guayaquil e Ciespal, utilizarão ditos fundos na aquisição de laboratórios, implementos, equipamentos, construção de seus locais e demais gastos que demandem o funcionamento das instituições beneficiadas com esta Lei. Art. 5º. Autoriza às Universidades Estatais de Quito, Guayaquil e Ciespal a comprometer até 80% do que lhes correspondem por esta Lei na contratação de empréstimos, no país ou no exterior, para a compra de equipamentos, ferramentas, laboratórios e construção de edifícios para as Escolas de Ciência da informação e Ciespal”.

⁶⁸ “El valor de 25.00 sucres por dólar de Estados Unidos como tasa central de cambio, se adoptó el 17 de agosto de 1970, después de haberse producido únicamente 2 modificaciones de la paridad cambiaria en los 20 años inmediatamente anteriores, (de s/.13.50 a s/.15.00 en 1950 y a s/.18.00 en 1961). Esta decisión tomada por el Presidente Velasco Ibarra tuvo como justificativos principales el reducir el déficit en la balanza comercial que afectaba peligrosamente las reservas internacionales, el terminar con el sistema de cambios múltiples que operaba en la época y el de dar nuevos estímulos a las exportaciones, según se desprende de los considerandos que en la época respaldaron tal medida” (PERALTA, 1987, p.82).

Bruto), isso equivaleu a uma taxa de crescimento médio de 8,4% na década de 1970, enquanto que nos dez anos anteriores o crescimento do país teve a média de 4,3% (GASTAMBIDE, 2010, p.28). O aumento da arrecadação do Equador proveniente da venda de petróleo na década de 1970 pode ser um caminho para explicar esse aumento de financiamento do governo para com o Ciespal, mas a Lei nº 264 de 1970 fixa os valores em 5 milhões de sucres a serem divididos entre as duas escolas de comunicação e o Centro. Talvez alguma lei posterior a essa possa ter sido aprovada ou que houvesse algum outro caminho de ajuda financeira. Mas, infelizmente, não foram encontrados. Essa questão, com os dados obtidos, parece um nó górdio, mas, como tal, talvez tenha uma resposta mais simples do que se supõe.

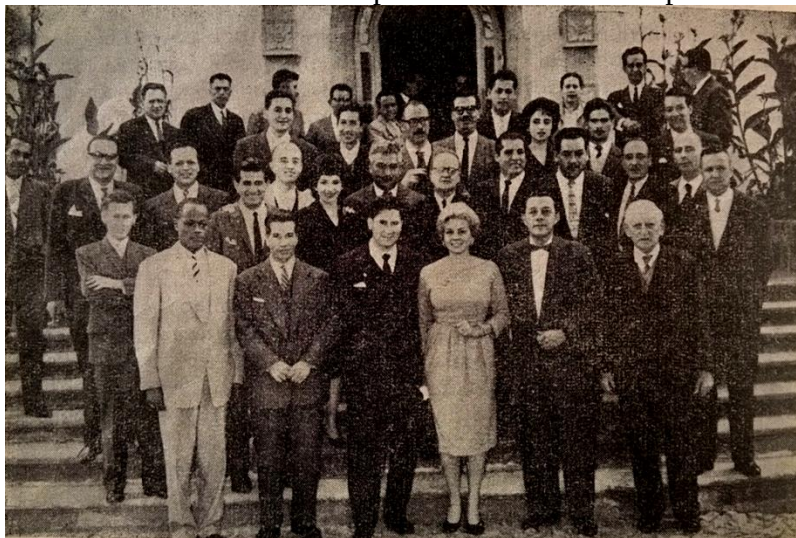
Saindo dessa digressão sobre o aporte financeiro do Ciespal, a ata de sessão constitutiva do Ciespal já planejava, como mostrou Jorge Fernandez na reunião, os eventos para inauguração do Centro no dia 15 de fevereiro de 1960. Para os dias seguintes, a programação seria: para 16 de fevereiro, a programação em planejamento contava com a exposição de como eram organizadas as escolas de jornalismo da América do Norte e das Europas Oriental e Ocidental. O dia 18 seria reservado para o debate sobre a imprensa latino-americana; no 19, o tema seria sobre as eventuais mudanças na organização das escolas de jornalismo e, em 20 de fevereiro, fariam um estudo sobre os programas que seriam desenvolvidos no Centro. Os dias 22 a 27 seriam separados para a exposição de seleção de alunos na América do Norte e nas Europas Oriental e Ocidental e para o debate sobre a seleção na América Latina. Para a terceira semana (29 de fevereiro a 5 de março), estavam planejando o debate sobre os programas e planos de estudo das escolas de jornalismo.

Conforme a revista *Síntesis* de dezembro de 1960, o primeiro curso do Ciespal aconteceu em 10 de outubro desse ano, que contou com a presença do professor Raymond Nixon, então da Universidade de Minesota e Presidente da *International Association for Media and Communication Research* – IAMCR (1959-1964) e contou com pessoas de vários países.

Primer Curso del Centro de Estudios Superiores de Periodismo que se desarrolló con halagüeño resultado en nuestra Capital, su carácter de reunión internacional le vuelve más meritorio aún. Los profesores que desarrollaron sus clases allí lo hicieron en varios idiomas en varios idiomas. Unos en francés, en inglés otros, aquellos en español... Signo de los tiempos el dominio de los idiomas, la posibilidad de expresarse en todas las lenguas que posee el hombre, con la seguridad de ser comprendido en todas las latitudes⁶⁹. (EL PRIMER..., 1960)

⁶⁹ Tradução livre: “Primeiro Curso do Centro de Estudos Superiores de Jornalismo que se desenvolveu com resultados promissores em nossa Capital, seu caráter de reunião internacional lhe deu ainda mais mérito. Os professores desenvolveram suas aulas em vários idiomas. Uns em francês, outros em inglês, aqueles em

FIGURA 6: Foto do primeiro curso do Ciespal



Fonte: Revista Síntesis (EL PRIMER..., 1960)

Os cursos do Ciespal nos anos 1960, que duravam até dois meses, foram o foco de atividade, havendo, por exemplo, seis entre 1960 e 1965, dos quais participaram 41 professores de 12 países distintos, 366 alunos de 20 países das Américas, 186 alunos com bolsas (114 da Unesco, 63 da OEA e 9 da Fundação Ford) e 38 textos foram editados (com a média de 1300 exemplares por título) (CÓRDOVA, 1967, p.130). Conforme Nuñez (1980, p.28-29, tradução nossa), até junho de 1970, o Centro “organizou 11 cursos internacionais dos quais participaram 126 professores procedentes das principais universidades da América Latina, da Europa, dos Estados Unidos, da Unesco e da Ásia”. A metodologia sugerida para as investigações, ainda segundo Nuñez (1980, p.29), era de análise de conteúdo sobre a imprensa latino-americana e, em parceria com outras universidades da América Latina (AL), realizava cursos sobre metodologia de investigação.

Marques de Melo (1968, p.18-21) mostra um panorama dos principais métodos de pesquisa utilizados no mundo nos anos 1960, alguns sendo coincidentes com os desenvolvidos pelo Ciespal na AL. Segundo o pesquisador, eles eram: 1) Questionário: “formulário estruturado que contém uma série de perguntas, na maioria das vezes com respostas pré-estabelecidas”; 2) Método de observação: “entre pesquisador e informante não existia uma relação direta de indagação e contestação. A atividade básica é a do pesquisador que observa, constata, identifica fenômenos comuns: reações, atitudes, comportamentos”; 3) Métodos mecânicos ou da evidência: “utilizam instrumentos especiais que registram atitudes,

espanhol... Sinal dos tempos de domínio de línguas, a possibilidade de se expressar em todas as línguas que possuem os homens, com a segurança de ser compreendido em todas as latitudes”.

reações, comportamentos com grande margem de segurança”. Entre os instrumentos, estavam o oftalmógrafo, eletropsicógrafo e audímetro; 4) Métodos experimentais:

Registro de observações e opiniões a partir do uso da experimentação da mensagem. É o estudo de um novo jornal ou revista, cuja edição piloto se distribui a uma amostra de leitores em potencial, que apresentam críticas e sugestões depois de efetuar a leitura. É o estudo de um novo programa de televisão, exibido em circuito fechado a um grupo especial de telespectadores, que emitem opiniões e formulam observações. E o teste de cartazes de propaganda, afixados em locais estratégicos nos pontos-de-venda ou supermercados, oferecendo novos produtos ou indicando uma promoção especial; depois de certo período, faz-se a análise da eficácia persuasiva dos cartazes, mediante a apreciação das estatísticas de venda ou do controle de estoque. (MARQUES DE MELO, 1968, p.21)

Os objetivos do Ciespal eram formar jornalistas e professores do jornalismo no intuito de melhorar o nível dos profissionais e dos Meios de Comunicação de Massa, e os cursos, segundo Nuñez (1980, p.37, tradução nossa), tinham como enfoque aspectos sociológicos e psicológicos da comunicação massiva, influenciavam a realização de pesquisas de opinião pública e sobre os MCM e davam ênfase à realidade latino-americana e tinham, assim mesmo, a criar uma mentalidade favorável à integração latino-americana”. Gonzalo Córdova (1967, p.108, tradução nossa), secretário Geral do Ciespal nos anos 1960, destacou que o objetivo da Unesco era “aperfeiçoar os meios de comunicação na América Latina” porque os enxergava como “importantes para poder executar os programas de desenvolvimento social e económico” e que poderiam “orientar os meios de difusão na preparação do ambiente indispensável para estimular populações em todos os processos de desenvolvimento”.

O Ciespal se caracterizava por, de fato, ser um Centro internacional, mas sua internacionalização não se referia, obrigatoriamente, a diversos países da América Latina. A biblioteca do Centro, por exemplo, pouco tinha publicações em espanhol, como já chamava atenção Gonzalo Córdova (1967, p.111, tradução nossa), dizendo que, mesmo tendo sido montada uma biblioteca especializada com mais de 1500 títulos, havia escassez “de obras em espanhol; a maior parte da bibliografia sobre as ciências da comunicação está escrita em inglês e francês”.

Em levantamento feito pelo próprio Córdova (1967, p.113-129) das publicações do Ciespal entre 1960 e 1967, podemos observar que a maioria dos títulos publicados é de autores vinculados a instituições dos Estados Unidos (12 publicações), seguido pela França (8). Bem atrás aparecem Chile (3), Espanha (3), Equador⁷⁰ (2), Brasil (2), Bélgica (2) e

⁷⁰ Os livros que têm como autor o Ciespal não foram contados, pois é uma publicação do próprio Centro, e não de um autor especificamente.

Alemanha (2). Separando por áreas político-geográficas, temos 12 dos EUA, 15 da Europa e 7 da América Latina.

QUADRO 2: Publicações do Ciespal

Autor	Título	Ano de publicação	País da instituição vinculada ao autor
Luiz Beltrão	Métodos de enseñanza de la técnica del periodismo	1963	Brasil
Juan Beneyto	El saber periodístico	1965	Espanha
Manuel Calvo Hernando	El periodismo científico	1965	Espanha
Ciespal	Directorio de escuelas de periodismo en el mundo	1963	Equador
Ciespal	Las escuelas de periodismo en América Latina	1961	Equador
Ciespal	Seminario sobre escuelas de periodismo en América Latina	1963	Equador
Ciespal	Enseñanza de periodismo y medios de información colectiva	1965	Equador
Ciespal	Primera mesa redonda centroamericana de enseñanza de periodismo	1966	Equador
Ciespal	La prensa escrita (diarios) en América Latina	1960	Equador
Ciespal	Dos semanas en la prensa de América Latina	1967	Equador
Ciespal	Los asociaciones profesionales de periodismo en América Latina	1961	Equador
Ciespal	Estatuto profesional del periodista	1965	Equador
Ciespal	La radio y la televisión frente a la necesidad cultural en América Latina	1966	Equador
Ciespal	Utilización de los medios de información en Quito	1966	Equador
Wesley C. Clark	El derecho a la información	1965	Estados Unidos
Roger Clausse	Sociología de la información	1963	Bélgica
Ramon Cortez Ponce	Pedagogía del periodismo	1964	Chile
Wayne A. Danielson	Metodología de la investigación en la comunicación colectiva	1965	Estados Unidos
Paul Deutschmann	Estudio comparativo de doce diarios metropolitanos	1965	Estados Unidos
Joffre Dumazedier	De la sociología de la comunicación colectiva del desarrollo cultural	1966	França
Joffre Dumazedier; Gerhard Maletzke;	La televisión en la sociedad	1967	França, Alemania

Salustiano del Campo			e Espanha
Antonio Garcia	El problema agrario en América Latina y los medios de información colectiva	1966	Chile
Jacques Godechot	Contribución a la historia del periodismo	1966	França
Manuel de Guzman Polanco	El derecho internacional y el periodismo	1964	Equador
Maurice Hankard	La radio e la televisión en Europa	1965	Bélgica
Edgardo Henry Rios	Periodismo y lenguaje	1963	Chile
Danton Jobim	Pedagogía del periodismo de enseñanza orientadas para la prensa	1964	Brasil
Jacques Kayser	El periódico: estudios de morfología de metodología y de prensa comparada	1962	França
Jacques Kayser	La prensa diaria y la comunidad Europea	1963	França
Jacques Leaute	Concepciones políticas e jurídicas de la información	1964	França
Jacques Leaute	Ética y responsabilidad del periodista	1966	França
Juan Isaac Lovato	El derecho penal y el periodismo	1961	Equador
Gerhard Maletzke	Sociología de la comunicación colectiva	1965	Alemanha
Wesley Maurer	Filosofía de la noticia	1965	Estados Unidos
Ralph Nafziger; David White	Introducción a la investigación de la comunicación colectiva	1967	Estados Unidos
Raymond B. Nixon	Análisis sobre periodismo: opinión pública y periodismo	1963	Estados Unidos
Raymond B. Nixon	Investigaciones sobre comunicación colectiva	1963	Estados Unidos
Wilbur Schramm	Proceso y efectos de la comunicación colectiva	1964	Estados Unidos
Wilbur Schramm	La ciencia de la comunicación humana	1965	Estados Unidos
Manuel Seoane	Proyección histórica de la Organización de Estados Americanos	1963	Estados Unidos
Kenneth Stewart	Tendencias del periodismo norteamericano en el siglo XX	1965	Estados Unidos
David M. White	Introducción a la investigación de la comunidad coletiva	1965	Estados Unidos

Fonte: Córdoba (1967, p.113-129)

No texto de Córdoba (1967, p.113-129) são mostrados 42 livros entre 1960 e 1967 e Nuñez (1980, p.38) afirma que a quantidade de títulos publicados pelo Ciespal, em julho de 1971, era de 70, com um total de 105 mil exemplares. E parte desses livros foi elaborada por autores que foram ao Equador ministrar cursos no Centro, como se pode notar ao comparar os nomes do quadro anterior com os a seguir.

QUADRO 3:
Alguns professores que participaram do Ciespal entre 1960 e 1967

Catedrático	Instituição	País da instituição
Wesley Clark	Universidade de Syracuse	Estados Unidos
Scott Cutlip	Universidade de Wisconsin	Estados Unidos
Wayne Danielson	Universidade da Carolina do Norte	Estados Unidos
Wesley Maurer	Universidade de Michigan	Estados Unidos
Raymond Nixon	Universidade de Minnesota e Diretor do <i>Journalism Quarterly</i>	Estados Unidos
Keneth Stewart	Universidade da Califórnia	Estados Unidos
Curtis MacDougall	Universidade Northwestern	Estados Unidos
Ben Yablonky	Universidade de Michigan	Estados Unidos
Juan Beneyto	Universidade de Madrid	Espanha
Roger Clause	Universidade de Bruxelas	Bélgica
Joffre Dumazedier	Sorbonne	França
Jacques Léauté	Centro Internacional de Estrasburgo	França
Mieczyslaw Kafel	Universidade de Varsóvia	Polônia
Gerhard Maletzke	Universidade de Hamburgo	Alemanha
Jacques Kayser	Universidade de Paris	França
Jacques Godechot	Universidade de Toulouse	França
Maurice Hankard	Universidade de Louvain	Bélgica
Herman Van de Pol	Presidente da Federação Europeia das Agências de Informação	
Luiz Beltrão	Universidade Católica de Pernambuco	Brasil
Ramón Cortez Ponce	Universidade de Santiago do Chile	Chile
Antonio García	Cepal	Chile
Manuel de Guzman Polanco	Universidade Católica de Quito	Equador
Edgardo Henry Rios	Universidade de Concepción	Chile
Danton Jobim	Universidade do Brasil (hoje UFRJ)	Brasil
Juan Isaac Lovato	Universidade Central do Equador	Equador
Manuel Seoane	OEA	Estados Unidos
Germánico Salgado	OEA	Estados Unidos
Víctor Gabriel Garcés	Universidade Central do Equador	Equador

Fonte: Córdova (1967, p.112)

Dessa lista de Córdova, 10 autores eram dos Estados Unidos, 9 da Europa (4 da França, 2 da Bélgica, 1 da Espanha, 1 da Polônia e 1 da Alemanha) e 8 da América Latina (3 do Equador, 3 do Chile e 2 do Brasil).

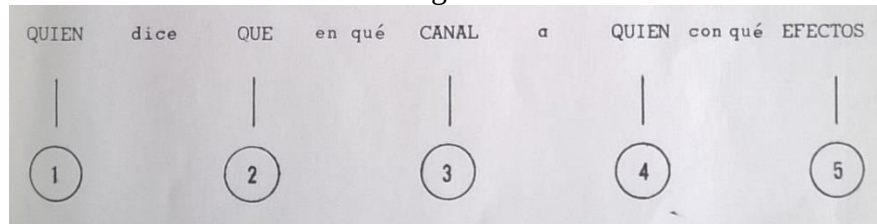
Com esses dados, pode-se corroborar com a afirmação de Marques de Melo (2009, p.16) de que, nos anos 1960, no Ciespal, a prevalência era do “hegemônico pensamento forâneo, em relação ao emergente pensamento autóctone”. Como abordado por Navarro (2005, p.100): “Até os anos sessenta, a maioria dos estudos empíricos sobre a comunicação na América Latina foram investigações realizadas, ou ao menos orientadas, por estadunidenses”. Esse panorama também se assemelha ao contexto das pesquisas em Ciências Sociais na América Latina, como vimos no tópico *A presença de estadunidenses nas pesquisas sociais na América Latina*, com norte-americanos tendo intensa presença na América Latina.

Outro exemplo dessa presença se dá numa apostila publicada pelo Ciespal (sem data, mas, certamente, do final dos anos 1960) sobre Teoria da Comunicação, disciplina que, de acordo com o Centro, “se baseia nos conceitos teóricos de Lasswell, Schramm, Berlo, Shannon e Weaver, Lazarsfeld, Berelson e outros”, no intuito de fazer um guia “sintetizando os conceitos fundamentais e mais utilizados no atual momento” (TEORÍA..., [s.d.], p.I-II, tradução nossa).

Para essa publicação, o Ciespal separou 24 modelos de explicação da Comunicação: Retórica de Aristóteles; Diagrama (Modelo, Paradigma) de Lasswell; Diagrama de Lasswell com modificações de Nixon; Diagrama de um sistema de comunicação eletrônica (de Shannon e Weaver); Adaptação por Schramm do modelo de Shannon e Weaver; Processo de comunicação interpessoal de Schramm; Modelo do processo de comunicação de David Berlo; Processamento da mensagem no comunicador ou no receptor segundo Schramm; Comunicação interpessoal e o processamento interno da mensagem no comunicador e no receptor conforme Schramm; Condições para que uma mensagem provoque a resposta desejada segundo Schramm; Fator de Seletividade por Schramm; Diagrama da Comunicação Coletiva (Tuba) de Schramm; Tipos de comunicação conforme Maletzke; Elementos no processo da Comunicação Coletiva de acordo com Schramm e Maletzke; Funções da comunicação por Leaute; A forma da Comunicação Coletiva e suas características focadas no jornalismo segundo Schramm, Nixon e Beltrão; Modelo de Westley-Maclean modificado por Nixon; Diagrama dos líderes de opinião na Comunicação Coletiva; A natureza do processo da comunicação conforme Berlo; A unidade de comunicação segundo Berlo; A opinião pública por Vitaliano Rovigatti (composta de 3 modelos).

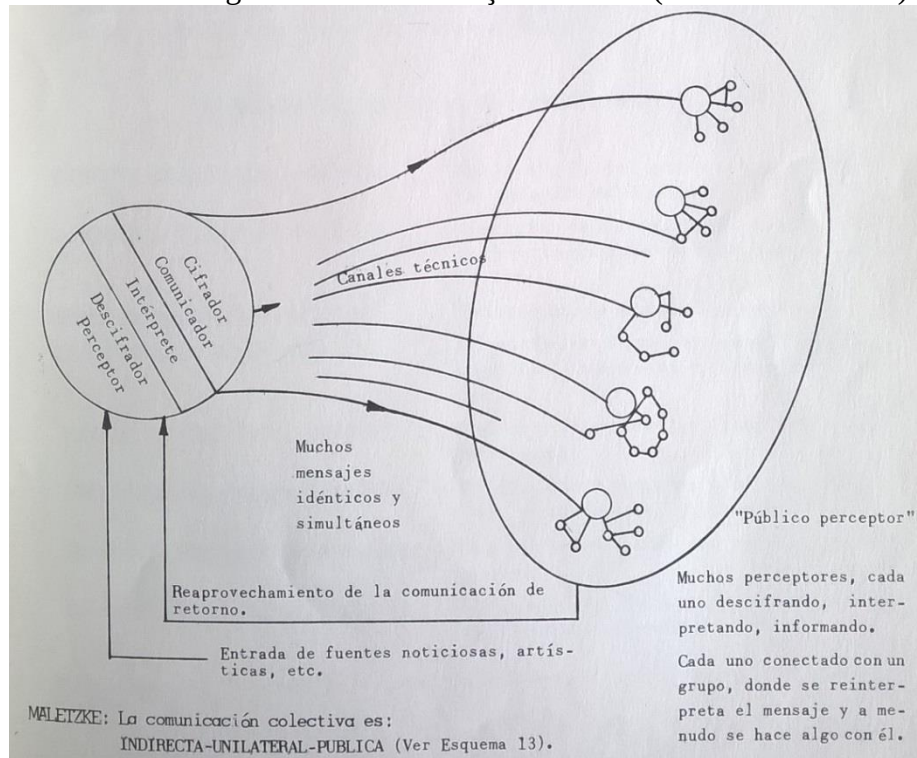
Abaixo, alguns são expostos para exemplificação.

FIGURA 7: Diagrama de Lasswell



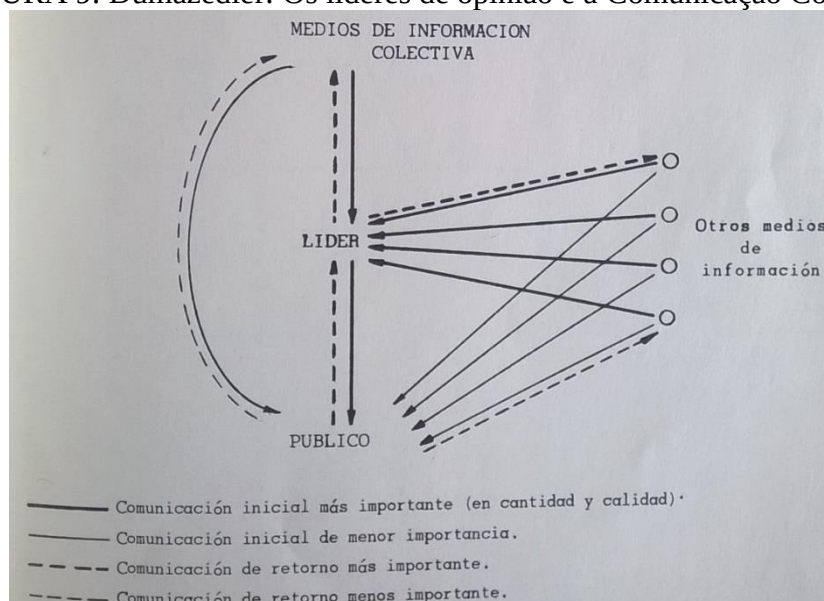
Fonte: (TEORÍA..., [s.d.], p.2)

FIGURA 8: Diagrama da Comunicação Coletiva (Tuba de Schramm)



Fonte: (TEORÍA..., [s.d.], p.12)

FIGURA 9: Dumazedier: Os líderes de opinião e a Comunicação Coletiva



Fonte: (TEORÍA..., [s.d.], p.18)

FIGURA 10: Jornalismo: uma forma de Comunicação Coletiva e suas características

SCHRAMM	NIXON	BELTRAO
Escalas para diferenciar la naturaleza de los canales	Características de las noticias	Atributos del Periodismo
espacio-tiempo participación rapidez permanencia	actualidad proximidad consecuencias de los acontecimientos dosificación de los rubros de la información interés humano.	actualidad variedad interpretación periodicidad popularidad promoción

Fonte: (TEORÍA..., [s.d.], p.16)

Dentre os 24 modelos expostos pelo Ciespal, o autor mais utilizado é Wilbur Schramm, tendo ligação direta em nove deles⁷¹, seguido por Nixon, Berlo e Vitalino Rovigatti, cada qual com três; logo depois, aparecem Dumazedier e Maletzke, ambos com 2; e, por fim, Lasswell, Aristóteles e Beltrão, cada qual sendo utilizado uma vez. Dos paradigmas expostos, em 17 os norte-americanos tinham vínculos, enquanto os europeus estiveram em nove, e de latino-americanos somente há um, o de Luiz Beltrão. Percebemos também que todos esses modelos já faziam parte dos seminários do Ciespal não apenas pela publicação dessa apostila, mas também pelas citações que há nela, pois das 29 referências

⁷¹ Observações do autor desta tese: 1) Um mesmo modelo pode ter mais de um autor; 2) Diversas conceituações de diferentes pesquisadores podem ter sido colocadas dentro do único modelo; 3) Se um modelo antigo foi modificado, tomamos o responsável pela mudança como o autor.

dadas como fontes dos modelos, o Centro latino-americano aparece como o texto originário em 25, em publicações que vão de 1963 a 1967.

3. *MASS COMMUNICATION RESEARCH*⁷² (MCR)

3.1. Características gerais

As pesquisas propostas para a Comunicação na América Latina por meio do Ciespal tinham vínculo com os modelos de investigação dos Estados Unidos. Nesse país, as pesquisas na área começaram a partir de dois psicólogos (Carl Hovland e Kurt Lewin), um sociólogo (Paul Lazarsfeld) e um cientista político (Harold Lasswell) (SCHRAMM, 1965a). Eles tinham em comum o interesse pelo estudo da Comunicação, mas os caminhos tomados foram diversos, como Lazarsfeld realizando estudos de receptores de mensagens, de campanhas eleitorais, dos efeitos dos meios de comunicação e sobre influência pessoal, e sendo especialista em uso de questionários; Kurt Lewin tinha como interesse principal a comunicação a grupos, os efeitos das pressões de grupo, as normas e funções dos grupos e as condutas dos seus participantes; Lasswell se destacou por suas análises de propaganda e pelo uso da análise de conteúdo; e Hovland tinha como modelo de investigação o método experimental, trabalhando com o teste e evolução de hipóteses (SCHRAMM, 1965a, p.2-4).

Dumazedier (1968, p.7-8), chamando esse tipo de pesquisa de “sociologia da informação”, diz que ela nasce nos anos 1930 nos Estados Unidos, com características de ciência formal e cita os mesmos quatro pesquisadores do parágrafo acima como os fundadores. Na Europa, as investigações sobre a comunicação também começaram em torno de 1930, no que Dumazedier (1968, p.7) denominou de “sociologia do conhecimento”, com a diferença de que os europeus se concentravam mais nos conteúdos das mensagens, vinculando-os às ideologias e estas às estruturas sociais.

Conforme Proulx (2014), esse tipo de pesquisa de comunicação dos Estados Unidos foi formada no contexto entreguerras e ganhou força no período da Segunda Guerra, na qual o governo norte-americano passou a investir mais fortemente no estudo e na produção de propagandas para obter apoio dos cidadãos norte-americanos. Meditsch (2012, p.178) também vê o nascimento da *Mass Communication Research* nesse contexto:

Hoje, já consigo rastrear um pouco mais além, chegando à origem da *Mass Communication*, um campo acadêmico gerado no Departamento de Estado

⁷² Nomenclatura conforme encontrada em diferentes autores. Para Navarro (2005, p.96), desde os anos 1920 se desenvolveu nos Estados Unidos o que ele chamou de “*Mass Communication Research*”. Segundo Piccini, Mattelart e Mattelart, (1976, p.11-15), a *Communication Research* era a pesquisa em comunicação proveniente dos Estados Unidos e que atuava para investigar os efeitos e as funções dos Meios de Comunicação de Massa. Já Dumazedier (1968) falava em “Sociologia da informação”.

norte-americano, durante a Segunda Guerra Mundial, quando reuniu *scholars* de várias disciplinas para enfrentar a estratégia comunicativa de Goebbels e Hitler na Alemanha criando um departamento e Guerra Psicológica.

Focando mais nas características de investigação dessa escola, podemos ver que elas, conforme Wilbur Schramm (1965a, p.5):

1) Son cuantitativas, antes que especulativas. Sus practicantes están profundamente interesados en la teoría, pero en aquella teoría que puede ser probada, y ellos quieren probarla; 2) [A comunicação é vista tanto como a expressão típica dos jornais, do rádio e da televisão, quanto a comunicação interpessoal, a palavra falada, os sinais, as fotografias etc.]. En los Estados Unidos las investigaciones de la comunicación se refieren a todos los sistemas los cuales se intercambian y se comparten ideas e información; 3) [A pesquisa em comunicação se preocupa com a eficácia (efeitos) da comunicação, isto significando a busca por ser] comprendido, cómo ser claro, cómo utiliza la gente los medios de información, como pueden comprenderse las Naciones unas con otras, cómo puede usar la sociedad los medios de información para obtener su máximo bienestar, cómo se realiza el proceso básico de la comunicación⁷³.

Esquemas, na tentativa de entender o processo comunicacional, também eram criados. Schramm, por exemplo, em *Mecanismo de la comunicación* (1964, p.4), monta diagramas para explicar como ocorre a comunicação e trabalha com a ideia de eficiência comunicativa, dizendo que ela não existe quando um emissor não passa uma informação clara, quando o receptor não consegue entender a mensagem, quando há diferença entre o dito e o entendido, e que a máxima capacidade de um sistema de comunicação depende de cada unidade que dele faz parte (fonte, codificador, sinal, decodificador, destino – a questão da vivência, ou campo de experiência, de cada pessoa que está participando do processo de comunicação também é levada em conta, assim como enxerga todos os participantes como emissores e receptores). Como vimos anteriormente, vários diagramas foram elaborados no intuito de entender a Comunicação Coletiva e a comunicação interpessoal, mas, obviamente, havendo diferenças entre eles. Dumazedier, por exemplo, em *De la sociologia de la comunicaión colectiva a la sociologia del desarrollo cultural* (1968, p.63-83) defende uma recepção não amorfa, destacando a importância dos líderes de opinião e criticando as investigações elaboradas entre

⁷³ Tradução livre: “1) São quantitativas, em vez de especulativas. Seus praticantes estão profundamente interessados na teoria, mas naquela teoria que pode ser provada, e eles querem prová-las; 2) [A comunicação é vista tanto como a expressão típica dos jornais, do rádio e da televisão, quanto a comunicação interpessoal, a palavra falada, os sinais, as fotografias etc.]. Nos Estados Unidos as investigações da comunicação se referem a todos os sistemas que se intercambiam e compartilham ideias e informação; 3) [A pesquisa em comunicação se preocupa com a eficácia (efeitos) da comunicação, isto significando a busca por ser] compreendido, como ser claro, como as pessoas utilizam os meios de informação, como podem as Nações se compreenderem, como pode usar a sociedade os meios de informação para obter seu máximo bem-estar, como se realiza o processo básico da comunicação”.

as décadas de 1930 e 1950 que observavam os meios de comunicação massivos como todo-poderosos.

Tendo como base as características da *Mass Communication Research* (MCR), citadas por Schramm, em síntese anterior, é importante observar mais atentamente cada uma delas.

3.1.1. Quantitativismo

O primeiro ponto destacado foi o quantitativismo (entendemos isso como a observação de aspectos objetivos passíveis de quantificação) e, ampliando um pouco mais a observação, a importância da elaboração metodológica de maneira bastante formal. O cuidado metodológico na *Mass Communication Research* é marca em seus estudos, com grande preocupação com a definição e teste de hipóteses, utilização de questionários e entrevistas, cuidado na precisão da amostra, uso de análise de variância, criação de variáveis dependentes e independentes, a busca por previsões etc. Segundo Tannenbaum (1967, p.56-57, tradução nossa), na Comunicação, muitas dessas previsões ainda falham no momento de serem comprovadas, o que, conforme o autor, faz das teorias desse campo apenas uma suposição que deve ser revisada ou rechaçada: “No campo da comunicação, não existe no momento dita teoria”.

Essas escolhas estão relacionadas ao que eles enxergavam como ciência. Esta, para Bruce Westley (1967, p.156-163), é composta por algumas características: 1) É geral e teórica; 2) Fundamenta-se na observação controlada; 3) Está orientada à previsão; 4) Busca conexões de causa e efeito; 5) É naturalista e determinista; 6) Gosta de calma e pretende chegar a um ponto final na indagação. A primeira se refere ao encontro de leis gerais⁷⁴ (tal como já vimos quando falamos do positivismo comtiano e do funcionalismo):

[...] el científico por medio de generalizaciones cada vez más validas que parten de sus observaciones, trata de ir desde sus suposiciones, sujetas a confirmación, hacia leyes provisionales. Las leyes, naturalmente, son suposiciones más o menos confirmadas sobre algún aspecto que se observa en la realidad. Pero mientras “la teoría, o la explicación más general de un fenómeno, es el objetivo final de la ciencia”⁷⁵. (WESTLEY, 1967, p.157)

A segunda característica dita por Westley expõe que a investigação deve ter meios de controle, como em as demonstrações se basearem em procedimentos que possam ser repetidos

⁷⁴ O autor também diferencia a pesquisa científica da pesquisa histórica, reforçando a ideia de ciência como a busca de leis: “En resumen, la ciencia persigue el descubrimiento de leyes, mientras que la historia busca alcanzar la sabiduría” (WESTLEY, 1967, p.157).

⁷⁵ Tradução livre: “[...] o científico por meio de generalizações cada vez mais válidas que partem de suas observações, trata de ir desde suas suposições, sujeitas a confirmação, até leis provisórias. As leis, naturalmente, são suposições mais ou menos confirmadas sobre algum aspecto que se observa na realidade. Enquanto que ‘a teoria’, ou a explicação mais geral de um fenômeno, é o objetivo final da ciência”.

por outros pesquisadores, ou com verificação das variáveis, ou que o controle se dê por condições de laboratório ou com o uso da estatística. A terceira se refere que a partir de conjecturas é possível investigar e demonstrar as relações condicionais. A quarta é a busca por conexões causais (quando determinadas condições produzem um evento previsto). O naturalismo e o determinismo fazem parte da quinta característica, com o primeiro defendendo que os fenômenos sejam vistos como aspectos da natureza: “Definir a sociologia como uma ciência significa que sua matéria essencial de estudo, os grupos humanos, está considerada como parte da natureza e sujeita a estudo pelos mesmos métodos básicos com que se estudam outros fenômenos naturais” (FREEDMAN et al. apud WESTLEY, 1967, p.162, tradução nossa). E o determinismo diz que os fenômenos podem ser explicados relacionando-os com uma causa. A última característica, a sexta, afirma que a explicação científica é cuidadosa por ter que explicar todas as diferenças com o menor número possível de enunciados e que o objeto em estudo pode ser completamente entendido por ter um recorte bem delimitado; assim, a ciência, para o autor, por exemplo, é diferente da pesquisa histórica (o autor também faz comparação com esta disciplina nas outras características), pois nesta se busca uma explicação mais inclusiva e plausível, não a mais econômica, e nela é comum não se chegar a um ponto final da pesquisa.

Bruce Westley (1967, p.154-155) ainda trabalha na definição do que seria “uma disciplina científica produtiva”, mostrando-a em quatro termos gerais: *objetividade* (“a imparcialidade e a objetividade devem, com segurança, caracterizar qualquer expressão de disciplina científica”), *abstração* (“o produto final da investigação científica é a teoria. Em outras palavras, as generalizações abstratas sobre a natureza da realidade”), *transmissibilidade* e *natureza acumulativa* (“é necessário que exista um sistema de valores acadêmicos comum para que se acumule o conhecimento sobre as fronteiras nacionais e de qualquer outro caráter”).

Para caminhar dentro dos parâmetros do que seria ciência, a formalidade científica se faz presente nas metodologias escolhidas pelos investigadores da *Mass Communication Research*. Tannenbaum (1967, p.55) cita duas bastante utilizadas: a análise de conteúdo e a experimentação. Por esta, busca-se estabelecer e demonstrar “as relações funcionais” (no sentido matemático – não no sociológico ou antropológico):

A través de la lógica, pretende establecer relaciones que asumen la forma de funciones. Aun cuando estas relaciones no tienen que ser expresadas en terminología matemática, es ideal que tengan aquellas características de las funciones matemáticas. Hay tres características que deben considerarse al definir cualquier función: el dominio (o control) de una variable, un alcance o influencia en la segunda variable, y una regla o función que asocie cada

elemento en el dominio con algún elemento en el campo de influencia. Es luego posible de relacionar cualquier valor obtenido en el dominio con un valor del campo de influencia, basándose en la regla prescrita⁷⁶. (TANNENBAUM, 1967, p.55)

Ainda de acordo com Tannenbaum (1967, p.50), a experimentação não foi muito utilizada nas pesquisas em comunicação, mas ele defendia que ela seria capaz de ajudar o campo da comunicação, pois ela é um procedimento capaz de reduzir o “grau de contaminação externa” e a “ambiguidade dos resultados”.

A análise de conteúdo (AC) é facilmente encontrada (e teve papel de destaque) em diversas pesquisas da MCR⁷⁷. De acordo com Serge Proulx (2014, p.60), Harold D. Lasswell desenvolveu esse método na Biblioteca do Congresso americano (*Library of Congress*) e “a aplica ao corpus de mensagens de propaganda ‘branca’ (destinadas aos públicos dos países aliados) e de propaganda ‘negra’ (isto é, que mascaram o autor da mensagem)”. Conforme Dumazedier (1968, p.55, tradução nossa), Bernard Berelson foi o fundador desse método, definindo-o, em 1952, como “uma investigação técnica que tende a estabelecer uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações”. Essa definição de Berelson também foi citada por Danielson (1967, p.127), afirmando que as palavras-chave dessa caracterização são “objetivo”, “sistemático”, “quantitativo” e “manifesto”, porque distinguem a AC da análise cotidiana e informal que as pessoas fazem ao ler um jornal e/ou conversar com amigos.

O quantitativismo estava muito presente nas investigações da MCR, como demonstrou Schramm (1967, p.7, tradução nossa) ao analisar os artigos publicados na edição de 1961 da revista *Journalism Quarterly*, chegando à conclusão de que a linguagem das pesquisas era dura, rigorosa, cética: “Na edição de 1961, e em outras edições dessa época, são mencionados métodos tais como os testes ‘t’, os valores ‘qui-quadrado’, os testes não paramétricos, as técnicas escalográficas, as análises fatoriais, as correlações múltiplas, as análises complexas de variantes”. Danielson (1967, p.127) escrevendo sobre a AC e mostrando suas características, também a vincula ao quantitativismo, isto sendo:

⁷⁶ Tradução livre: “Através da lógica, pretende estabelecer relações que assumem a forma de funções. Mesmo quando estas relações não têm que ser expressas em terminologia matemática, é ideal que tenham aquelas características das funções matemáticas. Há três características que devem ser consideradas ao definir qualquer função: o domínio (o controle) de uma variável, um alcance ou influência na segunda variável, e uma regra ou função que associe cada elemento no domínio com algum elemento no campo de influência, se baseando na regra prescrita”.

⁷⁷ “Fue precisamente CIESPAL el precursor en el análisis de contenido de los diarios de la región. Entre 1962 y 1967 CIESPAL realizó un notable esfuerzo de investigación morfológica y de contenido que abarcó 10.000 páginas de 439 ediciones de 29 diarios mayores de Latinoamérica y, para fines de comparación, de cuatro diarios extrarregionales” (BELTRÁN, 1973, p.56)

Cuantitativo significa que los resultados del análisis se expresan generalmente en alguna forma numérica: en distribuciones de frecuencias, en tablas de contingencia, en coeficientes de correlación, en proporciones y porcentajes de varias naturalezas. La preferencia por la expresión cuantitativa es comprensible; sencillamente hay más concordancia sobre aquellos procedimientos que son correctos e incorrectos si se utiliza el lenguaje preciso de las matemáticas. Es siempre aconsejable, desde luego, asegurarse que hayan sido respetadas las suposiciones básicas para la utilización de resultados numéricos; a veces se utiliza un delicado pastillaje de estadísticas para cubrir un pastel de datos analíticos⁷⁸.

Pesquisador de grande importância para o desenvolvimento da AC foi Harold Dwight Lasswell, como recorda Schramm (1967), Danielson (1967) e Dumazedier (1968).

Lasswell trabalhou por mais de 50 anos como cientista político, e muitas de suas obras giram em torno desse tema e se ligam a reflexões sobre a Comunicação, como: propaganda política, análises de jornais e formas de a “elite” influenciar a “massa”. Ele é comumente lembrado pelo texto *A estrutura e a função da comunicação na sociedade* (1948), o qual traz o *Modelo (ou Fórmula ou Paradigma) de Lasswell*. Neste, a comunicação é vista pelo esquema *Quem, diz o quê, em qual canal, para quem, com qual efeito?*, com cada tópico se referindo a um tipo de investigação.

QUADRO 4: Modelo de Lasswell*

	Quem?	Diz o quê?	Em qual canal?	Para quem?	Com qual efeito?
Foco	No comunicador	No conteúdo da mensagem	Nos meios comunicativos	No receptor. Nas pessoas atingidas.	No efeito sobre as audiências
Tipo de pesquisa	Análise de controle	Análise de conteúdo	Análise dos meios (<i>media</i>)	Análise de audiência	Análise de efeitos

*Elaborado a partir de informações encontradas em Lasswell (1971, p.105-106)

Observando especificamente a aplicação da AC, vemos que ela tem foco na investigação da mensagem. Ou seja, é aplicada ao dito, pois, por ela, é possível “classificar os sinais que ocorrem em uma comunicação segundo um conjunto de categorias apropriadas. Os resultados indicam a frequência da ocorrência de sinais em cada categoria, de acordo com o esquema de classificação” (JANIS, 1979, p.63).

⁷⁸ Tradução livre: “Quantitativo significa que os resultados das análises se expressam geralmente em alguma forma numérica: em distribuições de frequências, em tabelas de contingência, em coeficientes de correlação, em proporções e porcentagens de várias naturezas. A preferência pela expressão quantitativa é compreensível; simplesmente há mais concordância sobre aqueles procedimentos que são corretos e incorretos se se utiliza a linguagem precisa da matemática. É sempre aconselhável se assegurar de que foram respeitadas as suposições básicas para a utilização de resultados numéricos; Às vezes se utiliza uma delicada pasta americana de estatísticas para cobrir um bolo de dados analíticos”.

Lasswell nem sempre foi um quantitativista, pois, por exemplo, seu estudo doutoral, publicado em 1927, com o título *Propaganda technique in the World War*; é qualitativo. Todavia, em *A linguagem da política*, de 1949, ele (1979, p.49-53) critica as pesquisas realizadas no final de década de 1920, inclusive a dele, pelo caráter qualitativo, afirmando que, dessa forma, é impossível verificar se foram lidos a mesma quantidade de jornais que são de posições ideológicas distintas, se eles foram examinados com o mesmo grau de atenção, se a amostragem foi realizada de maneira fidedigna. Nesse livro, o aspecto quantitativo ganha força e a AC passa a ser vista como meio deveras importante para o estudo das mensagens emitidas pelos MCM, como exemplo, propondo a criação de categorias de análise, validação, confiabilidade, amostragem, coeficiente de equilíbrio, elaboração de tabelas, gráficos e uso de inúmeras fórmulas matemáticas.

O quantitativismo surgiu como uma forma/tentativa de organizar com precisão as informações, evitando conjecturas, especulações e reduzindo a margem de incertezas. Lasswell (apud MARTINO, 2012, p.11) defendia que o cientista não poderia estar preocupado “com profecias, mas com a predição. O cientista procura descrever uma série típica de eventos e então relacioná-las com outra série de eventos típica”. O autor estadunidense (1979, p.60) explica o motivo de ser quantitativista nos estudos de comunicação:

Por causa dos benefícios científicos e políticos que disso podem resultar. O processo social caracteriza-se pela ‘colaboração’ e pela ‘comunicação’ – e os métodos quantitativos já demonstraram sua utilidade no trato daquela primeira característica. O progresso no sentido de aumentar nossa compreensão e controle depende de que consigamos equilibrar nossa habilidade com relação a ambas.

Na pesquisa de campo, os traços do quantitativismo também se fizeram presentes, dando-lhe características bastante diferentes das encontradas, por exemplo, no antropólogo funcionalista Malinowski e em pesquisas mais atuais que trabalham com observação participante.

A pesquisa de campo da MCR, segundo Carter Jr. (1967, p.78), pode ser realizada de quatro formas: observação direta do comportamento, entrevista, questionário direto ou alguma combinação desses procedimentos. Ainda conforme o autor, o segundo procedimento é o mais comum, enquanto que o primeiro é o menos. Para investigação de campo, são bastante utilizados instrumentos de medida, questionários, a sugestão do envio destes por correio, o uso de perguntas fechadas e abertas. E o foco, comumente, é em compreender como o público entende os meios massivos de comunicação: ou seja, a atenção está em gerar informações

para os MCM. Ao saber que na MCR a observação direta da pesquisa de campo é a menos utilizada, já se encontra uma importante dissidência das indicações de Malinowski

Vale a observação de que alguns autores embora dessem destaque ao quantitativismo, também defendiam que isso por si só não era suficiente, propondo uma união com o qualitativo. Lasswell queria o aproveitamento da “precisão numérica”, mas também defendia o ‘quanti-quali’ (1979, p.59) porque, dessa maneira, seria possível a criação de uma interação “permanente e proveitosa entre teoria, intuição, impressão e precisão”. Westley (1967, p.153), de forma mais enfática, mostra que o quantitativo necessita do qualitativo para ter o que quantificar:

Para mayor claridad, siempre se utiliza un sistema de medición en el método de las ciencias del comportamiento, que generalmente demanda una cuantificación. Pero la cuantificación es simplemente la forma de emplear un instrumento de medida y por tanto ésta no parece ser la distinción crucial. Más aún, las dimensiones cuantitativas-cualitativas siempre parecen haber sido una forma de distinción engañosa y falsa. Parece sugerir que el sociólogo solamente se preocupa de las cantidades, no de las cualidades, lo cual es simplemente absurdo. Lo que hace el sociólogo es cuantificar las cualidades (variables, atributos, dimensiones), con el objeto de poder estudiarlas en una forma más precisa y más sistemática⁷⁹.

3.1.2. Delimitação: Comunicação Coletiva

O segundo aspecto da MCR na caracterização de Schramm é sobre a delimitação do campo da Comunicação, mais comumente da Comunicação Coletiva. Para Berelson (1964, p.291), por exemplo, ela significava a transmissão de símbolos por meio dos meios de Comunicação Coletiva, como o rádio, os jornais, os filmes, as revistas, os livros e os meios de comunicação privada, que seriam os de conversação pessoal.

O próprio Schramm (1964, p.16-17) também trabalhou com a ideia de Comunicação Coletiva, vendo-a como tendo uma fonte principal de emissão de mensagens, geralmente composta por um órgão de comunicação (jornal, rádio, cinema, editora de livros e/ou revistas) ou por uma pessoa institucionalizada (alguém que fala por uma instituição, como um diretor de jornal que escreve o editorial). Para o autor, a grande diferença entre a Comunicação Coletiva e a individual estava no grau de alcance (maior na coletiva) e no reaproveitamento das respostas das mensagens (maior na individual). E, nesse ponto, há uma aproximação entre

⁷⁹ Tradução livre: “Para maior clareza, sempre se utiliza um sistema de medição no método das ciências comportamentais, que geralmente demanda uma quantificação. Mas a quantificação é simplesmente o modo de empregar um instrumento de medida e, portanto, esta não parece ser a distinção crucial. Além disso, as dimensões quanti-qualitativas sempre parecem ter sido uma forma de distinção enganosa e falsa. Parece sugerir que o sociólogo somente se preocupa das quantidades, não das qualidades, o que é simplesmente absurdo. O que faz o sociólogo é quantificar as qualidades (variáveis, atributos, dimensões), com o objetivo de estudá-las em uma forma mais precisa e mais sistemática”.

Schramm e a tese de Luiz Beltrão, especificamente no primeiro capítulo, pois o brasileiro discorreu em alguns parágrafos sobre as questões do retorno das mensagens e de como os meios de comunicação coletivos conseguiam entender a resposta do público.

Maletzke (1963), então catedrático na Universidade de Hamburgo e que teve obras publicadas pelos Ciespal nos anos 1960, também trabalhou na delimitação do que seria a Comunicação Coletiva: seriam tanto as mensagens da atualidade quanto as de índole meramente artísticas, instrutiva e de entretenimento, sempre propagadas por meios de informação. Para o autor (1963, p.31), a Comunicação Coletiva possuía quatro características de transmissão de mensagens: 1) publicamente; 2) por meios técnicos de comunicação; 3) indiretamente (há distância temporal ou espacial entre os participantes); 4) e unilateralmente (sem intercâmbio de papéis entre os que emitem e os que recebem as mensagens) a um público disperso ou coletividade.

Diversos outros autores trabalharam conceituando a Comunicação e a Comunicação Coletiva⁸⁰, normalmente com a primeira tendo um sentido mais amplo, como sendo, para Maletzke (1963, p.8), a comunicação entre viventes, e a segunda mais relacionada à comunicação através de um meio e em que um emissor fala para muitos receptores.

3.1.3. Busca pelos efeitos

A terceira característica da *Mass Communication Research*, conforme Schramm, era a busca de compreender os efeitos da comunicação. Maletzke (1963, p.40) disse que existiam muitos trabalhos com esse tema (usando diversos termos para tratar do mesmo assunto, como: efeitos, impactos, reações, respostas, êxito, influência), mas sem haver uma definição clara do seu significado. Berelson, por exemplo, se perguntou (1964, p.294, tradução nossa) se a Comunicação Coletiva influía na opinião pública, e enxergava que “algumas formas de comunicação coletiva sobre algumas classes de assuntos, que levam ao conhecimento de algumas classes de pessoas em certas classes de condições, têm algumas classes de efeitos”. E abaixo seguem algumas outras definições:

- Para Klapper (apud MALETZKE, 1963, p.41): “Puede designarse como un efecto de los medios cuanto quiera que ocurra como resultado de la existencia de los medios, o cuanto quiera que acontezca como resultado de la lectura, de la audición o de la vista”⁸¹;

⁸⁰ Como expõe Malezke (1963, p.7-8; 32).

⁸¹ Tradução livre: “Pode ser designado como um efeito dos meios de comunicação quando ocorre como resultado da existência de meios de comunicação, ou o que aconteça como resultado da leitura, da audição ou da visão”.

- Para Lasswell (apud MALETZKE, 1963, p.41): “El término ‘efecto’ se refiere a cualquier resultado que sigue a un suceso”⁸²;
- Para Mead (apud MALETZKE, 1963, p.41): “Los actos abiertos que son eventualizados por esta cadena de eventos son generalmente lo que se quiere expresar como efectos, si bien son igualmente efectos aquellos objetivos como la atención que se presta al mensaje, la percepción que de él se tiene y su interpretación”⁸³.

O “êxito” da comunicação foi tema de vários estudos, como: Frank Luther Mott (*Newspapers in presidential campaigns*) e Hadley Cantril (*The use of trends*) verificaram que as informações noticiosas eram mais influentes do que as interpretativas⁸⁴; Berelson investigou que as revistas especializadas são mais eficazes para modificar opiniões do que as que trabalham com assuntos mais gerais. Diversas pesquisas verificavam como a eficácia da comunicação pública podia variar, outras buscaram os tipos de pessoa mais suscetíveis à mudança de opinião⁸⁵ e alguns investigadores levantaram hipóteses de trabalho para verificar a relação da Comunicação Coletiva com a opinião pública:

Mientras más especializados son los medios de comunicación colectiva, mayor es el refuerzo (efecto). Mientras mayor es la competencia en un sistema de comunicación colectiva, mayor es el refuerzo (efecto). Mientras ‘más profunda’ es la predisposición afectiva para con la cuestión (personas), más eficaz es el contenido indirecto (comunicación) para modificar la opinión (efecto). Y así sucesivamente, dentro de esta formulación: algunas formas de comunicación colectiva, llevadas a conocimiento de algunas clases de personas en ciertas clases de condiciones, producen algunas clases de efectos⁸⁶. (BERELSON, 1964, p.303)

De maneira geral, as investigações tentavam entender o receptor para que essas informações fossem utilizadas pelos emissores, em especial os meios coletivos de comunicação. Schramm (1964, p.17, tradução nossa), por exemplo, investigou os receptores de mensagens dos *media* através da seguinte pergunta: “O que determina qual oferta de comunicação coletiva será escolhida por um indivíduo?”. Ou seja, uma pesquisa que gera informação para o uso dos *media*. Apenas para não deixar essa questão sem resposta, a

⁸² Tradução livre: “O termo ‘efeito’ se refere a qualquer resultado exitoso”.

⁸³ Tradução livre: “Os atos explícitos que são possibilitados por esta cadeia de eventos são geralmente o que se quer expressar como efeitos, como também são efeitos aqueles objetivos como a atenção que se presta à mensagem, a percepção que se tem dela e sua interpretação.”.

⁸⁴ Ver Berelson, 1964, p.297.

⁸⁵ “Mientras menos informadas están las personas sobre una cuestión, más susceptibles son a la modificación de la opinión mediante la influencia de los medios de comunicación colectiva” (BERELSON, 1964, p.299).

⁸⁶ Tradução livre: “Quanto mais especializados são os meios de comunicação, maior é o reforço (efeito). Quanto maior é a competência em um sistema de comunicação coletiva, maior é o reforço (efeito). Quanto ‘mais profunda’ é a predisposição afetiva com a questão (pessoas), mais eficaz é o conteúdo indireto (comunicação) para modificar a opinião (efeito). E assim sucessivamente, dentro dessa formulação: algumas formas de comunicação coletiva, levadas a conhecimento de alguns tipos de pessoas em certas condições, produzem alguns tipos de efeitos”.

conclusão foi de que é mais provável que um indivíduo escolha uma comunicação determinada se há maior recompensa ou se ela exige menos esforço do que outras comunicações semelhantes.

De acordo com Schramm (1964, p.11, tradução nossa), a principal razão para o estudo do processo de comunicação é aprender algo sobre a maneira como ela alcança seus efeitos: “Queremos saber o que uma determinada classe de comunicação faz às pessoas”. Os estudiosos dos efeitos da comunicação queriam prever as respostas dos receptores: queriam prever os efeitos nos leitores/ouvintes ao colocarem um anúncio num jornal ou um candidato político no rádio, ou ao explicarem algo em uma classe ou, até mesmo, ao repreenderem uma criança.

Era comum quererem entender o papel de influência que as mensagens de um emissor poderiam ter sobre um receptor. E, também, em como este poderia ter a opinião mudada com a ação daquele.

Pero, en general, debemos reconocer que lo mejor que podemos hacer es construir sobre lo que ya existe. Si podemos aprovecharnos del diseño existente de normas de comprensión, impulsos y actitudes para lograr que se acepte nuestro mensaje, entonces podemos tener la esperanza de desviar ligeramente el diseño en la dirección en que queremos que se mueva. Tomemos otra vez a las elecciones como ejemplo. Es muy difícil cambiar la manera de pensar de los republicanos o demócratas convencidos mediante la comunicación, o aun hacer que escuchen los argumentos del partido opuesto. Por otro lado, es posible comenzar con un punto de vista republicano o demócrata y modificar ligeramente los puntos de vista existentes del partido de un modo o de otro. Si este proceso continúa durante un tiempo suficiente, hasta puede ser posible hacer que los partidarios convencidos voten de otra manera. Esto es lo que trataron de hacer los republicanos en la elección de 1952, haciendo hincapié en frases tales como “la confusión que hay en Washington”; “es hora de cambiar”, “los errores en Corea” y “la amenaza del comunismo”; y parece que tuvieron éxito en conseguir algunos votos demócratas⁸⁷. (SCHRAMM, 1964, p.14-15)

Mesmo após as afirmações dos parágrafos anteriores, não devemos enxergar esses pesquisadores como tendo foco só, somente só, no emissor e que eram alheios à importância

⁸⁷ Tradução livre: “Mas, em geral, é preciso reconhecer que o melhor que podemos fazer é construir sobre o que já existe. Se podemos tirar proveito do desenho existente de normas de compreensão, impulsos e atitudes para conseguir que aceitem nossa mensagem, então podemos ter a esperança de desviar um pouco do desenho para a direção que queremos que se mova. Tomemos novamente as eleições como exemplo. É muito difícil mudar a mentalidade dos republicanos ou dos democratas convencidos através da comunicação, ou mesmo fazer com que escutem os argumentos do partido opositor. Por outro lado, é possível começar com um ponto de vista republicano ou democrata e modificar ligeiramente os pontos de vista existentes do partido, de um modo ou de outro. Se este processo continua por um tempo suficiente, pode até ser possível fazer com que os partidários convictos votem de outra maneira. Isto é o que tentaram fazer os republicanos na eleição de 1952, sublinhando frases como “a confusão que existe em Washington”; “é hora de mudar”, “primeiros erros na Coreia” e “ameaça do comunismo”; e parece que conseguiram obter alguns votos democratas”.

dos aspectos culturais. A comunicação de retorno era observada, assim como os diversos fatores que agiam na percepção das mensagens, como o convívio no lar, na escola e na vizinhança, como podemos observar em Schramm (1964, p.23). Todavia, essas análises ainda possuíam certa superficialidade no entendimento cultural e histórico dos grupos receptores se compararmos com as ideias utilizadas posteriormente na América Latina, especialmente a partir da década de 1970 (assunto que veremos mais à frente).

Dumazedier (1968, p.63-83, tradução nossa) mostrou que até os anos 1950 a pergunta dos sociólogos era: “Que fazem do público os meios de comunicação coletiva?”, e que, pouco a pouco, ela foi mudada para “que faz o público dos meios de comunicação coletiva?”, fazendo com que a investigação não mais fosse dos meios de informação ao público, mas do público aos meios de informação, ajudando na derrubada da crença de que os MCM eram armas todo-poderosas e abrindo espaço para o entendimento do público como algo heterogêneo⁸⁸, diverso culturalmente. Essa inversão na pergunta e na maneira de ver o público gerou o que o autor (1968, p.63) chamou de pesquisas no sentido moderno, onde entrariam as análises sobre os líderes de opinião.

Seguindo indicação de Dumazedier (1968), verificamos o artigo *Los médios de información y la influencia personal*, de Paul Lazarsfeld e Hebert Menzel (1965), o qual trata sobre as pesquisas de público. Nele, a questão da influência pessoal (a comunicação interpessoal) é bastante destacada, mostrando “as vantagens da comunicação face a face sobre e contra a comunicação através dos meios de informação” e que “os contatos interpessoais são também mais flexíveis e obtêm respostas imediatas por meio da comunicação de retorno instantânea” (LAZARSELD; MENZEL, 1965, p.82, tradução nossa); ideias essas corroboradas por outros autores, como quando Berelson (1964, p.294-295) expõe a grande influência do contato pessoal e diz que o rádio é mais persuasivo do que os jornais por possuir perfil mais pessoal.

Lazarsfeld e Menzel ainda citam a pesquisa feita por Katz e Lazarsfeld intitulada *Personal influence* ([1955] 1979), a qual teve papel fundamental na tese de Beltrão e em pesquisas posteriores em folkcomunicação e que será mostrada mais detalhadamente no tópico a seguir para podermos comparar posteriormente seu conteúdo com o que é trabalhado na folkcomunicação.

⁸⁸ Conforme Dumazedier (1968, p.73), “Aproximadamente hasta el decenio de 1950, sobre todo bajo la influencia de la sociología norteamericana, en los estudios del público, todo ocurre como si un individuo fuera igual a otro”.

3.2. Líder de opinião e duplo fluxo de comunicação

O conceito de *líder de opinião* possui bastante relevo na pesquisa de Luiz Beltrão, tendo, inclusive, um capítulo inteiro destinado a discuti-lo e, conseqüentemente, a noção de duplo fluxo de comunicação.

Luiz Beltrão (LB) havia percebido que os meios de Comunicação Coletiva não eram todo-poderosos e verificou que alguns estudos dos Estados Unidos haviam comprovado isso, citando nominalmente Lazarsfeld, Berelsen, Gaudet, Katz, Merton e Kurt Lewin. Essa percepção colocava em relevo o líder de opinião, figura de contato direto com receptores, que conhecia as realidades sociais destes e que tinha mais contato com os meios de comunicação do que, nos termos de LB (2001, p.68), “seus liderados”.

Nos estudos de folkcomunicação posteriores à tese de LB, essa ideia foi bastante usada, especialmente vendo tal líder com bastante força. Como exemplos, temos Joseph Luyten (1988, p.10) no livro *Sistemas de comunicação popular* e Roberto Benjamim (2000, p.17-18) em *Folkcomunicação no contexto de massa*, que dão grande poder a essa figura, com este tratando-a como um “intermediador” e “tradutor”, e aquele dizendo que uma informação passa a ser aceita pelo grupo “apenas quando é reforçada pelo líder de opinião”. Ambas as visões derivam da tese de LB, pois a visão de “líder” deste se relaciona diretamente ao contato desse personagem com os meios de comunicação, ao seu papel de tradutor – porque “não somente sabe encontrar palavras como argumentos que sensibilizam as formas pré-lógicas que [...] caracterizam o pensamento e ditam a conduta desses grupos” (BELTRÃO, 2001, p.70) – e à visão de que o líder possui papel de chefia.

Na tese, LB cita o estudo *The people's choice*, de Lazarsfeld, Gaudet e Berelson, e usa, conseqüentemente, resultados de outro livro também citado, o *Personal influence*, de Paul Lazarsfeld e Elihu Katz ([1955] 1979). Contudo, o recorte e a adaptação da ideia de líder de opinião feitos por LB geraram algumas simplificações e divergências do que é dito em *Personal influence*.

Para esta última obra, Lazarsfeld e Katz realizaram um amplo estudo sobre a influência pessoal (na cidade de Decatur, Illinois, que tinha cerca de 60 mil habitantes e se localiza no meio oeste americano⁸⁹) e buscaram transpor o modelo unidirecional de relação da “agulha hipodérmica”. O trabalho desses autores ajudou a mudar a ideia difundida de um meio agindo diretamente sobre as pessoas. Nas palavras de Beltrán (2000, p.103):

⁸⁹ A escolha desse ambiente se deu porque os pesquisadores tinham a intenção de realizar uma entrevista a cada vinte lares e com uma amostra de oitocentas no total (todas feitas com mulheres) resultando na população aproximada de 60 mil habitantes. E essa área foi escolhida por possuir menores peculiaridades regionais (KATZ; LAZARFELD, 1979, p.375-381).

Esta perspectiva de “jeringa hipodérmica” sobre las capacidades de los medios masivos de comunicación presidió por muchos años a la investigación en comunicación, hasta que se descubrió que los efectos de los medios eran canalizados a las masas en forma de “flujo en dos etapas” vía de la “influencia personal” de (no menos importantes) “líderes de opinión”⁹⁰.

Para Katz e Lazarsfeld, o líder de opinião atua em grupos formais e informais e pode agir através do contato pessoal ou se dirigindo a amplas audiências, orientando opiniões e mudanças de ações (1979, p.144). Mas, diferentemente do que pode ser interpretado em LB, não significa que é uma pessoa detentora de abundante saber, capaz de indicar os caminhos sobre todos os assuntos para quem estão ligados a ele. Não é alguém que impõe uma informação/ideia aos seus “subalternos”. Não é uma posição destinada a poucos: é um papel que pode ser exercido por muitos. Conforme os autores (1979, p.35, tradução nossa), “[...] os líderes de opinião não constituem um grupo aparte, e que a liderança de opinião não é um traço que uma pessoa tem e outra não, senão uma parte integral do intercâmbio existente em todas relações pessoais”.

O líder de opinião atua num papel de *aconselhamento*, como um *adviser* (“conselheiro”, palavra muitas vezes utilizada na redação em inglês do livro para se referir ao líder). De acordo com Katz e Lazarsfeld (1979, p.103), a palavra “líder” não pode ser lida apenas como sinônimo de chefe ou dirigente: “Talvez a palavra não é a mais definidora; por vezes a palavra adequada é 'influyente', 'iniciador' ou 'o mais popular'; mas ao falar de 'líder' queremos dizer todas essas coisas”.

Para Katz e Lazarsfeld, a liderança de opinião ocorre por meio do contato interpessoal entre cidadãos que podem dividir espaços, que conversam e trocam informações, com uns podendo ser mais influentes em relação a um determinado conteúdo, mas que passam a ser os “aconselhados” quando o tema em debate muda. Não é apenas ligada a uma posição social dentro de um grupo, mas depende do assunto em atenção. Da mesma forma que um sujeito pode ter papel ativo na mudança de opinião e de ação de outrem, em um instante ele pode tomar a decisão de mudar sua própria opinião e ação após a conversa com um colega.

Lo que podríamos llamar liderazgo de opinión, si es que se le puede llamar así, es el liderazgo en su forma más simple: se ejerce casualmente, algunas veces de modo inconsciente, en el seno de la agrupación más pequeña de amigos, familiares y vecinos. No se trata del liderazgo al elevado nivel de un Churchill, de un político local, ni siquiera de una élite social. Está precisamente en el extremo opuesto: es casi invisible, disimulado, situado a

⁹⁰ Tradução livre: “Esta perspectiva de ‘agulha hipodérmica’ sobre as capacidades dos meios massivos de comunicação presidiu por muitos anos a investigação em comunicação, até que descobriram que os efeitos dos meios de comunicação eram canalizados às massas em forma de ‘fluxo em duas etapas’ por via da ‘influência pessoal’ dos (não menos importantes) ‘líderes de opinião’”.

nivel de persona a persona en sus contactos ordinarios, íntimos, informales y cotidianos. Nuestro estudio es un intento de localizar estas influencias cotidianas y aprender algo sobre las mismas⁹¹. (KATZ; LAZARSELD, 1979, p.144)

LB traça apenas algumas características principais desses líderes (como de eles personificarem interesses específicos, já ocuparem posições de autoridade em campos específicos, serem extrovertidos e possuírem conhecimentos de fora do seu círculo – esta sendo “a mais importante”), o que é entendível pelo curto espaço ocupado pelo capítulo 3 na sua tese, mas isso fez com que diferenciações importantes não fossem citadas.

Os líderes, para Katz e Lazarsfeld, são variados e podem ser de três tipos: *designados*, *situados* ou *aprovados culturalmente*. O primeiro se refere a alguém que é apontado por seus companheiros como o mais adequado ao grupo para estar em tal posição. O segundo possui uma colocação estratégica, com localização de centralidade na rede comunicativa do conjunto social do qual faz parte. O último é líder por ocupar uma posição culturalmente tida como de liderança, como o pai de família, que, em alguns lugares, possui o “direito de influenciar”; é alguém que está numa situação definida culturalmente com o papel de “influenciador”: enquanto que nos mórmons o esposo governa absolutamente, “entre os Navajos, onde mulheres são bastante independentes e o homem vive com a família da esposa, elas ‘ganham’ muito mais decisões que os maridos” (KATZ; LAZARSELD, 1979, p.119, tradução nossa). Essas pessoas são transmissoras de influência interpessoal de caráter informal em situações cotidianas e ocupam tais posições por outros motivos que não somente relacionados ao contato com informações de meios externos e por Meios de Comunicação de Massa.

A análise de *Personal influence* mostra que o líder de opinião pode existir em várias áreas, e haver mais de um em cada campo, como foi constatado ao serem realizadas pesquisas sobre o fluxo de influência nos temas de marketing, moda, assuntos públicos e cinema. Para a pesquisa, os membros dessa amostra foram diferenciados em três dimensões: ciclo vital, status socioeconômico e contatos sociais (gregarismo). No primeiro foram divididas as mulheres entrevistadas por estado civil e quantidade de filhos: mulheres solteiras com menos de 35 anos; mulheres casadas menores de 45 anos com um ou nenhum filho; mulheres casadas com menos de 45 anos com dois ou mais filhos; e casadas com mais de 45 anos, com a

⁹¹ Tradução livre: “O que poderíamos chamar de liderança de opinião, se é que pode ser chamada assim, é a liderança em sua forma mais simples: é exercitada casualmente, algumas vezes de modo inconsciente, dentro de um grupo pequeno de amigos, familiares e vizinhos. Não se trata de liderança do nível de um Churchill, de um político local, nem sequer de uma elite social. É precisamente o extremo oposto: é quase invisível, dissimulada, situada no nível de pessoa a pessoa em seus contatos ordinários, íntimos, informais e cotidianos. Nosso estudo é uma tentativa de localizar essas influências cotidianas e aprender algo sobre elas”.

maioria dos filhos tendo mais de 15 anos. No segundo está o debate sobre se a influência pessoal se dá entre pessoas de diferentes níveis sociais⁹², indo do mais alto status ao mais baixo (seguindo numa “linha vertical”, como é dito pelos autores) ou se acontece entre pessoas do mesmo nível social (a “influência horizontal”). O último se refere à extensão dos contatos sociais, à facilidade de acesso do líder a outras pessoas⁹³.

Nas análises dos líderes de opinião em marketing, assuntos públicos, moda e cinema, é perceptível que eles estão presentes nos mais diversos grupos de ciclo vital, socioeconômico e de gregarismo. Os “líderes de opinião não são os que tradicionalmente se têm como tais: essas pessoas influentes parecem estar situadas em todos os grupos profissionais e em todos os níveis econômicos” (KATZ; LAZARFELD, 1979, p.34, tradução nossa).

Na liderança de opinião em marketing⁹⁴, os autores observaram que as entrevistadas tendem a pedir mais conselhos a mulheres do mesmo nível social e que a concentração de liderança é semelhante em todos os níveis. No alto nível social, 27% de 189 mulheres são líderes de marketing; 24% de 243 mulheres no nível médio e 21% de 241 no baixo.

[...] la influencia de *marketing* queda limitada dentro de cada una de las diversas esferas sociales, en vez de ser un cambio de advertencias y consejos realizados al azar, con independencia de las diferencias de estatus existentes. Interesarse por el consejo de una mujer perteneciente al mismo estatus, significa buscar la opinión de una persona que tiene problemas y limitaciones presupuestarias similares⁹⁵. (KATZ; LAZARFELD, 1979, p.259)

Em relação ao ciclo de vida, foi verificado que as mães com dois ou mais filhos possuem número maior de líderes nas questões de marketing, com 38% de 169 mulheres podendo ser consideradas como fazendo parte de um grupo de liderança de opinião. Diferença relativamente grande se os dados forem comparados aos dos outros grupos, como pode ser visto na figura abaixo⁹⁶. Conforme Katz e Lazarsfeld (1979, p.264), a acumulação de líderes

⁹² Os autores dividiram as classes em três: alta, média e baixa, as quais foram calculadas tendo como base dois fatores: a educação e arrecadação. “Otorgando una importancia equivalente a ambos factores tomamos la existencia de una educación elevada y de una renta alta como señal de nivel superior; la ausencia de ambos como indicación del status más bajo; y la presencia de uno u otro por separado fue calificada en el nivel medio” (KATZ; LAZARFELD, 1979, p.248).

⁹³ Para verificar a quantidade e a potência de aumento de contatos sociais, foi criado um “índice de gregarismo” (KATZ; LAZARFELD, 1979, p.249), medido pelo número de amigos ativos e pelo grau de participação em associações mais ou menos públicas.

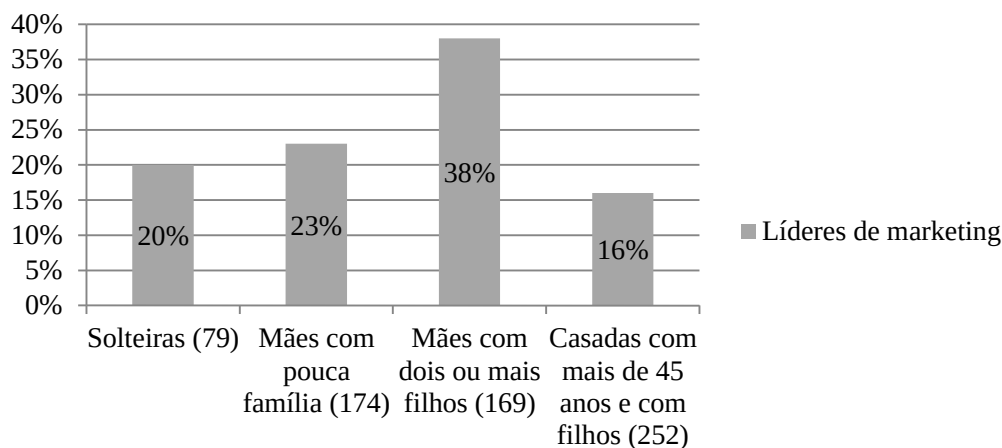
⁹⁴ *Marketing* na pesquisa se refere a alimentos e objetos domésticos.

⁹⁵ Tradução livre: “a influência de marketing fica limitada dentro de cada uma das diversas esferas sociais, em vez de ser uma mudança de avisos e conselhos feitos de forma aleatória, independente das diferenças de status existentes. Interessar-se pelo conselho de uma mulher de mesmo status significa buscar a opinião de uma pessoa que tem problemas e limitações orçamentárias semelhantes”.

⁹⁶ Lê-se na primeira coluna, por exemplo: 20% de 79 solteiras são consideradas líderes de opinião pelas entrevistadas.

nesse grupo “constitui a sólida demonstração esperada [...] de que o que conta é a experiência intensiva e cotidiana dos problemas, própria da mulher com muitos filhos”.

FIGURA 11: As mulheres casadas com dois ou mais filhos são as mais numerosas como líderes de marketing



Fonte: Katz e Lazarsfeld (1979, p.263)

Como resumo do fluxo de influência em marketing, foi verificado que: esposas com família numerosa dão mais líderes; maior número de contatos sociais podem converter as ações de algumas mulheres em papel de liderança; o status não influencia para que haja mais ou menos líderes, pois há níveis semelhantes de liderança em todos os níveis socioeconômicos; e o fluxo de influência está no sentido de as mais velhas aconselharem as mais novas.

Esse tipo de análise apontada nos parágrafos acima sobre os líderes de marketing também foi realizada nos outros três campos (moda, assuntos públicos e cinema), com a verificação das três dimensões já citadas (ciclo vital, status socioeconômico e contatos sociais). Os resultados variam conforme a esfera. Não há uma regra definida em um grupo que sirva para outro, como, por exemplo, as seguintes conclusões que diferenciam os grupos de marketing e os de moda⁹⁷: o maior número de liderança de moda está concentrado nas mulheres solteiras menores de 35 anos (aproximadamente 5 a cada 10 são líderes de opinião) e o status tem influência no número de líderes, com as de nível mais baixo tendo menor participação do que as de nível médio e alto.

⁹⁷ No caso da liderança de moda, descoberta interessante é a do “índice de exportação”, o qual defende que se há em um grupo alta proporção de pessoas qualificadas para serem líderes, é possível que elas atuem não apenas no seu próprio conjunto social, mas se tornem fontes influentes também em outros. “Expresándolo de otra forma, podemos deducir que el ‘exceso’ de liderazgo (o sea, el que sobrepasa al grado de interés del grupo) se ‘exporta’” (KATZ; LAZARSFELD, 1979, p.280). Após o cálculo desse índice, os autores verificaram que as solteiras, as mulheres de nível social médio e as de elevado nível gregário cumprem a demanda de moda dentro do seu grupo e ainda exportam conselhos para outros.

São vários fatores que agem na formação dos líderes de opinião e no tipo de fluxo de comunicação interpessoal, pois são dependentes dos grupos, dos assuntos, da faixa etária etc. A posição de liderança de opinião foi vista como ampla e aberta por Katz e Lazarsfeld, com esses “conselheiros” sendo variáveis, variados e dividindo tal posição com muitos outros.

LB (2001, p.68) mostra o líder de opinião dentro de um processo chamado de “fluxo da comunicação em dois estágios”, no qual as mensagens passam “dos meios aos líderes e destes aos seus amigos mais próximos” e, posteriormente, no “fluxo em múltiplos estágios”, que se dá quando os líderes de opinião trocam informações e conselhos com outras pessoas e depois conversam com o “grupo liderado”.

Nesse contexto teórico citado por LB, quando se pensa em transmissão das mensagens dos Meios de Comunicação de Massa para um grupo social, entende-se que o líder de opinião possui grande força de influência interpessoal e funciona como ponte entre as partes e que é por ele que determinadas pessoas têm acesso e conseguem entender o que os MCM estão a dizer.

Katz e Lazarsfeld em *Personal influence*, fazendo uma observação mais ampla do que a presente no livro *The people's choice*⁹⁸, pois neste foi observada apenas a influência em campanhas eleitorais, mostram que a hipótese de haver dois níveis no fluxo comunicativo surgia da seguinte pergunta: “Quem influencia os influentes?”. E os Meios de Comunicação de Massa apareceram como a resposta.

¿Quién o qué influye a los influentes? Aquí es donde los *mass media* vuelven a formar parte del conjunto. Para los líderes encuestados, mucho más que para los no líderes, la principal influencia partía de los medios de comunicación de masas. Tomando este concepto surge una nueva idea: la del proceso de comunicación en dos fases. Está basada en lo siguiente: las ideas, frecuentemente, parecen fluir de la radio y de la prensa hacia la opinión de los líderes y de éstos ir hacia las zonas menos activas de la población⁹⁹. (KATZ; LAZARFELD, 1979, p.34)

E, nesse fluxo, os autores encontraram duas funções: a) de *retransmissão*, que ocorre quando as pessoas que obtiveram acesso a uma informação proveniente dos MCM a repassam ao seu grupo de contato; b) de *reforço*, existindo quando o propósito do *mass media* coincide

⁹⁸ Os autores (1979, p.343) reproduzem o conceito de fluxo de comunicação em dois níveis de *The people's choice* em *Personal influence*: “[...] as ideas van, con frecuencia, de la radio y la letra impresa hacia los líderes de opinión, y de éstos hacia los sectores menos activos de la población”.

⁹⁹ Tradução livre: “Quem ou o que influencia os influentes? Aqui é onde os meios de comunicação fazem parte do conjunto. Para os líderes entrevistados, muito mais que para os não líderes, a principal influência partia dos meios de comunicação de massa. Tomando este conceito surge uma nova ideia: a do processo de comunicação em duas fases. Baseia-se no seguinte: as ideias, frequentemente, parecem fluir do rádio e da imprensa até a opinião dos líderes, e desses até as zonas menos ativas da população”.

com a da comunicação interpessoal, tendo, assim, mais possibilidade de êxito na influência. Porém essa ação dos meios massivos e dos líderes pode encontrar resistência:

Queda fuera de duda que cuando se atacan opiniones, actitudes o hábitos compartidos con personas muy consideradas por el individuo, se resiste con seguridad el intento de influencia. Tenemos, pues, la evidencia concreta de que, en este caso, las relaciones interpersonales intervienen en el proceso de comunicación masiva, modificando los efectos de ésta¹⁰⁰. (KATZ; LAZARSFELD, 1979, p.79)

Em se tratando da comunicação dos *mass media* diretamente às pessoas de um grupo, ela possui ação limitada, para Katz e Lazarsfeld, se comparada com a influência pessoal. Para a compra de materiais domésticos e alimentos, por exemplo, os entrevistados na pesquisa afirmaram que a decisão da escolha de um produto se deu pela ação da influência pessoal. Ou, no caso da seleção de um filme, os jornais foram bastante vistos, mas apresentaram uma exibição ineficaz. Na tabela abaixo pode ser percebido o cruzamento entre a exposição e a eficácia de um determinado conteúdo:

TABELA 4: Exposição

Exposição \ Eficácia	Alta	Baixa
	Alta	Baixa
Alta	Marketing: contato pessoal Cinema: contato pessoal	Marketing: rádio
Baixa	Moda: os quatro fatores [pessoal verbal, pessoal visual, vendedores, revistas] Cinema: jornais	Marketing: jornais Revistas: vendedores Cinema: revistas

Fonte: Katz e Lazarsfeld (1979, p.196)

Os resultados de *Personal Influence* apontaram que os líderes de opinião têm mais acesso aos *mass media* do que os não líderes, com a descoberta, por exemplo, que eles leem mais revistas e livros do que os não dirigentes. Assim, em geral e como dito por LB, os possuidores de papel de liderança são mais expostos aos MCM do que os que não estão nesse papel. A tabela a seguir mostra o uso de revistas¹⁰¹ e livros pelos líderes e pelos não líderes.

¹⁰⁰ Tradução livre: “Não há dúvida de que quando se atacam opiniões, atitudes ou hábitos compartilhados com pessoas bem consideradas pelo indivíduo, se resiste à tentativa de influência. Temos, pois, a evidência concreta de que, nesse caso, as relações interpessoais intervêm no processo de comunicação massiva, modificando os efeitos desta”.

¹⁰¹ A leitura pode ser de revistas específicas da área, pois os autores perceberam que a maioria dos líderes em matéria de cinema leem revistas ligadas a essa área.

TABELA 5: Os dirigentes de opinião leem mais revistas do que os não líderes

Educação baixa*					
Número de revistas	Dirigentes em marketing	Dirigentes em moda	Dirigentes em assuntos públicos	Dirigentes em cinema	Não dirigentes
5 ou mais	41%	58%	60%	58%	30%
Menos de 5	59%	42%	40%	42%	70%
100% =	(91)	(79)	(30)	(64)	(270)

Educação alta					
Número de revistas	Dirigentes em marketing	Dirigentes em moda	Dirigentes em assuntos públicos	Dirigentes em cinema	Não dirigentes
5 ou mais	65%	69%	63%	71%	53%
Menos de 5	35%	31%	37%	29%	47%
100% =	(75)	(80)	(50)	(58)	(146)

Fonte: Katz e Lazarsfeld (1979, p.345)

*Na versão espanhola (1979, p.345) alta educação se refere aos graduados na “enseñanza media” e de baixa educação aos que não completaram esse grau. Na versão estadunidense (2006, p. 310), os da alta educação completaram o “high school” e os da baixa não possuem esse nível.

Há diferença também entre os líderes em relação aos espaços de interação com os *media*, pois os classificados como *cosmopolitas* se dedicam às notícias do mundo externo à comunidade da qual fazem parte; os *locais* limitam sua comunicação ao âmbito de sua própria população; e os *intermédios* se situam nesses dois ambientes. Katz e Lazarsfeld perceberam que o assunto tratado pelos líderes é que acaba determinando o raio de interação: os dirigentes em moda e em assuntos públicos possuem perfil mais cosmopolita que os de cinema e de marketing¹⁰².

Robert K. Merton, da Universidade de Colúmbia, assim como Paul F. Lazarsfeld, em um estudo intitulado de *Padrões de influências: influentes locais e cosmopolitas*¹⁰³, mostra a relação entre as pessoas e entre os influentes e os Meios de Comunicação de Massa, e trata das diferenciações entre líderes *locais* e *cosmopolitas* e do conceito de *líder de opinião* (ou homens de influência).

¹⁰² Robert K. Merton, em *Padrões de influências: influentes locais e cosmopolitas* (1968, p.479-513), citou apenas o cosmopolitas e locais, focando na relação entre o sujeito influente e a cidade da qual faz parte. Os *locais* possuem uma ampla rede de contato e preferem ler sobre assuntos de seu contexto imediato. Já os *cosmopolitas*, são influentes pela sua ampla e profunda bagagem cultural, não pela quantidade de relações, e se interessam por notícias nacionais e mundiais.

¹⁰³ Um estudo de caso realizado em uma cidade de onze mil habitantes da costa leste dos Estados Unidos (pesquisa sem muitas conclusões por ser um estudo-piloto, mas que deu origem a várias indicações para pesquisas sobre influência interpessoal).

Os líderes locais para Merton são aqueles que: (1) possuem muita identificação com a localidade na qual vivem; (2) têm fortes vínculos sociais; (3) usam os Meios de Comunicação de Massa para se inteirar sobre aspectos locais; e (4) baseiam sua influência na quantidade de contatos. Já os cosmopolitas (1) possuem rede de contatos menos numerosa; (2) prezam pela qualidade da conversa, buscando aprofundamento dos assuntos tratados; (3) não possuem raízes na cidade; (4) buscam nos MCM informações de caráter nacional e internacional; e (5) são tidos como influentes mais pelo seu status ocupacional do que pelas relações pessoais. Esses dois tipos de influentes são vistos como capazes de terem bons posicionamentos sobre as mais diversas questões, embora tenham ações e formações distintas.

Os influentes para Merton, assim como para Lazarsfeld e Katz, estão presentes em toda a estrutura social, nas classes mais altas ou mais baixas. E essa posição social ocupada não está diretamente ligada a questões hierárquicas, mas a questões de convívio. Esses influenciadores são líderes de opinião, pois “exercem influência sobre um certo número de outras pessoas em certas situações” (MERTON, 1968, p.503). São pessoas que são procuradas em busca de conselhos e que, pelo contato interpessoal, conseguem ter ação direta sobre outrem e fazer informações e opiniões serem difundidas.

LB disse que pesquisas posteriores ao do fluxo de comunicação em dois níveis haviam encontrado um “fluxo em múltiplos estágios”, com os líderes conversando entre si. De fato, isso ocorre, porém depende muito de grupo a grupo. Nos pesquisados por Lazarsfeld e Katz são perceptíveis essas diferenças: nos de marketing, a influência dos líderes vem pelos contatos pessoais com outros indivíduos e outros dirigentes, e os MCM funcionam apenas como elemento complementar. Já nas questões de moda ou de vida pública, os líderes são mais influenciados pelos meios massivos, pois as últimas tendências da moda e as ações dos políticos são difundidas pelas revistas e jornais (KATZ; LAZARSELD, 1979, p.352).

4. DESENVOLVIMENTISMO

Os dois próximos tópicos serão destinados a expor alguns acontecimentos sociopolíticos mundiais e latino-americanos nos anos 1960 para entendermos um pouco melhor o contexto no qual as ideias desenvolvimentistas aportaram na região. Em seguida, mostraremos características do desenvolvimentismo e as críticas de investigadores à sua utilização e ao uso das indicações metodológicas e teóricas provenientes de autores norte-americanos.

4.1. Contexto sociopolítico mundial

A década de 1960 foi bastante turbulenta, época de lutas e transformações em diversas áreas: científica, religiosa, econômica, política, educacional, moral etc.: dos Estados Unidos à União Soviética, da Suécia à África, do Japão ao Brasil. Um período também marcado por guerras. Os anos 1960 não foram, absolutamente, calmos, com muito do criado tendo reverberado tanto por espaços quanto por tempos imediatos e distantes.

Grande marca desse período foi a continuação da Guerra Fria (que estava acontecendo desde o fim da Segunda Guerra Mundial), com as duas potências da época, os EUA de um lado e a URSS de outro, estando em conflito ideológico, tecnológico, militar, econômico, social. Dessa polarização, várias consequências surgiram, como lutas ideológicas, revoluções, guerras e mortes em várias partes do mundo.

Marca relevante desse embate entre os EUA e a URSS, por exemplo, foram as questões tecnológicas, como a corrida espacial, que começou e fechou a década com importantes acontecimentos.

Em 12 de abril de 1961, o soviético Yuri Alekseievitch Gagarin, a bordo da nave Vostok-1, deu uma volta na órbita da terrestre, a 315 km de altitude, sendo considerado, a partir de então, o primeiro homem a viajar no espaço. O feito de Gagarin, que aliado a outras conquistas na corrida espacial, como o lançamento do primeiro satélite artificial, o Sputnik, e de ter colocado o primeiro ser vivo em órbita, a cadela Laika, ambos em 1957, foi de grande força à propaganda soviética. (YURI..., 2011).

Em 1969, encerrando a década, no dia 20 de julho, os Estados Unidos, na missão Apollo 11, tripulada por Michael Collins, Edwin Aldrin e Neil Armstrong, fizeram o homem ir à Lua. Mas muito da importância desse evento não estava somente na criação de uma tecnologia capaz de tal feito. Estava em seu potencial midiático, de grande importância para a propaganda americana, pois, ao ser televisionado, foi visto por, conforme a revista *Veja* de 23 de julho de 1969 (apud BARBOSA, 2004, p.4-6), 1.200 milhões de pessoas em todo o mundo, alcançando na rede europeia de TV 220 milhões de pessoas, e nos Estados Unidos as três maiores redes de TV (CBS, ABC e NBC) calcularam que 150 milhões de pessoas assistiram à transmissão. No Brasil, as cenas foram transmitidas pela Rede Tupi, que registrou 80% de audiência, enquanto que a Globo, projetando Silvio Santos e Chacrinha, ficou com 20%.

Nesse ínterim entre Gagarin e Armstrong, muitas outras coisas de impacto aconteceram, como a construção do Muro de Berlim no dia 13 de agosto de 1961, o qual, por decisão da parte comunista, foi levantado para dividir a cidade de Berlim em duas áreas (a

ocidental e a oriental) no intuito de, na interpretação do lado ocidental, evitar a mudança em massa das pessoas do lado comunista para o capitalista; e na exposição da outra parte, para evitar a influência fascista da Alemanha Ocidental. O muro contava com torres de observação, inúmeros policiais, redes metálicas e tinha mais de 150 quilômetros de extensão.

Em 1962, ainda no embate entre os dois blocos hegemônicos da época, Cuba teve seu nome destacado na peleja. Essa ilha latino-americana – que vinha de lutas contra o Exército de Fulgêncio Batista, tinha passado a ter um novo líder, Fidel Castro, e teve declarado o caráter socialista da Revolução em 1961¹⁰⁴ (DOMINGOS, 2013).

No dia 14 de outubro de 1962, a Crises dos Mísseis de Cuba começou a se desenhar, quando aviões dos Estados Unidos descobriram bases de mísseis nucleares sendo construídas em Cuba. O país norte-americano decidiu realizar um bloqueio marítimo em Cuba e debates ocorreram na ONU entre os representantes dos EUA e da URSS, ficando decidido que os soviéticos retirariam o armamento se os estadunidenses não tentassem mais invadir a Ilha. Krushev ainda enviou uma carta a Kennedy propondo que os EUA retirassem da Turquia “materiais ofensivos similares” (DOMINGOS, 2013, p.86-87). Kennedy, então, enviou a carta a seguir, e a Crise dos Mísseis chegou ao fim:

Nós, por nossa parte, estamos dispostos – mediante o estabelecimento dos adequados acordos realizados através das Nações Unidas para assegurar a continuidade e pôr em marcha desses compromissos – ao seguinte: a) Levar imediatamente as medidas de quarentena em vigor; b) Dar segurança contra a invasão de Cuba. Confio em que as outras nações do hemisfério Ocidental estão dispostas a atuar do mesmo modo. O efeito de tal acordo sobre a tensão mundial nos permitirá continuar trabalhando acerca de um acordo geral referente a “outros armamentos” como você propõe em sua segunda carta que foi feita pública [carta pedindo a retirada dos materiais da Turquia]. (CASTAÑARES; LILLO, 1995, p.551, apud DOMINGOS, 2013, p.87-88)

O impasse nuclear esteve presente durante a Guerra Fria e o medo de um embate com tais armas acontecer era constante. De acordo com Zhebit (2008, p.121) e Domingos (2013, p.81) as pessoas daquela época tinham consciência de quão destrutivas são as bombas nucleares, sendo o holocausto nuclear um destino possível, e que os Estados Unidos já possuíam, em 1949, 200 delas. Para se ter ideia da força de tal arma, Zhebit (2008, p.118-

¹⁰⁴ De acordo com Charles Domingos (2013, p.84): “Em abril de 1961, no dia 13, houve um incêndio provocado por contra-revolucionários na Loja El Encanto, no centro de Havana. Uma trabalhadora foi morta e houve diversos feridos. No dia 15, aviões bombardearam o aeroporto de Santiago de Cuba e mais dois campos de pouso na capital: morreram 7 pessoas e houve 53 feridos. O objetivo era avariar a Força Aérea Cubana, pois no dia 17 mais de 1500 homens treinados pela CIA na Guatemala, invadiram Praia Girón, na Baía dos Porcos. A resistência se deu pelas milícias formadas por Che Guevara e comandadas por Fidel Castro – Che, naquele momento, estava em Havana, para preservar a segurança da capital. As forças cubanas foram vitoriosas e foi nessa conjuntura que Fidel Castro declarou o caráter socialista da Revolução, em 16 de abril, quando já informado dos planos da CIA, acusava os EUA da responsabilidade”.

121), mostra algumas informações, como de uma explosão ser capaz de mudar a temperatura ambiente em cerca de 5000°C em um milésimo de segundo e de ser mais luminosa que o sol. Em depoimentos colhidos com *hibakushas* (pessoas que sobreviveram às explosões nucleares), foram percebidos 4 estágios de consequências: o primeiro seria a própria imersão na morte, semelhante ao que seria um armagedon; o segundo ocorre semanas depois da explosão, com o surgimento dos sintomas da radiação, como sangramentos, desidratação, febre e morte; o terceiro são os efeitos a longo prazo da radiação, como o aparecimento de câncer; e a quarta fase está ligada à mudança de personalidade, “porque os sobreviventes se identificavam profundamente com os mortos e sentiam uma vulnerabilidade à morte, sendo que esta memória foi passada para várias gerações da mesma família” (LIFTON, 2001, p.25 apud ZHEBIT, 2008, p.120).

A publicação *Os anos 1960: a década que mudou o mundo* ([s.d.]), de *Edições Veja*, mostra os resultados da corrida armamentista no final dos anos 1960, tanto em acúmulo de armas quanto no gasto para suportar tal disputa:

Os anos 60 também foram os do impasse nuclear, já que, na mais árdua e onerosa batalha de todos os tempos – a corrida pela superioridade atômica –, os Estados Unidos e União Soviética terminaram empatados. De fato, segundo o último relatório do conceituado Instituto de Estudos Estratégicos de Londres, 1969 é um marco na história da era atômica: com seus 1050 mísseis intercontinentais, a URSS alcançou pela primeira vez a paridade com os 1054 Minutemen e Titan 2 americanos. Em três anos, o parque atômico da URSS triplicou e o preço deste avanço não foi pequeno – em dez anos, a espiral de seus gastos militares subiu de 14,740 bilhões para 47 bilhões de dólares, enquanto o orçamento da Defesa dos Estados Unidos passou de 52 bilhões para 79 bilhões de dólares durante o mesmo período. Para ambos, estas cifras são exorbitantes, representando, respectivamente, 13% e 9,2% de seu Produto Interno Bruto. (OS ANOS..., [s.d.], p.72)

As guerras eram recorrentes na vida de muita gente. Como exemplo, houve a Guerra Nigéria-Biafra, ocorrida entre 1967 e 1970, que foi originada pela intenção de a região sudeste da Nigéria se tornar independente, porque estavam insatisfeitos com os ataques que a sua etnia Igbo estava sofrendo no norte do país e com a divisão dos lucros do petróleo, pois essa região concentrava 70% das reservas e ficava com um terço dos lucros (OLIVEIRA, 2014, p.236). Nessa tentativa de secessão, que se deu por fracassada, morreram mais três milhões de pessoas e as nações fornecedoras de armamento lucraram bastante (OS ANOS..., [s.d.], p.71):

Os 500.000 soldados nigerianos comandados pelo Major-General Yakubu Gowon (também chefe de Estado) recebem diariamente toneladas de armas e munições da Inglaterra, além de foguetes russos terra-terra, pilotos egípcios e metralhadoras checas. Do outro lado, o Coronel Odumegwu Ojukwu, com

seus 300.000 voluntários biafrenses (que a guerra reduziu para 25.000) decididos a sustentar uma luta de vida e morte pela independência de seu país, possui um sofisticado arsenal de projéteis de metralhadoras para perfuração de blindados. Entre os fogos de combate, um imenso campo de concentração sem grades, onde 500.000 deportados da fome disputam os gêneros alimentícios e medicamentos que chegam a conta-gotas. (OS ANOS..., [s.d.], p.71)

Outra guerra de destaque nessa década foi a dos Seis Dias, que durou mais precisamente 130 horas, a qual envolveu Israel contra a aliança militar composta por três nações: Egito, Jordânia e Síria. O resultado foi a conquista de Israel de um território três vezes maior que o seu e acesso a armamentos e equipamentos avaliados em 2 bilhões de dólares à época. E o resultado social foi de 13.000 mortos e 200.000 refugiados (OS ANOS..., [s.d.], p.70).

Todavia, a de maior duração e repercussão foi a Guerra do Vietnã, iniciada logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1946, num conflito entre vietnamitas e franceses que durou até 1954. Com a derrota dos franceses, o país foi dividido em dois: o do norte, comandado por Ho Chi Minh, e o do sul, tendo Ngo Dinh Diem como líder. Um acordo realizado em Genebra definiu a reunificação do país para que, em seguida, fossem realizadas eleições diretas. Todavia, neste momento, os Estados Unidos, que apoiavam o Vietnã do Sul, “articularam a não realização das eleições. Mais do que isso, ofereceram ao presidente e à sua porção Sul treinamento, tecnologia e armamento militar para resistir ao iminente conflito que iria se estabelecer” (MELO, 2011, p.43).

Muito da ação dos EUA se deu para evitar o fortalecimento do comunismo naquela região da Ásia, receosos de que acontecesse um “efeito dominó” (MELO, 2011, p.42), o qual, no contexto, se caracterizava por:

A metáfora, embora já existisse anteriormente, foi empregada e ganhou contornos de uma estratégia política em meados do século XX, quando, no contexto dos conflitos na Indochina, Eisenhower a empregou. O raciocínio presente na teoria do dominó era que se um país de uma dada região caísse sob influência comunista, imediatamente o seguinte também cairia e assim sucessivamente. (VALIM apud MELO, 2011, p.42)

A Guerra entre as porções Norte e Sul começou em 1957, mas a presença mais efetiva dos Estados Unidos se deu a partir de 1961, quando tropas desse país começaram a chegar à região de conflito (MELO, 2011, p.43-44). A guerra foi encerrada em 1975, ano em que Saigon foi tomada pelos Vietcongues e marcou a retirada dos estadunidenses. Estima-se que tenham sido enviados mais de 600 mil soldados ao Vietnã (MELO, 2011, p.44), tendo morrido 58.000 e 303.704 tenham ficado feridos (ALTARES, 2015). Do lado vietnamita, as

estimativas indicam que “mortos entre civis e militares pode ter ficado acima de 1,5 milhão, de acordo com pesquisas variadas, deixando 900 mil crianças órfãs” (BORGES, 2015).

Somente nos anos 60, a guerra consumiu dos EUA “77 milhões de dólares por dia, 950 por segundo, 39.600 homens, 2,8 milhões de toneladas de bombas descarregadas sobre o Vietnã do Norte” (OS ANOS..., [s.d.], p.62), e o saldo final do embate foi um custo de US\$ 150 bilhões e a destruição de 70% dos povoados do Vietnã do Norte, a inutilização de mais de 10 milhões de hectares da terra do país, quatro milhões de toneladas de bombas jogadas e 75 milhões de litros do agente laranja, um herbicida que ainda tem causado várias doenças e deformações físicas nos vietnamitas (BORGES, 2015; ALTARES, 2015; VIETNÃ..., 2013).

Conforme o livro *Os anos 60: a década que mudou tudo* ([s.d.], p.61), numa década que prometia a coexistência pacífica, houve “mais de 4 milhões [de mortes] em 10 anos, quase 1 por cento da humanidade, dois americanos por hora, o triplo de vietnamitas, 40.000 biafrenses por dia, judeus, árabes, comunistas, capitalistas, brancos, negros, amarelos, católicos, protestantes [...]”.

Em meio a essa disputa bélica, no meio do caminho entre as histórias de Yuri Gagarin e de Neil Armstrong, outras questões apareceram e mudaram padrões morais, como o surgimento da pílula anticoncepcional, muito responsável por novas opções no planejamento familiar, pelo sexo não ser mais visto apenas como para a reprodução e por ter ajudado na libertação feminina, dando opção ao feminismo, que, nos anos 60, lutava não só pelo espaço da mulher no trabalho, na educação e na vida pública, “mas que luta[va], sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo” (PINTO, 2010, p.16). Nessa década também houve uma grande reforma na Igreja Católica Romana – a qual possuía (e ainda possui) importante papel nas designações de padrões morais e em ações políticas: o Concílio Vaticano II.

De 11 de outubro de 62, até 8 de dezembro de 65, o Concílio deu à Igreja dezesseis novas leis que, sem alterar sua doutrina, modificaram profundamente sua posição aos olhos do mundo. A Igreja foi impelida a retornar às fontes originais de suas verdades e a proclamá-las de um modo inteligível e acessível ao homem moderno”. (OS ANOS..., [s.d.], p.110)

Década também das revoltas estudantis, as quais continham as mais diversas vozes, que se espalharam por todo o mundo. Não eram resultantes de uma única causa, foram frutos da efervescência cultural e política da época: contra a guerra, contra o racismo, pelo questionamento da ordem estabelecida, pela recusa da autoridade familiar e das instituições definidoras da sociedade capitalista, diziam-se lutando pela paz, pelos subdesenvolvidos, pela

liberdade (ALMADA, 2012; MATTOS, 2004; OS ANOS..., [s.d.], p.15). Apenas para citar algumas movimentações de protesto, já em 1960, no Japão, 200.000 *Zengakuren*¹⁰⁵ protestaram contra a visita de Dwight Eisenhower, resultando em confronto com dois mortos e setecentos feridos; em 1962, houve o movimento *Free Speech*, em Berkeley (EUA), pedindo liberdade de expressão; no ano de 1964, na Tchecoslováquia, 2000 estudantes em Praga pediram a aceleração da “desestalinização”, com trinta sendo presos e doze condenados a três anos de prisão; em 1965, houve greves estudantis na Espanha, com 250 estudantes em Barcelona sendo suspensos por um ano; em 1966, no Brasil, houve manifestações em vários Estados, com dezoito faculdades entrando em greve no Rio de Janeiro, e em São Paulo barricadas foram colocadas diante da Faculdade de Filosofia, ferindo vários manifestantes. (OS ANOS..., [s.d.], p.14-19).

Os motivos e as ações para tais manifestações foram diversos, assim como os espaços em que ocorreram também: tanto nos países capitalistas quanto nos socialistas, com o único denominador comum sendo, como diz Groppo (2001), a juventude.

O ano de 1968 foi o mais intenso, de protestos, confrontos e ocupações ocorrendo durante todo o ano, de janeiro a dezembro, em vários países do mundo: Alemanha, Japão, Itália, Polônia, Brasil, Venezuela, Bélgica, Espanha, Chile, Senegal, Bolívia, Uruguai, Turquia, Tchecoslováquia, Argentina, México, Paquistão, Egito. E foi em Paris, na França, no mês de maio, que ocorreram as manifestações que marcaram esse período de revoltas, com a ocupação de Sorbonne, o enfrentamento entre 50 mil manifestantes e policiais (que resultou em 460 prisões, 367 feridos e 188 carros incendiados) e uma greve geral, com a adesão de cerca de 9 milhões de pessoas. (OS ANOS..., [s.d.], p.16-20).

O diferencial dessas manifestações, que duraram toda década e teve ponto alto em 1968, é que não há uma causa única ou um movimento único. Conforme Groppo (2000, p.11-12), foi a (re)politização da vida privada: faixas etárias, sexualidade, gêneros, etnicidade, espiritualidade, alimentação etc. Foi época de novas propostas ideológicas e filosóficas: Pop Art, Existencialismo, Teologia da Libertação, medicinas alternativas, vegetarianismo, Nova Esquerda, africanismo, ecologismo, drogas alucinógenas, feminismo, comunitarismo hippie etc. Período de diversas formas de luta: “dos *sit-ins* do Movimento dos negros norte-americanos às guerrilhas de Che Guevara, da ingênua promiscuidade nas noites de ocupação das universidades às abertas provocações da moralidade pública feita pelos *yippies*, da tradicional campanha eleitoral ao uso da arte vanguardista” (GROPPO, 2000, p.23-24). Mas

¹⁰⁵ Liga de estudantes comunistas do Japão.

apesar da grande heterogeneidade de manifestações e consequências, não se pode esquecer que a Guerra Fria (capitalismo vs. comunismo), o imperialismo, a ascensão de novas classes médias e as questões político-culturais, como a indústria cultural e a Contracultura, eram o pano de fundo (GROPPO, 2000, p.24).

Importantes acontecimentos ocorreram em grande parte do globo nessa década, muitas delas incentivadas pela polarização entre capitalistas e comunistas, disputa que gerou cenários como de os arsenais valerem mais “do que a renda conjunta de todos os países de Terceiro Mundo” (OS ANOS..., [s.d.], p.5), onde havia, no final dos anos 1960, 900 milhões de pessoas sem teto, ou seja, cerca de 30% da população mundial da época, e os embates provenientes de um mundo polarizado refletiram na América Latina, região subdesenvolvida na qual essa divisão foi sentida e debatida, e onde vários rumos foram tomados em tentativas de mudanças nos índices econômicos e sociais, como veremos no tópico a seguir.

4.2. Contexto sociopolítico latino-americano

A América Latina, nos anos 1960, vivia grandes problemas sociais. A expectativa de vida era de 43 anos; havia menos de seis médicos para cada 10 mil habitantes; a taxa de natalidade era de 3% ao ano e apenas 20,5% da população possuía acesso a água potável (OS ANOS..., [s.d.], p.42). As taxas de mortalidade infantil eram altíssimas, como mostram os dados do IGME (*Inter-agency Group for Child Mortality Estimation*, 2009). Na Bolívia, a taxa era, entre os anos de 1960 e 1970, próxima de 160 mortes a cada mil nascimentos; no Equador, em 1960, o valor era próximo a 120 por mil, e em 1970 pouco menor, de 100 por mil; na Venezuela, variou entre taxas pouco acima de 60, em 1960, e pouco abaixo de 50, em 1970¹⁰⁶ (JASPERS-FAIJER, 2011).

O analfabetismo também era um grande problema nessa época, como no Haiti de ‘Papa Doc’ Duvalier, onde 90% de sua população era de iletrados (OS ANOS..., [s.d.], p.42). O analfabetismo na população maior de 15 anos estava em 40% no continente, e com grandes diferenças de tempo de estudo entre as pessoas, com os moradores das capitais tendo mais tempo de educação do que os moradores das demais áreas urbanas e estes mais do que os das zonas rurais, que raramente possuíam mais de seis anos de estudo (EDUCACIÓN..., [s.d.]). Essa desigualdade educacional pode ser observada pelo quadro abaixo que mostra o índice de desigualdade (índice de Gini - quanto mais próximo de 1, mais desigual; e, obviamente,

¹⁰⁶ Para comparação, no Brasil essa taxa era de 13,82 mortes por mil nascidos vivos no ano de 2015 (IBGE, [s.d.]).

quanto mais perto de zero, menor a desigualdade) de anos de escolaridade na América Latina¹⁰⁷.

FIGURA 12: Índice de desigualdade para população de 15 ou mais anos

País	<i>Años de escolaridad</i>			País	<i>Costos institucionales</i>		
	1960	1970	Diferencia 1960-1970		1960	1970	Diferencia 1960-1970
Guatemala	0,80	0,72	0,08	Guatemala	0,82	0,74	0,08
El Salvador	0,73	0,64	0,09	Brasil	0,76	0,76	0,00
Honduras	0,72	0,64	0,08	El Salvador	0,76	0,72	0,04
Brasil	0,63	0,51	0,12	Colômbia	0,69	0,69	0,00
Perú	0,59	0,51	0,08	R.Dominicana	0,68	0,67	0,01
México	0,58	0,55	0,03	México	0,67	0,68	-0,01
Ecuador	0,55	0,55	0,00	Paraguay	0,64	0,53	0,11
R.Dominicana	0,54	0,54	0,00	Perú	0,63	0,60	0,03
Colômbia	0,53	0,53	0,00	Chile	0,62	0,46	0,16
Panamá	0,49	0,44	0,05	Panamá	0,60	0,53	0,07
Paraguay	0,46	0,42	0,04	Ecuador	0,59	0,59	0,00
Costa Rica	0,45	0,39	0,06	Argentina	0,53	0,53	0,00
Chile	0,40	0,34	0,06	Costa Rica	0,52	0,41	0,11
Uruguay	0,38	0,38	0,00	Uruguay	0,49	0,49	0,00
Argentina	0,37	0,34	0,03				

(Fuente: Carlos Filgueira, *Expansión educacional y estratificación social en América Latina (1960-1970)*, UNESCO-CEPAL-PNUD, Proyecto "Desarrollo y educación en América Latina y el Caribe", DEALC/4, Buenos Aires, 13 de setiembre de 1977, cuadro 23, pág. 51.)

Fonte: Reprodução de EDUCACIÓN..., [s.d.], p.75

Além de tais dificuldades, a região não passou incólume à Guerra Fria, especialmente por estar no mesmo continente que os Estados Unidos, por ter Cuba como coirmã de mesma raiz colonizadora que mostrava determinado caminho político e ideológico e por ter vivido períodos de guerrilhas e de golpes (ou revoluções, para alguns) que mudaram aspectos políticos e econômicos de nações.

A vitória do grupo de Fidel Castro em Cuba, em 1959, acendeu o alerta dos Estados Unidos de que eles deveriam combater a "invasão comunista" e lutar contra políticas nacionalistas, populistas e mostrar que a ideia de desenvolvimento econômico defendida por eles deveria ser seguida. Em 1960/61, tal temática já se mostrava forte o suficiente para dominar debates no encontro da Organização dos Estados Americanos (OEA) na Costa Rica, no mês de agosto de 1960 (RAPOPORT; LAUFER, 2000, p.70) e ser motivo para a criação da Aliança para o Progresso em 1961. John Kennedy, presidente dos EUA, já falava: "Se a Índia desmoronar, a América Latina escapar-nos e o Oriente Médio alinhar-se com o Leste,

¹⁰⁷ Para comparação, o índice Gini de escolaridade no Brasil era de 0,343 em 2001, de 0,268 em 2003, e de 0,2412 em 2009 (PORTO JÚNIOR, 2002, ANPEC, [s.d.]).

então nem nossos foguetes balísticos, nem satélites artificiais, nem aviões, nem submarinos atômicos poderão salvar-nos” (OS ANOS..., [s.d.], p.42).

Tal atenção estadunidense sobre a América Latina, na tentativa de não perder espaço para os soviéticos, gerou momentos instáveis para essa região, com inúmeras disputas ideológicas dentro dos países e a ocorrência de vários golpes de Estado.

Como exemplo, podemos ver o caso da Argentina, país que já vinha sofrendo com constantes mudanças políticas, especialmente após as dificuldades que surgiram a partir do segundo governo de Juan Domingo Perón, o qual enfrentou alta da inflação, brigas com a Igreja Católica, sua antiga aliada, e fortes ações da oposição.

Perón saiu de seu cargo de presidente, forçadamente, em 1955, e o general Eduardo Lonardi assumiu o país; porém, no mesmo ano, sofreu um golpe, e a chefia nacional (de 1955 a 1958) ficou nas mãos do general Pedro Eugenio Aramburu, tendo este, entre suas ações, perseguido o peronismo, como proibir o canto de hinos peronistas, interposto na CGT (Confederação Geral do Trabalho) e anulado a Constituição de 1949 (pondo então em vigência a de 1853).

Em 1958, Arturo Frondizi foi eleito presidente (com o apoio de Perón) e aderiu ao desenvolvimentismo (vinculando-se às ideias da Cepal – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), elaborou uma reforma educacional (que foi bastante questionada principalmente pelas questões de funcionamento de universidades não estatais), estabeleceu relações com os EUA (adotando algumas indicações da Aliança para o Progresso) e com Cuba (negando rejeitar esse país na OEA), permitiu o retorno do peronismo e reabriu a CGT. Frondizi, com tais atos, gerou insatisfações entre os militares, tanto que foi deposto em 1962, com José Maria Guido assumindo seu posto para seguir a cartilha militar, o que fez, como ter anulado a eleição anterior (na qual o peronismo havia vencido) e proibido mais uma vez esse grupo político (RAPOPORT E LAUFER, 2000; ROMERO, 2003; FICO, [s.d.]; JOSÉ..., [s.d.]).

Em 1963, nova eleição foi realizada e vencida por Arturo Umberto Illia, que trabalhou para a recuperação industrial, elevou o salário real dos trabalhadores, instituiu a lei do salário mínimo, controlou os preços de medicamentos, renegociou os contratos sobre petróleo feitos no governo de Frondizi e permitiu o retorno do peronismo. Porém as ações de Illia geraram desconforto com os EUA e com os militares argentinos, como a lei de medicamentos, que restringia os lucros dos laboratórios farmacêuticos, e a “sua reticência em subscrever as sanções a Cuba, em apoiar a guerra norte-americana contra o Vietnã ou em integrar tropas

argentinas na Força interamericana, com a qual os Estados Unidos aspiravam legitimar sua intervenção na República Dominicana” (RAPOPORT; LAUFER, 2000, p.84).

Em junho de 1966 houve um golpe militar, ou a “Revolução Argentina”, transformando Juan Carlos Onganía no novo presidente. No seu governo, além de políticas para combater o comunismo, “decreta a destituição das autoridades nacionais, dissolve o Parlamento e as legislaturas provinciais, designa uma nova Suprema Corte de Justiça, suprime os partidos políticos e intervêm nas universidades” (JUAN..., [s.d.], tradução nossa).

Os Estados Unidos acompanharam de perto a situação argentina e apoiaram a tomada de poder pelos militares, como explicitam Rapoport e Laufer (2000, p.91)

No caso argentino, os documentos do governo norte-americano provam que as instâncias decisórias da política externa americana seguiam muito de perto a evolução social e política do país e as definições do governo do presidente Arturo Illia, mesmo antes de sua ascensão e, especialmente, a partir da anulação dos contratos de petróleo firmados por Frondizi com as companhias norte-americanas e outras medidas consideradas “nacionalistas”, até mesmo de caráter “esquerdista”. A embaixada e os serviços de inteligência norte-americanos estiveram minuciosamente a par dos preparativos golpistas, assim como das diversas correntes nas Forças Armadas que lutavam para liderar o golpe, e mantinham sólidos vínculos com o setor que esteve à frente da conspiração e que seria hegemônico durante os primeiros anos da ditadura instaurada em 28 de junho de 1966. Além de certas divergências de avaliação com a CIA sobre a atitude a adotar, e embora os receios ante as potenciais derivações da luta interna na heterogênea frente golpista determinariam uma atitude norte-americana muito mais passiva do que no caso brasileiro, é evidente o apoio final de Washington ao golpe militar.

Em março de 2016, o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, em visita à Argentina presidida por Maurício Macri, anunciou a divulgação de arquivos militares e de agências de inteligência relacionados à ditadura militar nesse país e disse em entrevista coletiva que “há controvérsias sobre as políticas dos Estados Unidos no início destes tempos sombrios” e que “democracias precisam ter coragem para reconhecer quando não cumprem os ideais que representam, e fomos lentos em falar sobre direitos humanos, e foi o caso aqui”. (NOS..., 2016)

“Entre março de 1962 e junho de 1966, nove presidentes civis foram derrubados por golpes de Estado militares, segundo um relatório da Comissão das Relações Exteriores do Senado americano” (OS ANOS..., [s.d.], p.42), e eles continuaram na década de 1970, como em 1971 na Bolívia, em 1973 no Chile e no Uruguai e em 1976, novamente, na Argentina (SERRANO, 2010, p. 179).

O caso da Bolívia representa bem os anos 1950, 1960 e 1970 na América Latina, com golpes após golpes e golpes dentro de golpes: Em 1969 o general Alfredo Ovando Candia tomou o governo de Luis Adolfo Siles Salinas. Este assumiu o poder por causa da morte de René Barrientos, o qual havia assumido a presidência do país em 1964 (e dividido e revezado com Candia tal posição entre 64 e 69) após ação militar para a tomada do governo que estava nas mãos do MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário). Esse Movimento já havia assumido o poder de outro regime autoritário, o governo da “rosca”, composto pela oligarquia agrária e de estanho, que governara o país por seis anos. Ou seja, na Bolívia, havia um governo composto por barões da área agrária e do estanho que foi derrotado em 1952 por uma insurreição campesina e mineira, e este, por sua vez, sofreu um golpe das forças armadas em 1964, o qual sofreu outro golpe, também realizado por militares, em 1969. Todavia a história de golpes não se encerrou por aí, indo aos anos 1970: “O processo se radicalizaria em 1969 na Bolívia, até provocar, em 1970, uma tentativa de contragolpe militar, chefiada pelo general Miranda, que foi respondida por uma bem-sucedida greve geral, convocada pela COB (Central Operária Boliviana) [...]” (COGGIOLA, 2001, p.21).

4.3. Contexto político brasileiro¹⁰⁸

O Brasil não ficou livre das discussões e disputas ideológicas que permeavam a guerra fria, e muito menos das retóricas que, de um lado, advogavam que o país não poderia ficar à mercê de políticas imperialistas, e, de outro, defendiam o combate ao comunismo e intercediam pela ideia de os militares serem a solução para que o país adotasse o caminho da liberdade e do crescimento econômico que beneficiaria toda a população brasileira, como pode ser percebido nos discursos precedentes ao golpe de 1964, quando os militares destituíram João Goulart.

O cenário político no período em que Luiz Beltrão (LB) fez sua tese foi bastante turbulento, pois de 1959 a 1967 a presidência da República passou pelas mãos de diferentes grupos políticos, com diversas posições e distintas oposições. Além disso, foi tempo de ações e de transformações na vida de LB, como ter: 1) fundado curso de jornalismo na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) em 1961; 2) sido convidado pelo professor Gonzalo Córdova para ministrar no Ciespal (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina) um dos módulos do 4º Curso Internacional de Aperfeiçoamento em Ciências da Informação, o que o fez em 1963, dando a disciplina

¹⁰⁸ Para este tópico, tomamos como base Boris Fausto (1995).

Métodos en la Enseñanza de la Técnica del Periodismo (BENJAMIN, 1998, p.70); 3) fundado, no dia 13 de dezembro de 1963, o Icinform (Instituto de Ciências da Informação), que realizava pesquisas e dinamizava “a metodologia de ensino das disciplinas instrumentais, promovendo atividades de extensão cultural e de aperfeiçoamento” (MARQUES DE MELO apud BENJAMIN, 1998, p.74); 4) fundado e editado “a primeira revista acadêmica (ligada a um curso, a uma universidade) inteiramente dedicada aos estudos e pesquisas de Comunicação [...] no país” (NAVA, 2013, p.24), a *Comunicações & Problemas*, com o primeiro número sendo publicado em março de 1965; 5) assumido, em 1965, a direção da Faculdade de Comunicação de Massa da Universidade de Brasília (UnB) a convite do “amigo e então secretário de Imprensa do governo Castelo Branco, José Wamberto Assunção” (BELTRÃO, 1987, p.11).

Para entendermos melhor como foram esses anos entre 1959 e 1967, os parágrafos abaixo explicitarão as ações e transformações políticas ocorridas no Brasil, começando por JK e passando por Jânio Quadros, João Goulart e Castelo Branco.

Juscelino governou o Brasil de 1956 a 1961, e, na sua época, os militares já possuíam força política, tanto que, em novembro de 1955, o Exército comandado pelo general Lott deu um “golpe preventivo”, inclusive indo contra posições da Marinha e da Aeronáutica, para garantir a posse de JK em 31 de janeiro de 1956. Embora tenha tido apoio militar nesse caso, ele também permitiu a articulação dos sindicatos. De acordo com Boris Fausto (1995), um dos grandes méritos dessa presidência foi o de saber lidar com os militares e com os movimentos sindicais.

Destaque nesse governo foi o Plano de Metas e a adoção de um “nacional-desenvolvimentismo”, que se caracterizaram por “combinar o Estado, a empresa privada nacional e o capital estrangeiro para promover o desenvolvimento” e que deram excelentes resultados para a indústria, com o valor da produção tendo altíssimo crescimento, como de 100% na de aço, de 125% nas mecânicas, de 380% nas de eletricidade e comunicações e de 600% na de material de transporte (FAUSTO, 1995, p.427). Por outro lado, havia o alto gasto público (também proveniente da construção de Brasília), que era maior do que a receita do país, fazendo com que o déficit do orçamento federal saltasse de 1% do PIB em 1954 a 4% em 1957. E com isso vieram a alta da inflação (chegando a 39,5% em 1959) e a aproximação do Fundo Monetário Internacional (FMI), que, mais tarde, teve a ajuda recusada – decisão essa que teve apoio dos comunistas, da cúpula militar e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (FAUSTO, 1995, p.435-436).

Jânio Quadros, em 31 de janeiro de 1961, tendo João Goulart como seu vice, assumiu o cargo de presidente do Brasil. Porém teve que assumir também as dívidas do governo JK, sendo a externa de 3,8 bilhões de dólares, “dos quais 600 milhões venciam em 1961” (FAUSTO, 1995, p.439-440), e inflação acima dos 30%. Para tentar resolver o problema econômico, Jânio deixou claro aos brasileiros que a situação não era das melhores e tomou uma série de medidas ortodoxas, que dobraram os preços do pão e dos combustíveis, mas que deixaram o FMI e os credores felizes. E, para evitar mais entreveros, decidiu tentar não optar por um lado na disputa entre EUA e Cuba, buscando uma “terceira via”, mas acabou enfurecendo os conservadores ao condecorar Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul (FAUSTO, 1995, p.439-440).

Jânio Quadros, em seu curto tempo como presidente, conseguiu não mais possuir apoios políticos: não contava nem com o PDT, PSD, UDN e nem com Carlos Lacerda, que o defendera nas eleições. Renunciou e pôs fim ao seu governo no dia 15 de agosto de 1961, apenas seis meses e sete dias após a posse. Ele disse que tomou tal decisão por causa de “forças terríveis”, mas Boris Fausto (1995, p.442) traz a hipótese de que ele tentou obter mais poderes para governar a partir de uma tentativa de renúncia. Por se considerar imprescindível para o Brasil e para os partidos, acreditou que estes iriam pedir reconsideração do ato, assim como ocorreu em 1959, quando ele renunciou à candidatura. Mas a desistência dele do cargo não gerou maiores comoções. O que ele acabou criando, de fato, foram anos complicados à frente.

Com a saída de Jânio Quadros, quem deveria assumir, legalmente, era João Goulart (também chamado de Jango), mas muitos militares não aceitaram por o virem como o retorno do sindicalismo e como uma porta de entrada do comunismo. Porém ele também contava com apoio de outros militares e do governador do Rio Grande do Sul, que lutaram pela sua posse. Após brigas políticas, a solução tomada para que Jango assumisse a presidência foi a adoção do parlamentarismo, pois, dessa forma, ele seria o chefe do executivo, mas com poderes reduzidos.

Jango assumiu a presidência e, em seu governo, houve diversas lutas, como: das Ligas Camponesas, tendo Francisco Julião como líder; da União Nacional dos Estudantes (UNE), que, com força no jogo político, organizou greves e pediu mudanças nos estatutos universitários; da Igreja Católica, com suas diversas posições, como as ultraconservadoras com os bispos Dom Geraldo Sigaud e Dom Castro Mayer de um lado, e as socialistas, como a Juventude Universitária Católica (JUC), de outro.

As reformas de base propostas por Jango também não ajudaram a estabilizar os ânimos, pois, de fato, acabaram gerando um desconforto ainda maior na burguesia, porque as mudanças eram bastante amplas e de características populistas, como a adoção do nacionalismo na economia (caminho que já fora abandonado por JK); a realização da reforma agrária e da reforma urbana, esta “que consistia em criar condições pelas quais os inquilinos poderiam se tornar proprietários de casas alugadas” (FAUSTO, 1995, p.447); a permissão de voto aos analfabetos e aos membros das forças armadas com o posto de sargento ou inferior; a nacionalização das empresas etc.

O governo passou a desagradar tanto a direita quanto a esquerda, especialmente com o Plano Trienal. João Goulart vivia uma situação com muitos problemas que não conseguia resolver, contava com pouco apoio e, para piorar, decidiu iniciar as reformas de base por decreto, tanto que, no dia 13 de março de 1964, num comício realizado em frente à Central do Brasil, no Rio de Janeiro, diante de 150 mil pessoas, assinou dois:

O primeiro deles era sobretudo simbólico e consistia na desapropriação das refinarias de petróleo que ainda não estavam nas mãos da Petrobrás. O segundo – chamado de decreto da Supra (Superintendência da Reforma Agrária) – declarava sujeitas a desapropriação propriedades subutilizadas, especificando a localização e a dimensão das que estariam sujeitas à medida. O presidente revelou também que estava em preparo a reforma urbana – um espantinho para a classe média temerosa de perder seus imóveis para os inquilinos – e propostas a serem encaminhadas ao Congresso, que previam mudanças nos impostos e concessão de voto aos analfabetos e aos quadros inferiores das Forças Armadas. (FAUSTO, 1995, p.459)

Essas ações ajudaram a criar o cenário para a realização do golpe de 1964: o governo de Jango já possuía forte oposição antes mesmo de tomar posse, durante os anos seus apoios minguiaram, era malquisto por posições de direita e não possuía confiança dos trabalhadores, resolveu governar por decreto (o que gerou ainda mais posicionamentos contrários a ele), e o país passava por crise econômica. Dessa forma, os militares, sob o argumento de manterem a “ordem” e de “combaterem o comunismo” (já trazendo os ensinamentos aprendidos na Escola Superior de Guerra – ESG¹⁰⁹), arquitetaram a tomada do poder, o que ocorreu na noite de 1º de abril de 1964.

Por fim, vale destacar que os Estados Unidos tiveram papel importante da derrocada do governo de Goulart. Movidos pela luta de poder com a URSS e vendo a América Latina

¹⁰⁹ “Os homens que assumiram o poder [após o golpe de 1964] formavam em sua maioria um grupo com fortes ligações com a ESG. O presidente Castelo Branco fora diretor do Departamento de Estudos da ESG, entre abril de 1956 e novembro de 1958 [...]” (FAUSTO, 1995, p.468).

como um território a não ser perdido para o inimigo, como exposto por Marte (2010, p.197-198) e mostrado por Rapoport e Laufer (2000):

No Brasil, onde a inteligência e a diplomacia norte-americana classificavam o presidente Goulart como um homem afim ao comunismo, o golpe de estado cívico-militar que o derrubou em abril de 1964 foi interpretado como “um sério retrocesso para os interesses soviéticos” por fontes da Diplomacia americana, que em seguida saudou a “liderança responsável” do novo presidente, Castelo Branco. Documentos desses dias permitem ver claramente que a quartelada não só desfrutou da simpatia oficial de Washington, mas também de um planejado apoio material com armamentos e até mesmo com uma “força de tarefas” que, já em fins de março, navegava rumo ao Atlântico Sul¹¹⁰. (RAPOPORT; LAUFER, 2000, p.91)

O governo dos militares, nos anos 1960, ficou marcado por medidas para controle dos cidadãos e por Atos Institucionais (AI) que davam cada vez mais poderes ao Executivo. Em 1964 o AI-1 já foi sancionado, possibilitando que projetos de leis do Executivo fossem aprovados “por decurso de prazo” (quando o PL não era apreciado em até 30 dias pela Câmara e depois pelo mesmo prazo pelo Senado), mandatos fossem cassados, facilitou a demissão de pessoas do serviço público. Conforme Fausto (1995, p.467-468), em 1964, 49 juízes foram afastados e cinquenta parlamentares foram cassados, sendo a maior parte do PTB, e nenhum da UDN, “mais de 1400 pessoas foram afastadas da burocracia civil e em torno de 1200, das Forças Armadas”. Eram pessoas especialmente visadas por terem “se destacado em posições nacionalistas e de esquerda”.

Nesse mesmo ano, a sede da UNE, no Rio de Janeiro, foi incendiada e ela passou a funcionar clandestinamente; foi criada o SNI (Serviço Nacional de Informação), com o objetivo de “coletar e analisar informações pertinentes à segurança nacional, à contrainformação e a informações sobre questões de subversão interna” (FAUSTO, 1995, p.468); os sindicatos e ligas camponesas foram reprimidos violentamente; e a UnB (Universidade de Brasília) foi invadida por ser considerada subversiva.

A política econômica adotada por Castelo Branco era ortodoxa, baseando-se no corte de despesas públicas, aumento de impostos, suspensão de subsídios do governo a alguns itens, flexibilização dos direitos trabalhistas; dificultou a realização de greves, lançou campanhas para a exportação e conseguiu ajuda financeira da Aliança para o Progresso. Conforme Fausto

¹¹⁰ Documentos publicados em 2015 mostram que os Estados Unidos mantinham contato com governos latino-americanos. Exemplos podem ser vistos na matéria “EUA sabiam sobre desaparecidos na ditadura militar”, da *Folha de São Paulo*, e na “EUA sabiam de execuções ocorridas na ditadura militar Argentina”, de *El País*. Ambas disponíveis em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1653592-eua-sabiam-sobre-desaparecidos-na-ditadura-militar.shtml>> e <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/09/internacional/1470773581_290457.html>.

(1995, p.473), essa política econômica foi exitosa, com a inflação caindo de 91,9% em 1964 para 25,4% em 1968 e a variação do PIB subindo de 2,9% em 1964 para 11,2% em 1968.

Para alguns autores, o pensamento econômico populista e a opção pela substituição de importações foram responsáveis pelas crises econômicas que foram surgindo até os anos 1980. Porém, de acordo com Bresser-Pereira (1993, p.41), a substituição de importações, embora sofresse crítica do governo americano, das agências multilaterais, das empresas e dos bancos comerciais, era apoiada e financiada por esses grupos. E, ainda conforme Bresser-Pereira (1993, p.45-52), não foi só o populismo que causou a crise econômica que estourou na década de 1980 na América Latina (tese defendida por Washington), mas grande parte da culpa está na dívida gerada pelos militares.

Castelo Branco, em seu discurso de posse, disse que seu mandato seria até 1966, quando deveriam ser realizadas eleições diretas para a eleição de um novo presidente¹¹¹, mas, já em 1964, o Congresso havia aumentado o período do mandato até 1967, contra a vontade do próprio presidente:

Tenho diante de mim, não mais uma solução única, que consistiria em atingir, com o melhor dos meus esforços, a 31 de janeiro de 1966, e sim a alternativa de não concordar, por um ato pessoal, ou de cumprir a missão que agora me é entregue. Procuro discernir o que me cumpre fazer. Não quero desertar do destino da Revolução. Decido pelo acatamento à deliberação do Congresso Nacional. Faço-o dentro do procedimento de respeito ao Poder Legislativo, o que tem sido uma constante do Governo. Procurarei, então, cumprir o mandato até 15 de março de 1967. (CASTELO BRANCO, 1964a)

Em 1965 as vias democráticas se viram ainda mais cerceadas. Com a realização de eleições diretas para governadores dos Estados, na qual vários candidatos da oposição ganharam, como na Guanabara, em Minas, Santa Catarina e Mato Grosso, os militares linhas-duras ficaram alarmados e pressionaram Castelo Branco a baixar os Atos Institucionais 2 e 3, com o primeiro estabelecendo em definitivo, após 24 dias das eleições estaduais, “que a eleição para presidente e vice-presidente da República seria realizada pela maioria absoluta do Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal”, e com o segundo instituindo “o princípio da eleição indireta dos governadores dos Estados através das respectivas Assembleias estaduais” (FAUSTO, 1995, p.474). Esses atos deram ainda mais poderes ao presidente da República, com ele podendo governar por decretos-leis e acabando com os partidos políticos,

¹¹¹ “Espero, também, em me ajudando o espírito de colaboração de todos os brasileiros e o sentimento da gravidade da hora presente, possa entregar, ao iniciar-se o ano de 1966, ao meu sucessor legitimamente eleito pelo Povo, em eleições livres, uma Nação coesa e ainda mais confiante em seu futuro, a que não mais assaltem os temores e os angustiosos problemas do momento atual” (CASTELO BRANCO, 1964b).

havendo, a partir de então, a existência de apenas dois: Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

O governo de Castelo Branco se encerrou em 1967, com o general Artur da Costa e Silva, pertencente a um grupo das Forças Armadas descontente com a postura “amena” e com a política externa de Castelo, sendo eleito presidente e tomando posse em março de 1967. Esse novo período presidencial acabou marcado pelo AI-5, pelas guerrilhas e pelas fortes repressões.

4.4. Comunicação e desenvolvimento

Nesse contexto de lutas políticas, os países latino-americanos se esforçavam para conseguir alguns avanços econômicos e sociais, Juan Diaz Bordenave mostra, no texto *Nuevos métodos de entrenamiento da la comunicación para los países en desarrollo* (1974), alguns passos da evolução da base de entendimento da comunicação agrícola, e conta que nos anos 1950 a intenção de parte dos comunicadores latino-americanos era informar e persuadir os agricultores para que eles aumentassem suas produções; para isso, acreditavam que os cientistas e os técnicos eram quem possuíam informações capazes disso, as quais deveriam ser difundidas em programas de rádio e reuniões (BORDENAVE, 1974, p.15, tradução nossa). Essas indicações, à primeira vista, pareciam suficientes para a melhoria do contexto agrícola, mas os resultados, ainda de acordo com o autor, foram diferentes do que a teoria indicava.

Esses comunicadores desenvolvimentistas passaram a se preocupar com os efeitos da comunicação e com estudos sobre “adoção e difusão de inovações, o processo da ação social, as consequências culturais das inovações tecnológicas, etc.” convertendo-os “em um conhecimento indispensável no campo da informação” e vendo o comunicador como um engenheiro psicossocial (BORDENAVE, 1974, p.15-16, tradução nossa).

Essas abordagens, segundo Bordenave, carregavam consigo a ideia de comunicação linear, ótica que, para esse autor, não condizia com a realidade, pois as tentativas já feitas de conseguir efeitos sobre os receptores indicaram que a comunicação acontecia em “processo”:

Así aprendimos que el “sentido” es más bien una propiedad del receptor que del mensaje, y que el receptor no es una página blanca donde podemos escribir nuestros mensajes, sino un ser dinámico cuyas creencias, actitudes y valores crecen de sus experiencias vivientes. Esto nos hizo reaccionar contra un modelo lineal de la comunicación que va desde la izquierda hasta la derecha, del agente de cambio al agricultor, llevando la información como un balde lleva agua¹¹². (BORDENAVE, 1974, p.16)

¹¹² Tradução livre: “Assim aprendemos que o ‘sentido’ é mais uma propriedade do receptor que da mensagem, e que o receptor não é uma página em branco onde podemos escrever nossas mensagens, mas um ser dinâmico cujas crenças, atitudes e valores crescem de suas experiências de vida. Isto nos fez reagir contra um modelo

Quando os comunicadores da América Latina começaram a perceber que deveriam observar a comunicação enquanto processo (e, ao menos para Bordenave, como sistemas¹¹³ – sociais, de mensagens, dos meios de comunicação), uma ideia despontou no final dos anos 1950 e início dos 1960, nas palavras de Bordenave (1974, p.16), “como uma bomba atômica”: a de desenvolvimento econômico com a comunicação tendo papel relevante para isso, trazidas por alguns autores, com especial destaque ao estadunidense Wilbur Schramm.

As Nações Unidas acreditavam que o desenvolvimento dos Meios de Comunicação de Massa era importante para os países subdesenvolvidos social e economicamente, tanto que, em 1958, na Assembleia Geral do primeiro órgão, foi planejado um programa para fortalecer o rádio, o cinema e a televisão nessas nações (UNESCO, 1976, n.p). A Unesco, então, realizou alguns simpósios “nos quais os especialistas em veículos de massa, organizações profissionais e representantes do governo se reuniam para preparar um programa de desenvolvimento de cada região” (UNESCO, 1976, n.p). O primeiro ocorreu em Bangcoc em 1960, visando à Ásia; o segundo, para a América Latina, aconteceu em 1961, em Santiago do Chile; e o terceiro em 1962, em Paris, tendo como tema a África.

Após esses encontros, a Assembleia Geral realizada em dezembro de 1962 teve a convicção de que os Meios de Comunicação de Massa tinham um papel deveras relevante para o progresso econômico e social, chamando, conseqüentemente, os governos a “incluir em seus planos econômicos uma provisão adequada para o desenvolvimento dos veículos nacionais de informação e levar esse fator em seus programas para a Década de Desenvolvimento das Nações Unidas” (UNESCO, 1976, n.p).

A Conferência Geral da Unesco de 1962 “autorizou a publicação de um estudo destinado a auxiliar a fornecer efetivamente prática ao programa de desenvolvimento dos veículos de massa” (UNESCO, 1976, n.p), e um especialista deveria reunir os resultados dos simpósios regionais (Ásia, América Latina e África) e “examinar o papel dos veículos de massa na promoção do progresso econômico e social” (UNESCO, 1976, n.p). Nesse contexto, Wilbur Schramm, então diretor do Instituto de Pesquisa de Comunicação da Universidade de Stanford (EUA), surgiu nessa história, aceitando realizar tal estudo, escrevendo o livro *Comunicação de massa e desenvolvimento: o papel da informação nos países em crescimento*

linear da comunicação que vai da esquerda à direita, do agente de mudança ao agricultor, levando a informação com um balde leva água”.

¹¹³ “Quando eu dou um curso de planejamento, por exemplo, de elaboração de projeto, a primeira coisa que explico é o que é um sistema. Isso não foge da nossa realidade. O nosso corpo funciona como um sistema *input-processo-output*. Essa visão sistêmica ajuda muito a compreender muita coisa” (BORDENAVE apud REZENDE, 1996, p.80).

([1964] 1976), que, nas palavras de Beltrán ([s.d.]), converteu-se “na bíblia universal da comunicação para o desenvolvimento”:

Con el auspicio de la UNESCO, el Director de Investigaciones de Comunicación de la Universidad de Stanford, el doctor Wilbur Schramm, publicó en 1964 un libro que pronto se convertiría en la biblia universal de la comunicación para el desarrollo, abarcando tanto la problemática de la comunicación de desarrollo como la comunicación de apoyo al desarrollo. Junto con las investigaciones del Sociólogo Daniel Lerner sobre “la extinción de la sociedad tradicional” en 1958 y con contribuciones de otros estudiosos del famoso MIT, tales como Lucien Pye e Ithiel De Sola Pool, el libro de Schramm armó las bases teóricas para el uso de la comunicación social al servicio del desarrollo. Por medio de estas obras fundamentales se difundió por todo el mundo la creencia en que los medios masivos de comunicación eran capaces de contribuir a que el Tercer Mundo lograra en pocas décadas lo que Occidente había hecho en siglos: evolucionar de un tradicionalismo atrasado a una próspera modernidad. En poco tiempo este credo llegó a ser abrazado de todo corazón por numerosos especialistas latinoamericanos en comunicación para el desarrollo. Su fe en la excelencia de los medios masivos de comunicación como agentes de cambio sería confirmada hacia fines de la década de los 60, cuando la teoría de Everett Rogers sobre la difusión de innovaciones llegó a sus tierras. Varios de aquellos especialistas parecieron percibir entonces su oficio como una suerte de muy eficiente disciplina de “ingeniería social”, dotada acaso de poderes casi mágicos para persuadir a las masas atrasadas de que se modernizaran¹¹⁴. (BELTRÁN, [s.d.])

Para entendermos o pensamento de Schramm nesse livro, devemos saber que seu intuito era fazer com que países “subdesenvolvidos” se tornassem “desenvolvidos” – fazendo parte do primeiro grupo os países “em que a renda anual *per capita* é de 300 dólares ou menos” (SCHRAMM, 1976, p.32), onde estava o Brasil, junto com Japão, Hong Kong, Portugal, México, Turquia, Síria, Libéria, Honduras, Suriname etc. Por países desenvolvidos se entendia os que tinham uma renda anual *per capita* a partir de 301 dólares, como Venezuela, Argentina, Cuba, Itália, Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suíça, Estados Unidos etc. (SCHRAMM, 1976, p.35).

¹¹⁴ Tradução livre: “Sob os auspícios da Unesco, o Diretor de Investigação de Comunicação da Universidade de Stanford, o doutor Wilbur Schramm, publicou em 1964 um livro que logo se converteria na bíblia universal da comunicação para o desenvolvimento, abarcando tanto a problemática da comunicação de desenvolvimento como a comunicação para o apoio ao desenvolvimento. Junto com as pesquisas do sociólogo Daniel Lerner sobre ‘a extinção da sociedade tradicional’ em 1958 e com contribuições de outros estudiosos do famoso MIT, como Lucien Pye e Ithiel De Sola Pool, o livro de Schramm montou as bases teóricas para o uso da comunicação social a serviço do desenvolvimento. Por meio dessas obras fundamentais se difundiu por todo o mundo a crença que os meios massivos de comunicação eram capazes de contribuir para que o Terceiro mundo conseguisse em poucas décadas o que o Ocidente havia feito em séculos: evoluir de um tradicionalismo atrasado a uma próspera modernidade. Em pouco tempo este credo chegou a ser abraçado de todo coração por numerosos especialistas latino-americanos em comunicação para o desenvolvimento. Sua fé na excelência dos meios massivos de comunicação como agentes de mudança seria confirmada desde o fim da década de 1960, quando a teoria de Everett Rogers sobre a difusão de inovações chegou em suas terras. Vários daqueles especialistas pareceram então perceber seu ofício como uma sorte de eficiência de ‘engenharia social’, dotada de poderes quase mágicos para persuadir as massas atrasadas de que se modernizariam”.

Para o autor, o fator principal para o desenvolvimento seria a revolução industrial, pois os países desenvolvidos passaram por ela, e os subdesenvolvidos “ou passaram por ela de maneira limitada ou apenas em setores limitados de sua população” (SCHRAMM, 1976, p.36). Isso o levou à ideia de que determinadas técnicas deveriam ser ensinadas às populações dos lugares mais pobres para que houvesse maior produtividade econômica, que passava pela ideia de que se deve produzir mais com menos trabalhadores. A modernização da agricultura, segundo o pensamento do autor, faria com que se produzisse mais alimentos e que a mão de obra agrária fosse liberada para trabalhar na indústria.

O desenvolvimento de um país, dessa maneira, teria que, necessariamente, passar por um processo de transformação social – que seria a “educação e informação de pessoas, mudança de valores e de atitudes, relações humanas, costume, comportamento social na pauta da revisão e da reformulação” (SCHRAMM, 1976, p.31-32) –, o qual teria os veículos de comunicação de massa como meios para “acelerar e facilitar a longa e lenta transformação social necessária para o desenvolvimento econômico e, em particular, acelerar e uniformizar a tarefa de mobilização dos recursos humanos pelo esforço nacional” (SCHRAMM, 1976, p.55).

Para Schramm, a comunicação serviria para difundir conhecimento, para educar, e por meio dessas mensagens novos caminhos seriam possíveis aos grupos que possuíam pouca informação. Acreditava que o aumento de informação e do seu fluxo seriam capazes de educar as populações isoladas, de aumentar a produtividade rural, de melhorar a vida das pessoas. A importância dos meios massivos de comunicação estava em possibilitar grande fluxo de conhecimento a todos, sendo, assim, um ótimo meio para ajudar no desenvolvimento econômico e social.

Eles [os países] vão ter, portanto, de acelerar o fluxo de informação, dar educação onde ela nunca existiu antes, alfabetizar e proporcionar ensino técnico em bases muito amplas. Esta é a única maneira de estimular e preparar suas populações para ascender economicamente. E a única maneira de fazê-lo e de cumprir o calendário previsto é utilizar todos os recursos da comunicação moderna. (SCHRAMM, 1976, p.44)

Nessa busca pelo desenvolvimento, os veículos de comunicação de massa teriam a tarefa de facilitar e acelerar a transformação social que geraria crescimento econômico, criaria um clima de progresso, elevando as aspirações das pessoas¹¹⁵, e difundiria informações

¹¹⁵ “O processo de modernização se inicia quando algo ‘estimula o camponês a querer ser um fazendeiro autossuficiente, o filho do fazendeiro a desejar aprender a ler para que possa trabalhar na cidade, a mulher do fazendeiro a parar de ter filhos, a filha do fazendeiro a desejar usar um vestido e arrumar os cabelos” (SCHRAMM, 1976, p.78-79).

especializadas (“distribuindo conhecimentos”, como de alfabetização e de técnicas de agricultura), ajudando para o rápido desenvolvimento das nações. Em resumo, os serviços essenciais da Comunicação Coletiva (SCHRAMM, 1976, p.196-202) seriam os de ampliar os horizontes dos receptores, de orientar as atenções e de elevar as aspirações das audiências. Schramm e as indicações da Unesco acreditavam que o aumento de informação e do fluxo de informação seria capaz de educar as populações isoladas, de aumentar a produtividade rural, de melhorar a vida das pessoas. Eles creram que fazer a informação chegar a todos os locais seria capaz de melhorar a vida das pessoas.

Esse fluxo comunicacional dos MCM para os que não possuíam acesso às suas informações trazia consigo a ideia de persuadir. Como exemplo, temos essas ações nas práticas agrícolas: para “modernizar a agricultura tradicional” era necessário “o ensino de novas técnicas e novas concepções, e persuasão dos agricultores a abandonar práticas anacrônicas e a ter confiança” (SCHRAMM, 1976, p.54). Um dos objetivos de Schramm e da Unesco era que as pessoas fossem convencidas a modificar costumes e, para isso, acreditavam que a comunicação deveria agir sobre as pessoas.

Como a proposta era de uma “transformação social” que atingiria tanto áreas urbanas quanto rurais, perceberam que deveriam levar em consideração em suas análises: a “vinculação cultural” dos grupos (um costume ou prática de uma comunidade sempre está ligado a outro costume ou prática; quando um é alterado, há influência em outro), as “relações de grupos” (que são as normas – Schramm defende que há algumas agindo e dificultando a modernização, mas que poderiam ser alteradas) e as “técnicas modernizadoras” (que seria o aprendizado de novas técnicas). Para agir nessas questões e nessas áreas, foi proposto que as campanhas de desenvolvimento (fosse sobre saúde, agricultura ou alfabetização) deveriam trabalhar com a ideia de “sistema de comunicação”, ou seja, que deveria haver uma combinação de mensagens e canais para agirem no estímulo de modificações que deveriam ocorrer.

O planejador precisa conhecer a cultura o suficiente para saber como podem ser atingidas as transformações desejadas: o que pode ser feito pela informação e pela persuasão; o que deve ser feito com o objetivo de fixar os recursos ou fornecer oportunidades outras que não simplesmente simbólicas. Depois, deve planejar uma sequência de acontecimentos. Os recursos físicos e informativos só devem ser trazidos à prática quando puderem auxiliar um ao outro, e quando o público deles necessite. No que relaciona com a parte informativa do programa, em alguns determinados pontos da campanha, certas pessoas necessitarão ser atingidas, e os melhores canais devem ser encontrados para fazê-lo. Sempre que possível, mais de um canal deve ser usado para um mesmo objetivo, a fim de assegurar a transmissão da informação e, se possível, permitir que uma mensagem reforce outras.

Começando com a pergunta de como a transformação desejada pode ser atingida, o planejador de uma campanha de desenvolvimento, portanto, descobre-se trabalhando com todo um sistema de comunicação, tentando utilizar todos os seus recursos nas melhores combinações e sequências. (SCHRAMM, 1976, p.226)

Os canais desse “sistema de comunicação” não eram apenas os massivos (como o rádio, os cartazes e os jornais murais), mas também os agentes de comunicação que falavam diretamente com as pessoas (usando uma linguagem entendível pelos receptores), ou com o auxílio (ou através) dos líderes de opinião, buscando a comunicação interpessoal para a persuasão pessoal.

Neste momento, os elos entre essa “comunicação para o desenvolvimento”, a *Communication Research* e a folkcomunicação podem começar a se formar. Nessa ação de tornar a comunicação interpessoal aliada das políticas desenvolvimentistas, o *two-step flow of communication* (e seus protagonistas chamados de líderes de opinião) é empregado por se fazer uma ponte eficaz pela qual as mensagens das campanhas desenvolvimentistas poderiam ser enviadas e adaptadas e entregues pelos líderes¹¹⁶ para que os receptores pudessem compreendê-las e aceitá-las ou reformulá-las dentro do seu grupo social. Aqui, surge um ponto que devemos guardar em mente para recuperarmos nas conclusões deste capítulo: a indicação de Schramm é de utilizar o duplo fluxo de comunicação para fazer com que determinada mensagem chegue a grupos com pouco ou nenhum acesso aos veículos de massa; e essa ideia, se observarmos pela indicação de uso político, pode se aproximar do dito por Luiz Beltrão na primeira parte de sua tese¹¹⁷, e se distanciar de Katz e Lazarsfeld, ao vermos o livro *Personal influence* como um estudo que buscava apenas entender e descrever como atuavam os líderes de opinião.

O modelo de comunicação que podemos inferir das indicações de Schramm para serem usadas na política desenvolvimentista, segundo Peruzzo (2014, p.178) e Moreno (2006 apud Peruzzo, 2014, p.178), interpretação com a qual corroboramos, era dos que concebiam

a comunicação como transferência de informação e os efeitos dessa transferência sobre os receptores em uma relação linear e unilateral. Nesse

¹¹⁶ “Isso é importante para os países em desenvolvimento, porque significa ser possível alimentar os canais de influência interpessoal através dos meios de comunicação. Quando a informação sobre agricultura é transmitida pelos veículos de comunicação, existe alta probabilidade de que essa mesma informação seja colhida e repetida pelos ‘influentes’ agrícolas. Quando a informação sobre o cuidado com as crianças é transmitida, há grande probabilidade de que as mulheres cujo conselho sobre o assunto é importante assimilarão a informação e a transmitirão. E assim por diante” (SCHRAMM, 1976, p.206).

¹¹⁷ Como exemplo: “Quando se pretende transmitir uma mensagem a essas porções de indivíduos – e, especialmente, quando a mensagem insere um novo sistema de valores e conceitos, como no caso das campanhas mudancistas – é preciso ‘traduzir-lhes’ a ideia, adequando-a aos seus esquemas habituais de valoração” (BELTRÃO, 2001, p.70).

contexto, a comunicação foi vista como “um instrumento necessário e também medível, subsidiário do chamado desenvolvimento econômico, cujos resultados teriam que ser incrementados pela dita intervenção e haveria que doutrinar nessa crença os membros da sociedade” (Moreno, 2006, p. 26).

Mesmo havendo em muitas passagens a preocupação com o que foi chamada de “comunicação bilateral”, a qual prezava pelo entendimento da cultura local¹¹⁸, a defesa da conversa dos agentes com a comunidade, numa comunicação “com” o outro e não “ao” outro (SCHRAMM, 1976, p.268-269), afirmando que decisões de cima para baixo não ajudavam (citando, por exemplo, o caso dos Navajos¹¹⁹), o estudo não se atinha suficientemente na importância das relações sociais e ainda tinha por base a direção unilateral¹²⁰ da comunicação, com um produtor de políticas buscando formas para que suas intenções fossem entendidas, aceitas e aplicadas pelas populações atingidas.

Essa visão do processo comunicacional não necessariamente tinha por base a crença de que o receptor iria absorver qualquer conteúdo emitido pelos MCM e a negação de qualquer influência da cultura local e das pessoas da comunidade. Há a defesa do entendimento dos valores e da linguagem local e de que comunicação interpessoal, especialmente entre as pessoas da própria comunidade, tem poder para o ensino e/ou transmissão das ideias, embora não houvesse, ao menos na bibliografia lida para esta tese, aprofundamentos para o entendimento do que é cultura e de seus processos e indicações mais bem elaboradas de que a comunicação deveria ser verificada como diálogo (isto significando relações culturais e sociais nas quais as pessoas e grupos convivem, se escutam e se modificam). As opções de investigação sobre os receptores e sobre as relações destes com os “possuidores” do conhecimento ainda não haviam disponibilizado elocuções aprofundadas no sentido de ver o homem como um ser histórico e cultural e de propor aproximações mais dialógicas; o dialogismo e a opção de ver o homem/interlocutor como sujeito veio a ser defendido com mais força na América Latina ainda nos anos 1960, a partir das ideias de Paulo Freire, as quais, conforme Beltrán (2007, p.81), são um marco.

¹¹⁸ Dizia que os veículos massivos eram ineficientes e não conheciam bem os receptores: “Por um lado, é evidente que eles se arriscam a ser inefetivos – na realidade, contraproducentes –, se utilizados sem conhecimento adequado da cultura local onde serão recebidos” (SCHRAMM, 1976, p.189). Outro exemplo interessante presente em Schramm (1976, p.190) é sobre a campanha de inserção de um novo tipo de milho na América do Sul.

¹¹⁹ “Duas coisas estavam fundamentalmente erradas quanto à maneira de executar o programa. Por um lado, impôs-se a redução de cima para baixo, e durante muito tempo nada se fez para que os Navajos participassem da tomada de decisão. Em segundo lugar, as pessoas que formularam o programa de redução do gado não imaginavam o que ele significava, particularmente em relação às ovelhas, para os Navajos” (SCHRAMM, 1976, p.185).

¹²⁰ A comunicação unilateral não pressupõe obrigatoriamente receptores que aceitam toda e qualquer mensagem.

Que fazer, do ponto de vista educativo, em uma comunidade camponesa que se encontra em tal nível? Que fazer com comunidades que se acham assim, cujo pensar e cuja ação, ambos mágicos e condicionados pela estrutura em que estão, obstaculizam seu trabalho? Como substituir os procedimentos destes homens frente à natureza, constituídos nos marcos mágicos de sua cultura? A resposta não pode estar na extensão mecanicista dos procedimentos técnicos dos agrônomos até eles. O pensamento mágico não é ilógico nem é pré-lógico. Tem sua estrutura lógica interna e reage, até onde pode, ao ser substituído mecanicistamente por outro. Este modo de pensar, como qualquer outro, está indiscutivelmente ligado a uma linguagem e a uma estrutura como a uma forma de atuar. Sobrepor a ele outra forma de pensar, que implica noutra linguagem, noutra estrutura e noutra maneira de atuar lhe desperta uma reação natural. Uma reação de defesa ante o “invasor” que ameaça romper seu equilíbrio interno. (FREIRE, 2006, p.31)

Alguns aspectos ligados ao funcionalismo também são encontrados no livro “antológico” de Schramm (MARQUES DE MELO, 2007, p.14). Merton e Lazarsfeld (1971) (em *Comunicação de massa, gosto popular e a organização da ação social*, artigo que traz análises baseadas nos conceitos de função e de disfunção, sendo um exemplo desta a “narcotizante”) mostraram que a persuasão pelos veículos de comunicação de massa se tornaram uma nova forma de controle social, substituindo a força ou o uso de outros meios mais diretos, e Schramm (1976, p.210-211), citando o texto desses autores, aceita essa ideia, como ao ver entre as funções dos MCM o reforço das normas sociais – inclusive citando Malinowski sobre esse assunto, assim como também fizeram Merton e Lazarsfeld (1971) lembrando o mesmo trabalho do polonês – e a função de atribuição de status.

Outras concepções de Merton e Lazarsfeld (1971) também são recuperadas por Schramm, como de as ações dos MCM terem impacto na formação dos gostos populares, de os veículos de comunicação massiva canalizarem determinados valores (SCHRAMM, 1976, p.212; MERTON; LAZARSFELD, 1971, p.121-122) e de a comunicação interpessoal poder ser utilizada como suplementação aos MCM para que estes atinjam seus objetivos pela persuasão. Com essa última ideia de Merton e Lazarsfeld utilizada por Schramm, podemos entender qual a intenção do uso da comunicação interpessoal (e consequentemente da de líder de opinião):

Mas sua utilidade [dos MCM] não se manifesta em ataques frontais a concepções fortemente arraigadas a costumes tradicionalmente aceitos. Essas posições fortemente fixadas estão no domínio da influência pessoal e normas de grupo. Se se realizam modificações nos costumes e crenças firmemente defendidos, a comunicação interpessoal é via de regra necessária e envolve geralmente, modificações de grupos. Nessas decisões mais importantes, portanto, os meios de comunicação podem ajudar só *indiretamente*. Podem fornecer informações pelos canais de influência interpessoal. Podem conferir prestígio e reforçar normas. Podem ampliar o diálogo político. Podem ajudar na formação dos gostos. Onde não haja

concepções fortes, ou onde a única transformação desejada for uma canalização suave de concepção preexistente, podem ser diretamente eficazes. Mas, na maior parte das vezes, na área das ideias e do comportamento, podem apenas ajudar. (SCHRAMM, 1976, p.214)

Outra construção apresentada por Schramm de um artigo de caráter funcionalista é a do modelo de Lasswell (SCHRAMM, 1976, p.274-275), que já mostramos e explicamos em momento anterior. Esse paradigma é lembrado quando Schramm trata do que é a pesquisa em Comunicação, momento em que traz à sua escrita algumas indicações da *Mass Communication Research*, como quando diz que a credibilidade científica é conseguida “através de amostragem científica, planejamento adequado da pesquisa, aplicação e coleta uniformes de perguntas e respostas, síntese correta de dados e aplicação adequada de métodos estatísticos” (SCHRAMM, 1976, p.274) e indica alguns métodos e técnicas para a pesquisa em comunicação, como a análise de conteúdo, coleta de amostras, “observação ativa” e experimentação de campo e de laboratório (SCHRAMM, 1976, p.275).

Tais propostas desenvolvimentistas foram aceitas e discutidas na América Latina, como podemos verificar em algumas publicações, como, por exemplo, em *La comunicación colectiva y el desarrollo cultural* (1972), quando Juan Rafael Amadeo, Presidente Interino à época do CEPICIECC¹²¹, defendeu o emprego de meios, como o rádio e a televisão, nas escolas e nas famílias para “consolidar aqueles fatores fundamentais que mais podem favorecer o pleno desenvolvimento dos povos americanos em um âmbito de cooperação e de paz” (1972, p.V, tradução nossa) e quando o Ciespal (1972, p.IV), na mesma publicação, propôs:

Esa preocupación de la Organización de los Estados Americanos por esa materia tiene que reforzarse y alcanzar mayor profundidad. Los problemas de la comunicación y los de la incomunicación social en la que están sumergidos los sectores marginados de las comunidades urbanas y rurales de los países latinoamericanos, son de una trascendencia incalculable, porque a través de la información es posible educar, integrar a las poblaciones a la vida nacional y crear marcos de comportamiento compatibles con los procesos de desarrollo y cambio social. La tarea que tiene que cumplir la prensa, la radio, la televisión, es gigantesca sobre todo en las circunstancias dramáticas que viven nuestras sociedades. Sería altamente deseable que la Organización de Estados Americanos cree una subsecretaría general, una unidad o cualquier otro mecanismo para atender a los asuntos relativos a la comunicación colectiva, en igual forma en que lo han hecho otros organismos internacionales, como la UNESCO¹²².

¹²¹ Não encontramos o significado dessa sigla.

¹²² Tradução livre: “A preocupação da Organização dos Estados Americanos por esse assunto tem que se reforçar e alcançar maior profundidade. Os problemas da comunicação e os da incomunicação social, nos quais estão submergidos os setores marginalizados das comunidades urbanas e rurais dos países latino-americanos, são de uma importância incalculável, porque através da informação é possível educar, integrar as populações à vida

Outros exemplos de vinculação entre comunicação e desenvolvimento podemos ver em um trabalho de Schramm (1965b) publicado pelo *Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas de la OEA*. Caso da/de:

1. Índia: um representante do Ministério da Agricultura se reuniu com pessoas de uma aldeia para lhes falar sobre as vantagens da criação de frango como produção comercial, mesmo essas aves não fazendo parte da dieta deles e, ainda com a recusa do grupo em criá-las, um objetivo do governo foi alcançado: semear tal ideia.
2. Itália: proposta de uso da telescola para alfabetizar adultos.
3. Cuba: Schramm lembra o uso da televisão por Fidel Castro, dizendo que é um exemplo do uso da comunicação para que um país atinja o desenvolvimento almejado pelo governo: “Um líder dotado de carisma emprega o caráter incomparavelmente vívido da televisão para projetar sua presença em cada lugar de sua pátria, e para conduzir seu povo pelo caminho do desenvolvimento desejado” (SCHRAMM, 1965b, p.28, tradução nossa).

Outro exemplo, que podemos trazer dos debates suscitados a partir da ideia do uso da comunicação para o desenvolvimento de países, é a “Conferencia de Documentación de los Materiales de Recurso de la Comunicación del Desarrollo”, que ocorreu entre 26 e 29 de outubro de 1970 em Honolulu, e que contou com a participação de Schramm no último dia do evento. Esse encontro buscou definir as necessidades do trabalho de documentação na Ásia e no Pacífico e discutiram, entre vários temas, quais são as necessidades de materiais de Comunicação de Desenvolvimento na Ásia, no Pacífico e nos Estados Unidos (MATERIALES..., 1970, p.1). Algumas preocupações do encontro foram:

- “É necessário juntar material que será útil para ajudar a melhorar o esforço da comunicação coletiva em desenvolvimento”;
- “Algo de investigação se faz na Ásia sobre comunicação do desenvolvimento, mas há uma falta de canais para a disseminação, e muito do que é feito está sendo perdido”;
- “Os administradores têm que distribuir os recursos da comunicação com muito pouco conhecimento da teoria ou da prática nos meios de comunicação. Mas muitos administradores estão desejosos de tal informação e alguns a estão buscando ativamente”;

nacional e criar marcos de comportamento compatíveis com os processos de desenvolvimento e mudança social. A tarefa que a imprensa, o rádio, a televisão tem que cumprir é gigantesca, especialmente nas circunstâncias dramáticas que vivem nossas sociedades. Seria altamente desejável que a Organização dos Estados Americanos crie uma subsecretaria geral, uma unidade ou qualquer outro mecanismo para atender aos assuntos relativos à comunicação coletiva, da mesma forma como outras organizações internacionais têm feito, como a Unesco”.

- “A maior necessidade de material de comunicação do desenvolvimento é o de material fugitivo, ou material de área cinza. Isto, brevemente, é o material que não está sob o controle bibliográfico normal – material ainda não publicado de origem muito recente”;
- “É necessário juntar material que será útil para melhorar o esforço da comunicação coletiva em desenvolvimento”. (MATERIALES..., 1970, p.2-4, tradução nossa)

O discurso desenvolvimentista difundiu-se nos anos 1960 pela América Latina, com pesquisadores utilizando os métodos propostos e vendo a comunicação com bastante importância para o desenvolvimento econômico e social. Rogers, por exemplo, como mostrado por Navarro (2005), fez pesquisas na Colômbia (1963-1964) e via a comunicação como uma forma de difundir inovações, isto significando um processo no qual uma inovação é comunicada por meio de determinados canais através do tempo a membros de um sistema social (ROGERS apud NAVARRO, 2005, p.102).

Os métodos científicos utilizados eram os mesmos que vimos na *Mass Communication Research*, pois, ainda de acordo com Navarro (2005, p.95), a investigação social ainda era muito incipiente nos anos 1960 na América Latina, e os pesquisadores adotaram as metas e os valores predominantes na ciência norte-americana:

Objetivismo, empirismo estadístico, neutralidad valorativa, asepsia ideológica, énfasis metodológico. La *investigación científica* era tal en tanto que fuera lo más neutral y objetiva posible en la conquista de su meta principal: la obtención de un conocimiento empíricamente fundado¹²³. (MURGA; BOILS, 1979, p.18 apud NAVARRO, 2005, p.96)

Essa forma de pesquisa, com seus posicionamentos de ação sobre a realidade e seus métodos, espalhou-se na América Latina, contando também com a ajuda do Ciespal:

El Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo (después, Comunicación) para América Latina (CIESPAL) fue uno de los principales centros difusores e impulsores de estos estudios sobre comunicación y modernización en América Latina desde su fundación en Quito en 1959. Entre sus primeras tareas, además de la formación de profesores para las escuelas de periodismo, estuvo la organización de cursos regionales con los más destacados investigadores estadounidenses y europeos en el campo de la comunicación para el desarrollo y la edición de traducciones de sus principales obras. Para el impulso a la investigación, CIESPAL extendió dos modelos: la metodología del francés Jacques Kayser para el análisis morfológico y de contenido de la prensa, y las técnicas norteamericanas de análisis de audiencias y de efectos de los medios masivos¹²⁴. (NAVARRO, 2005, p.98-99)

¹²³ Tradução livre: “Objetivismo, empirismo estatístico, neutralidade valorativa, assepsia ideológica, ênfase metodológica. A investigação científica era moldada para ser a mais neutra e objetiva possível na conquista de sua meta principal: a obtenção de um conhecimento empiricamente fundado”.

¹²⁴ Tradução livre: “O Centro Internacional de Estudos Superiores de Jornalismo (depois, Comunicação) para América Latina (Ciespal) foi um dos principais centros difusores e impulsores dos estudos de comunicação e

O *Informe de evaluación de los centros de formación profesional de la región*, publicado pelo Ciespal em agosto de 1975 (p.61-62), mostra esse panorama em relação aos métodos, apontando que 71,5% das escolas de jornalismo e comunicação na América Latina realizavam trabalhos de investigação nos moldes das indicações da *Mass Communication Research*.

TABELA 6: Tipos de investigação na América Latina

TIPO DE INVESTIGAÇÃO	ESCOLAS	
	Número	Percentual
Análise de conteúdo	32	57,1
Questionário por amostragem	28	50,0
Investigação experimental	20	35,7
Não fazem investigação	16	28,5

Fonte: *Informe de evaluación de los centros de formación profesional de la región*, publicado pelo Ciespal em agosto de 1975 (p.61-62)

No Brasil, Alberto Dines (1976) já dizia que as conclusões do livro de Schramm (1976) foram publicadas no *Cadernos de Jornalismo e Comunicação* editados pelo *Jornal do Brasil* e, “requisitada por ministros, governadores, secretários de Estado e simples administradores, a publicação rapidamente se esgotou, fazendo com que estas conclusões fossem reimpressas na mesma publicação, dois anos depois”.

José Marques de Melo mostrou em dois trabalhos (*A recepção das ideias de Schramm no Brasil*, de 2007, e *Comunicação e modernização das sociedades tradicionais: a teoria de Lerner e sua aplicabilidade ao Brasil*, de 1974, mas publicado em 1976) que tais ideias desenvolvimentistas dos anos 1960 se fizeram presentes no Brasil. Lembrando de Schramm, Marques de Melo mostrou alguns usos desse autor por pesquisadores brasileiros, como

Eduardo Diatay Bezerra de Menezes, em seu texto didático “Fundamentos Sociológicos da Comunicação”, capítulo da coletânea organizada por Adisia Sá – *Fundamentos Científicos da Comunicação* (Petrópolis: Vozes, 1973) – apresenta o modelo de Schramm como “excelente contribuição” ao

modernização na América Latina desde sua fundação em Quito em 1959. Entre suas primeiras tarefas, além da formação de professores para as escolas de jornalismo, esteve a organização de cursos regionais com os mais destacados investigadores estadunidenses e europeus no campo da comunicação para o desenvolvimento e a edição e traduções de suas principais obras. Para a promoção da investigação, o Ciespal abordava dois modelos: a metodologia do francês Jacques Kayser para a análise morfológica e de conteúdo da imprensa, e as técnicas norte-americanas de análise de audiências e de efeitos dos meios de comunicação massivos”.

entendimento do processo comunicacional, assim justificando: “o modelo que ele propõe constitui uma das melhores análises do processo de comunicação; possui a vantagem de aliar à simplicidade o relevo atribuído a certos elementos de processo geralmente esquecidos ou omitidos noutros modelos, como é o caso, por exemplo, de contexto ou sistema sociocultural (que ele chama de “campo de experiência”) em que o fenômeno se dá” (p. 167). Por sua vez, Marcello Casado d’Azevedo, no manual *Teoria da Informação* (Petrópolis: Vozes, 1971), utiliza a tuba de Schramm para explicar o conceito de “repertório”, ou seja, o conjunto de símbolos conhecidos ou assimilados pelo receptor. “Sua importância na comunicação pode ser vista no esquema do processo de comunicação elaborado por Schramm, onde, focalizando a comunicação interpessoal, ele salienta a necessidade de *campos comuns de experiência* para que o processo se estabeleça” (p. 89). Também Luiz Beltrão a ele recorre para ilustrar o conceito de “temporalidade” nos efeitos da comunicação, em seu tratado *Fundamentos científicos da Comunicação* (Brasília: Thesaurus, 1973). “Esse período de tempo é o que Schramm denomina *resposta mediatória*, explicando-a pelo fato de que as mensagens nos chegam sob a forma de símbolos” (p. 144). (MARQUES DE MELO, 2007, p.17)

Em relação a Lerner, Marques de Melo (1976), mostrando as indicações da Unesco e das políticas desenvolvimentistas para os países subdesenvolvidos e as críticas dirigidas a elas, fez o exercício de buscar a aplicabilidade das ideias desse teórico no Brasil, chegando à conclusão de que a observação do autor em nível macroanalítico¹²⁵ é aplicável, mas que encontrar nos *media* brasileiros o incentivo à participação não é possível, pois a própria estrutura desses meios faz com que o estímulo ao conformismo seja mais efetivo.

Marques de Melo também faz uma análise da aplicabilidade das indicações dos autores desenvolvimentistas na seção “Comunicação, desenvolvimento, informação rural” do seu livro *Comunicação, opinião, desenvolvimento* (1977), trazendo dados sobre o Brasil e ideias de autores como Schramm, Rogers e Lerner. Para o Brasil, Marques de Melo (1977, p.101-102) aponta que “o rádio é o que se apresenta com maiores condições de difundir mensagens orientadas para as zonas agrícolas”, a imprensa “pode ser útil para a transmissão de mensagens dirigidas *aos líderes de opinião*” e a televisão “não se presta muito à difusão sistemática de inovações para o meio rural”.

Com o passar dos anos, os próprios pesquisadores desenvolvimentistas perceberam falhas em sua forma de pensar. Como exemplo, um dos resultados pretendidos por Schramm era o de elevar as aspirações das pessoas, porém isso gerou um grande problema: as aspirações aumentaram, e com essas continuando inalcançáveis, geraram, assim, um desequilíbrio na relação expectativa/logro. Segundo Lerner (1972, p.6), como os anos 1950 e 1960 foram décadas de aspirações crescentes influenciadas pelo desenvolvimentismo e o

¹²⁵ Significando o exame do fluxo comunicacional da sociedade, indo do declínio da vida rural à implantação das instituições urbano-industriais.

sonho da riqueza não se realizou, os anos 1970 se converteram num período de crescentes frustrações. Essa crítica de Lerner também serviria a ele próprio, como em relação ao seu conceito de “empatia”, que trazia a defesa de que “a capacidade de se ver na situação de outra pessoa [...] é uma ferramenta indispensável para que as pessoas abandonem hábitos tradicionais” (LERNER, 1958 apud SERVAES, [s.d.], tradução nossa).

Na América Latina, tais propostas foram criticadas por muitos comunicólogos da região, sendo um dos discursos mais recorrentes que os desenvolvimentistas tinham um enfoque limitado da comunicação e que a perspectiva vertical adotada por eles era insuficiente para a mudança social (SERVAES, [s.d.]). As palavras a seguir de Servaes explicitam bem parte das críticas:

En consecuencia, al referirse a la perspectiva evolutiva y unilineal y al carácter endógeno de las soluciones del desarrollo sugeridas, estas críticas señalan que el concepto de modernización es un sinónimo velado de “occidentalización”, entendida como la copia o implementación de instituciones y mecanismos occidentales en el contexto del Tercer Mundo¹²⁶. (SERVAES, [s.d.])

La orientación *elitista, vertical o de arriba abajo del modelo de la difusiones* obvia. Sin embargo, la realidad presenta a menudo muchas más complejidades que las previstas en la teoría. Por lo tanto muchos intelectuales y trabajadores del desarrollo señalan que la adopción de decisiones y el planeamiento no pueden ser hechos por burócratas y planificadores para la gente, sino sólo por estos “expertos” con todas las instituciones interesadas y junto con las personas relacionadas.¹²⁷ (SERVAES, [s.d.])

As críticas latino-americanas desejavam que a pesquisa em comunicação seguisse um caminho diferente, não apenas em relação à aplicação de um método distinto ou de perceber que as valorações estadunidenses não eram bem aplicáveis à realidade regional. A intenção era observar a América Latina de outra maneira, com um olhar endógeno, com outras valorações, com outra noção do que é desenvolvimento e de qual era o objetivo da comunicação enquanto ciência. A proposta era de que uma nova forma de ciência deveria ser feita.

¹²⁶ Tradução livre: “Em consequência, ao se referir à perspectiva evolutiva e unilinear e ao caráter endógeno das soluções do desenvolvimento sugeridas, essas críticas apontam que o conceito de modernização é um sinônimo velado de ‘ocidentalização’, entendida como cópia ou implementação de instituições e mecanismos ocidentais no contexto do Terceiro Mundo”.

¹²⁷ Tradução livre: “A orientação elitista, vertical ou de cima para baixo do modelo das difusões obvia. No entanto, a realidade muitas vezes apresenta muito mais complexidades do que as previstas na teoria. Assim, muitos intelectuais e trabalhadores de desenvolvimento dizem que a tomada de decisão e o planejamento não podem ser feitos por burocratas e planificadores, mas apenas por estes ‘especialistas’ com todas as instituições interessadas e junto com as pessoas envolvidas”.

4.5. Críticas (científicas e políticas) latino-americanas

No contexto exposto nos tópicos 4.1 e 4.2, de lutas estudantis e de embates entre os movimentos populares e os grupos então dominantes no Chile, surge o CEREN, um Centro de estudos da Universidade Católica do Chile que produzia a Revista *Cuadernos de la Realidad Nacional*, na qual, em 1970, Piccini, Mattelart e Mattelart publicaram o livro *Los medios de comunicación de masas: la ideología de la prensa liberal en Chile*, no qual se alinham ao marxismo, distribuem críticas ao que chamam de imprensa liberal e, em sua primeira parte, tratam da pesquisa em comunicação, examinando, segundo sua nomenclatura, a *Communication Research* e o funcionalismo.

Diferentemente da *Mass Communication Research*, em tal livro há um claro posicionamento marxista, buscando ideias de luta de classes, de classe dominante, de infra e superestrutura para analisar o contexto vivido. E revela que a postura combatente dos autores, gerou, segundo eles (1976, p.5), polêmica e posicionamentos divergentes sobre as ideias postas em público:

La coyuntura en que apareció este libro, así como la inspiración de los trabajos que lo componen, le aseguró una trayectoria muy polémica en el intenso debate que vivía el país. Como primera etapa, en Chile, de una aproximación crítica los medios de comunicación controlados por la burguesía cosmopolita, este libro abrió nuevas perspectivas no solo en el dominio académico de las Ciencias Sociales sino en el debate ideológico global. En efecto, es muy sintomático que, en la batalla electoral de los meses de junio-agosto de 1970, fue propulsado en la pugna entre los candidatos de los tres bandos, tratando de “obra de marxismo-ficción” por los representantes de la oligarquía tradicional y apreciado como documento esclarecedor por el candidato de la Unidad Popular, Salvador Allende¹²⁸. (PICCINI; MATTELART; MATTELART, 1976, p.5)

Piccini, Mattelart e Mattelart defenderam que a pesquisa em Comunicação proveniente dos Estados Unidos se caracterizava por duas linhas de pesquisa: a dos estudos das funções e a da investigação dos efeitos. Esta se referia a entender os efeitos dos meios na recepção, usando como técnica a análise de conteúdo, a qual se detinha apenas no conteúdo manifesto, detectável empiricamente e redutível estatisticamente (1976, p.14). Ainda conforme os autores, os pesquisadores da *Communication Research* não verificavam os conteúdos latentes

¹²⁸ Tradução livre: “A conjuntura em que apareceu este livro, assim como a inspiração dos trabalhos que o compõem, lhe assegurou uma trajetória muito polêmica no intenso debate que vivia o país. Como primeiro passo, no Chile, de uma aproximação crítica aos meios de comunicação controlados pela burguesia cosmopolita, este livro abriu novas perspectivas não somente no domínio acadêmico das Ciências Sociais, mas no debate ideológico global. Na verdade, é muito sintomático que, na batalha eleitoral dos meses de junho-agosto de 1970, foi impulsionado na luta entre os candidatos dos três lados, tratando de 'obra de marxismo-ficção' pelos representantes da oligarquia tradicional e apreciado como documento esclarecedor pelo candidato de Unidade Popular, Salvador Allende”.

por esses não serem objetivos e quantificáveis, e acrescentaram que os resultados das pesquisas, dessa maneira, eram esqueléticos.

Concordamos com esta análise de Piccini, Mattelart e Mattelart quanto às características da *Communication Research*, levando-nos, então, à consideração de que as pesquisas dessa escola não se vinculam necessariamente ao funcionalismo, pois o quantitativismo não é uma marca funcionalista, os resultados esqueléticos eram o que Malinowski (1984, p.29) justamente criticava nas análises estatísticas e que, para uma análise funcional ser realizada, Robert K. Merton (1968, p.117-121) dizia em suas indicações de pesquisa que as funções latentes (assim como as manifestas, as funções, as disfunções e as não funções) deveriam ser encontradas e observadas.

Para os autores da publicação chilena (1976, p.15-16), a abordagem de pesquisa da *Communication Research* não permitia uma análise “crítico-ideológica” dos Meios de Comunicação de Massa, não comportando, então, uma compreensão crítica do sistema social, conclusão com a qual também concordamos, pois interpretamos que o funcionalismo não busca uma ação social sobre o meio: deseja entendê-lo.

Esse posicionamento não crítico, que geraria um pensamento defensor do *status quo*, é creditado pelos autores (1976, p.18-22) à ideia de ciência neutra e empirista que embasa o funcionalismo e à falha, indo de encontro à defesa de Merton, em pensar que o conceito de disfunção seria suficiente para não manter uma estrutura social estável, pois o funcionalismo e a observação de alguns desequilíbrios não sustentam a perspectiva de haver outro sistema, mas buscam apenas verificar falhas e propor correções na estrutura existente. Para Piccini, Mattelart e Mattelart (1976, p.19), a principal falha funcionalista era não se preocupar em transformar a ordem existente, não propor um sistema social diferente, pois estavam apenas interessados em facilitar o funcionamento do sistema existente sem julgar sua validade e seus perigos. Diversas críticas sobre o funcionalismo presentes nessa publicação chilena também estão presentes em outros autores, como em Beltrán (2000, p. 87-122) no texto *Premisas, objetos y métodos foráneos en la investigación sobre comunicación en América Latina*, com esse escritor citando e corroborando as ideias dos Mattelart e de Piccini.

Na América Latina, a crítica política à ação dos Estados Unidos nos governos locais e à dominação pelos Meios de Comunicação de Massa já ganhava força. *Para ler o Pato Donald*, de Ariel Dorfman e Armand Mattelart, escrito no início dos anos 1970, durante o governo de Salvador Allende, pode ser visto como um bom exemplo de livro de grande força a esse tipo de crítica, fazendo a defesa de que a Disney representava o “*american dream of life*”: “o modo como os Estados Unidos sonham a si mesmos, se redimem, o modo por que a

metrópole nos exige que representemos nossa própria realidade para a sua própria salvação” (DORFMAN; MATTELART, 2011, p.153). A publicação, para Mattelart em entrevista dada à Folha de São Paulo (MATTELART, 2011), “era um panfleto”, o que também está dito no prefácio à edição brasileira, escrita por Álvaro de Moya (2011, p.7): “Este livro tem de ser encarado portanto, como um panfleto, uma obra sectária, política, parcial, radical, esquerdista, anti-imperialista e anticolonialista em seu bom e seu mau sentido”.

Pato Donald no poder é essa promoção do subdesenvolvimento e dos apelos cotidianos do homem do terceiro mundo em objeto de gozo permanente no reino utópico da liberdade burguesa. É a simulação da festa eterna cuja única diversão-redenção é o consumo dos signos assépticos do marginal: o consumo do desequilíbrio mundial equilibrado. A miséria enlatada no vazio, que resgata e libera o polo hegemônico o qual cultiva e consome, e é servida ao dominado como prato único e eterno. Ler Disneylândia é tragar e digerir sua condição de explorado”. (DORFMAN; MATTELART, 2011, p.153)

A proposta desenvolvimentista dos anos 1960, defendendo geralmente um progresso nos moldes trazidos de países de fora da América Latina, pode ter levado vários comunicólogos latino-americanos a realizarem a vinculação entre política, funcionalismo, *Mass Communication Research*. Esta surgiu pela intenção do governo norte-americano conseguir apoio por meio da propaganda num momento de guerra, e o desenvolvimentismo chega à América Latina através de uma proposta política de melhorar os países subdesenvolvidos tendo como modelos as nações que já superaram tal condição, trazendo em sua mentalidade uma estrutura social com bases bem delimitadas. Os usos de alguns conceitos funcionalistas em algumas investigações desenvolvimentistas, a publicação de dados que mostravam a grande quantidade de informação dos países centrais nos países periféricos (como podem ser encontrados no próprio livro de Schramm, 1964) e o contexto político com as ações dos Estados Unidos na política da região podem ter sido capazes de gerar a interpretação de que o funcionalismo atuou em favor da burguesia e do imperialismo na América Latina: que o pensamento científico norte-americano foi ator imperialista.

Añadamos, además, que esta sociología llamada norteamericana, pierde su carácter nacional para confundirse con el imperialismo, cuando moldea especialmente las escuelas sociológicas de América Latina, por ejemplo, a través de los agentes autóctonos, los cuales, con su interés puramente “científico”, importan fielmente modelos de estratificación social, de cultura y sus teorías correspondientes¹²⁹. (PICCINI; MATTELART; MATTELART, 1976, p.16)

¹²⁹ Tradução livre: “Acrescentamos que esta sociologia, chamada de norte-americana, perde seu caráter nacional para se confundir com o imperialismo quando molda as escolas sociológicas na América Latina, por exemplo, através dos agentes autóctones, os quais, com seus interesses puramente ‘científicos’, importam fielmente modelos de estratificação social, de cultura e suas teorias correspondentes”.

Luis Ramiro Beltrán em *Adiós a Aristóteles: la comunicación horizontal*, escrito em 1979, defende que havia uma batalha entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos, com estes impondo àqueles uma dominação neocolonialista. E uma porta para o domínio seria através dos modelos e conceitos de pesquisa trazidos nos anos 1960, com os trabalhos tendo por base a comunicação vertical, ou seja, a verticalidade de relações sociais.

Para o boliviano, uma das reações às atuações dos países centrais foi o questionamento do pensamento científico aplicado à comunicação latino-americana, que trabalhava com a visão de relações verticalizadas, as quais tinham como uma de suas consequências a imposição do modo de vida do comunicante sobre o receptor, que, no caso latino-americano, seria a ideologia capitalista (BELTRÁN, 2007, p.80). As razões de os pesquisadores da América Latina realizarem questionamentos são claras, pois viam que as ações propagandísticas (e militares) dos Estados Unidos nos anos 1960 também ajudaram a derrotar governos legitimamente eleitos para imporem políticas defendidas por eles e por entenderem que as propostas científicas no campo da Comunicação estavam equivocadas.

Dessa forma, para tais autores, fazia-se necessário elaborar uma nova maneira de entender as relações, e que ela fosse aplicável à realidade da América Latina. E o responsável por encontrar essa porta, segundo Beltrán (2007), foi Paulo Freire.

Para Freire, ninguém tem o privilégio sobre a palavra, ninguém a diz sozinho, como também não a diz *para* o outro: “não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito” (FREIRE, 2012, p.85). Ou seja, ações extensionistas que queriam persuadir as populações rurais e faziam uso de propaganda e de *slogans* mais se aproximavam de uma invasão do que de um diálogo, com os atores externos à realidade que se queria modificar intencionando “penetrar outro espaço histórico-cultural, superpondo aos indivíduos deste seu sistema de valores” (FREIRE, 2006, p.41).

Freire propunha uma relação/educação na prática da liberdade: aceitava a insuficiência de um modelo de transferência de conhecimento de A para B e defendia que “aqueles que sabem que pouco sabem” estejam em diálogo com “aqueles que, quase sempre, pensam que nada sabem” para que estes possam saber mais (FREIRE, 2006, p.25). O autor recusou as ações verticalizadas (de persuasão, de extensão), defendendo que é a relação dialógica, horizontal, a capaz de gerar processos educativos eficazes e humanizadores.

Na verdade, manipulação e conquista, expressões da invasão cultural e, ao mesmo tempo, instrumentos para mantê-la, não são caminhos de libertação.

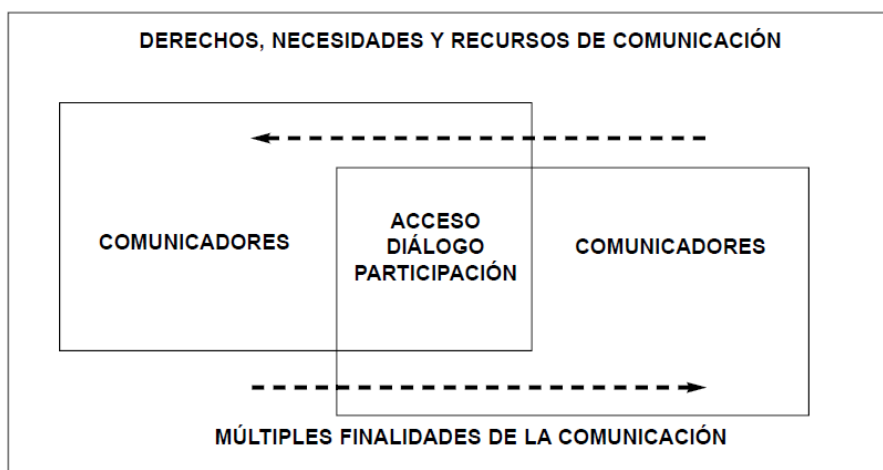
São caminhos de “domesticação”. O humanismo verdadeiro não pode aceitá-las em nome de coisa alguma, na medida em que ele se encontra a serviço do homem concreto. Daí que, para este humanismo, não haja outro caminho senão a dialogicidade. Para ser autêntico só pode ser dialógico. E ser dialógico, para o humanismo verdadeiro, não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em “seres para outro” por homens que são falsos “seres para si”. É que o diálogo não pode travar-se numa relação antagônica. O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. Este encontro amoroso não pode ser, por isto mesmo, um encontro de inconciliáveis. Não há nem pode haver invasão cultural dialógica; não já manipulação nem conquista dialógicas: estes são termos que se excluem. (FREIRE, 2006, p.43)

Tendo por base ideias de Freire, Beltrán (2007, p.85) propõe as seguintes definições para Comunicação e cria um modelo de comunicação horizontal, não mais baseado em transmissão de informação, mas em diálogo:

- 1 - La comunicación es el proceso de interacción social democrática que se basa sobre el intercambio de símbolos por los cuales los seres humanos comparten voluntariamente sus experiencias bajo condiciones de acceso libre e igualitario, diálogo y participación;
- 2 - Todos tienen el derecho a comunicarse con el fin de satisfacer sus necesidades de comunicación por medio del goce de los recursos de la comunicación;
- 3 - Los seres humanos se comunican con múltiples propósitos. El principal no es el ejercicio de influencia sobre el comportamiento de los demás¹³⁰.

¹³⁰ Tradução livre: “1 - A comunicação é o processo de interação social democrática que se baseia no intercâmbio de símbolos pelos quais os seres humanos compartilham voluntariamente suas experiências sob condições de acesso livre e igualitário, diálogo e participação; 2 - Todos têm o direito de se comunicar com a finalidade de satisfazer suas necessidades de comunicação por meio do gozo dos recursos da comunicação; 3 - Os seres humanos se comunicam com múltiplos propósitos. O principal não é o exercício da influência sobre o comportamento dos demais”.

FIGURA 13: Modelo de Beltrán



Fonte: Beltrán, 2007, p.85

Apenas como mais um realce, podemos mostrar que também Bordenave, em 1974 (p.19-20), mostrou que havia a necessidade de uma nova maneira de entender a Comunicação e demarcou em Paulo Freire o novo caminho:

La realidad es que después de leer los libros de Paulo Freire, la mayoría de los hombres de la información agrícola reconocieron humildemente con una **mea culpa** que nuestras procedencias y técnicas fueron totalmente de la educación “bancaria” y que siempre estuvimos transponiendo a los campesinos nuestras propias ideas, valores, y técnicas urbanos, por medio de mensajes persuasivos que los hicieron dependientes de nosotros. Según Paulo Freire, ésta es la típica manera de la cual las élites dominantes por todo el mundo mantienen a las masas bajo su dominio¹³¹.

As críticas aos modelos forâneos se tornaram comuns em muitos autores, como Beltrán (2000, p.90, tradução nossa) dizendo, em texto publicado em 1976, que “a investigação sobre comunicação na América Latina tem estado, e ainda está, consideravelmente dominada por modelos conceituais forâneos, procedentes, mais que tudo, dos Estados Unidos da América” e Bordenave (apud BELTRÁN, 2000, p.91) propondo que deveríamos vencer a ideia de perceber nossa própria realidade através de conceitos e ideologias estrangeiras; que deveríamos tentar entender a Comunicação sob uma nova perspectiva.

Anos antes desse texto de 1976 de Beltrán, essa discussão já tinha começado, como Antonio García publicando em 1972 o artigo *Puede existir una ciencia social latino-*

¹³¹ Tradução livre: “A realidade é que depois de ler os livros de Paulo Freire, a maioria dos homens da informação agrícola reconheceu humildemente, com um mea-culpa, que nossas procedências e técnicas foram totalmente da educação ‘bancária’ e que sempre estivemos transpondo aos campesinos nossas próprias ideias, valores e técnicas urbanas, por meio de mensagens persuasivas que os faziam dependentes de nós. Segundo Paulo Freire, esta é a típica maneira pela qual as elites dominantes por todo o mundo mantêm a massa sob seus domínios”.

americana? Garcia, então professor titular da Faculdade de Economia da Universidade de Bogotá, traz autores e discussões presentes no campo da Economia, como ao recordar aspectos da “teoria clássica liberal” para elaborar críticas e tem como uma de suas bases Gunnar Myrdal¹³² para defender a interpretação de que os interesses dos países desenvolvidos atuam sobre os subdesenvolvidos, estimulando a desigual distribuição de recursos e aprofundando ainda mais o vão entre esses dois grupos (GARCÍA, 1972, p.34-35). Esse tipo de pensamento é o mesmo que já havia sido defendido na América Latina e um dos que ajudaram a gerar a ruptura com as ações provenientes de fora dessa região.

A proposta de García defendia que não existe uma teoria científico-social pura, neutra e livre de ideologia, e, em ambientes como o latino-americano, a pesquisa ideológica seria importante por ajudar a descobrir criticamente “as estruturas e relações de dominação e dependência [...] e a projetar as políticas ou estratégias de liberação social e de desenvolvimento independente” (GARCÍA, 1972, p.37, tradução nossa). A proposta era de uma ciência latino-americana engajada, tendo objetivos definidos de acordo com nossa realidade (de países atrasados e dependentes): se descolonizar e permitir um crescimento desde dentro.

Nesse contexto de ideias, em 1973 foi organizado pelo Ciespal um seminário sobre “*la investigación de la comunicación em America Latina*” no campus La Catalina, em San José, Costa Rica, com o objetivo de analisar como estavam sendo feitas as pesquisas na América Latina e de elaborar orientações. Dessa forma, foi escrito um documento que pôs juntas muitas dessas críticas e defendeu que os estudos de Comunicação deveriam ter algumas características¹³³, como: A metodologia teria que ser um instrumental crítico que possibilitasse o descobrimento “de toda inter-relação econômica, política, social e cultural que configuram as estruturas de dominação e de poder” (SEMINARIO..., 1973, p.14, tradução nossa), se adaptasse aos grupos sociais estudados, buscasse a participação dos grupos envolvidos nos problemas estudados e deveria ser múltipla e interdisciplinar, com o uso, por exemplo, de análise quantitativa em função da interpretação qualitativa; As áreas de pesquisa deveriam ser observadas sob dois aspectos fundamentais: o primeiro seria o de diagnóstico e análise crítica, e o segundo de busca de alternativas; E o objetivo central das investigações deveria ser “a análise crítica do papel da comunicação em todos os níveis de funcionamento,

¹³² Vencedor do prêmio Nobel juntamente com Friedrich Hayek, embora Myrdal fosse defensor das ideias de John Maynard Keynes (GUNNAR...) e o segundo discípulo de Ludwig von Mises, autor de obras liberais como *Liberalismo segundo a tradição clássica e Ação Humana: um Tratado de Economia*.

¹³³ Aqui trataremos apenas um breve resumo. O documento completo é disponibilizado no site da *Chasqui - Revista Latinoamericana de Comunicación*, na edição de número 4 (1973).

sem omitir suas relações com a dominação interna e a dependência externa e o estudo de novos canais, meios, mensagens, situações de comunicação etc. que contribuam para o processo de transformação social” (SEMINARIO..., 1973, p.15, tradução nossa).

Esse encontro na Costa Rica é uma marca relevante para as pesquisas em Comunicação na América Latina, pois condensa em uma reunião e em um documento de poucas páginas anos de críticas para servir de bússola do porvir. Resume, em algumas indicações, as reflexões surgidas desde a criação do Ciespal, passando pelos percalços políticos e sociais da região, para defender qual tipo de ciência da Comunicação deveria ser a latino-americana. Para Marques de Melo (2015, p.147), esse foi o “momento da explosão do pensamento comunicacional latino-americano”.

5. HÁ ELOS ENTRE A FOLKCOMUNICAÇÃO E O DESENVOLVIMENTISMO?

Observando todo o conteúdo exposto até este momento, algumas considerações podem ser feitas sobre a relação que se desenhou entre funcionalismo, MCR e desenvolvimentismo, tendo como objetivo entender quais são as ligações que a folkcomunicação pode ter com essas áreas. Para isso, dividiremos esta última seção em alguns tópicos, abordando: 1) A relação entre funcionalismo e MCR; 2) A relação entre desenvolvimentismo e MCR; 3) As opções da folkcomunicação.

5.1. Funcionalismo e *Mass Communication Research*

A *Mass Communication Research* firmou-se como um modo de pesquisa sobre a Comunicação com características bem definidas, como observar tanto a comunicação dos meios tradicionais quanto a interpessoal, optar pelo quantitativismo e preocupar-se com a eficácia comunicativa.

O quantitativismo refere-se à quantificação de aspectos objetivos, com o uso de questionários, de técnicas de amostragem, de análise de variância, de criação de variáveis etc., tendo na análise de conteúdo uma metodologia bastante utilizada, como por Lasswell, Berelson e em várias pesquisas desenvolvidas no Ciespal. Tais opções ajudavam, no entendimento dos investigadores, a obter resultados com o uso da razão, evitando atividades especulativas (estas criticadas por autores como Comte, Durkheim e Malinowski). Essa visão de como se chegar ao conhecimento traz por base muito da ideia positivista comtiana, baseando a chegada ao saber a ações objetivas, empiristas, racionalistas e não especulativas.

O próprio termo “positivo” traz, em seu significado, indicações que formam esse pensamento e que podem ser encontradas em diversos grupos de investigação, tal como na MCR e no funcionalismo.

FIGURA 14: Acepções da palavra “positivo”

N.	ACEPÇÃO	OPÕE-SE A	ESTATUTO TEÓRICO
1.	Real	Irreal (fictício)	Condições fundamentais
2.	Útil	Inútil	
3.	Certo	Incerto	Atributos intelectuais
4.	Preciso	Vago	
5.	Relativo	Absoluto	Propriedades sociais
6.	Orgânico	Crítico	
7.	Simpático	Antipático (ou egoísta)	Fonte moral

Fonte: Reprodução de Lacerda (2010, p.83)

O primeiro significado¹³⁴ de positivo é *Real*, em oposição a quimérico, ao fictício, dando primazia às investigações acessíveis à inteligência, ao que, de fato, existe. O segundo é *Útil*, em oposição ao ocioso, ou seja, a filosofia positiva visa ao melhoramento do homem e da humanidade, não devendo objetivar apenas para satisfazer alguma curiosidade estéril. O terceiro significado de positivo é *Certeza*, em contraposição à indecisão, mostrando que essa filosofia é contrária a discussões sobre “dúvidas indefinidas e desses debates intermináveis que o antigo regime mental devia suscitar” (COMTE, [s.d.], p.47). Outro significado é *Preciso*, em oposição a vago, ou seja, que os conhecimentos sejam precisos, apoiados em compreensões embasadas, não em afirmações vagas, como as baseadas em discursos sobrenaturais. Mais um significado (que não entra na lista dos sete) trata o *Positivo* como contrário de negativo, no sentido de que ele existe para organizar, não para destruir. O quinto significado é *Relativo*, em oposição ao absoluto, o qual defende que o conhecimento é relativo, é variável por questões históricas e contextuais. O sexto é *Orgânico*, referindo-se “tanto à visão de conjunto quanto à preocupação em construir e preservar, em todo caso evitar a mera destruição¹³⁵” (LACERDA, 2010, p.85). E o sétimo é *Simpático*, no sentido de altruísmo, de preocupação com outrem.

Por base, a MCR opta pelo positivismo como o caminho para conhecer, de modo ao optar pelo caminho do “Real”, da “Certeza” e da “Precisão”.

¹³⁴ Os termos *Real*, *Útil*, *Certo* e *Preciso*, seguirão a tradução de Antonio Geraldo da Silva (COMTE, [s.d.]). Os *Relativo*, *Orgânico* e *Simpático* serão observados conforme a tese de Lacerda (2010).

¹³⁵ “A ideia de ‘crítica’, nesse caso, é tomada como sinônima de ‘destruidora’ e, portanto, de anti-orgânica: não se trata de recusar o exame intelectual, científico, filosófico e moral de situações, afirmações ou propostas, porém sim de rejeitar as motivações puramente destruidoras, que não têm preocupação alguma em substituir ou aperfeiçoar o que está errado ou ruim” (LACERDA, 2010, p.85).

Nos estudos sobre efeitos da comunicação, o quantitativismo foi importante pelos resultados que disponibilizava por meio dos questionários, possibilitando informações aos meios de comunicação sobre seu público receptor, por exemplo, sobre como reagia às propagandas governamentais.

Nos Estados Unidos, diversas pesquisas da MCR mostraram sua base positivista, como os experimentos de Carl Hovland feitos no exército americano, a análise de conteúdo proposta por Lasswell, as elaborações metodológicas de Lazarsfeld (buscando entender o impacto dos meios através de métodos considerados científicos e recusando as críticas “filosóficas” e “especulativas” de autores como Adorno e Horkheimer) e a definição de comunicação pública por Schramm, tendo-a como um ato de persuasão que poderia ser avaliada quantitativamente, e que se tornou o paradigma para a criação e organização dos principais programas de doutorado em Comunicação nos Estados Unidos (PROULX, 2014, p.60-62). Em artigo, já citado anteriormente, Schramm (1967, p.7) afirmava, com base em artigos publicados em 1961 na revista *Jounarlism Quartely*, que a linguagem da pesquisa realizada sobre Comunicação era dura, rigorosa e cética; e Dumazedier (1968) disse que a MCR nasce como uma ciência formal.

O funcionalismo, tal como a MCR, tem base positivista, com os autores acreditando que o conhecimento viria através de previsões racionais e tecendo críticas à especulação e à dialética, como no caso de Malinowski (1970, p.112) ao questionar as pesquisas históricas nas quais a especulação podiam “vagar livremente” e no de Durkheim (2008, p.440) ao dizer que o uso das duas apenas traria opiniões provisórias e hipotéticas. Esse autor, ao escrever o que seriam as regras do método sociológico, já dizia que “nossa regra não implica, pois, nenhuma concepção metafísica, nenhuma especulação a respeito do que há no mais profundo ser”, que o espírito do sociólogo deveria ser semelhante “ao dos físicos, químicos, fisiologistas, quando se aventuram numa região ainda inexplorada de seu domínio científico” (DURKHEIM, 2002, p.XIX).

Embora a base filosófica do como conhecer seja a mesma no funcionalismo e na *Mass Communication Research*, acreditamos que não podemos vê-las como uma mesma coisa e usar esses dois termos como sinônimos, por exemplo ao afirmar que o funcionalismo aplicava questionários e optava pelo quantitativismo nas investigações sobre Comunicação realizadas nos anos 1960 na América Latina e que foi responsável pelas ações imperialistas ocorridas nessa região. Os autores funcionalistas aqui estudados reconheciam a importância do uso matemático, mas a maioria dos livros escritos por eles (ao menos os lidos para este trabalho) não usaram métodos quantitativos. Já na MCR, as elaborações matemáticas eram bastante

detalhadas e aplicadas, como no livro *A linguagem da política*, de Lasswell, e em *Personal influence*, de Katz e Lazarsfeld.

Acreditamos que as características que unem diversas investigações da MCR, colocando-as sob esse termo, foram dadas por sua metodologia, não por um corpo teórico. Embora existam diversos modelos de comunicação e muitas propostas teóricas nos autores da *Mass Communication Research*, ainda não a vemos como uma teoria, mas como uma tradição de pesquisa baseada em uma metodologia bem definida.

No funcionalismo, também é possível encontrar essa característica de metodologia similar e de teorias distintas. Em relação à teoria, Malinowski criou uma “teoria científica da cultura” e Radcliffe-Brown teve suas discordâncias; Durkheim buscou observar questões de solidariedade social; e Merton criticou posicionamentos de funcionalistas anteriores a ele. Em relação à metodologia, Lakatos e Marconi (1999, p.38) defenderam que o funcionalismo era mais um método de interpretação do que de investigação. E sobre essa relação teoria/método, Florestan Fernandes (1970, p.193) afirma que o funcionalismo não é uma teoria, mas um método de interpretação que representava “uma via para formular-se ‘proposições empíricas’, testá-las e incorporá-las à teoria sociológica”.

Não me parece logicamente apropriado considerar o funcionalismo nem como uma “doutrina” nem como uma disciplina sociológica especial. Na verdade, entre os sociólogos jamais se chegou a representar o funcionalismo como um corpo sistemático de explicações doutrinárias. Quando as primeiras interpretações funcionalistas adquiriram consistência, através das ideias de Spencer e de outros autores contemporâneos, elas faziam parte de uma “doutrina” mais geral, que se tornou conhecida sob o nome de *organicismo*. Mais tarde, quando se tentou, sob o influxo de Durkheim, de Mauss e de Radcliffe-Brown, explorar de forma mais ampla e rigorosa as possibilidades heurísticas do conceito de função social, a esse intento se associou, explicitamente, a qualificação de “sociologia objetiva” ou “positiva” (muitas vezes entendida pelos oponentes como manifestação do “realismo sociológico”). Por fim, os especialistas hodiernos, que usaram de um modo ou de outro tal conceito em fins descritivos ou interpretativos, de Renner e Mannheim a Parsons, Merton, Levy e o autor destas notas, limitaram-se a manipulações estritamente analíticas, descartadas dos pressupostos de teor “doutrinário” ou “sectário”. (FERNANDES, F., 1970, p.193)

Dessa forma, um primeiro ponto de diferenciação que nos parece claro entre funcionalismo e MCR é o peso que é dado ao quantitativo: enquanto na MCR a opção é bastante clara e faz parte das suas pesquisas desde o período inicial, no funcionalismo ela é defendida por autores como Durkheim (conquanto não faça uso dela em muitas de suas pesquisas) e tem o valor reconhecido por Malinowski, embora receba diversas críticas, como

deste, por exemplo, que afirma que o quantitativismo não é suficiente para entender e explicar um objeto estudado.

Como método de interpretação, o funcionalismo é organicista, como vimos de Comte a Malinowski¹³⁶, enquanto que a MCR não, necessariamente, busca tal caminho para o entendimento da sociedade e nem dos Meios de Comunicação de Massa. Há, sim, artigos publicados dentro da MCR com características defendidas por funcionalistas, como o *Comunicação de massa, gosto popular e ação organizada*¹³⁷, de Lazarsfeld e Merton, no qual há a ideia de “disfunção narcotizante”, e o *A estrutura e a função da comunicação na sociedade*¹³⁸, de Harold Lasswell, no qual o paradigma desse autor foi mostrado e fez uso de analogias orgânicas e da observação das funções em uma estrutura interligada. Todavia, as outras obras de Lasswell aqui estudadas não fizeram uso do método de interpretação funcionalista. A busca de uma resposta fidedigna na MCR centrava-se em métodos de investigação objetivos e, preferencialmente, quantitativos.

Um exemplo de importante estudo da MCR é o *Personal influence*, de Lazarsfeld e Katz ([1955] 1979). Os autores não usaram em seu raciocínio aspectos funcionais, mas elaboraram uma metodologia quantitativa, buscando dados a partir de questionários, chegando a resultados que mostraram que os veículos de comunicação de massa não possuíam tanto poder quanto era defendido pela ideia da “agulha hipodérmica” e revelaram quem eram e como agiam os “líderes de opinião”.

Outro ponto que deve ser abordado nessa seção é a possível defesa que a MCR e o funcionalismo fazem do *status quo*. Essa interpretação tem em consideração a ideia de que esses dois grupos trabalham apenas verificando os erros da estrutura existente e propondo correções, quando a fazem; e que a não opção por uma postura científica crítica, e de não observação de aspectos ideológicos, resultaria em não haver nunca a proposta de quebra da estrutura social vigente.

No entanto, há entendimentos contrários, como: Durkheim propôs uma estrutura social flexível e mutável, mesmo considerando que seria muito arriscada e difícil a sua quebra. Merton (1968, p.106-108) defendeu que as disfunções provocariam câmbios na estrutura e que o conservadorismo estava presente tanto nas orientações ideológicas do materialismo dialético quanto do funcionalismo. E a defesa que Malinowski fez de sociedades invadidas (como as indígenas) foi considerada um ato revolucionário contra o poder colonial, embora o

¹³⁶ Em relação a Merton, como já tratamos no tópico “Análise Funcional e analogias orgânicas”, ele diz que é possível lucrar com essa analogia, mas pede que seja feita com cuidado.

¹³⁷ Usamos a versão publicada em Gabriel Cohn (1971).

¹³⁸ Usamos a versão publicada em Gabriel Cohn (1971).

uso desse mesmo pensamento funcionalista em sociedades modernas pudesse reforçar tendências conservadoras (LAZARSFELD, 1970, p.125).

O entendimento que temos é de que o funcionalismo não propõe a quebra total de uma estrutura social, seja ela liberal ou outra qualquer. Como um método de interpretação que é, permite-se ser aplicado sob diversos motivos políticos e em diferentes contextos. Por exemplo, o caso de Malinowski supracitado pode ser interpretado como revolucionário ou conservador: depende do ponto de observação do leitor.

Na América Latina, investigadores da área da Comunicação abordaram que o modo de observação funcionalista defenderia a permanência do *status quo* que, no caso, seria o liberal. Contudo, se a estrutura vigente fosse a idealizada por esses autores, ela deveria ser destruída? Ou deveria ser conservada e passar por mudanças apenas para o melhoramento dessa estrutura desejada? Entendemos que o funcionalismo não é a favor de um *status quo* liberal, é aplicável a qualquer ideologia desde que a intenção seja entender as bases estruturais que formam a sociedade em análise. Também não é a favor da defesa de um *status quo* dentro do pensamento científico, como já vimos que Boas e Malinowski modificaram visões então bastante sedimentadas na antropologia e na sociedade. A opção político-ideológica é feita por seres humanos, não pelo método de interpretação funcionalista. Como disse Florestan Fernandes (1970, p.199),

[...] as tendências à implantação do planejamento do mundo moderno indicam que os conhecimentos empíricos e teóricos, fornecidos por esse método, são igualmente úteis e potencialmente exploráveis sob quaisquer ideologias. Quer sob a égide de liberalismo e da livre iniciativa, quer sob a inspiração do socialismo e da intervenção estatal, a manipulação deliberada dos problemas sociais, a invenção de técnicas racionais de controle e a exploração programada dos efeitos construtivos da mudança social dependem, em larga escala, de conhecimento sobre as bases estruturais funcionais da organização e do desenvolvimento dos sistemas sociais.

O funcionalismo foi utilizado nas mais diversas áreas: antropologia, sociologia, psicologia etc. A *Mass Communication Research* atuava em um espaço de investigação mais específico: estudava a Comunicação, fosse pelos meios ortodoxos ou de maneira interpessoal, tendo como uma de suas principais preocupações a eficácia comunicativa. Os usos de conceitos funcionais e a busca por determinadas funções da Comunicação mais se deram pela necessidade a partir do objeto que estava em investigação no momento do que pela MCR ter princípios funcionais em seu entendimento de como conhecer.

5.2. Desenvolvimentismo e *Mass Communication Research*

Entendemos desenvolvimentismo como uma ação política no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social nos países mais pobres, tendo os MCM como meios para difundir a ideia do que seria desenvolvimento e como ferramentas para conseguir a evolução desejada.

As propostas dessas ações de desenvolvimento continham posicionamentos liberais, como de mecanizar a mão de obra do campo para aumentar a produtividade e, então, liberá-la para trabalhar nas cidades; de pôr as pessoas como participantes de uma estrutura industrial produtiva; de transformar as vidas das pessoas: os valores dos grupos, os costumes, e as relações humanas em prol da evolução econômica. E os MCM teriam papel relevante em toda essa caminhada do que eles viam como progresso, como difundindo informações/conhecimento, o que ajudaria no aumento da produtividade e geraria crescimento econômico o que, consequentemente, melhoraria as vidas das pessoas.

As ações tomadas buscando tal desenvolvimento eram indicações políticas, provenientes de reuniões da Unesco nos anos finais dos 1950 e iniciais dos 1960. Elas se baseavam: a) na ideia de que a maior difusão dos veículos de comunicação (para levar as mensagens desejadas) ajudaria no desenvolvimento nacional; b) e em métodos da *Mass Communication Research*, assim como em algumas teorias desenvolvidas nesta (como ao terem usado esquemas de comunicação, como o de Lasswell, e as ideias de *two-step flow* e de líder de opinião para elaborar uma forma de ação e buscar a eficácia comunicativa, carregando nesta construção a ideia de comunicação linear no sentido de transporte de mensagem de A para B e sem a preocupação de levar em consideração a dialogicidade das relações).

Em relação à ideia de líder de opinião, recuperamos, neste momento, o ponto que separamos no tópico “Comunicação e Desenvolvimento”: uma das propostas de Schramm (1964) era encontrar pessoas e meios eficazes para que as informações das campanhas chegassem aos receptores. A tese de Luiz Beltrão (LB) também permite esse entendimento ao dizer que cada parcela da sociedade necessita de linguagem e meios especiais para possibilitar o diálogo, que a elite não buscou entender como o povo reage às sugestões feitas e “nem situar os meios de que se pode dispor para fazer com que a população menos culta aceite princípios de normas de mudança social, adote novas maneiras de trabalhar, de agir, de divertir-se, um outro modo de crer e decidir (BELTRÃO, 2001, p.62). Beltrão via os líderes de opinião como agentes pelos quais era possível intercambiar mensagens e “reunificar espiritualmente a Nação” (BELTRÃO, 2001, p.256).

Na tese de LB, não conseguimos entender claramente o que seria o progresso e a reunificação da nação. Na obra de Schramm (1964), as ideias de progresso e de unificação são bem mais claras. Em ambos os casos, os líderes de opinião são indicados como agentes e meios para que se conseguisse tal objetivo. Tanto no pensamento desenvolvimentista quanto na folkcomunicação, esses líderes são vistos como tradutores e como pessoas que têm especial relevância dentro dos grupos: são personagens que se aproximam do seria uma chefia.

No entanto, na obra *Personal influence* há uma importante diferença em relação ao líder de opinião: em Katz e Lazarsfeld a posição de líder é variada e variável, com um mesmo grupo podendo ter diversas pessoas que ocupam simultaneamente tal posição, dependendo, em grande parte, do tema tratado. A interpretação que se pode ter da tese de LB e na obra desenvolvimentista de Schramm é que o líder ocupa um posicionamento central num grupo.

A ideia de Comunicação que se pode ter a partir do uso por LB e pelo desenvolvimentismo da ideia de líder de opinião e de *two-step flow*, é de linearidade e de ação de um grupo sobre outro, embora a investigação quanti-qualitativa de Katz e Lazarsfeld tivesse surgido como uma contestação às pesquisas que davam ênfase à ação comunicativa do emissor e que verificavam a influência da elite sobre a massa.

Logo na introdução de *Personal Influence*, escrita em maio de 1955, Katz e Lazarsfeld mostram a intenção de ultrapassar o pensamento do “quem diz algo a alguém e com que efeito”. O objetivo era observar a comunicação interpessoal e quem tinha papel de aconselhamento em algumas áreas de relacionamento cotidiano. A proposta dos autores era ir além do dualismo de um grupo, vendo a comunicação como algo demoníaco e outro a vendo como uma coisa toda poderosa, e também refutar a tese de que os Meios de Comunicação de Massa têm amplo poder de influência sobre os receptores.

Es decir, que aquellos que observaban la emergencia de los *mass media* como un nuevo amanecer para la democracia y los que creían verlos como instrumentos demoníacos, coincidían en la misma imagen del ‘proceso’ de los medios de comunicación. Esta imagen es, primordialmente, la de una masa atomizada compuesta por millones de lectores, oyentes, etc., dispuestos a recibir el Mensaje; y que cada Mensaje es un estímulo directo y poderoso a la acción, que obtiene una respuesta inmediata y espontánea. En resumen, los medios de comunicación fueron calificados como un nuevo tipo de fuerza unitaria – un sencillo sistema nervioso – que alcanzaba a todos os ojos y oídos, en una sociedad caracterizada por una organización social amorfa y una escasez de relaciones interpersonales¹³⁹. (KATZ; LAZARSFELD, 1979, p.18)

¹³⁹ Tradução livre: “Isto é, que aqueles que observavam o surgimento dos meios de comunicação de massa como um novo amanhecer para a democracia e os que os viam como instrumentos demoníacos, coincidiam na mesma imagem do ‘processo’ dos meios de comunicação. Esta imagem é, primordialmente, a de uma massa atomizada

Algumas diferenciações podemos fazer neste momento: A) O uso da ideia de líder de opinião e de *two-step flow* por LB e por Schramm possuíam o intuito político, de ação sobre determinados grupos. Na pesquisa de Katz e Lazarsfeld, o objetivo foi compreender quem eram esses “conselheiros” e como agiam. B) Embora o conceito fosse o mesmo, em Schramm as ações dos líderes de opinião possuíam linearidade, com o intuito de uma mensagem ir de A para B; em LB também possuía linearidade quando se pensava em transmissão de mensagens de um grupo dirigente ao povo (ou de um meio de comunicação de massa aos receptores), mas o convívio intragrupal mostrado por ele nos remete a uma ideia mais próxima ao dialogismo; e em Katz e Lazarsfeld os sujeitos da comunicação (conselheiros e aconselhados) intercambiam informações, pois a liderança não é tratada como um cargo: é relativa ao tema e existem vários líderes em cada grupo.

Schramm ([1964] 1976), em sua obra com as bases do desenvolvimentismo, não faz uso apenas da teoria de Katz e Lazarsfeld, adota também a visão de ciência usada pela *Mass Communication Research*, como relacionando a fidedignidade científica ao objetivismo, à neutralidade, ao uso de técnicas de amostragem, da análise de conteúdo, da experimentação de campo e de laboratório etc. E algumas indicações funcionalistas também são encontradas nessa “bíblia” do desenvolvimentismo, como a aceitação da ideia de Merton e Lazarsfeld (1971) que umas das funções dos MCM são o reforço das normas sociais e a função de atribuir status e pelo uso do paradigma de Lasswell.

Com tais elos entre o desenvolvimentismo, a MCR e o funcionalismo, entendemos que a obra de Schramm (1964) não é um livro de produção teórica e metodológica. É uma publicação de aplicação política das proposições das reuniões da Unesco, que encontrou, em estudos como de Katz, Lazarsfeld e Merton, alguns suportes teóricos para as ações desejadas, que observou na MCR indicações metodológicas para realizar pesquisas e que teve por base ideológica o pensamento econômico liberal.

Pelo que esta tese pôde articular até aqui, entendemos que o funcionalismo, a *Mass Communication Research* e o desenvolvimentismo proposto pela Unesco e aplicado na América Latina não podem ser tratados como sinônimos. Embora haja cruzamentos entre os três, eles possuem características próprias.

composta por milhões de leitores, ouvintes, etc., dispostos a receber a mensagem; e que cada mensagem é um estímulo direto e poderoso à ação, que obtém uma resposta imediata e espontânea. Em suma, os meios de comunicação foram qualificados como um novo tipo de força unitária - um simples sistema nervoso - que alcançava todos os olhos e ouvidos, em uma sociedade caracterizada por uma organização social amorfa e escassa de relações interpessoais”.

Antes da realização das leituras partindo de Comte até chegarmos a Schramm, a ideia que tínhamos era que o funcionalismo e as pesquisas em comunicação estadunidenses dos anos 1930-1960 eram uma única coisa, e que foi aplicada e defendida por escolas de Comunicação na América Latina, como no Ciespal. Todavia, neste momento, acreditamos que a MCR e o funcionalismo têm a base positivista em comum, mas carregam diferenças teóricas e metodológicas claras – com alguns estudos tendo navegado nos dois espaços, como os *Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada*¹⁴⁰ e *A estrutura e a função da comunicação na sociedade*. E passamos a entender o desenvolvimentismo como uma ação política (de base liberal) que usou teorias e métodos desses campos de pensamento.

5.3. Opções da folkcomunicação

A folkcomunicação surgiu no contexto dos anos 1960, época na qual a *Mass Communication Research* e o desenvolvimentismo estavam em voga, especialmente no Ciespal, onde Luiz Beltrão (LB) esteve como professor, publicou o livro *Métodos de enseñanza de la técnica del periodismo* (1963) e, inclusive, teve suas ideias sobre os atributos do jornalismo publicado numa apostila (desse mesmo Centro e do final dos anos 1960) sobre Teoria da Comunicação.

Observando a tese de LB, especificamente os “fundamentos teóricos e metodologia”, entendemos que há influências da *Mass Communication Research* e do desenvolvimentismo nesse trabalho. Da MCR, há preocupações sobre a “Comunicação Coletiva”, sobre sua eficácia¹⁴¹ e defende que a recepção também seja estudada através de métodos quantitativos sugeridos por essa escola de pesquisa.

Daí que a investigação dos meios utilizados para a reação dos receptores e avaliação do conteúdo, através de inquéritos e pesquisas que se traduzem em cálculos e estimativas, em classes e médias, tem de ser objeto contínuo da atividade do comunicador coletivo, a fim de orientar a sua própria conduta, em favor dos desejos e necessidades do órgão receptor, também coletivo. (BELTRÃO, 2001, p.55)

¹⁴⁰ Merton e Lazarsfeld fizeram observação das funções dos MCM, buscaram por alguma(s) disfunção(ões) e verificaram a inserção desses meios dentro de uma estrutura econômica e social. Nesse artigo, os autores trouxeram a discussão sobre a força da comunicação de massa (e se realmente tanto poder existe) e buscaram entender os efeitos, examinar a estrutura de propriedade e de funcionamento e observar os efeitos dos conteúdos disseminados pelos MCM nos Estados Unidos. Nesse estudo, os autores observaram as funções de status e reforço de normas sociais e encontraram a disfunção narcotizante, que se caracteriza por os cidadãos estadunidenses (é o local de análise), apesar de terem bastante acesso às informações transmitidas pelos MCM, não possuírem vontade e força de ação, havendo, dessa forma, sujeitos bem informados, porém adormecidos politicamente.

¹⁴¹ “Tarefa que reclama um aparelho avaliador bem montado e capacitado é a de medir a eficácia da comunicação, de modo especial quando se procura alcançar objetivos determinados, planejados para ditar mudança de opinião e atitudes” (BELTRÃO, 2001, p.71).

Proveniente de investigação da MCR, há a ideia de líder de opinião, que é central na tese de LB, que identifica nesses líderes o mesmo que as políticas desenvolvimentistas: uma forma de fazer determinadas mensagens chegarem a grupos sem acesso aos veículos de comunicação de massa. Schramm (1964) propôs o uso dos MCM para que houvesse uma ação sobre as pessoas, tanto no sentido de levar informações que educariam e ampliariam o debate político quanto no de reforçar normas sociais propostas pelas políticas desenvolvimentistas e formar um gosto nacional capaz de unir uma nação. Em LB ([1967] 2001) entendemos que os líderes de opinião poderiam atuar nesse mesmo sentido de fazer a mensagem de um grupo dirigente chegar aos que estão à margem.

No quarto capítulo de sua tese, LB conceitua a folkcomunicação de duas formas:

- 1) “Folkcomunicação é, assim, o processo de intercâmbio de informações e manifestação de opiniões, ideias e atitudes da massa, através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore” (BELTRÃO, 2001, p.79);
- 2) “Folkcomunicação é o processo de intercâmbio de mensagens através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore e, entre as suas manifestações, algumas possuem caráter e conteúdo jornalístico, constituindo-se em veículos adequados à promoção de mudança social” (BELTRÃO, 2001, p.73).

Nas duas conceituações o cerne é: “através de agentes e meios ligados direta ou indiretamente ao folclore”. Todavia, na segunda há outra parte que diz: “constituindo-se em veículos adequados à promoção de mudança social”. Uma pergunta que pode surgir é: O que é promoção social? E ela deve ocorrer sob qual ótica referente a benefício? Parece-nos nítido que não é pelo fato de um estudo sobre manifestações folclóricas se dar, que as proposições de mudança ocorrerão a partir e em favor desses grupos folclóricos.

Schramm (1964, p.126) disse que quando há ausência de uma comunicação massiva adequada, são os meios tradicionais que “assumem a responsabilidade de preencher o espaço de informação urbano-rural”, tanto que membros do governo e oradores, por saberem disso, realizam comícios; e “peças folclóricas, fantoches, cantores são mais populares do que nunca. Bazares e mercados ainda são pretexto para troca de informações paralela à troca de dinheiro e artigos”.

Por outro lado, Bordenave (1974) em texto que tratou, entre vários temas, da evolução da Comunicação como ciência e da base ideológica das políticas de desenvolvimento, e criticou as propagandas persuasivas e os modelos lineares de comunicação (defendendo a perspectiva de Paulo Freire), propôs o uso da folkcomunicação como forma de entender os

camponeses: não para impor algo, mas para compreender a lógica deles e proporcionar a elaboração de planos de desenvolvimento *com* eles.

O alto grau de compreensão dos materiais literários, floridos e românticos dos camponeses tem surpreendido muita gente. Me refiro particularmente aos folhetos populares no nordeste do Brasil. São livretos baratos escritos em verso, às vezes de umas 24 páginas, sobre os temas mais fascinantes, tais como crimes misteriosos, revoltas sociais e aventuras românticas. E a redação dos versos não é simples. Os folhetos não seguem nosso critério racional para a escritura simplificada: palavras simples, significado concretos, orações curtas, uma exata estrutura da oração, e outras recomendações típicas de Fiech. Mas “comunicam”! Os agricultores não somente entendem as histórias, mas como as resumem e as repetem a seus amigos e parentes analfabetos. **Isto está sob a denominação geral de “Folkcomunicação” (“a comunicação dos camponeses”).** Não devemos estudar seriamente os padrões de codificação e de decodificação das populações rurais? Estes dois exemplos demonstram que a formação deve preparar os especialistas da comunicação com um conhecimento amplo de desenvolvimento, em vez de generalistas do desenvolvimento, com um conhecimento superficial da comunicação. (BORDENAVE, 1974, p.47, grifo nosso, tradução nossa)

A folkcomunicação, como vista na tese de LB, é capaz de gerar interpretações de estar alinhada à ação desenvolvimentista defendida a partir das ideias da Unesco e que também se aproxima da MCR, como ao buscar entender os efeitos da comunicação, de fazer uso da ideia de líder de opinião e ao propor metodologias, como a análise de conteúdo. A citação abaixo é um bom exemplo do que temos dito, especialmente nos três pontos que estão em negrito:

Métodos e técnicas, modalidades e veículos utilizados pelo líder de opinião para o desencadeamento e sequência da atividade comunicativa também têm importância fundamental para quem deseje investigar como se informam e participam do processo social as camadas marginalizadas e menos cultas da população. **E, especialmente, quando se pretende indicar caminhos ao êxito de campanhas para a difusão de novas ideias e práticas, como na atual fase da evolução brasileira, considerada de transição com vistas ao desenvolvimento sociocultural e econômico. [destaque 1]**

Já que os grandes meios convencionais de comunicação coletiva não funcionam para a **obtenção de efeitos positivos para as pretensões das elites culturais e políticas – as metas desenvolvimentistas – porque as suas mensagens não são assimiladas, por interação social, nos grupos estudados, é tarefa do investigador pesquisar quais os veículos que, tradicionalmente, servem à condução de mensagens entendidas e aceitas em tais segmentos da sociedade. [destaque 2]**

Em seguida, **impõe-se o trabalho de análise de conteúdo [destaque 3]** da mensagem pelo pesquisador, a fim de classificá-la e compará-la com aquelas emitidas pelos meios convencionais de comunicação coletiva. (BELTRÃO, 2001, p.70, grifo nosso)

Nesse trecho da tese de LB podemos perceber que: 1) a ideia de líder de opinião é bastante aplicável quando se quer o êxito das campanhas de difusão de inovações (visando ao

desenvolvimento sociocultural e econômico – objetivo também de Schramm); 2) para haver os efeitos desejados pelas elites, os meios comunicativos dos grupos a serem atingidos deveriam ser estudados para que as mensagens pudessem passar por eles e chegarem aos receptores visados; 3) a análise de conteúdo surge como um método a ser aplicado.

Podemos dizer que na tese de LB há trechos que se apoiam em ideias desenvolvimentistas provenientes da Unesco para países subdesenvolvidos e publicadas no livro de Schramm (1964), como também há entendimentos similares aos da MCR como de estudo da persuasão, a indicação da análise de conteúdo como método e o uso do conceito de líder de opinião. Ou seja, que há indicações que geram vínculos entre folkcomunicação (1967), desenvolvimentismo e *Mass Communication Research*.

Contudo, isso não encerra nossa investigação. Se observarmos as características descritas neste tópico com as que mostramos no espaço final do segundo capítulo, a pesquisa praticada por LB para sua tese não coincide em grande parte com essas suas indicações. Na MCR, para o estudo dos efeitos da comunicação, fazem parte o uso da análise de conteúdo e de questionários (com a observação direta de campo sendo pouco utilizada [CARTER JR., 1967, p.78]). LB usou, em sua pesquisa, entrevistas abertas e teve o contato direto com as pessoas como elemento fundamental. A linearidade da comunicação que há no desenvolvimentismo não se mostra com tal força na parte empírica da tese de LB, pois as classes marginalizadas são expostas criticando, recusando (e/ou aceitando) tais políticas conforme suas vontades. E não há vestígio quantitativo na investigação de LB.

Em suma, a tese de LB usa o conceito de líder de opinião e mostra que tem afinidade com o pensamento das políticas desenvolvimentistas em sua primeira parte. Mas isso não é tudo. A segunda parte da investigação de LB talvez contrarie a primeira, podendo se desvincular de grupos de base positivista e se alinhar com um modo diverso de entender o mundo: com o materialismo dialético a partir dos estudos folclóricos de Edison Carneiro, tema esse que está imerso na hipótese geradora que será tratada no capítulo a seguir.

CAPÍTULO IV

FOLKCOMUNICAÇÃO E A PESQUISA FOLCLÓRICA DE EDISON CARNEIRO

Maria Isabel Amphilo (2013, p.987) afirmou, após investigação doutoral sobre folkcomunicação, que lhe parecia que a intenção de Luiz Beltrão (LB) era persuadir o povo para que suas atitudes e opiniões fossem mudadas visando à implantação de projetos desenvolvimentistas, e que seu problema de investigação foi “tomado de Edison Carneiro”. Pelo trecho a seguir de Amphilo, acreditamos que é possível entender melhor a ideia da autora:

Beltrão vai mais além: quer a mudança e a harmonia social. Seu objetivo é a transformação social, revelando sua linha difusionista. Na realidade, essa é uma investigação proposta por Beltrão a partir de Edison Carneiro. Apesar de não citá-lo nesse trecho, esta afirmação pode ser encontrada em *A dinâmica do folclore* (CARNEIRO, 1967 [sic]) e advém de Saintyves. Assim, Beltrão, depois de “se dar conta” da realidade vivida em sua época e dos problemas comunicacionais contextuais (como uma formação ainda deficiente, por uma série de fatores, dentre eles a censura aos intelectuais; o acesso à aquisição do “aparelho de TV”; a linguagem jornalística rebuscada), decide investigar a proposta de Edison Carneiro de estudar os efeitos comunicacionais, no contexto da audiência e recepção, por meio da análise do discurso popular expresso nas manifestações folclóricas e nas práticas culturais religiosas, averiguando a reação popular ao que é veiculado nos meios de comunicação de massa, como também suas reivindicações. (AMPHILO, 2013, p.987-988)

A pesquisadora (2013, p.988-989) enxerga que LB seguia o “funcionalismo norte-americano” ao se preocupar com a eficácia da comunicação, mas que possuía uma “contradição ideológica” ao usar “categorias marxistas” (“como superestrutura, marginalizados, alienados, entre outras”) em sua investigação “de cunho funcionalista/difusionista” e por ter assimilado “o processo de ‘recomposição folclórica’ do sociólogo Edison Carneiro, de linha neomarxista, que aborda a dinâmica social sob o prisma da dialética”. Amphilo (2013, p.990) defende que LB lança mão de conceitos marxistas a partir de Edison Carneiro e de outros autores, estes não citados, porque LB queria evitar um “rótulo ideológico”.

Em relação à ideia de que LB tinha por base o funcionalismo e o difusionismo, já expusemos nossa interpretação nos capítulos antecedentes. Sobre a interpretação de que LB não citou autores marxistas para esconder um possível posicionamento ideológico, não

encontramos material suficiente para podermos corroborar ou não com tal ideia. Informações que conseguimos são de LB afirmar que a folkcomunicação não é “exatamente uma comunicação classista” (BELTRÃO, 1987, p.14) e de que ele fez uso da ideia de dinâmica do folclore de Edison Carneiro, este tendo histórico de participação no Partido Comunista do Brasil (PCB), na Academia dos Rebeldes, a qual teve, entre suas fontes, ideias de Stalin. LB afirma que o livro *Dinâmica do Folclore* teve grande influência nele, pois verificou que “qualquer manifestação popular estava ligada ao povo, porque o povo não tinha meios, ele utilizava esses meios que lhe davam” (BELTRÃO, 1987, p.13). O vínculo de LB com Edison Carneiro também é lembrado em outros textos, como nos de Marques de Melo, como em *Ecos da rebeldia beltraniana: velhas e novas expressões da cultura popular demandam pesquisas de folkcomunicação* (2011, p.9) e em *Folkcomunicação* (2007, p.21-33).

Como falamos sumariamente em momentos anteriores desta tese, acreditamos que é possível haver bases distintas de investigação na pesquisa doutoral de LB e que isso pode ter influência no surgimento de interpretações distintas sobre o mesmo texto. Dessa forma, neste capítulo, vamos trabalhar com a *hipótese geradora* de que a tese de LB possui vínculos com as indicações de Edison Carneiro para a pesquisa folclórica.

1. CONTEXTO SOCIAL E FORMAÇÃO DE EDISON CARNEIRO¹⁴²

Edison Carneiro nasceu em 1912 e viveu parte dos seus primeiros anos de vida no contexto da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e das consequências desse embate, como com o desequilíbrio econômico no Brasil e numa época de “espécie de ‘era das revoluções’ tupiniquim promovida pelos atores do poder político e sindicatos nascentes, [o que] tumultuou o País ao longo da Primeira República e Estado Novo” (TALENTO; COUCEIRO, 2009, p.21).

O pai de Edison Carneiro, Antonio Joaquim de Souza Carneiro, de acordo com Rossi (2011, p.43-44), vivia numa situação social instável, tendo posição privilegiada enquanto intelectual da Escola Politécnica da Bahia e sofrendo de dificuldades financeiras, com essas vulnerabilidades estando ligadas “ao próprio equilíbrio instável de poder entre os grupos oligárquicos atuantes na Primeira República baiana [...]”. Essas disputas

[...] pareciam atingir de forma particularmente dramática indivíduos e famílias que, a exemplo dos Souza Carneiro, situados nos estratos médios urbanos como jornalistas, servidores públicos, professores ou profissionais liberais, depositavam nas lealdades e prestações de serviços políticos

¹⁴² Para aprofundamento do tema, sugerimos a leitura da bela tese doutoral de Luiz Rossi (2011), intitulada de *O intelectual feiticeiro: Edison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil*.

muitas das esperanças em melhorar suas chances de mobilidade e ascensão social. (ROSSI, 2011, p.44)

No âmbito político, na intenção de “assegurar melhores posições no interior da classe dirigente baiana” (ROSSI, 2011, p.56-57), Souza Carneiro apoiava José Joaquim Seabra, que foi governador da Bahia nos períodos 1912-1916 e 1920-1924 (ROSSI, 2011, p.55).

Durante a Primeira República (1889-1930), de acordo com Quaresma (1999), a política na Bahia foi marcada por disputas pelo poder, como entre liderados pelo governador Luiz Viana (1896-1900), do PRF (Partido Republicano Federal), e os seguidores do ex-governador José Gonçalves da Silva (1890-1891), do PRC (Partido Republicano Constitucional). Entre 1901 e 1906, a Bahia teve no comando o PRB (Partido Republicano da Bahia), que foi fundado em 1901 e “pretendia congregar todas as correntes políticas do Estado objetivando formar uma forte estrutura partidária” (QUARESMA, 1999, p.39).

J. J. Seabra era vinculado ao PRB, que possuía Severino Vieira como o governador do Estado. Ambos os políticos, embora do mesmo partido, não se davam, tanto que Vieira tomou a escolha do presidente Rodrigues Alves de nomear Seabra para o Ministério do Interior e Justiça como uma expressão de desagrado pessoal (FRANCO apud QUARESMA, 1999, p.40). Seabra rompeu com o PRB para as eleições federais de 1906, quando se candidatou ao Senado pelo Estado de Alagoas. Foi eleito pelo voto popular, mas não assumiu por causa da negativa recebida no processo de verificação de poderes pelo Senado (QUARESMA, 1999, p.44).

Em 1907 há outra forte rixa no PRB, com Severino Vieira apoiando Joaquim Inácio Tosta para o governo do Estado, e José Marcelino preferindo sustentar a candidatura de Araújo Pinho. J. J. Seabra defende o lado contrário ao de Vieira e vê Araújo Pinho se tornar o governador baiano para o período de 1908 a 1912 (QUARESMA, 1999, p.43-46).

No entanto, para as eleições presidenciais de 1910, José Marcelino e Araújo Pinho decidiram apoiar a candidatura de Rui Barbosa, enquanto Seabra ficou ao lado de Hermes da Fonseca, indicação do presidente Afonso Pena. Seabra conduziu a campanha de Hermes na Bahia, juntando novos políticos, como Antonio Moniz, Moniz Sodré, Otávio Mangabeira e Simões Filho (QUARESMA, 1999, p.49-56). E, então, Seabra começa a surgir como uma nova liderança na Bahia:

A nosso ver, desponta já naquele momento a intenção de Seabra, expressa nesse discurso, de colocar-se como uma nova liderança local, antagônica a tudo que vinha sendo feito no Estado. E a sucessão, ao opor as duas facções do Partido Republicano da Bahia (PRB), aprofundando a crise dentro da elite dominante, proporcionava as condições ideais para a ascensão de Seabra ao

executivo estadual. O apoio de Seabra a Hermes, no plano federal, onde suas ligações políticas eram mais fortes, automaticamente o levou à oposição no âmbito estadual. Anteriormente, nenhum candidato de oposição tinha obtido êxito ao candidatar-se para o cargo de governador. Será com Seabra que isso se realizará, pela primeira vez na Bahia; mas ele terá de contar com a ajuda da “salvações nacionais”. (QUARESMA, 1999, p.52-53)

Em 1910 surge o Partido Democrata (PD) na Bahia, com J. J. Seabra no cargo de presidente, e embora não contasse com apoio nem dos ligados a José Marcelino e nem dos unidos a Severino Vieira, ele chegou ao cargo de governador pelo PRC¹⁴³ em 1912 com o apoio do Governo Federal (QUARESMA, 1999, p.55).

Durante seu primeiro governo, logo em agosto de 1913, Seabra, que surgira como o chefe do PRC, foi expulso do Partido justamente por apoiar a candidatura de Rui Barbosa, de quem fora forte opositor, e não a de Venceslau Brás, o candidato escolhido pelo PRC a ser apoiado. Esse é um dos momentos que, conforme Quadros (1973, p.77), o personalismo característico da política na Primeira República se mostra:

Com a expulsão de Seabra do P.R.C, a facção governista ficou sem um partido formal. É então, que de modo mais palpável revela-se toda a artificialidade e inconsistência dos partidos da Primeira República. Carente de um rótulo que nos demais organismos partidários tentava mascarar o personalismo dominante dos seus chefes, a facção seabraista mostra-se a descoberto. Através de sua Comissão Executiva que, passado o agudo da crise se recompõe, o partido governista, tateando à procura de um rótulo, titubeia, e chama a si mesmo de “partido situacionista”, “partido republicano”, “partido republicano da Bahia” e, finalmente, deixa-se rebatizar com o nome do Partido Republicano Democrata da Bahia. Contudo, pouca importância tem o nome que ostenta. O partido permanece encarnado no seu chefe e ainda que, nominalmente, seu presidente seja o Cel. João Lopes de Carvalho, alto representante da burguesia comercial, o chefe é Seabra. Seabra é o partido. (QUADROS, 1973, p.77)

O seabrismo se manteve no poder baiano entre 1912 e 1924, com J. J. Seabra sendo governador em dois mandatos (1912-1916 e 1920-1924) e Antonio Moniz Sodré de Aragão em um (1916-1920) – este escolhido por Seabra como candidato por ser leal amigo e que poderia garantir seu retorno em 1920¹⁴⁴ (QUADROS, 1973, p.84). Durante o primeiro mandato, houve protestos populares por causa da alta dos preços dos alimentos, dos aluguéis e das passagens dos bondes, Seabra realizou obras para a modernização/reordenação urbana e

¹⁴³ Vale destacar que, embora Seabra tenha sido lançado como candidato a governador do Estado pelo PD em junho de 1911, ele se tornou governador pelo PRC (Partido Republicano Conservador) (QUADROS, 1973, p.69-70).

¹⁴⁴ A indicação de Antonio Moniz como candidato ao governo do Estado pôs Rui Barbosa, mais uma vez, como rival de Seabra.

trabalhou para derrubar os oposicionistas e aumentar seu poder no Estado (QUARESMA, 1999, p.164-194). Antonio Moniz enfrentou crise econômica, aprofundada pela Primeira Guerra Mundial, e o fortalecimento da oposição¹⁴⁵. O segundo mandato de Seabra caracterizou-se por herdar a impopularidade de Antonio Moniz, por sua perda de poder, desgaste da imagem de seu Partido, fortalecimento dos coronéis, falência do Estado da Bahia, demissão em massa de funcionários públicos, agitações sociais e sua desintegração política nos primeiros anos do governo de Arthur Bernardes (QUADROS, 1973, p.100-117).

Na Bahia, durante a Primeira República, as lealdades políticas eram muito importantes para as pessoas com maiores aspirações sociais e, conforme Rossi (2011, p.54-55), elas estiveram presentes na família Souza Carneiro. Conforme esse autor (2011, p.55-57), a família esteve presente em vários eventos para prestar o apoio a J. J. Seabra, pois tais vínculos eram importantes para conseguir posições na classe dirigente baiana.

Professor laureado e de reconhecido saber, a partir de 1912, com a eleição de J. J. Seabra e a convocação de Arlindo Fragozo para a Secretaria Geral do Estado, Souza Carneiro recebeu as primeiras indicações para os cargos comissionados que chegou a ocupar: “engenheiro-chefe da Comissão Geográfica e Geológica do Estado, Chefe de Estudos da Rede Baiana de Ferro” e, por fim, “Superintendente dos Serviços de Gás e Eletricidade de Salvador”. (ROSSI, 2011, p.54-55)

Com a saída de Seabra do poder, a situação financeira de Souza Carneiro, que já não era boa, piorou e, por nesse momento passar a ser oposição, foi perseguido pelo novo governo. Souza Carneiro ainda ficou viúvo, casou-se novamente e teve que arcar com as despesas da nova família. As dificuldades financeiras, que já eram bastante ruins, pioraram ainda mais com seu desligamento da Escola Politécnica em 1932, a qual se deu por meio do interventor Juracy Magalhães no intuito de parar qualquer ação que pudesse permitir o fortalecimento de J. J. Seabra no processo revolucionário da Bahia. Sem dinheiro, contou com a ajuda de seu irmão mais novo, José Joaquim, para bancar as despesas escolares dos seus filhos, com todos conseguindo cursar o nível superior. E para evitar uma maior desclassificação social, teve nas ações eruditas seu suporte, produzindo diversos trabalhos sobre os mais variados temas (ROSSI, 2011, p.61-65).

De meados da década de 1920 em diante, o que se observa é a crescente dedicação de Souza Carneiro à literatura de ficção, à atuação na imprensa, ao

¹⁴⁵ “O cacau e o fumo, principais fontes de receita da Bahia, eram maciçamente exportados para a Alemanha, assim como procedia da Alemanha quase todos os produtos importados pelo Estado. Também os banqueiros alemães eram os maiores financiadores dos grandes comerciantes baianos. Com a eclosão da guerra, o comércio da Bahia ficou praticamente paralisado, aumentando o descontentamento das classes agro-comerciais e as aflições do povo em geral. A elevação constante dos preços dos gêneros de primeira necessidade foi o prato de que melhor se serviu a oposição para atacar o governo Antonio Moniz” (QUADROS, 1973, p.88).

ensaísmo político e etnográfico, aos domínios da *geometria contemplativa* e aos temas (mas também à prática) da maçonaria, do espiritismo, das ciências esotéricas e das forças ocultas atuantes na natureza e no homem [...]. (ROSSI, 2011, p.64)

Toda essa situação familiar teve influência em Edison Carneiro, como a abertura às religiões, que não somente o catolicismo, o que, conforme Rossi (2011, p.65), “certamente, contribuíram na produção de disposições intelectuais e afetivas necessárias para uma apreensão relativizada dos candomblés e das crenças de matrizes africanas”.

No final da década de 1920, Edison convivía com as atividades intelectuais de seu pai, e iniciava a Academia dos Rebeldes, a qual contou com o suporte de Souza Carneiro, como quando este conseguiu uma sala de um centro espírita para as reuniões literárias (AMADO apud ROSSI, 2011, p.65).

Esse momento também foi o de transição entre a Primeira República e o Estado Getulista, com Edison vivenciando as ações da Aliança Liberal e a Revolução de 1930.

Para as eleições de 1930, Washington Luís decidiu apoiar Júlio Prestes, candidato paulista, contrariando o acordo com os mineiros. Dessa forma, estes se uniram aos gaúchos e optaram pela indicação de Getúlio Vargas como oposição a Júlio Prestes. A chapa composta por Vargas e João Pessoa (este como vice, mas assassinado em 26 de julho de 1930) formou a Aliança Liberal, que, conforme Fausto (1995, p.318-319), tinha o seguinte programa:

O programa da Aliança Liberal refletia as aspirações das classes dominantes regionais não associadas ao núcleo cafeeiro e tinha por objetivo sensibilizar a classe média. Defendia a necessidade de se incentivar a produção nacional em geral e não apenas o café; combatia os esquemas de valorização do produto em nome da ortodoxia financeira e por isso mesmo não discordava nesse ponto da política de Washington Luís. Propunha algumas medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria a setores ainda não beneficiados por ela, a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres e aplicação da lei de férias. Em evidente resposta ao presidente Washington Luís, que afirmava ser a questão social no Brasil “uma questão de polícia”, a plataforma da oposição dizia não se poder negar sua existência “como um dos problemas que teriam de ser encarados com seriedade pelos poderes públicos”. Sua insistência maior concentrava-se na defesa das liberdades individuais, da anistia (com o que se acenava para os tenentes) e da reforma política, para assegurar a chamada verdade eleitoral.

O governo getulista iniciado, em 1930, marcou a derrota das políticas às oligarquias, dando fim à Primeira República, e começando um período de maior atenção à classe média e à burguesia industrial. J. J. Seabra liderou as campanhas da Aliança Liberal na Bahia, contando com o apoio dos universitários, incluindo o de Nelson Carneiro, irmão de Edison

(ROSSI, 2011, p.73; TALENTO; COUCEIRO, 2009, p.46-47). Era uma chance de Seabra voltar ao poder e de novas lideranças políticas surgirem.

Ainda conforme Rossi (2001, p.73), Edison não era insensível ao momento político vivido nos anos 1920, mas “contava com um ambiente de relativa despreocupação e liberdade para os exercícios das divagações e ‘inquietações’ do espírito”, tendo acesso à biblioteca de seu pai e tendo sempre a presença de amigos de ginásio e da Academia dos Rebeldes.

De acordo com Rossi (2011, p.89), a Academia dos Rebeldes foi um grupo formado no fim dos anos 1920 do qual participaram “jovens que aspiravam projeção intelectual e literária, cujas idades variavam entre 18 e 25 anos”. Os participantes eram Edison Carneiro, Jorge Amado, Guilherme Freitas Dias Gomes, Aydano de Couto Ferraz, Clóvis Amorim, João Cordeiro, José Alves Ribeiro, Sosígenes Costa, Walter da Silveira, José Bastos e Pinheiro Viegas, que possuía mais de trinta anos e era “considerado uma espécie de ‘líder espiritual’ do grupo”.

FIGURA 15: Academia dos Rebeldes



Fonte: OS MEMBROS..., [s.d.]

Edison Carneiro é o quinto da esquerda para a direita.

A Academia dos Rebeldes tinha sentido literário, com os autores produzindo e publicando livros, textos e jornais (como os *Meridiano* e *O Momento*), e com Jorge Amado (então com dezoito anos) publicando seu primeiro livro em 1931, *O País do Carnaval*. O objetivo do grupo era “[...] entre outras resoluções, lançar um manifesto literário aos intelectuais do país, a criação de uma revista de cultura e a publicação de uma série de livros dos seus associados” (A INSTALAÇÃO... apud ROSSI, 2011, p.106).

Na década de 1930, muitos deles publicaram, como Jorge Amado¹⁴⁶ com *Cacau* (1932), *Suor* (1933) e *Jubiabá* (1935); João Cordeiro com *Corja* (1934); Clóvis Amorim com *Alambique* (1934) e *Massapê* (1937); Dias da Costa com *Canção do Beco* (1939); e Edison Carneiro com *Religiões Negras* (1936) (ROSSI, 2011, p.124).

Carneiro vivia entre o povo, os negros dos bairros pobres e as manifestações culturais que lá ocorriam, momento esse de grande importância para entendermos a ida de Carneiro à busca do entendimento dos marginalizados¹⁴⁷:

De qualquer forma, parece, ter sido através de suas qualidades de cronista e jornalista engajado nos dilemas da vida social e política de Salvador que Edison Carneiro começou suas descobertas, a treinar seu olhar e se projetar em suas primeiras viagens a espaços e mundo sociais que, poucos anos mais tarde, lhe daria condições de perceber que aquilo que fazia na imprensa baiana poderia ser reconvertido em gêneros e ferramentas mais nobres de trabalho intelectual: etnografia e trabalho de campo. (ROSSI, 2011, p.131-132)

É provável que o interesse de Edison Carneiro pelas manifestações culturais e religiosas afro-brasileiras tenha começado a ganhar força neste momento de seu aprendizado e treinamento intelectual cronista e contista da cidade de Salvador, sensível ao registro e à apreensão de sua população negro-africana, suas festas, seus hábitos e tipos que, no final das contas, pareciam oferecer o melhor retrato da “velha” e “primitiva” Bahia em pleno século XX. Decerto, é preciso não minimizar a importância que a revolução de 30 teve no desenvolvimento de uma postura que, em pouco tempo, resultaria na conversão de Carneiro ao comunismo e na reivindicação do “povo” e do “proletariado” como arrimos de suas tomadas de posição intelectual. (ROSSI, 2011, p.130)

Conforme o próprio Edison Carneiro, em depoimento publicado no Correio da Manhã de 25 de agosto de 1963, durante seus primeiros 30 anos de vida, ele vivia em Salvador em meio às festas com bumbas, aos candomblés e às rodas de samba, achando tudo aquilo normal, natural, e foi somente em 1932, quando Nina Rodrigues lançou seu primeiro livro “que comecei a estudar tudo aquilo que conhecia por conhecer. Em 1933 fiz então um estudo sobre candomblés mas, somente em 1936, quando quis escrever o meu primeiro livro foi que saí pesquisando pra descobrir outra gente que não os negros-nagôs falados por Nina” (EDISON..., 1963).

Após a Revolução de 1930, o cearense Juracy Magalhães foi nomeado interventor federal em 1931 na Bahia, enterrando de vez as chances de Seabra de voltar ao cargo de

¹⁴⁶ Participou da Academia dos Rebeldes até o ano de 1931.

¹⁴⁷ “Jorge Amado diz que lá ‘estão as minhas raízes que determinaram as condições de minha literatura, quer dizer a luta contra o preconceito, a luta contra uma sociedade injusta, as posições de esquerda’. Observou ainda que o fato de os integrantes serem comunistas os colocaram ‘em contato com os meninos de rua, abandonados, os capitães de arcaia’ e ‘nenhum escritor naquele momento era um escritor que não tinha algum engajamento’” (TALENTO; COUCEIRO, 2009, p.53).

liderança do Estado, e, com isso, uma oposição a Juracy foi formada. Para jovens como Edison Carneiro, o comunismo foi a linha opositora optada, o que, provavelmente, segundo Rossi (2011, p.139), deve ter entusiasmado Souza Carneiro, que, embora não tenha se vinculado ao comunismo, era um opositor do interventor. Ainda de acordo com Rossi (2011, p.139-140), a busca por tal ideologia de Edison estava vinculada a uma reação à situação política vivida, como dito no importante trecho abaixo:

A oposição intransigente da família ao novo regime; a perda do emprego na Politécnica e o debilitamento da saúde do pai, de cuja presença seria privado; a prisão e o afastamento forçado do irmão mais velho; a deterioração social e financeira no âmbito doméstico; as incertezas que pesavam sobre seu futuro profissional e sobre suas veleidades como *escritor de subúrbio*, todos esses elementos pareciam ir se acumulando e dando molde às convicções cada vez mais acentuadas de Edison quanto à falência do modelo republicano, à ineficácia de seu sistema representativo e à decadência de toda a ideologia que lhes dava sustentação. A começar pelos valores “apodrecidos” do individualismo e liberalismo burgueses, “cuja raízes mais remotas [se encontram em] Rousseau e nos filósofos e idealistas da Revolução Francesa, derivando na egolatria e no egocentrismo modernos [que] fizeram *tudo*”: ou seja, eles eram os “responsáveis diretos [pela] desgraça” em que se encontrava o Brasil e o mundo. E na visão de Edison Carneiro, “esse *tudo* é que [era] preciso destruir”, na medida em que não haveria mais condições históricas para a existência do “homem autodidata”, do “homem livre, pensando e agindo por si mesmo”, insensível aos interesses mais amplos das massas e da Nação.

Conforme Talento e Couceiro (2009, p.50), todos os membros da Academia dos Rebeldes eram comunistas, com as ideias de Stalin tendo grande poder. De acordo com Jorge Amado (JORGE..., 1995), “nós éramos stalinistas, terrivelmente stalinistas. Para mim Stálin era meu pai e minha mãe. Levei uma trajetória de anos cruéis para compreender que meu pai era o coronel de cacau João Amado”.

Jorge Amado foi apresentado ao comunismo por Rachel de Queiroz no Rio de Janeiro e se tornou militante em 1932. Durante o Estado Novo, foi perseguido, com alguns de seus livros sendo queimados em praça pública em Salvador em 1937. Após a queda de Getúlio Vargas, Amado foi eleito pelo PCB (Partido Comunista do Brasil¹⁴⁸) a deputado federal em 1945 (O PAÍS..., [s.d.]). Mais tarde, nos anos 1950, ele entendeu que o governo soviético não funcionava como ele esperava e que a polícia socialista torturava os presos políticos, tomando, por fim, a decisão de sair do PCB (JORGE..., 1995).

O PCB surgiu em março de 1922, tendo como objetivo final uma sociedade socialista: defendendo o papel e o poder do Estado no período de transição até este não ser mais

¹⁴⁸ Em setembro de 1960, no V Congresso do PCB, o nome do partido é alterado para Partido Comunista Brasileiro.

necessário. Nas questões sindicais, defendia uma organização centralizada, com os poderes nas mãos dos dirigentes. E em relação à revolução, enxergava-a por meio de reformas para que se fosse possível chegar a uma sociedade socialista por uma via pacífica (FAUSTO, 1995, p.303-304). Nos anos 1920, o PCB se viu com a tarefa de difundir as ideias marxistas, como ao lançar o jornal *A Classe Operária* e ao traduzir e publicar *O Manifesto do Partido Comunista*, e de dinamizar “o movimento sindical com uma perspectiva classista e independente inserindo-se no cenário da política institucional, através do Bloco Operário Camponês”. No primeiro ano da década de 1930, o Partido já contava com mais de 1000 militantes e trabalhou até 1935 tentando se afirmar politicamente. Nessa década atuou tendo como bandeiras o anti-imperialismo e a oposição aos latifundiários (BREVE..., [s.d.]).

Getúlio Vargas, ao se tornar presidente do Brasil, logo reprimiu os partidos e organizações de esquerda, tal como o PCB. Em 1935, a esquerda organizou a Aliança Nacional Libertadora (ANL) no intuito de “combater o fascismo e o imperialismo” e contava, em julho de 1935, com 70 a 100 mil pessoas. Segundo o CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil) (PARTIDO..., [s.d.], p.9), ela foi fundada em 12 de março de 1935 e era uma “ampla frente da qual participaram socialistas, comunistas, católicos e democratas, todos unidos em torno da luta ‘contra o fascismo, o imperialismo, o latifúndio e as leis de opressão às liberdades democráticas’”. Porém, foi fechada pelo governo logo em julho de 1935, tendo como reação a tentativa de golpe em novembro de 1935 pelo PCB, a qual foi um fracasso. Os atos desse ano tiveram como resultado mais repressão aos comunistas, como em janeiro de 1936 com a formação da Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (FAUSTO, 1995, p.359-362). Nos anos seguintes, com o golpe de 1937 de Vargas, a repressão ao comunismo se intensificou. Porém, em 1945, ao fim do Era Vargas, com a decisão de haver novas eleições, o PCB apoiou o próprio governo Vargas, seguindo a orientação de Moscou de que todos “deveriam apoiar os governos de seus países, integrantes da frente antifascista, fossem eles ditaduras ou democracias” (FAUSTO, 1995, p.386).

Edison Carneiro fez parte da militância comunista, tendo, por exemplo, nos anos 1930, organizado, na casa de seu pai, reuniões; foi membro do núcleo da ANL e visto como uma liderança na Bahia. Conforme Rossi (2011, p.139-144), tal posicionamento refletiu em sua postura enquanto pesquisador, levando-o a se vincular com os interesses dos *marginalizados*.

O marxismo está na base do pensamento de Carneiro, como em análises sobre o negro. Rossi (2011, p.171) verificou textos (especialmente dos anos 1930) e obras de Edison Carneiro sobre as questões afro-brasileiras, e defendeu que há “um esforço de análise

marxista do negro no contexto das lutas e da sociedade de classes” e que ele também teve no evolucionismo de Lewis Henry Morgan (este que teve ideias recuperadas por Engels para o livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* ([s.d.]) e que influenciou Marx e Engels a partir da obra *Ancient Society*) “um ponto de ancoragem significativo para as discussões sobre as relações raciais e a presença da cultura africana no Brasil”, tendo como exemplo o texto *A situação do negro no Brasil*, publicado nos anais do I Congresso Afro-Brasileiro, realizado em Recife.

A literatura de esquerda teve, até os anos 1960, no PCB, importante organização para a sua difusão, como na divulgação de “publicações de caráter simplificador e divulgativo das obras dos fundadores do materialismo histórico, em particular a grande quantidade dos resumos de *O Capital* [...]” (A DIFUSÃO..., [s.d.], p.1). *O Manifesto do Partido Comunista* foi a primeira obra de Marx e Engels publicada no Brasil, em 1923-24 e traduzida por Otávio Brandão. Nos anos 1930, o PCB publicou o jornal *A Classe Operária* e encontrou espaço em revistas como *Boletim de Ariel*, *Espírito Novo* e *Problemas* (A DIFUSÃO..., [s.d.]).

As obras de Stálin no Brasil começaram a chegar aos poucos e lentamente. Em 1904 foi publicado o artigo *Como entende a social-democracia o problema nacional* e em 1912 *O marxismo e o problema nacional*. A primeira tradução em português de Stálin foi em 1929 do livro *Sobre os fundamentos do leninismo*, e em 1931 surge o primeiro livro editado no Brasil: *Em marcha para o socialismo*, com a tiragem de 5 mil exemplares. Em 1932 foi publicado, pelo Editorial Soviet, o folheto *A luta pelo marxismo-leninismo na América Latina*. Em 1933 os textos *A revolução russa e a atitude de Trotsky* e *A luta contra a direita* foram publicados em *A luta contra Trotsky*, e o discurso *Novos rumos da URSS* é editado pela editora Alba. Em 1934 o informe de Stálin ao XVII Congresso do Partido Comunista (bolchevique) da URSS é publicado no Brasil sob o título *O mundo socialista e o mundo capitalista – de 1932 a 1934*. (TABAK; KONDER, 1949).

Conforme Tabak e Konder (1949), as obras de Stálin foram importantes para a formação do PCB, pois suas ideias foram bastante difundidas “através da publicação de trechos e mesmo na forma de diretivas na imprensa legal e clandestina do movimento comunista” e por sua teoria ter sido largamente utilizada “para a análise da realidade brasileira e na formulação dos objetivos da revolução brasileira”. Já na época da ditadura Vargas, textos de Stálin continuaram sendo publicados, clandestinamente, no Brasil, como *Sobre o Projeto de Constituição da URSS*, *Informe ao XVIII Congresso do Partido Comunista (bolchevique)*

da URSS e *História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS*, fazendo parte deste o capítulo *Sobre o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético*¹⁴⁹.

De acordo com Rossi (2011, p.175), o pensamento materialista histórico de Carneiro teve influência de “um marxismo apreendido de maneira difusa e autodidata”, o qual se cruzou com o evolucionismo de Morgan¹⁵⁰ e gerou importante pensamento para seus estudos de raça como ao “criticar teoria da inferioridade biológica associada à raça, compreendendo-a fundamentalmente como um artifício ideológico de natureza de classe, criado e utilizado para fins de dominação entre os povos”.

Carneiro, a partir dos anos 1930, teve a questão da raça como importante objeto de interesse, como podemos perceber em livros e materiais escritos e publicados em jornais. Com 22 anos, ele participou do I Congresso Afro-Brasileiro, que ocorreu em 1934 na cidade do Recife e foi organizado por Gilberto Freyre. Este, nos anais do evento, escreveu o texto *O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife* (1988), no qual contou como se deu a organização e falou de alguns dos mais diversos participantes, e Carneiro publicou dois artigos: *Xangô* (CARNEIRO, 1988a, p.139-145) e *Situação do negro no Brasil* (CARNEIRO, 1988b, p.237-241). No primeiro, o tema, como o título já mostra, é Xangô, com o trabalho sendo descritivo, explanando também um pouco sobre alguns orixás, falando das associações feitas entre os orixás africanos e os santos católicos (como ao dizer que Oxóssi virou São Jorge e Iemanjá se tornou Nossa Senhora da Piedade) e ao já mostrar que Nina Rodrigues e Arthur Ramos são base para a coleta de informações sobre as religiões afro-brasileiras. O segundo texto, embora curto, é bastante rico em informações sobre o próprio Edison Carneiro, sobre como ele via a situação do negro e como sua base política refletia em sua análise. Em *Situação do negro no Brasil*, percebemos muito do materialismo histórico: a ideia das fases evolutivas da sociedade, como da passagem do feudalismo ao capitalismo, na crítica ao trabalho assalariado – sendo este um dos motivos (segundo o autor) para que os senhores aceitassem a abolição da escravidão – e à necessidade burguesa à produção da mais-valia, a

¹⁴⁹ “A mesma editora [Edições Horizonte] lançou também, em folheto, o capítulo da ‘História do Partido Comunista (bolchevique) da URSS’, intitulado ‘Sobre o Materialismo Histórico e o Materialismo Dialético’, que é uma síntese e uma contribuição genial do camarada Stálin à filosofia marxista” (TABAK; KONDER, 1949). “Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico” faz parte de quarto capítulo desse livro de Stálin e foi publicado pela Global Editora em 1978 sob o título *Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico*.

¹⁵⁰ Este de grande importância ao materialismo histórico, como afirmou Engels ([s.d.], p.13): “As páginas que se seguem constituem, de certo modo, a execução de um testamento. Foi o próprio Karl Marx que se dispôs a expor pessoalmente os resultados das investigações de Morgan em relação com as conclusões de sua (dentro de certos limites, posso dizer nossa) investigação materialista da história e, desse modo, tornar precisamente claro todo o seu alcance. Na realidade, Morgan havia redescoberto à sua maneira, na América, a concepção materialista da história, descoberta por Marx quarenta anos antes, e, baseando-se nela, havia chegado, contrapondo barbárie e civilização, nos pontos principais aos mesmos resultados de Marx”.

ideia de força de trabalho e de proletarização: enfim, uma crítica ao capitalismo. Assim como também recorre a Morgan (antropólogo evolucionista, que, para Engels ([s.d.]), redescobriu o materialismo histórico na América) para tratar dos momentos evolutivos das raças. Os seguintes trechos nos mostram o caminho de Carneiro para entender esse momento histórico do Brasil:

O processo histórico de transformação da sociedade semifeudal do Brasil em sociedade capitalista, que se traduziu, primeiro na demagogia abolicionista, depois na consciência, por parte dos próprios senhores de escravos, da necessidade do trabalho assalariado, que produz a mais-valia absoluta, e onde a exploração do trabalhador pode ser levada ao extremo – veio mudar somente a forma de exploração e de domínio. Desligado da fazenda de café ou do engenho de açúcar, onde, apesar dos pesares, sempre achava uma lasca de jabá com farinha e uma cama de varas para dormir, o negro se viu forçado a sofrer as flutuações do mercado, onde ia à procura de comprador para a única mercadoria de que podia dispor – a sua força de trabalho. Numa palavra, o negro se proletarizou. O desenvolvimento incipiente do capitalismo no Brasil, no século passado, aproveitou a grande força de trabalho, explorando-o ao máximo. O negro foi forçado a descer, ainda mais do que com a escravidão, sob essa outra escravidão que era o capitalismo. Sobre os ombros do trabalhador negro se construiu toda uma superestrutura política da vontade da classe dominante. Esta superestrutura, agindo sobre o escravo, produziu o chamado choque de culturas, que, devido a circunstâncias especiais, resultou, não na anulação sumária das culturas inferiores do negro e do índio, mas no fenômeno da interpenetração das culturas – a ação da base do edifício social. (CARNEIRO, 1988b, p.237-238)

As raças se formaram nos primeiros estágios da Civilização, sob a influencia do meio natural, e a sua marcha ascensional se faz, como quer Morgan, por caminhos uniformes, devido à similaridade da inteligência humana e dos obstáculos que têm de vencer para chegar à dominação da natureza. (CARNEIRO, 1988b, p.239)

Os negros começam a tomar papel ativo na conquista desse objetivo. Sabe-se que o negro tem fornecido um grande contingente para as fileiras do Partido Comunista do Brasil. Com efeito, esta tarefa, na realidade tão simples, não cabe nos quadros da sociedade burguesa, atualmente dominante no Brasil. Somente a sociedade comunista, que reconhece às raças oprimidas até o mesmo direito de se organizarem em Estado independente, conseguirá realizá-la, abolindo a propriedade privada e acabando, de uma vez por todas, com a exploração do homem pelo homem. (CARNEIRO, 1988b, p.240-241)

Nos anos seguintes, Carneiro continuou produzindo nessa área, como o livro *Religiões Negras*, publicado em 1936 (1981a), e tendo escrito textos para jornais e revistas. O *Boletim de Ariel*, de dezembro de 1936, apresentava tal livro, dizendo que o autor “procurou apreender os ritos e peculiaridades das crendices dos descendentes de africanos e o resultado foi um livro perfeitamente orgânico e escrito com ordem e bom gosto” (EDISON CARNEIRO..., 1936), em março desse mesmo ano, Carneiro publicara, também em *Boletim de Ariel*

(CARNEIRO, 1936a), uma crítica sobre o livro *A influência africana no português do Brasil*, de Renato Mendonça, e em dezembro de 1936, no *Estado da Bahia* (CARNEIRO, 1936b), um texto que fala sobre os “negros bantus” (sobre as funções guerreiras que eles dão a Ogum), grupo que foi objeto do livro seguinte, intitulado de *Negros Bantos* (1981b), publicado em 1937.

O estudo sobre raça e sobre folclore foi ganhando mais força, e as características de trabalho defendidas por ele e o contexto sociopolítico, podem ser encontradas em diversos textos publicados em jornais. No artigo *Saudade da África* (CARNEIRO, 1937), ele conta a repressão policial que atuavam no “sentido de esmagar as formas religiosas de origem africana no Brasil”, e fala rapidamente sobre a luta entre fascistas e comunistas nos anos 1930, com os negros se juntando ao último grupo na luta antifascista.

Em artigos dos anos 1940 e 1950, alguns posicionamentos de Carneiro já se mostram bastante claros, tanto científica quanto politicamente, contrastando com o cuidado que tinha em não expor posicionamentos ideológicos tão claramente entre 1936 e 1938 (momento em que a repressão do governo getulista contra os comunistas vinha aumentando), como quando disse a Arthur Ramos, em carta de 4 de janeiro de 1936, que “vou fazer o máximo possível para não citar o velho Marx¹⁵¹” (CARNEIRO, 1987a, p.79-80). Na seara científica, Paulo Carvalho Neto (1949), num texto intitulado de *Candomblés da Bahia*, indica o maior destaque do livro de mesmo título:

O que sobretudo empolga em “Candomblés da Bahia” é o seu caráter de monografia. Aqui o autor se revelou, mais do que em todos seus livros, um autêntico *fact finder*. É precisamente isto o que vale atualmente. É pesquisa, trabalho de campo, desbravamento, contato direto. Basta de abstrações de gabinete. Temos de sobra torres de marfim em nosso meio. E, em Antropologia, esses são denominados mais apropriadamente “arm chair anthropologists”, antropólogos de cadeira de braços.

Em outro texto, o *Significação nacional da obra de Arthur Ramos* (CARNEIRO, 1950a), no qual mostra obras e características e vínculos científicos de Ramos, como ao método comparativo de Nina Rodrigues, Edison Carneiro, em sua linguagem por vezes ácida, diz que Ramos tinha abandonado a psicanálise por ela não ser suficiente para responder às

¹⁵¹ Após as ações de 1935 dos comunistas no Brasil, as repressões policiais aumentaram. Segundo Oliveira e Lima (1987, p.83-84), a indicação de Carneiro em não citar Marx era para tranquilizar “o diretor da *Biblioteca de Divulgação Científica* quanto às possíveis implicações políticas da publicação de um livro seu naquela já prestigiosa coleção da Editora Civilização Brasileira”. Em outra carta a Arthur Ramos, em 23 de abril de 1936, Carneiro (1987b, p.109), afirmou: “Jorge me escreveu que você quer intercalar no livro o artigo sobre o boi. Não faça isso. Aquilo é material pros *Negro Bantus*. Vai assim em artigo devido à insegurança da minha vida, atualmente. Apenas para não se perder a documentação. Sei lá se vou morrer ou, pelo mesmo, apodrecer numa prisão!”.

indagações do autor, mas que sua “luminosa inteligência” o aproximava da dialética materialista; contudo, “quando se aproximava da dialética, quando chegava a ter nas mãos o método, o instrumento de interpretação de que se poderia valer de inteira eficácia, foi surpreendido pela morte, no seu hotel de Paris” (CARNEIRO, 1950a, p.15).

Em relação aos seus posicionamentos políticos, podemos encontrá-los em alguns textos, como *Edison Carneiro opina sobre a obra-prima da literatura brasileira* (CARNEIRO, 1946), no qual defende que não chegaremos a uma “cristalização de nacionalidade” sem a reforma agrária, a criação da indústria pesada e a ampliação do mercado interno. O artigo *O escritor e a paz* (CARNEIRO, 1948) é bem completo nesse sentido, expondo críticas ao fascismo e ao imperialismo, indicando seu posicionamento político-econômico e mostrando sua vontade de que houvesse, seguindo a lógica evolucionista marxista, “a marcha da humanidade para planos superiores de organização social”, no caso o socialismo. Abaixo, destacamos alguns trechos:

Valores políticos e antifascismo:

A defesa da paz depende, essencialmente, da defesa da democracia e da soberania nacional. Somente através do respeito às liberdades democráticas, no plano nacional, e do acatamento ao direito dos povos de dispor de aos mesmos, no plano mundial, poderemos fazer com que a paz conquistada sobre as legiões fascistas se torne a paz que possa fecundar o trabalho livre e a amizade entre as nações – e não uma trégua para novas aventuras guerreiras. (CARNEIRO, 1948, p.19)

Crítica às ações imperialistas:

Estamos assistindo, neste momento, a uma vasta ofensiva dos setores mais comprometidos com as forças de reação, que tentam, com o apoio da imprensa venal, transformar a vitória popular contra as ditaduras fascistas numa vitória dos grandes trustes, carteis e combines, numa vitória do imperialismo. Os beneficiários da guerra, os tubarões do mercado negro, os latifundiários e os especuladores, responsáveis pela guerra, se armam em Cruzada contra as liberdades populares e contra a consciência nacional despertada, nos vários países, pela participação popular na liquidação do fascismo internacional. Esta ofensiva se exerce sobre um campo cada vez mais amplo, utilizando métodos de pressão e de intimidação, de corrupção e de intervenção, que lembram os métodos fascistas. (CARNEIRO, 1948, p.19)

O ataque dos capitalistas ao comunismo:

Os senhores do grande capital justificam a sua política reacionária e retrógrada, que favorece os elementos derrotados militarmente na Europa e na Ásia, levantando o espantalho comunista – contra o qual, há um século, Marx e Engels redigiram o seu célebre *Manifesto*. Exercendo, por todos os modos, uma pressão tenaz sobre os países que seguem a sua política ou aceitam o seu ouro, os senhores do capital, na sua desesperada tentativa de

conter o movimento operário, impõem a governos e Paramentos sem dignidade leis antidemocráticas, que excluem da cena política setores consideráveis da população nacional, sob o falso pretexto de defesa da democracia. (CARNEIRO, 1948, p.19)

Posicionamento político e econômico de Edison Carneiro:

A atividade das forças da reação toma conhecimento de um fato novo e suspcioso na história da humanidade – o nascimento das democracias populares da Europa, que estão construindo um mundo novo, de justiça e de paz, sobre as ruínas da guerra. A reforma agrária, a nacionalização ou socialização das indústrias, o planejamento econômico e o controle do comércio exterior estão roubando bases de exploração do imperialismo e criando condições para o desenvolvimento independente e livre dos povos. Este processo se alastra desde a Grã-Bretanha até as fronteiras da URSS, arrancando a servidão da gleba milhões de trabalhadores da Itália, da Polônia, da Iugoslávia, da Hungria e da Bulgária, pondo a serviço do povo as grandes indústrias britânicas, francesas e tchecoslovacas e garantindo o bem-estar nacional, através de uma economia que procura satisfazer as necessidades das grandes massas da população e não os interesses de latifundiários, banqueiros e capitalistas. (CARNEIRO, 1948, p.20)

Proposta de ações para combater os imperialistas:

Para derrotar completamente a reação imperialista, para defender a paz e conquistar a fraternidade universal, urge que todos os democratas, que todos os patriotas, que todos os homens de boa vontade se unam na defesa da democracia dentro dos seus respectivos países e na defesa da soberania nacional nas relações internacionais, ou seja, na luta intransigente e ativa contra os reacionários e os fascistas no interior e na resistência vigilante contra as manobras diplomáticas e econômicas do imperialismo. (CARNEIRO, 1948, p.20)

Durante todos esses anos, o folclore estava presente nos estudos e sob observação de Carneiro, como ao escrever em 1941 (CARNEIRO, 1980, p.63) sobre João da Silva Campos, vendo-o como um grande folclorista e defendendo que quem se interessa por essa área não poderia prescindir das contribuições desse autor, assim como desejando que suas obras se popularizassem, ou seja, “que a obra retorne ao povo, de onde saiu” e ao dizer que “em 1937 mesmo organizei na Bahia o ‘Congresso Afro-Brasileiro’, que foi o segundo realizado no Brasil, onde tratamos da defesa de nosso folclore” (EDISON..., 1963). No entanto, mesmo estando presente, não era o foco. Paulo de Carvalho Neto (1949) disse que, até então, a obra de Carneiro poderia ser distribuída da seguinte maneira: “um único tema, o negro, com as seguintes cabeças de ponte – Religião, Folclore, Insurreições e Castro Alves. Três volumes sobre Religião, incluindo-se o último [Candomblés da Bahia], dois sobre Castro Alves, um sobre Insurreições (‘O Quilombo dos Palmares’) e notas de folclore”.

A partir do final dos anos 1940 e início dos 1950, encontramos posicionamentos mais específicos de Carneiro na valorização do folclore e seu envolvimento e ideias nas ações por um movimento folclórico institucionalizado, como no artigo *Sistematização do folclore nacional*, publicado no *Correio da Manhã* em setembro de 1950, no qual afirmava que o “conhecimento que já possuímos do folclore nacional parece autorizar uma tentativa de sistematização que vá mais além da simples investigação das origens étnicas de cada gênero ou da simples classificação desses gêneros de acordo com suas características exteriores ou formais” (CARNEIRO, 1950b). É esse o momento da vida de Carneiro que se fará mais relevante na obra de Luiz Beltrão, e será o tema do tópico seguinte.

2. ESTUDOS FOLCLÓRICOS

Carneiro, em *Evolução dos estudos de folclore no Brasil* (1962a), publicado na Revista Brasileira de Folclore (RBF), com um adendo e retificação de mesmo título publicado na RBF (1962b), expõe os momentos iniciais de investigação sobre o folclore no Brasil, iniciando com Celso de Magalhães e com Silvio Romero, explica um pouco sobre as técnicas de coleta utilizadas (e suas falhas), diz que o primeiro curso de folclore no Brasil foi dado por João Ribeiro, na Biblioteca Nacional, e lembra rapidamente de vários outros autores. Carneiro deposita mais atenção em três autores: Amadeu Amaral, Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade. O primeiro dizia que os estudos de folclore sofriam dos males do sentimentalismo, do excesso de teorizações imaginosas e precoces e do excesso de diletantismo erudito. Defendia o mapeamento do folclore brasileiro, a organização de uma biblioteca especializada e que houvesse “correspondentes” em diversas partes “capazes de realizar a coleta primária” (CARNEIRO, 1962a, p.49-51). O segundo, ainda conforme Carneiro (1962b, p.39), foi o primeiro a criar uma “associação dedicada ao estudo das coisas populares”, a Sociedade Brasileira de Folclore, em 1941, a qual já propunha um “plano geral de inquérito”, mostrado por Carneiro (1962b, p.39-40):

[...] A virtude máxima do folclorista é a fidelidade. Não admitir a colaboração espontânea, inconsciente e poderosa da própria imaginação no material obtido. Fixar talqualmente ouviu. Pode ser que o “regionalismo” seja apenas um arcaísmo legítimo. Pode ser que o hábito julgado exótico reflita a sobrevivência secular. / O trabalho inicial do folclorista é o de um fotógrafo sem o recurso dos retoques. / Colhendo música, não pretenda facilitar o registro dos compassos modificando o andamento. Não consulte sua estética pessoal. Ouvindo canto popular, vozes nasaladas, processos imprevistos de portamento, terminação, ampliação vocal, registre como for possível, mas informe integralmente sobre o que encontrou. / Não pergunte afirmando. É uma sugestão para a concordância, psicologicamente natural entre a gente do povo. / Nunca aceitar informações de uma só conversa.

Tente-se endossá-las com o segundo, e discreto, interrogatório. Haverá sempre pequenas modificações para melhor.

O terceiro autor, Mário de Andrade, “tentou, sem êxito, criar uma Sociedade de Etnografia e Folclore (1936)”, mas deixou dois importantes discípulos: Oneyda Alvarenga, que trabalhou para desenvolver a Discoteca Pública, criada por Mário, e Rossini Tavares de Lima, que criou o Centro de Pesquisas Folclóricas Mário de Andrade, em 1946.

Carneiro (1962a) cita outras tantas pessoas que estudaram folclore, como Lindolfo Gomes, Basílio de Magalhães, Arthur Ramos, Gustavo Barroso, Cornélio Pires e Leonardo Mota. Luís Rodolfo Vilhena (1997, p.83-93) traz detalhes desse período que chamou de “projetos institucionais em tempos heroicos” (ou conforme Carneiro [1968, p.168]: “uma nova fase¹⁵²”), mostrando algumas iniciativas não citadas por Carneiro e aprofundando a explicação de outras, como da Sociedade de Etnografia e Folclore, também denominada de “Clube da Etnografia”, que surgiu do Departamento de Cultura do Município de São Paulo e teve como atividade principal, após a participação no Congresso Internacional de Folclore em Paris (1937), o “seu curso de extensão ministrado pela ex-assistente do Museu do Homem de Paris, Dina Lévi-Strauss – mulher do jovem professor francês contratado pela USP, Claude Lévi-Strauss. Dina se torna secretária da Sociedade, cujo presidente era Mário de Andrade” (VILHENA, 1997, p.90).

A primeira tentativa mais exitosa de institucionalização veio com Renato Almeida, com a criação da Comissão Nacional de Folclore¹⁵³ (CNFL) em 1947¹⁵⁴: “Alto funcionário do Ministério do Exterior, valeu-se da oportunidade de criação do organismo nacional da Unesco para nele incluir uma Comissão de Folclore (1947), com subcomissões em todos os Estados, em que folcloristas e amigos do folclore tomariam parte” (CARNEIRO, 1962a). Essa Comissão começou a publicação de um boletim com notícias, bibliografia e documentos “sobre os mais variados aspectos do folclore nos diversos pontos do país” (CARNEIRO, 1962a).

Essa Comissão realizou encontros, iniciando com a “Semana de Folclore”: 1948, no Rio de Janeiro; 1949, em São Paulo; 1950, em Porto Alegre; 1952, em Maceió. Congressos

¹⁵² Texto com esse título presente no livro *A sabedoria popular* (1968, p.163-183), mas publicado primeiramente em *O folclore nacional* (1954, p.9-20).

¹⁵³ Roberto Benjamin, importante autor em folkcomunicação e ex-aluno de Luiz Beltrão, foi presidente da Comissão no período 2000-2004.

¹⁵⁴ “Como registram os primeiros documentos enviados pela CNFL, ainda sem numeração, a decisão de criá-la foi tomada pelo IBECC [Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura] em sua sessão de 7 de novembro de 1947, sendo formalmente instalada sua primeira sessão plenária em 19 de dezembro do mesmo ano” (VILHENA, 1997, p.96).

nacionais também ocorreram: O primeiro foi em 1951, no Rio de Janeiro; o segundo em 1953, em Curitiba; o terceiro em 1957, na Bahia; o quarto em 1959, em Porto Alegre; e o quinto em 1963, em Fortaleza (CARNEIRO, 1962a). Pelo momento político que o Brasil passaria a partir de 1964, o sexto Congresso Brasileiro de Folclore somente viria a acontecer em 1970, na cidade de Brasília. Antes disso, em 1954, foi realizado em São Paulo o Congresso Internacional de Folclore.

A CNFL teve por interesse principal o estudo dos folguedos populares, mas, ainda de acordo com Carneiro (1962a, p.56), a situação sociopolítica brasileira tinha mudado, com problemas econômicos e com o êxodo rural, atingindo o objeto folclórico e exigindo uma nova formulação, o que foi feito na Carta do Folclore Brasileiro de 1951, a qual indicava “os princípios fundamentais, as normas de trabalho e as diretrizes que devem orientar as atividades do Folclore Brasileiro” (CARTA..., 1951). O estudo do folclore passava a:

- 1.1. O I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece o estudo do folclore como integrante das ciências antropológicas e culturais, condena o preconceito de só considerar folclórico o fato espiritual e aconselha o estudo da vida popular em toda sua plenitude, quer no aspecto material, quer no aspecto espiritual.
- 1.2. Constituem o fato folclórico as maneiras de pensar, sentir e agir de um povo, preservado pela tradição popular e pela imitação e que não sejam diretamente influenciadas pelos círculos eruditos e instituições que se dedicam ou à renovação e conservação do patrimônio científico e artístico humano ou à fixação de uma orientação religiosa e filosófica.
- 1.3. São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular.
- 1.4. Em face da natureza cultural das pesquisas folclóricas, exigindo-se que os fatos culturais sejam analisados mediante métodos próprios, aconselha-se, de preferência, o emprego dos métodos históricos e culturalistas no exame e análise do folclore. (CARTA..., 1951)

Conforme Carneiro (1962a, p.57), a carta de 1951 considerava o folclore em seu todo, “como um *corpus*, como um sistema integrado e dinâmico de crenças, de costumes e de processos de pensamento e de ação inseparável da vida cotidiana – cultura popular, com a organicidade vislumbrada por Amadeu Amaral”.

O próprio Carneiro (1950b) já indicava suas críticas e preferências para a pesquisa folclórica, como ao dizer que Mário de Andrade particularizava tanto as investigações que se perdia inteiramente a perspectiva de conjunto e ao propor que estava na hora de as pesquisas em folclore “encontrar a relação viva” que une os fenômenos folclóricos. Renato Almeida (1950), no Diário Carioca, recorda esse texto de Carneiro, concordando com as sugestões,

trazendo outras críticas¹⁵⁵ e vendo, no encontro de 1951, uma grande oportunidade para que o debate acontecesse entre os pares, o que, de fato, ocorreu. Entre os doze grupos de trabalho do Congresso, um deles era sobre “Pesquisa e Registro” (PRIMEIRO..., 1951) e na segunda seção da Carta de 1951 foi dito:

1. Considerando que, para melhor conhecimento e maior desenvolvimento do Folclore Brasileiro, é necessário intensificarem-se os trabalhos de campo, o I Congresso Brasileiro de Folclore reconhece a necessidade de ser estabelecido um Plano Nacional de Pesquisa Folclórica, que vise ao levantamento, dentro de bases e princípios científicos, dos motivos folclóricos existentes em todas as regiões do país. Compete à Comissão Nacional de Folclore a organização desse Plano, em cuja elaboração serão ouvidos os órgãos regionais e, se necessário, associações culturais de objetivos afins.
2. Para execução do Plano será ainda elaborado um manual prático de pesquisa, contendo a orientação que deve ser seguida pelos pesquisadores nas respectivas áreas. Aconselha-se, igualmente, a realização de cursos práticos de preparação de pesquisadores, para o fim de assegurar-lhes conhecimentos fundamentais de método e técnica de trabalho de campo [...]. (CARTA..., 1951)

O segundo momento de grande êxito no processo de institucionalização do folclore veio em 1958 com o apoio do Governo Federal para a criação da Campanha¹⁵⁶ de Defesa¹⁵⁷ do Folclore Brasileiro (CDFB), que teve o conselho técnico¹⁵⁸ empossado em 22 de agosto de 1958 por Clóvis Salgado, então Ministro da Educação, e tinha “por finalidade promover, em âmbito nacional, o estudo, a pesquisa, a divulgação e a defesa do folclore brasileiro” (COM PROMESSAS..., 1958). Vilhena (1997, p.103) aponta que desde 1949, na II Semana Nacional de Folclore, Renato Almeida já expressava a ideia de que a proteção do folclore deveria ser obra do Estado. Na sessão de posse do conselho técnico, o próprio Almeida lembrou-se da Carta de 1951, dizendo que “o governo atendia ao apelo da Carta do Folclore Brasileiro,

¹⁵⁵ “Estamos cansados das informações, sem fontes e sem identificação dos informantes e, mais, em que o informado não repete, mas interpreta o que lhe disseram” (ALMEIDA, 1950).

¹⁵⁶ “As campanhas eram pensadas como organismo mais ágeis, a princípio provisórios e dedicados à resolução de problemas que exigiam uma intervenção mais urgente. [...] Antes disso, em 1951, outra instituição havia sido criada com uma denominação semelhante: a CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino Superior), voltada para a qualificação de docentes universitários, e que hoje, com funções ampliadas, tornou-se também permanente” (VILHENA, 1997, p.114).

¹⁵⁷ Carneiro ([1957] 1968, p.53) em *A sabedoria popular do Brasil* já indicava como deveria ser essa “defesa”: “Proteger significa intervir, e normalmente seria paradoxal que a intervenção fosse aconselhada ou efetuada por folcloristas, mas, se soubermos usar de ‘uma extrema discrição’, garantindo ‘muita liberdade’ aos folguedos, a intervenção – pelo interesse eminentemente nacional de que se revestirá, devolvendo ao povo, sem lhes violentar o caráter, as suas costumeiras ocasiões de prazer – pode ser perdoada. Estaremos prestando ao Brasil um serviço que ninguém mais lhe poderá prestar. Cabe à Comissão Nacional de Folclore, organismo coordenador das atividades dos folcloristas brasileiros, iniciar e orientar um amplo movimento em favor da solução do problema dos folguedos populares”.

¹⁵⁸ Formado por Mozart Araújo, Diretor da Rádio Ministério da Educação, seu Diretor Executivo: Renato Almeida, Secretário Geral da Comissão Nacional de Folclore do IBECC, Manuel Diegues Júnior, Edison Carneiro e Joaquim Ribeiro.

aprovada pelo Congresso realizado no Rio” (UM ORGANISMO..., 1958). A Carta, na sua nona seção, diz:

1. É formulado encarecido apelo ao Exmo. Sr. Presidente da República no sentido de que se promova, pelos meios julgados mais convenientes aos interesses da administração pública, a criação de um organismo, de caráter nacional, que se destine à defesa do patrimônio folclórico do Brasil e à proteção das artes populares.
2. Ao órgão a ser criado, nos termos desta sugestão, deve ser dada estrutura de caráter autárquico, com plena autonomia técnica e a autonomia administrativa indispensável à própria natureza de seus encargos. (CARTA..., 1951)

Após o encontro de 1951, as ações no sentido da criação da Campanha arrefeceram, voltando com mais força somente em 1957 no III Congresso Brasileiro de Folclore, para o qual o presidente Juscelino Kubitschek “enviou um discurso [...] em que anunciava a formação de um grupo de trabalho para elaborar um projeto para um plano em favor da proteção das artes populares” (VILHENA, 1997, p.105), e que resultou na criação da CDFB em 1958. Em 1959, a CDFB já dispunha de 5 milhões de cruzeiros, os quais seriam destinados, conforme Mozart Araújo (FOLCLORE..., 1959), “no sentido da pesquisa e da coleta de material folclórico de todo o Brasil, não havendo de modo algum, preferência de ordem regional”.

Nos anos iniciais dos 1960 pode-se perceber grande quantidade de matérias publicadas em jornais nas quais o folclore, enquanto campo, está a todo o momento se autoexaminando, como em textos de Edison Carneiro nos quais discute o fato folclórico e como as pesquisas deveriam ser realizadas, e mostrando que esse tipo de debate no Congresso Internacional, realizado em Buenos Aires, em 1960, aconteceu.

Carneiro, que fazia parte da CDFB desde sua fundação em 1958, em 1961 foi nomeado para o cargo de Diretor Executivo¹⁵⁹ do recém-criado Conselho Nacional de Folclore (CNF).

O então presidente da República, Jânio Quadros, assinou decreto¹⁶⁰ extinguindo o conselho técnico da Campanha e “alterou a redação do artigo do decreto 43.178, de 5-2-1958, determinando que ao Conselho Nacional de Folclore¹⁶¹ caberá a orientação das atividades

¹⁵⁹ O Conselho Nacional de Folclore foi instalado no dia 3 de julho de 1961 em evento no Palácio da Cultura, que contou com a presença do deputado Nelson Carneiro (irmão de Edison Carneiro) e de Luís da Câmara Cascudo (INSTALADO..., 1961).

¹⁶⁰ “Instalou-se na Guanabara, no dia 3 de julho próximo passado, o Conselho Nacional de Folclore, criado pelo Decreto nº 50438, de 11 de abril de 1961, com a redação que lhe deu o Decreto nº 50496, de 25 de abril de 1961” (CONSELHO..., 1961, p.71).

¹⁶¹ O Conselho foi criado para ser um órgão orientador das atividades da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro (VISITA..., 1961).

daquela campanha”. O Conselho, então recém-fundado, passou a contar com 12 milhões de cruzeiros para o ano de 1961, a ser presidido pelo Ministro da Educação e Cultura Brígido Tinoco, e a ter Edison no cargo de Diretor Executivo, que indicou alguns nomes para o Conselho Nacional de Folclore (CNF) (Renato Almeida, Luís da Câmara Cascudo, Theo Brandão, Guilherme Santos Neves, Manoel Diegues Jr., Joaquim Ribeiro, Rossini Tavares de Lima, Oneyda Alvarenga, José Loureiro Fernandes e Osvaldo R. Cabral) e propôs um plano de trabalho (MODIFICAÇÕES..., 1961):

[...] a realização de três pesquisas, com o levantamento do folclore da região circunvizinha a Brasília, das características do folclore da região de Parati e dos folguedos populares de Montes Claros; a publicação da “Revista Brasileira de Folclore”, com circulação quadrimestral; exposição do folclore e instalação de um museu de arte popular em São Paulo, no Ibirapuera; abertura definitiva do museu de folclore na Guanabara; seções de folclore a serem estabelecidas, por meio de convênios, no Museu Goeldi, de Belém, na Universidade do Ceará, em Natal, no Recife, na Bahia e em Brasília; cursos e festivais. (MODIFICAÇÕES..., 1961)

Em abril de 1961, Carneiro (INSTALAÇÃO..., 1961) publicou no *Leitura* suas intenções como Diretor Executivo da Campanha, que, resumidamente, indicavam ações de pesquisa, documentação, ajuda aos investigadores e integração entre os interessados na defesa do folclore: “Que precisamos fazer para alcançar essa restauração do folclore? [...] Daremos proteção e estímulo às manifestações características do nosso povo”. No final do mês de julho, a Campanha já havia inaugurado uma biblioteca especializada com quase 1000 volumes e planejava a abertura do Museu de Artes e Técnicas Populares de São Paulo para 22 de agosto e o lançamento da RBF para o mês de setembro, além de cursos de folclore em diversas partes do país (INSTALAÇÃO..., 1961).

A RBF teve seu primeiro número publicado para a edição de setembro a dezembro de 1961 e trouxe artigos de Luís da Câmara Cascudo, Rossini Tavares de Lima, Mário Monteiro, Guilherme Santos Neves, Joaquim Ribeiro, informações sobre a fundação do Conselho Nacional de Folclore (como também seu regimento interno) e a seção “Noticiário”, que era fixa, repetindo-se nas edições posteriores, e expunha reuniões, cursos e acontecimentos gerais ligados ao folclore.

Até 1963 a CDFB havia fundado uma biblioteca que contava, então, com mais de 3000 volumes, dado suporte na fundação de outras bibliotecas especializadas no país, ajudado na criação do Museu de Artes e Técnicas Populares de São Paulo, instituídos os prêmios Silvio Romero e João Ribeiro, estava publicando a RBF, dando cursos de folclore em diversas partes e faculdades do Brasil, auxiliando os folguedos populares, e possuía intercâmbio com

cerca de 150 instituições congêneres em todo o mundo, como foi enumerado pelo ministro da Educação e Cultura Paulo de Tarso¹⁶² (FOLCLORE TERÁ INSTITUTO, 1963) ao explicar os motivos da transformação da CDFB em Instituto Brasileiro de Folclore. Essa ação, como dito por Renato Almeida (ALMEIDA, 1963) ao falar das dificuldades de funcionamento da CDFB, como da não liberação de verbas, tinha por esperança dar estabilidade administrativa ao órgão.

Nos anos 1960, mesmo Carneiro imerso em atividades administrativas, críticas ao seu posicionamento marxista existiam, como dizendo que ele era “plenamente orientado por uma visão marxista, que a tudo encaixa uma interpretação econômica [...]” e que “não é o estudioso imparcial, mas o apaixonado prosélito, que não titubeia em adulterar os fatos [...]” (MINISTÉRIO..., 1961). Porém, a ação mais forte relacionada a isso veio em 1964. Em jornais e na edição da RBF de 1964 (número 8), estão notas mostrando a saída de Carneiro da CDFB (o pedido de demissão feito em 6 abril de 1964¹⁶³), dando lugar a Renato Almeida em 14 de agosto de 1964, expondo os méritos de Almeida e dizendo que a saída de Edison ocorreu por “motivos imperiosos” (PALEIO..., 1964). Todavia, Vilhena (1997, p.106) mostra que:

A deposição de João Goulart em 31 de março de 1964 quase representou o tiro de misericórdia na Campanha. As posições marxistas de Édison Carneiro, que talvez tenham auxiliado sua permanência no órgão durante aquele governo, determinaram uma violenta reação do novo regime. Segundo um depoimento de um membro da equipe de Carneiro, Vicente Sales, a Campanha “foi fechada no dia primeiro de abril com um cartaz na porta que tinha estes dizeres: ‘fechado por ser um antro de comunistas’ (entrevista)”. Inviabilizada a permanência de Carneiro, surge uma articulação para salvar o órgão, que seria assumido por Renato Almeida, sobre o qual não recaíam suspeitas ideológicas. Somente em agosto Almeida é nomeado, mas num quadro marcado pelo afastamento de vários funcionários, e em meio a enormes dificuldades financeiras, envolvendo um processo de corrupção contra Carneiro – produto de evidente perseguição política – e um atraso de seis meses nos salários¹⁶⁴.

¹⁶² “Inaugurando a Semana de Folclore, o deputado Paulo de Tarso, ministro da Educação e Cultura, propôs ao sr. presidente da República, no despacho de 19 de agosto, encaminhar mensagem ao Congresso Nacional no sentido da transformação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro em Instituto Brasileiro de Folclore” (INSTITUTO..., 1963, p.194).

¹⁶³ “Exoneração do Dr. Edison Carneiro – O Dr. Edison Carneiro, a 6 de abril, apresentou ao Ministro da Educação e Cultura, seu pedido de demissão, em caráter irrevogável, de Diretor-Executivo da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, para cujas funções fora designado em 15 de março de 1961” (EXONERAÇÃO..., 1964, p.218).

¹⁶⁴ “Além de Carneiro, segundo o depoimento de Sales, Bráulio do Nascimento também teve que se afastar. Outro integrante da equipe, Mauro Vinhas, aparentemente impressionado com os sons das torturas realizadas na delegacia do DOPS na parte de baixo do prédio em que se encontrava a CDFB (na rua Pedro Lessa, no centro), suicida-se com uma bala na cabeça no dia três de março. Ainda conforme Vicente Sales: ‘Édison foi acusado de corrupção’, mas [...] foi um homem que empenhou as joias da mulher para pagar salários de funcionários de baixa renda [...] na época em que o governo não soltava dinheiro para sustentar a repartição. [...] [Ele] provou

Desde então até 1967, ao menos, pois é a amostragem que nos interessa para este trabalho, encontramos referências de/sobre Edison Carneiro apenas sobre as questões folclóricas¹⁶⁵, como ao publicar matéria sobre folguedo popular em A província do Pará (CARNEIRO, 1965b), sobre o afoxé da Bahia em o Jornal do Commercio (CARNEIRO, 1966c), danças folclóricas em o Jornal do Commercio (CARNEIRO, 1966b) e sobre literatura oral em o Correio da Manhã (CARNEIRO, 1967b). Na RBF achamos alguns textos de Carneiro: *Representações Populares* (CARNEIRO, 1965a), *As pastoras do Natal* (CARNEIRO, 1966a) e *Documentação do folclore brasileiro* (CARNEIRO, 1967a).

Algumas críticas elogiosas também encontramos sobre sua produção, especialmente sobre o livro *Dinâmica do folclore* (1965¹⁶⁶), que segundo *O Estado de São Paulo* (BERCHERUCCI, 1965), ilustra a dinâmica do folclore, “ou seja, a particularidade que tem aquele [o folclore], como aliás sucede com qualquer outra manifestação humana, de evoluir, impedindo qualquer cristalização e êxtase de uma população” e de acordo com o *Leitura*, “Edison Carneiro sustenta e defende com brilho e segurança o caráter dinâmico do folclore em face de sua constante adaptação ou readaptação a novas fórmulas e costumes” (ALENCAR, 1968).

No campo do folclore, duas obras de Edison Carneiro, além de *Dinâmica do folclore*, são bastante destacadas: *A Sabedoria Popular* e *Pesquisa de Folclore*. Nesta, conforme Renato Almeida (1958), Carneiro “não deu apenas aos estudiosos e a quantos amam as tradições populares brasileiras, um instrumento valioso para investigações, mas revelou o seu amor ao nosso folclore, mostrando que servindo a todos é que melhor se pode servir ao ideal”. *Pesquisa de Folclore* faz parte do *Dinâmica do folclore* (quinta parte do livro), este que tem especial peso para nosso estudo porque Luiz Beltrão toma por base a ideia de dinâmica do folclore presente nessa obra. Em *A Sabedoria Popular* pode-se encontrar, conforme Valdemar

tudo: nesta parte financeira, ele saiu absolutamente sem nenhum arranhão, mas [tudo isso] incomoda e isso deve ter concorrido para agravar os seus males físicos, até morrer precocemente” (VILHENA, 1997, p.115).

¹⁶⁵ Com exceção do artigo “Edison Carneiro: Lago vai consumir a entrega”, publicado em *Última Hora* em 19 de dezembro de 1967, no qual dizia, entre muitas críticas ao governo (especialmente a Roberto Campos, que assumira o Ministério Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica no governo Castelo Branco), que “Se persistir a desnacionalização e a espoliação de nossas riquezas e se for consumada a entrega da Amazônia à internacionalização, com a construção do lago projetado pelo Hudson Institute, o povo brasileiro estará daqui a 50 anos, nas mesmas condições de subdesenvolvimento dos Bosquimanos [...]”. Essa opinião de Carneiro também era parcialmente corroborada por alguns militares, como pelo General Perl Bevilacqua, dizendo que tal projeto surgiu por falta de dispositivos constitucionais que pudessem impedir a exploração das riquezas do subsolo brasileiro por capitais estrangeiros, e pelo senador Artur Virgílio, pedindo que o governo agisse “contra os grupos estrangeiros que estão tentando se apoderar da Amazônia” (EDSON..., 1967).

¹⁶⁶ O texto *Dinâmica do folclore* é de 1950, e ele faz parte do livro *Dinâmica do folclore* editado em 1965 pela Editora Civilização Brasileira e reeditado em 2008 pela Martins Fontes.

Cavalcanti (CAVALCANTI, 1957), “uma definição do folclore com uma lúcida delimitação do seu campo” e é composto “de breves estudos e crônicas sobre vários temas” que formam “uma contribuição inestimável de Edison Carneiro para a compreensão de tantos aspectos de nosso patrimônio folclórico”.

No tópico seguinte, vamos verificar mais detalhadamente as ideias contidas nessas obras para, por fim, podermos entender se há (ou não) aproximações entre a folkcomunicação e as indicações de investigação de Edison Carneiro.

3. FOLCLORE E FOLKCOMUNICAÇÃO

*A Sabedoria popular do Brasil*¹⁶⁷ (1968) é um conjunto de textos de Edison Carneiro publicados entre 1937 e 1956, dos quais os de maior interesse para nosso estudo serão os *Folclore*, *O interesse do folclore*, *Proteção e restauração dos folguedos populares*, *Classificação decimal do folclore brasileiro* e *A conceituação do fenômeno folclórico*.

Dinâmica do folclore também é uma organização de textos, mas publicados entre 1950 e 1964. Muitos dos escritos presentes na obra já foram lidos em jornais encontrados na nossa busca documental e não os utilizamos na redação da tese, como *Maioridade do folclore*, *O folguedo popular* e *Folclore em nível superior*; outros foram lidos e utilizados, como *Evolução dos estudos de folclore no Brasil* (1962a) e o seu adendo e retificação (1962b). E também traz dois textos de grande importância, que terão papel muito relevante neste tópico: *Dinâmica do folclore* (2008, p.1-59), publicado originalmente em 1950, e *Pesquisa de folclore* (2008, p.127-152), de 1955.

Algumas informações conseguidas durante a pesquisa documental também são de grande valia, e serão utilizadas nesse tópico derradeiro da investigação.

A ideia de folclore por Edison Carneiro traz, em sua essência, três elementos já indicados na Carta do Folclore Brasileiro de 1951: o tradicional, o popular e o anônimo (ou podendo bastar os dois últimos, como diz a mesma Carta: “São também reconhecidas como idôneas as observações levadas a efeito sobre a realidade folclórica, sem o fundamento tradicional, bastando que sejam respeitadas as características de fato de aceitação coletiva, anônimo ou não, e essencialmente popular”). Esse tripé deve ser entendido não no sentido de que o fato folclórico faz parte especificamente de um grupo popular antigo, que as autorias

¹⁶⁷ *A Sabedoria popular do Brasil* e *A Sabedoria popular* são os mesmos livros. Este foi editado pela primeira vez em 1957 e tem em 2008 sua edição mais nova, feita pela Martins Fontes. Aquele foi editado pela Edições de Ouro, em 1968.

são sempre desconhecidas, e de que uma criação deve ser apenas comum a um grupo e criada pelo povo¹⁶⁸ para ser folclórica.

O folclore, para Carneiro, é mutável, dinâmico. O “tradicional” está na forma, não no conteúdo, podendo ter como um exemplo, o cordel, que, por suas métricas características, fala de temas atuais. As músicas, por exemplo, não, necessariamente, são criações anônimas, podem ter autoria conhecida, mas isso não lhes impõe como não folclóricas. Carneiro (2008, p.132) defendia que “muitas das coisas do folclore têm autor conhecido, [...] mas o povo, adotando-as, fazendo-as suas, lhes comunica uma universalidade que não tinham. Com efeito, a criação individual *folcloriza-se*, sofre um verdadeiro processo de *despersonalização* [...]”. Ser “popular” significa emanar direta ou indiretamente do povo, mas que pode ser de origem não popular, pois o importante é ser “conhecido e aceito por todo o povo e nele encontra[r] ressonância” (2008, p.132).

Carneiro enxerga o folclore não entre muros, mas livre e mutável, pois é “coisa viva, sujeita aos processos normais, dos fatos da sociedade e, portanto, capaz de nascimento, desenvolvimento e morte. Folclore é o que *existe* e não o que existiu ou devia existir” (2008, p.132). E como fato social¹⁶⁹, não é puro, pois está imerso dentro de contextos socioculturais, os quais entram em contato com outros, e acabam por transformar-se. O folclore não se separa do “conjunto da cultura de que é um dos elementos” (CARNEIRO, 2008, p.11).

A compreensão de Carneiro dessa dinamicidade proveniente dos contatos sociais, e consequentes negociações, tem por base a dialética. Ao criar o que ele chamou de “postulados fundamentais para uma dinâmica do folclore”, já dizia que “esse processo é essencialmente dinâmico, dialético, produto de ações e reações recíprocas e simultâneas, e sobretudo permanentes [...]” (2008, p.59). Nos escritos do autor estudados para esta pesquisa não encontramos citações e referências objetivas sobre a fonte de seu referencial sobre a dialética, mas inferindo que ele participou da Academia dos Rebeldes e que Stalin foi importante para a leitura que eles faziam da realidade vivida, vimos que a dialética (marxista), para esse georgiano/soviético, tem as seguintes características:

A) “[...] olha a natureza não como uma acumulação accidental de objetos, de fenômenos separados uns dos outros, isolados e independentes uns dos outros, mas como um todo unido, coerente, em que os objetos, os fenômenos, estão ligados organicamente entre eles, dependem um dos outros e condicionam-se reciprocamente” (STALIN, 1979, p.15);

¹⁶⁸ Quando fala em povo, os exemplos dados por Carneiro (2008, p.132) são: operários, camponeses, camadas inferiores da população, grupos sem comando na sociedade.

¹⁶⁹ É possível encontrar em Carneiro o termo “fato social”, mas sem vinculá-lo a Durkheim e nem explicando qual seu entendimento.

B) “[...] olha a natureza, não como um estado de repouso e de imobilidade, de estagnação e de imutabilidade, mas como um estado de movimento e transformação perpétuos, de renovação e desenvolvimento incessantes, em que sempre nasce e desenvolve-se qualquer coisa, desagrega-se e desaparece qualquer coisa” (STALIN, 1979, p.15-16);

C) “[...] considera que o processo de desenvolvimento deve ser entendido não como um movimento circular, não como uma simples repetição do caminho percorrido, mas como um movimento progressivo, ascendente, como a passagem do estado qualitativo antigo, a um novo estado qualitativo, como um desenvolvimento que vai do simples ao complexo, do inferior ao superior” (STALIN, 1979, p.17);

D) “[...] parte do princípio que os objetos e os fenômenos da natureza encerram contradições internas, pois todos eles têm um lado negativo e um lado positivo, um passado e um futuro, todos eles têm elementos que desaparecem ou que se desenvolvem; a luta destes contrários, a luta entre o velho e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que se desagrega e o que desenvolve, é o conteúdo interno do processo de desenvolvimento da conversão das mudanças quantitativas em mudanças qualitativas”. (STALIN, 1979, p.19)

Conforme o exposto por Stalin (1979, p.15-23), a dialética tem como ideias importantes: os fenômenos são interligados e integrados, como um todo unido organicamente; a natureza está sempre em movimento e em transformação constante; o desenvolvimento é progressivo, ou seja, sempre de um estado inferior a outro superior; os fenômenos possuem contradições internas. Voltando a Carneiro, percebemos que essas características, tais como explicadas por Stalin, fazem parte do processo dinâmico do folclore, com exceção do terceiro ponto, pois, embora ele fale sobre a mutabilidade dentro de formas tradicionais, não adjetiva, pelo que lemos, uma etapa como inferior ou superior a outra. Porém, embora não trate de folclore superior e inferior, não deixa de falar da “evolução social” e do proletariado: “[...] mas a evolução social, propiciando a maioria política do proletariado, que deste modo se tornou herdeiro da cultura humana, restringiu ainda mais o campo folclórico” (CARNEIRO, 1968, p.22).

O folclore é fruto social e produtor de ações, tanto que “identifica uma série de maneiras de sentir, pensar e agir” (CARNEIRO, 2008, p.11); é produto sociocultural que gera novos resultados socioculturais; é contato, é conversa, é disputa; é resultado de diferenças sociais. O folclore tem em si a contradição; tem, então, o germen da mudança, tal como indica a dialética; tal como defende Carneiro repetidas vezes. A seguir, mostramos dois trechos:

Com efeito, uma vez aceito pela cultura local o dado folclórico, que por sua vez teve de aceitar o pormenor cultural para ser aceito, o que acontece? O processo não para. As relações entre as formas populares, folclóricas, e as formas eruditas variarão de acordo com as flutuações específicas, quantitativas e qualitativas, dos grupos na sociedade. [...] As influências mais diversas atuam, realmente, sobre o fato folclórico, submetendo-o a uma

série de processos em que a cada ação corresponde determinada reação. (CARNEIRO, 2008, p.13)

O sistema – reflexo das diferenças de classe e, portanto, de educação e de cultura que dividem os homens – incorpora grande número de elementos tradicionais que podem confundir o observador dada a sua aparente imutabilidade, mas funciona em virtude de processos que lhe dão vigor e atualidade, que o renovam constantemente – processos que são, na realidade, a essência do folclore. Em geral, pode-se dizer que a forma permanece, enquanto o conteúdo se moderniza. A iniciativa pertence, quase sempre, às camadas populares, mas toda a sociedade sancionando-a, protegendo-a ou reprimindo-a, lhe dá a configuração final, resultante da interação das forças sociais. Sabemos que essa interação é permanente, de maneira que o resultado não pode ser considerado final senão em caráter transitório, precário, relativo. (CARNEIRO, 1957)

Nessas últimas citações há elementos ligados à ideia da dialética marxista, como também há aspectos que nos indicam o materialismo histórico, como a noção de diferença de classes como fator fundamental para a ocorrência de mudanças sociais. Como vimos no tópico “Contexto social e formação de Edison Carneiro”, tal forma de entendimento já o acompanhava desde o início dos seus estudos, nos anos 1930.

Stalin (1979, p.33-54) também escreve sobre o materialismo histórico, mas optamos por recorrer à sua fonte principal: Marx (2008, p.45-50), no prefácio à *Contribuição à crítica da economia política*, escrito em 1859.

O materialismo histórico é composto, basicamente, de acordo com o próprio Marx (2008, p.47-48), por algumas características: 1) “[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade”. Ou seja, para compreender o processo histórico, deve-se entender as relações sociais como supra-individuais (ARON, 2008, p.201); 2) “A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política [...]”. Há as noções de infraestrutura e superestrutura: a primeira se constitui “pelas forças e pelas relações de produção” (ARON, 2008, p.201-202), enquanto que na segunda estão as “instituições jurídicas e políticas, bem como os modos de pensar, as ideologias, as filosofias” (ARON, 2008, p.202); 3) “Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes [...]” (MARX, 2008, p.47), gerando movimento: a contradição é o motor da história; 3.1) Nesse momento, segundo Aron (2008, p.202), pode-se enxergar a luta de classes, pois pode-se perceber o embate entre classes vinculadas a distintas relações de produção; 4) “Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação

que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura” (MARX, 2008, p.47-48). É a teoria das revoluções, é a passagem de uma relação de produção a outra. No caso, a passagem da sociedade capitalista para outra mais desenvolvida, que seria, segundo Marx, a socialista: seria o fim da “pré-história da sociedade humana” (MARX, 2008, p.48); 5) “Nesta interpretação histórica, [...] não é a consciência dos homens que determina a realidade, mas, ao contrário, é a realidade social que determina sua consciência” (ARON, 2008, p.204). O materialismo histórico, para Aron (2008, p.199), é uma “teoria geral da sociedade”, e por ela podemos encontrar ideias centrais que guiam a visão de Marx.

Muitas dessas características estão presentes no pensamento folclórico de Edison Carneiro, como as de relações supraindividuais, de que a contradição gera movimento, de que há lutas de classes e de que a realidade social determina a consciência. Elas já o acompanhavam desde seus primeiros estudos nos anos 1930, sobre as questões afro-brasileiras. O próprio Carneiro (apud Rossi, 2011, p.166) já afirmara que para estudar os negros brasileiros não bastava “a escola antropológica de Nina Rodrigues, como também não [servia] a psicanálise de mestre Freud, mesmo através de um discípulo como o Sr. Arthur Ramos. Somente a concepção materialista da história pode resolver de uma vez por todas, a questão [...]”. Para Rossi (2011, p.146), a produção de Carneiro

[...] buscou incorporar o marxismo como chave de análise das religiões e das culturas afro-brasileiras. Trata-se de um elemento central de sua prática intelectual, sem o qual se obscurecem muitos dos dilemas e conflitos que marcaram a atuação e as relações de Edison Carneiro junto aos estudiosos do “problema negro” do período, a exemplo de Gilberto Freyre e Arthur Ramos. Mas também, pode-se dizer que, ao formatar a questão racial num registro marcadamente ideológico, o trabalho de Edison Carneiro auxilia a empreender um olhar mais nuançado e politizado sobre a década dos chamados estudos culturalistas.

Essa maneira de interpretar o mundo refletia em seus posicionamentos como cientista social, como ao dizer que uma “ciência total do homem” não poderia “surgir sob o reinado da burguesia já que todo o empenho da ciência oficial está em ocultar a realidade da luta de classes, em justificar a violência e em desviar os impulsos de reforma social”. E completa dizendo que “enquanto estiver a serviço da exploração do homem pelo homem, [...] a ciência não terá possibilidade de realizar, eficazmente uma síntese orgânica e funcional dos conhecimentos já adquiridos sobre os nossos semelhantes” (ANTROPÓLOGOS..., 1958). Gilberto Paim (1953) já abordara tal característica de Carneiro, afirmando que era com a doutrina de Marx que ele “devassa[va] as condições materiais da época”.

Ao interpretar os aspectos folclóricos pelo marxismo, baseando-se, por exemplo, nas diferenças de classes, separava a burguesia e o povo; e ao enxergar essa divisão, a noção de “povo” se desenhava. Nas palavras de Carneiro (1968, p.30): “Ora, são exatamente essas diferenças de classe que explicam o folclore. O povo sente, age e pensa diversamente da burguesia como reflexo da condição econômica, social e política inferior em que se encontra”.

A abordagem do povo como aqueles que não fazem parte dos grupos dirigentes, como pertencentes a grupos que possuem culturas destoantes, delineia, ainda, que o povo, para se fazer ouvir, cria meios de ação, gera formas de reivindicação. E é pelo folclore que “o povo se torna presente na sociedade oficial e dá voz aos seus desejos, cria para si mesmo um teatro e uma escola, preserva um imenso cabedal de conhecimentos, mantém a sua alegria, a sua coesão e o seu espírito de iniciativa” (CARNEIRO, 1968, p.30). As formas folclóricas que se observam em um determinado momento, são resultados de lutas, de reivindicações que se mostram por uma manifestação folclórica, as quais a utilizam e a transformam. Essa é a dinâmica de folclore (e o processo de formação dessa ideia) para Edison Carneiro.

Luiz Beltrão não utilizou em sua tese, por exemplo, Marx e Stalin. Em relação ao seu posicionamento político, dizia-se social-democrata (BELTRÃO, 1987, p.12). Em termos teóricos para a elaboração do seu trabalho, utilizou alguns autores e ideias provenientes da *Mass Communication Research* e das políticas desenvolvimentistas; assim como buscou em Edison Carneiro maneiras de entender o folclore. Para Luiz Beltrão (1987, p.13),

O interessante é que eu achava que um dos maiores homens do folclore de todos os tempos, Edison Carneiro, era uma espécie de homem maldito. Edison Carneiro foi o único homem que percebeu que o folclore não era estático, o folclore não era uma coisa parada no tempo, mas uma coisa dinâmica. Aí então ele diz que o folclore é dinâmico e tem o seu livro *A Dinâmica do Folclore* que apresenta essa tese aprovada internacionalmente¹⁷⁰. Este livro teve uma grande influência para mim, pois verifiquei que qualquer manifestação popular estava ligada ao povo, porque o povo não tinha meios, ele utilizava esses meios que lhe davam.

Em sua tese é possível encontrar a influência de Edison Carneiro, como na Parte I, quando disse que concordava com a tese da dinâmica do folclore e com a visão da ação reivindicatória pelo folclore (2001, p.78). Todavia, na Parte II, com as análises das manifestações folclóricas, mais especialmente quando trata das categorias denominadas de

¹⁷⁰ “Com seis anos de atraso, conseguimos, finalmente, que um Congresso Internacional sancionasse a concepção dinâmica do fenômeno folclórico, que a experiência havia sugerido aos estudiosos brasileiros”. Isso resultava na aceitação do estudo do folclore como fenômeno social e cultural, não se ligando especificamente à história, literatura ou psicologia, como até então ocorria: “[...] saudamos a nova era de estudo do folclore em íntima relação com os fenômenos sociais e culturais que intervêm na sua aceitação final” (CARNEIRO, 1961).

“informação oral”, “informação escrita” e “folkcomunicação opinativa”¹⁷¹, as marcas são mais fortes.

A dinâmica folclórica está fortemente presente nas análises de Beltrão, a qual carrega consigo a noção de dialética, e no caso de Carneiro, consequentemente, a ideia de oposição entre grupos sociais. Enxergar que há delineamento de classes dentro do pensamento da folkcomunicação (mesmo que o próprio autor [1987, p.14] diga que “não é exatamente uma comunicação classista” – e embora essa ação de esclarecer tal ponto já mostre que a interpretação é possível) não é uma extrapolação interpretativa, pois, como já vimos (no segundo tópico do primeiro capítulo da nossa pesquisa), LB (2001, p.74; 61) delinea, entre muitas características, o povo como composto pelas camadas menos cultas e economicamente mais frágeis da sociedade urbana e rural e como oposição à classe dirigente.

Entre muitos trechos que podemos ver a influência de Carneiro em Beltrão, separamos o seguinte, pelo qual encontramos as noções de consciência comum das camadas populares, de coesão e de o povo agir e se fazer ouvir pela sociedade oficial.

É através desses veículos e agentes que as camadas populares “organizam uma consciência comum, preservam experiências, encontram educação, recreio e estímulo, dão expansão aos seus pendores artísticos e, afinal, fazem presentes à sociedade oficial as suas aspirações e as suas expectativas... Elementos de aproximação e coesão, o folclore serve de tribuna, é um comício com que o povo se faz ouvir pelas classes superiores... em manifestações que refletem o seu comportamento em face das relações de produção vigentes na sociedade, como o registro e o comentário dos fatos da vida quotidiana” [CARNEIRO, Edison. *A sabedoria popular*, p.11, 13, 15]. Eis porque, como o salienta Edison Carneiro, devem os intelectuais e políticos – se quiserem realmente compreender e interpretar os sentimentos da massa – deixar de lado os aspectos puramente lúdicos, cerimoniais e artísticos da atividade popular para se fixar no “folclore do trabalhador; que Silvio Romero já apontava como um dos mais seguros índices do estado de espírito das nossas populações”. (BELTRÃO, 2001, p.125-126)

Em relação à ideia de coesão social, podemos ver que LB usa a proveniente de Carneiro, que entende o folclore como “elemento de aproximação e de coesão, [...] [que] serve de tribuna, é um comício com que o povo se faz ouvir pelas classes superiores” (CARNEIRO, 1957), como no caso dos folhetos, que “tem o dom de agregar, de aproximar os homens do campo ou aqueles das próprias urbes que não pertencem às classes dirigentes ou

¹⁷¹ Esses gêneros delineados por Beltrão são distintos dos de Carneiro, pois este trabalha com o que chamou de “classificação decimal do folclore”. Em *Pesquisa do folclore*, texto de 1955 (2008, p.129-152), ele propõe sete divisões dos fatos folclóricos, mas no Correio da Manhã de 7 de julho de 1957 (PROPOSTA..., 1957) e no texto *Classificação Decimal do folclore* (1968, p.137), podemos ver a sua divisão completa dos gêneros folclóricos: .0 A Ciência do folclore; .1 Literatura oral; .2 Folclore infantil; .3 Crenças e superstições; .4 Lúdica; .5 Artes e técnicas; .6 Música; .7 Usos e costumes; .8 Linguagem popular; .9 Pesquisa e registro.

bem pensantes” (BELTRÃO, 2001, p.218). Entendimento diferente da coesão de Durkheim, a qual vimos no final do Capítulo II desta tese.

No ato de “se fazer ouvir”, podemos encontrar a ação reivindicatória do povo. Para Carneiro (2008, p.23), “o folclore se projeta no futuro, como expressão das ‘aspirações e expectativas populares’ e da sede de justiça do povo”:

Vimos, também, que o folclore, em virtude do processo dialético que o rege, se caracteriza pela atualidade, pelo constante reajustamento dos seus temas às realidades do dia. Ora, estes processos são essencialmente políticos, já que envolvem uma concepção particular da sociedade no seu conjunto e, em consequência, uma ação. O folclore, com efeito, se nutre dos desejos de bem-estar econômico, social e político do povo e, por isso mesmo, constitui uma reivindicação social, embora de forma rudimentar. (CARNEIRO, 2008, p.24)

Essa ação de reclame na tentativa de mudança é foco, muitas vezes, em Beltrão, tendo caráter central nas análises de fatos folclóricos, como sobre a queima de Judas, o bumba-meu-boi, o carnaval, o mamulengo, o artesanato, artes plásticas populares. Como exemplos utilizados por Beltrão, podemos citar os folhetos, que registram “as impressões do povo a respeito de acontecimentos sucedidos no município, no Estado, em todo o país” e denunciam “costumes, atitudes, preferências e julgamentos” (2001, p.151), com os poetas populares deixando clara a insatisfação, o desassossego, a falta de assistência “de que se ressentia o homem da interlândia” (2001, p.154).

As reivindicações têm, normalmente, por base, os reclames sobre desigualdade social, desassistência, injustiças etc., e são capazes de atingir repercussão além de um grupo restrito:

A sucessão de folhetos sobre assuntos diversos mas, afinal de contas, abordando os mesmos e eternos temas (as desigualdades sociais, a desassistência do povo, as aspirações de justiça e de liberdade, uma melhor distribuição de riqueza, a desconfiança ao estrangeiro) vão, sem dúvida, formando a opinião. Lentamente, as populações do nosso *hinterland* se estão politizando, no sentido de não mais dar ouvidos à demagogia ou simplesmente aos interesses de chefes municipais, mas de atender àqueles reclamos para os quais os governos fazem ouvidos de mercador. Episódios como a rebelião dos posseiros no Paraná, a disseminação e repercussão nacional das “ligas camponesas” – associação de agricultores e trabalhadores rurais na zona da mata de Pernambuco, a crescente sindicalização e a organização de cooperativas agrícolas e pastoris, são movimentos que nasceram e se desenvolveram à margem das manobras da politicagem e que dão sinais de efervescência que transcende aos objetivos passageiros e periódicos de campanhas encetadas pelos “salvadores da pátria”. (BELTRÃO, 2001, p.162)

O objetivo da folkcomunicação não está em realizar análises folclóricas, mas em procurar “a mensagem real, atual, escondida naquela manifestação antiquada” (BELTRÃO, 1987, p.14). Devem ser analisados os meios de expressão do povo – “os entretenimentos, folguedos, autos populares, peças de artesanato e artes plásticas, através das quais manifesta o seu pensamento e as suas reivindicações” (BELTRÃO, 2001, p.221). Deve ser entendido o processo de comunicação, a transmissão de informações e opiniões que ocorrem pelo folclore, como catalizador de vontades para as ações reivindicatórias do povo.

Carneiro e Beltrão coincidem nessa intenção, pois o primeiro já afirmara no IV Congresso Brasileiro de Escritores, em Porto Alegre, em 1951, que “as classes dirigentes exprimem os seus sentimentos e os seus interesses nas artes, nas ciências e na administração do Estado, enquanto as camadas populares, à falta de outros meios de expressão, valem-se do folclore”, fazendo, então, “presentes à sociedade oficial as suas aspirações e as suas expectativas”¹⁷² (1968, p.19). A proposta da folkcomunicação está em conformidade ao exposto por Carneiro, pois investigar o processo comunicacional que ocorre no folclore é buscar entender as negociações nos grupos e entre grupos, o processo de produção de síntese, esta propriamente dita, e sua publicização, que fará parte de outro processo de negociação.

Em relação à construção da nomenclatura folkcomunicação, com “k”¹⁷³, não encontramos uma explicação clara para Luiz Beltrão tê-la grafado dessa forma. Ele afirma que “a vinculação estreita entre folclore e comunicação popular” o inspirou a criar tal termo. Porém, temos a hipótese de que foi feito o uso do “k” porque era comum termos ligados ao folclore serem escritos com “k”: “folk-lore”; “folkcuture”; “cultura folk” (ALMEIDA, 1958); Luís da Câmara Cascudo escreveu ao ministro Clóvis Salgado, dizendo que ele o havia excluído “oficialmente do folk-lore [...]”; o Correio da Manhã (O QUE..., 1960) falou em “elementos constitutivos na sociedade folk”; Renato Almeida (1964) disse que “o empenho dos folcloristas deve convergir para o conhecimento da nossa vida folk” e que “continuo a insistir na necessidade de iniciarmos um plano de pesquisas e de coletas folclóricas, a fim de conhecermos, de forma racional, a cultura folk [...]”. Assim, não é de estranhar que Beltrão, nos anos 1960, optasse por folkcomunicação, com “k”.

¹⁷² Carneiro (O FOLGUEDO..., 1958), no jornal “A Hora”, também já adiantara o que viria a ser chamado de “folkmidia”: “Os meios modernos de comunicação, a imprensa e o rádio em especial, acrescentam novos deveres aos brincantes, sem contar a atenção que benevolmente dispensam à curiosidade nem sempre de forasteiros, de estranhos e de folcloristas”.

¹⁷³ Embora nos pareça de pouca relevância buscar uma explicação para tal grafia, tentamos encontrá-la por já termos escutado a crítica de que “não há sentido em usar uma dita teoria brasileira que é grafada com um termo em inglês: folk, com ‘k’”.

Aproveitando esse momento de esclarecimentos, seria importante dizer que tentamos não levar muito em consideração possíveis posicionamentos políticos de Beltrão, pois nossa análise trata especificamente das vinculações teórico-metodológicas que estão presentes na tese dele; ou seja, dos sentidos inferidos a partir do escrito em sua tese. Acreditamos que a busca pelo posicionamento político de Beltrão pode ser tema para outra investigação, pois, talvez, ainda haja muita informação não encontrada. E também cremos que qualquer posicionamento que tomássemos além da própria autodefinição do autor (de que era um social-democrata) seria entrar num caminho de conjecturas que poderia nos levar para qualquer lado.

A quem interessa afirmar que LB era um “agente da ditadura”, pelo material que recolhemos pode-se dizer que, após o Golpe de 1964, ele foi para UnB, a convite de José Wamberto (secretário de Imprensa de Castelo Branco), que chamou (1980, p.176) o “ativismo político-extremista” contrário à ditadura de “terrorismo” (nessa mesma obra, Beltrão também critica ações do governo militar¹⁷⁴), intitulou o movimento de 1964 dos militares de “Revolução de Março” e elogiou a criação, pelos militares, do Serviço Nacional de Informações e do curso de Informação na Escola Superior de Guerra¹⁷⁵ (BELTRÃO, 1965, p.342); embora, nesse mesmo texto de 1965 (p.348-349), defenda que a tarefa urgente das sociedades democráticas (entendendo-as como “sociedade[s] dialogante[s] em que a informação seja livre”) “é trabalhar para que esse poder imenso não fique à mercê de forças irresponsáveis” e que:

¹⁷⁴ Mostraremos duas passagens: 1) “Aconteceu assim, por exemplo, com a frustrada tentativa de golpe de estado quando da renúncia, em 1961, do presidente Jânio Quadros; e com o próprio movimento de 1964 que não só outorgou uma Constituição como editou sucessivos atos institucionais e inúmeros complementares ao sabor dos acontecimentos, os quais, na sua maioria, se mostraram inadequados para a solução dos problemas nacionais, atendendo, tão-só, a interesses circunstanciais definidos” (BELTRÃO, 1980, p.173); 2) “Em nosso país, o *fanatismo*, seja religioso ou político, agravado pela crise institucional, vem provocando, nos últimos anos, uma série de trágicas ocorrências em que, tanto indivíduos revestidos de autoridade, como os policiais que, em vários Estados organizaram ‘esquadrões da morte’ para a execução, por conta própria, de marginais capturados, ou a aplicação de tortura e até a morte por ‘suicídio’ de presos políticos, como por elementos do povo” (BELTRÃO, 1980, p.167).

¹⁷⁵ “Recientemente el Brasil se vio de pronto ante una situación que hubiera sido fácil de superar y hubiera ofrecido mejor y más rápido rendimiento, si hubiéramos estado científicamente preparados para enfrentarla: necesitamos explicar a las naciones libres y democráticas los motivos de la Revolución de Marzo, de la deposición de un gobierno constitucional y la implantación de otro, mediante un acto institucional. La tarea se presentó tan compleja porque los organismos políticos y administrativos del país se encontraban desprovistos para ejecutarla y uno de los primeros actos del Gobierno fue la creación del Servicio Nacional de Informaciones, seguida más tarde, de otra medida que, personalmente, la considero una de las más relevantes que se adoptaron este año, en el campo específico de las comunicaciones: el establecimiento de un curso de Información en la Escuela Superior de Guerra. No pocas han sido las voces autorizadas que, a través de la prensa nacional y extranjera, señalaron como el principal motivo, la poca receptividad popular a las directrices políticas y económicas gubernamentales y la falta de un eficiente sistema de divulgación nacional e internacional” (BELTRÃO, 1965, p.342).

A informação livre [...] não é fruto espontâneo ou necessário de uma civilização em marcha. É uma educação, é uma tarefa, é uma conquista, um equilíbrio capaz de se romper a qualquer instante. Por isso, é urgente o incremento da ciência da informação para assegurar tradição da liberdade dialogante das sociedades livres. É por isso que não nos limitamos à formação técnica de jornalismo. Procuramos evoluir para um instituto de ciências da informação, estruturado no departamento de ensino, de documentação técnico-profissional, de relações públicas e de investigação científica [...]. (BELTRÃO, 1965, p.349)

Por outro lado, a quem interessa dizer que Beltrão era simpático às causas socialistas ou comunistas e contra a ação dos militares, pode-se falar da sua defesa (que está em sua tese, de 1967) a João Goulart sobre os acontecimentos de 1961¹⁷⁶ (BELTRÃO, 2001, p.64), do seu relacionamento com o líder das Ligas Camponesas, Francisco Julião, que frequentava sua casa (MARQUES DE MELO, 1998, p.153; TARSITANO, 2010, p.24), da simpatia demonstrada à China comunista e ao leste europeu (MARQUES DE MELO, 1998, p.152), da supressão da primeira parte da sua tese para conseguir publicá-la¹⁷⁷ (ARAGÃO, 2013, p.513-514) e da perseguição que sofreu na UnB (BELTRÃO, 1998, p.82-93; BENJAMIN, 1998, p.79-81; MARQUES DE MELO, 1998, p.165).

Quem quiser aproximar Luiz Beltrão de um lado ou de outro, é possível. Basta pinçar as informações que interessam, embora o recomendável seja a busca por materiais que possam mostrar algo de maneira mais fidedigna e que mostre todos seus posicionamentos e prováveis mudanças ao longo de sua vida.

Além do ótimo texto *Nos tempos da gloriosa: meu encontros, desencontros e reencontros com Luiz Beltrão*, de José Marques de Melo (1998, p.148-168), outro caminho que pode ser percorrido para o entendimento dos posicionamentos de LB é a partir da autobiografia de Paulo Calvalcanti (2015a; 2015b), na qual acaba mostrando suas relações com LB e as ações deste na Associação de Imprensa de Pernambuco (AIP), como ter comandado, logo após a queda do governo de Vargas, a luta “para devolver à AIP suas prerrogativas de órgão de classe independente” (2015b, p.390), de ter aceitado logo de início “a participação de comunistas na diretoria” (2015b, p.390), de ter lutado contra a presidência de José

¹⁷⁶ “Como o fez, por exemplo, naqueles dramáticos dias de agosto – setembro de 1961, em que se registrou o impressionante e inédito episódio da reação unânime contra o expresso veto dos comandantes supremos das Forças Armadas à posse legítima do vice-presidente da República, com a renúncia do titular. Fomos todos testemunhas dessa manifestação espontânea, global, esmagadora, contra decisão personalista, que pretendia sobrepujar-se à letra da lei e ao espírito da lei e da justiça. Sobre os meios convencionais de comunicação, exerceu-se estrita censura. As classes populares valeram-se, então, de seus próprios veículos – folhetos, volantes, atos de presença – opondo à força militar a sua verdade soberana. (BELTRÃO, 2001, p.64)

¹⁷⁷ E aqui temos mais uma contradição: para a publicação foi retirado o capítulo em que os elos com a *Mass Communication Research* se faz forte. Foi publicada somente a segunda parte, que tem Edison Carneiro como importante base.

Campelo (esse vinculado ao fascismo) e que “a partir de Beltrão, todas as diretorias souberam conduzir-se em sintonia com as tradições da instituição, mantendo-se acima das lutas político-partidárias, mas vinculadas às duras batalhas contra os atentados à liberdade de imprensa e aos direitos individuais dos jornalistas” (2015b, p.402).

De dois em dois anos realizavam-se congressos nacionais de jornalista, organizados pelas entidades estaduais, com o apoio da Associação Brasileira de Imprensa. Como delegado de Pernambuco participei de quase todos, entre 1951 e 1963. [...] Ora como líder da bancada, ora como presidente da delegação, mereci sempre o apoio unânime dos representantes pernambucanos, buscando uma linha de unidade nas resoluções finais dos certames. Desses encontros, guardo os nomes de confrades que me impressionaram por seu equilíbrio e pelo brilhantismo de sua atuação, na defesa dos interesses da categoria e nas memoráveis campanhas pela preservação da democracia: Mesplê, Pedro Mota Lima, Maria da Graça Dutra, Jocelyn Santos, Gumercindo Cabral de Vasconcelos, Freitas Nobre, Tulman Neto, Costa Pinto, Edmar Morel, Fernando Segismundo, Miguel Costa Filho, Pedro e Paulo Mota Lima, Marcelo Tavares, **Luiz Beltrão**, Newton Stadler de Souza, o velho e combativo Herbert Moses, Gentil Noronha e outros. (CAVALCANTI, 2015b, p.402-403, grifo nosso)

Calvacanti (2015a, p.239-240) também mostra o apoio dado por Beltrão (em 1955) à Liga de Emancipação Nacional (a qual tinha como presidente Miguel Arraes e a aprovação de Francisco Julião) e a sua assinatura no Manifesto ao Povo do Recife, o qual recomendava Miguel Arraes como candidato à Prefeitura Municipal nas eleições de 1959. Segundo Cavalcanti (2015b, p.252), o Partido Comunista não impunha nenhuma restrição a Arraes para esse pleito, mas manteve o compromisso com Barros Carvalho. Por outro lado, ao falar das eleições da AIP disputadas por Beltrão e Reinaldo Câmara, na qual este foi eleito, num período de agitações políticas que resultaram na queda de Jânio Quadros, Cavalcanti (2015b, p.398) afirma que o lema de Beltrão no pleito era o anticomunismo.

E, para finalizar essa digressão, em 2016 perguntamos a José Marques de Melo (aluno, amigo e colega de profissão) qual era a opinião de Beltrão sobre a situação política vivida no Brasil durante a ditadura. A resposta do professor Marques de Melo foi: “era *blasê*”.

Voltando a Carneiro, em relação às técnicas de pesquisa, ele (2008, p.129-152) sugere algumas, as quais explanaremos resumidamente: O pesquisador: A) deve ir a campo no intuito de aprender, não com a postura de buscar confirmação para o que já sabe (2008, p.133); B) deve observar pessoalmente o fato a ser estudado, tomar nota e não ser inoportuno com o grupo estudado (CARNEIRO, 2008, p.133-134); C) de preferência, ser aceito de bom grado pelo grupo (CARNEIRO, 2008, p.134); D) coletar informações com o uso de fichas, nas quais

anotará as informações conseguidas de maneira fidedigna e devem conter “nome, idade, naturalidade, cor, profissão e posição social e econômica do informante, local e data da informação e a indicação de se essa informação se refere a fato atual ou antigo, que resulta ou não do conhecimento direto do informante” (CARNEIRO, 2008, p.135); E) buscar bons informantes (fontes/entrevistados), incluindo o chefe do grupo (CARNEIRO, 2008, p.136); E.1) também pode recorrer ao uso de questionários, no intuito de completar as informações conseguidas por entrevistas e por observação (CARNEIRO, 2008, p.148); F) não pode sugerir respostas durante as entrevistas (CARNEIRO, 2008, p.136); G) se possível, deve fazer registros em vídeo, em áudio e em fotografias (CARNEIRO, 2008, p.140); H) deve, enfim, fazer uma descrição completa do fato observado, de toda sua dinâmica, incluindo as relações entre os participantes, entre os grupos e com a sociedade.

Como já expusemos no último tópico do segundo capítulo, Beltrão optou pelo uso de verificação histórica, de pesquisa de campo, de entrevista aberta e pelas pesquisas documental e bibliográfica. Não percebemos os relatos minuciosos sugeridos por Carneiro. Mas, mesmo tendo se baseado em seus conhecimentos práticos (BELTRÃO, 1987, p.13), é possível perceber que Beltrão foi a campo, observou pessoalmente as manifestações estudadas, coletou informações, buscou informantes e tentou relacionar os grupos e os atores em vista com outros grupos que a eles se vinculavam.

Em relação à hipótese geradora deste capítulo (“O pensamento de Luiz Beltrão se vincula às propostas de pesquisa folclórica de Edison Carneiro”), ela nos parece correta, embora não somente haja vínculo em relação às indicações de Carneiro, pois há outros elos, conforme vimos nos capítulos antecedentes.

Acreditamos, e vamos tentar ser bastante claros para diminuirmos mal-entendidos, que sim, há influências de Carneiro em Beltrão, especialmente pela ideia de “dinâmica do folclore”. Ao fazer tal uso em sua interpretação do folclore, para entender os grupos marginalizados analisados¹⁷⁸, a base de construção da ideia de “dinâmica do folclore” vem a reboque para a própria obra de Luiz Beltrão.

¹⁷⁸ Recuperando a citação utilizada em nosso primeiro capítulo, os grupos vistos na tese de LB tinham as seguintes características: “Habitantes de áreas isoladas, carentes de energia elétrica, [palavra não entendida] de transporte eficientes e meios de comunicação modernos, sub-informados, desassistidos pelas instituições propulsoras da evolução social e das metas de desenvolvimento perseguidas pelas classes dirigentes do País, se constituem de indivíduos analfabetos ou semialfabetizados, de baixíssima renda per capita e cuja cultura está fundamentada em crenças e hábitos arraigados e tradicionais. Por isso, o intercâmbio de informações e a expressão de opiniões, ideias e atitudes desses públicos se fazem através de agentes ligados direta ou indiretamente ao folclore” (BELTRÃO, 1977).

Como vimos, a ideia de “dinâmica do folclore” possui em sua construção a dialética, a qual já era interpretada como resultado de luta de classes, estas que eram divididas em burguesia e povo (dirigentes e marginalizados), e tal divisão gerava disputas de vontades, as quais poderiam ter como consequência ações reivindicatórias.

Assim, ao aceitar a “dinâmica do folclore” para interpretar o mundo pesquisado, esses elementos vieram. E ficaram disponíveis para as interpretações dos leitores. Fosse essa a intenção de Luiz Beltrão ou não, lá estão.

Durante toda a produção desta investigação tivemos contato com o professor José Marques de Melo e, várias vezes, perguntamos-lhe qual era o posicionamento de Beltrão em relação à sua própria pesquisa, quais suas opções teóricas e metodológicas, e a resposta sempre foi uma, curta, e neste momento da pesquisa que pudemos entendê-la: “usou o que tinha”. Ou seja, em relação ao folclore (folk-), usou o que tinha: a tese de dinâmica do folclore defendida por Edison Carneiro, a qual era aceita pelo movimento folclórico da época; em relação à Comunicação, usou o que tinha: os ensinamentos do Ciespal.

CONCLUSÃO

A elaboração desta tese partiu de questionamentos comumente presentes nas discussões em torno da folkcomunicação, os quais, acreditamos, podem possuir consequências imediatas nos estudiosos e interessados por ela, pois sua vinculação com um ou outro grupo de ideias pode resultar em um encaminhamento de interpretação dos leitores.

Notamos que algumas discussões sobre os elos teórico-metodológicos da folkcomunicação existiam, como em artigos, apresentações em congressos e em dissertações e teses. Contudo, não nos encontrávamos convencidos das conclusões encontradas, achávamos que outro percurso de investigação deveria ser seguido, tendo como base o estudo das obras que geravam termos-chave para o entendimento da problemática encontrada, e que foi complementado com a opção, baseando-nos em um caminho utilizado por Durkheim em *O Suicídio*, na realização de uma discussão das hipóteses já levantadas sobre o tema estudado.

Acreditávamos que para identificar elos entre autores, grupos e ideias, teríamos que, primeiramente, saber o que eles diziam para então podermos fazer as inferências. Entendíamos que criar vinculações com definições baseadas apenas em “comentários” dos teóricos-referência, como comumente tínhamos encontrado nas muitas abordagens sobre a temática, não seria suficientemente seguro, assim fazendo-nos tomar a decisão de ir aos “textos primeiros” (FOUCAULT, 2006, p.25), mas, obviamente, sem deixar de estudar aqueles, então derivativos. Esse panorama nos levou à elaboração dos capítulos desta tese tendo por base hipóteses de pesquisa que denominamos “geradoras” e a escolha de obras que fizessem parte dos chamados “textos primeiros”.

Após tais decisões, percebemos que, antes de partirmos ao estudo propriamente dito das hipóteses geradoras, deveríamos produzir um capítulo de abertura com informações que mostrassem aos leitores o contexto vivido pelo pesquisador Luiz Beltrão (LB) durante a elaboração de sua investigação doutoral. Para isso, mostramos – cruzando informações que encontramos em alguns escritos de LB, em dados do IBGE e em alguns autores – o processo de formação de ideias do que ele viria a chamar de folkcomunicação. Por exemplo, o fato de ele já ter demonstrado interesse e preocupações sobre as classes marginalizadas desde o início de sua atuação como jornalista, assim como em obra literária e em observações acadêmicas, como vimos em *Iniciação à filosofia do jornalismo*.

Ainda nesse capítulo inicial, consideramos importante recuperar, para os leitores do nosso trabalho, o que diz a tese de LB, o que ela aborda, e quais as ideias que, a nosso ver, são

relevantes para que um leitor não familiarizado com aquela pesquisa tenha informações suficientes para entender muitos aspectos que seriam abordados nesta tese posteriormente.

O segundo capítulo do nosso estudo tratou da nossa primeira hipótese geradora: uma interpretação que já existia com grande força sobre um possível elo teórico-metodológico da folkcomunicação: a de que ela “está claramente vinculada aos pressupostos de uma teoria social funcionalista”, conforme defendido por Jacks e Escosteguy (2003). Para entendermos se tal vínculo era, assim, tão claro e forte, buscamos “textos primeiros” de autores relevantes que comumente são vistos e/ou se dizem funcionalistas: Émile Durkheim, Bronislaw Malinowski e Robert K. Merton. Procuramos marcas que mostrassem o que é o funcionalismo, o que eles entendiam por análise funcional, como se dava o uso de pensamento organicista, quais técnicas de pesquisa defendiam e criticavam, e como se caracterizava seu conservadorismo para, por fim, compararmos com as características da folkcomunicação presentes na tese de LB.

Percebemos, tendo como referencial os autores selecionados, que não era tarefa de fácil realização, e nem segura, classificar diferentes autores e ideias como completamente funcionalistas, pois há diferenças, seja na sociologia de Durkheim, na antropologia de Malinowski ou nos estudos sociais e de comunicação de Merton. Mas algumas características os colocavam em relativa proximidade, como conceituar função e expor seu funcionamento, observar relações causais, buscar padrões e leis de grande alcance (de médio alcance em Merton), observar a sociedade em estrutura e recorrer a analogias orgânicas.

No entanto, quando recorremos à tese de LB, não encontramos essas características. Não há ideia de função, busca por descrições da estrutura social, elaboração de entendimentos por meio de pensamento organicista. E a prática da pesquisa de LB também passou por pesquisa bibliográfica, documental, histórica e observações de campo, com o uso de entrevistas abertas. E tais opções do autor não necessariamente aproximam ou afastam o seu trabalho do funcionalismo: são escolhas que podem ou não estar presentes em obras de caráter funcionalista, não sendo elas as marcas identificadoras desse conjunto de ideias.

Notamos, também, que havia diferenças substanciais entre o que alguns autores diziam ser o funcionalismo e o que os próprios funcionalistas (selecionados para este tese) falavam. Como, por exemplo, Genro Filho (1987), ao defender que os estudos funcionalistas se baseiam em conceitos “formais e matemáticos”; afirmação da qual discordamos uma vez que é feita de maneira geral e ampla.

Há algumas características que podem aproximar a folkcomunicação de alguns trabalhos funcionalistas. Ao lermos *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de Malinowski, e

identificarmos as opções de LB por realizar uma pesquisa de campo, com observações e entrevistas. Contudo, tais convergências são pontuais e sem relação direta entre a escolha de LB e a obra de Malinowski: a opção do brasileiro de ir ao campo teve por fonte sua própria atuação como jornalista.

As semelhanças encontradas não nos permitem carimbar a palavra “funcionalista” no estudo do autor pernambucano, embora haja aproximações pontuais com algumas ações de alguns funcionalistas, as quais não necessariamente fazem parte de ideias que podem formar um possível tronco funcionalista. Então, a pesquisa realizada para esse segundo capítulo nos consente recusar a hipótese geradora de que a folkcomunicação está “claramente vinculada aos pressupostos de uma teoria social funcionalista”.

Contudo, isso gerou outros questionamentos, pois características que antes acreditávamos serem funcionalistas, tendo por base alguns autores da área da Comunicação, pareciam-nos mais vinculadas com propostas políticas desenvolvimentistas, que estavam presentes nos anos 1960 na América Latina (como a proposta de contato entre dirigentes e populações locais mais frágeis economicamente). E, também, com indicações científicas da *Mass Communication Research* (MCR), como a opção quantitativista e o foco em estudar a eficácia dos meios de comunicação.

A partir disso, elaboramos o terceiro capítulo desta tese, tendo como hipótese geradora a afirmação de que “folkcomunicação é desenvolvimentista”. Para isso, tivemos que compreender o contexto político e social latino-americano nos anos 1960, o papel do Ciespal (Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para América Latina) e as propostas que vieram a essa área político-geográfica por meio desse Centro, e como elas estão presentes no pensamento exposto por LB em sua tese.

Após leituras sobre o contexto político e social da América Latina nos anos 1960, assim como sobre o panorama científico da Comunicação da região nesse período, focamos em encontrar quais eram as indicações de investigação presentes no Ciespal, em documentos buscados no próprio Centro e na bibliografia publicada nele nesse mesmo período. Dessa maneira, percebemos que a MCR, que tinha nos Estados Unidos um forte polo de elaboração e de difusão de ideias, trazia características de ciência formal, sendo quantitativa, vendo a Comunicação como todos os sistemas que intercambiam e compartilham ideias e informações e se preocupando com sua eficácia (SCHRAMM, 1965a, p.5), e possuindo uma linguagem dura, rigorosa e cética (SCHRAMM, 1967, p.7). Notamos, também, que a MCR tinha escolhas não necessariamente funcionalistas, pois características que davam forma ao funcionalismo não se faziam fundamentais para ela, como a identificação das funções (e

disfunções e não funções), uso de analogias orgânicas e a busca pelo entendimento/descrição das estruturas sociais. Assim como também as características que formam a MCR, conforme as encontradas por Schramm (1965a; 1967), não são fundamentais ao funcionalismo.

Todavia, uma questão que também víamos que podia ser interpretada como funcionalista, e que deu origem à hipótese geradora do nosso terceiro capítulo, partiu da ideia de que era possível desenvolver os países mais pobres dando aos Meios de Comunicação de Massa (MCM) o importante papel de levar às populações mais frágeis economicamente as mensagens das elites dirigentes. Nesse momento percebemos que propostas políticas desenvolvimentistas estavam presentes na argumentação de LB, especialmente ao defender que as classes dirigentes deveriam conhecer os meios de comunicação da parcela mais frágil da população para que as mensagens fossem transmitidas de maneira eficaz; e, inclusive, mostrando o papel que os líderes de opinião poderiam ter nesse processo.

Na primeira parte do estudo de LB, intitulado de “Teoria da folkcomunicação: fundamentos teóricos e metodologia”, as indicações desenvolvimentistas propostas pela Unesco nos anos 1960 aparecem de maneira clara; assim como algumas ideias provenientes da MCR, como ao usar o estudo de Lazarsfeld e Katz sobre os líderes de opinião, buscar entender os efeitos da comunicação e ao propor o uso da análise de conteúdo. Percebemos que na primeira parte da tese de LB há o uso de ideias desenvolvimentistas e da MCR, podendo dar razão à nossa segunda hipótese geradora.

No entanto, o trabalho de doutoramento de LB tem uma segunda parte, chamada de “Pesquisa de folkcomunicação”, possuindo 171 páginas, enquanto que a primeira seção (“Teoria da folkcomunicação: fundamentos teóricos e metodologia”) preencheu apenas 27, na edição de 2011, publicada pela EDIPUCRS. Nessa primeira parte encontramos marcas da MCR e das políticas de desenvolvimento; contudo, na “Pesquisa de folkcomunicação” (que é onde está o incremento da investigação de LB sobre a folkcomunicação) não percebemos essas características.

Outra interpretação que havíamos encontrado era a da existência de elos da tese de LB com categorias marxistas, com o autor, por exemplo, tendo que esclarecer que “a folkcomunicação não é exatamente uma comunicação classista” (1987, p.14). Amphilo (2013, p.988-990), por exemplo, afirmou que ele usara “categorias marxistas”: o que pode ser afirmado quando identificamos a importância que o folclorista marxista Edison Carneiro teve em seu estudo.

Em “Pesquisa de folkcomunicação”, atentamos que LB tomou caminho distinto do defendido em “Teoria da folkcomunicação: fundamentos teóricos e metodologia”, como ao

expor, nesta parte, que a elites deveriam entender as populações marginalizadas para agir sobre elas, e, naquela, acreditar que o povo não necessariamente necessita das intervenções das classes dirigentes. Dessa forma, decidimos compreender Edison Carneiro e a tão importante ideia à folkcomunicação de “dinâmica do folclore” (BELTRÃO, 1987, p.13) e trabalhar o quarto capítulo com a hipótese geradora de que a “o pensamento de Luiz Beltrão se vincula às propostas de pesquisa folclórica de Edison Carneiro”.

Em Carneiro, o entendimento do folclore como algo dinâmico (mutável e adaptável; e como produto sociocultural que gera outros produtos socioculturais) se faz presente em sua compreensão das manifestações analisadas, e tem por base a dialética marxista apreendida desde a época em que era participante da Academia dos Rebeldes.

A noção que LB possui de folclore, e do seu papel, tem forte influência de Edison Carneiro, como, por exemplo, ao este afirmar que é pelo folclore que “o povo se torna presente na sociedade oficial e dá voz aos seus desejos, cria para si mesmo um teatro e uma escola, preserva um imenso cabedal de conhecimentos, mantém a sua alegria, a sua coesão e o seu espírito de iniciativa” (CARNEIRO, 1968, p.30). Ainda que “as classes dirigentes exprimem os seus sentimentos e os seus interesses nas artes, nas ciências e na administração do Estado, enquanto as camadas populares, à falta de outros meios de expressão, valem-se do folclore” (CARNEIRO, 1968, p.19). Essas poderiam ser boas explicações do que é folkcomunicação.

Na primeira parte da tese de LB, já podemos encontrar a influencia de Carneiro, mas é na segunda seção que o uso da ideia de “dinâmica do folclore” (e de todos os sentidos que ajudam a formá-la, como de dialética, de oposição entre grupos sociais e de ações reivindicatórias) se faz forte, com o autor a demonstrando em diversos exemplos.

Encontramos fortes marcas de Edison Carneiro da tese de LB, em especial por meio da ideia de “dinâmica do folclore”. Embora o pernambucano tenha negado influência marxista em seu estudo, pudemos ver, pelas referências em Carneiro, que algumas dessas, mesmo que talvez utilizadas despretensiosamente, lá estão.

Acreditamos que na tese de LB há elementos vinculados à MCR, ao desenvolvimentismo e a Edison Carneiro. E isso pode ser causa de interpretações discordantes sobre essa mesma obra. Mas não estranhemos que haja tais fontes nessa pesquisa, pois LB, como disse Marques de Melo, usou o que tinha: que, para nós, são as instruções do Ciespal em temas referentes à comunicação e os ensinamentos apreendidos a partir do movimento folclórico brasileiro, em especial os de Edison Carneiro, em assuntos relacionados ao entendimento cultural.

Devemos, por fim, deixar claro que nos limitamos a três hipóteses que indicam quais são as fontes de LB para a construção do seu trabalho de doutoramento. Por isso, esta tese não pretende ser um estudo definitivo do tema, pelo contrário, temos por certo que essa discussão não se encerra por aqui. A tese de LB continua disponível para ser analisada, assim como nosso estudo e outras tantas outras obras e investigações sobre a folkcomunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A DIFUSÃO das ideias marxistas e as publicações de Marx e Engels no Brasil. **Partido Comunista Brasileiro**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<https://pcb.org.br/portal/docs1/texto5.pdf>>. Acesso em: 05 jul.2016.

A INSTALAÇÃO de uma nova sociedade literária na capital. Diário da Tarde. 1930. IN: ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. **O intelectual feiteiro**: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Campinas, 2011. 227p. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2011/33003017016P0/TES.PDF>>. Acesso em: 15 mai.2016.

ALENCAR, Edigar. Dinâmica do folclore. **Leitura**, Rio de Janeiro, dez.1968.

ALMADA, Pablo. “Histórias que dormiam nos jornais”: sobre as mudanças da cultura política dos anos 1960. **Revista electrónica dos doutoramentos do Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra**, n. 7, p.122-143, 2012. Disponível em: <<http://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n7/documentos/06-PabloAlmada.pdf>>. Acesso em: 02 mai.2015.

ALMEIDA, Renato. Estudos de folclore. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 12 nov.1950.

ALMEIDA, Renato. O folclore no ano de 1963. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 09 jan.1964.

ALMEIDA, Renato. Os quatro problemas do folclore brasileiro. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 21 jul.1963.

ALMEIDA, Renato. Pesquisa de folclore. **Paratodos**, Rio de Janeiro, ago.1958.

ALTARES, Guillermo. Os 40 anos da queda de Saigon. **El País**. Madrid, 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/internacional/1430324914_063634.html>. Acesso em: 02 mai.2015.

ALVARADO, Rubén Urbizagástegui. A frente de pesquisa na literatura sobre a produtividade dos autores. **Encontros Bibli**: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, v. 14, n. 28, p.38-56, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14n28p38/19553>>. Acesso em: 24 mar.2014.

ALVES-MAZZOTTO, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Editora Pioneira, 1998. 203p.

AMPHILO, Maria Isabel. Fundamentos epistemológicos da folkcomunicação. In: MARQUES DE MELO, José; FERNANDES, Guilherme Moreira (Orgs.). **Metamorfoses da folkcomunicação**: antologia brasileira. São Paulo: Editae! Cultural, 2013. p.982-993.

AMPHILO, Maria Isabel. **A gênese, o desenvolvimento e a difusão da folkcomunicação**. 2010. 733f. Tese de Doutorado (Doutorado em Comunicação)– Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), São Bernardo do Campo, 2010.

ANPEC - Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia. **A Desigualdade Educacional é importante para explicar a Desigualdade de Renda? Uma análise para Brasil, Regiões e Unidades da Federação entre 2003 e 2009**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=0CEgQFjAF&url=http%3A%2F%2Fanpec.org.br%2Fencontro%2F2011%2Finscricao%2Farquivos%2F000-679759c942d2bb4f74ac1590bc2da396.doc&ei=M85lVbeHAvP_sATVoYCYCw&usg=AFQjCNEM6-pZL7PDqD_IyVz6Xb0zv_V1Bg&bvm=bv.93990622,d.cWc Acesso em: 01 mai.2015.

ANTROPÓLOGOS norte-americanos antecipam-se na criação da “ciência total do homem”. **Horizonte**, Jun.1958.

ARAGÃO, Iury Parente. **A construção de um santo popular: caso Motorista Gregório**. Teresina: EDUFPI, 2015. 292p.

ARAGÃO, Iury Parente. Abre-alas folkcomunicacional. In: ARAGÃO, Iury Parente; MORAIS, Osvando J.; JACONI, Sonia. **Fortuna Crítica de José Marques de Melo: teoria e pedagogia da Comunicação**. São Paulo: Intercom, 2013. p.513-520.

ARANA, Hermas Gonçalves. **Positivismo: reabrido o debate**. Campinas: Autores Associados, 2007.

ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**. Porto Alegre, v.12, n.1, p.11-32, jan./jun. 2006. Disponível em: <http://revistas.univerciencia.org/index.php/revistaemquestao/article/viewFile/3707/3495>. Acesso em: 24 mar.2014.

ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 884p.

ARON, Raymond. Karl Marx. In: ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.185-315.

ARON, Raymond. Auguste Comte. In: ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.83-183.

ARON, Raymond. Émile Durkheim. In: ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**. Tradução de Sérgio Bath. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.457-588.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Aspectos fundamentais do positivismo de Augusto Comte**. Disponível em: <http://www.desenvolvimentolocalvfa.com.br/pdfs/ASPECTOS%20FUNDAMENTAIS%20DO%20POSITIVISMO%20DE%20AUGUSTO%20COMTE.pdf>. Acesso em: 21 abr.2014.

BARBOSA, Marialva. A narrativa, a experiência e o acontecimento fundador de novos regimes de visibilidade da TV brasileira. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 17, p.153-172, jul. 2004. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg17-8.pdf>. Acesso em: 12 mai.2015.

BARBOSA, Marialva. A narrativa, a experiência e o acontecimento fundador de novos regimes de visibilidade da TV brasileira. **Tempo**, Rio de Janeiro, n. 17, p.153-172, jul. 2004. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artg17-8.pdf>. Acesso em: 12 mai.2015.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. **Arthur Ramos e as dinâmicas sociais de seu tempo**. 3.ed. Maceió: EDUFAL, 2013. 311p.

BAUM, William M. **Compreender o baheviorismo**. 2. ed. Tradução de Maria Silva, Maria Matos e Gerson Tomanari. Porto Alegre, 2006.

BELTRÁN, Luis R. **Adiós a Aristóteles: la comunicación horizontal**. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=421839607009>>. Acesso em 17 set.2015.

BELTRÁN, Luis R. **Comunicación para el desarrollo en Latinoamérica: una evaluación sucinta al cabo de cuarenta años**. [s.d.]a, [s.l.]. Disponível em: <http://www.infoamerica.org/teoria_articulos/beltran1.htm>. Acesso em: 14 set.2015.

BELTRÁN, Luis R. Comunicación y desarrollo económico. **Chasqui**. n.2, p. 50-72, 1973. Disponível em: <<http://chasqui.ciespal.org/index.php/chasqui/article/view/2345/2343>>. Acesso em: 19 out.2015.

BELTRÁN, Luis R. **Premisas, objetos y métodos foráneos en la investigación sobre comunicación en América Latina**. Disponível em: <<http://www.periodismo.uchile.cl/talleres/teoriacomunicacion/archivos/beltran.pdf>>. Acesso em 12 nov. 2015.

BELTRÁN, Luis R. **Investigación sobre comunicación en Latinoamérica: inicio, trascendencia y proyección**. Pulral Editores; UCB: La Paz: 2000. p.87-122.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação e a comunicação dos marginalizados**. São Paulo: Cortez, 1980.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação: um estudo dos agentes e dos meios populares de informação de fatos e expressão de ideias**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: EDUSP, 1992. 203p.

BELTRÃO, Luiz. IV Seminário – Rio de Janeiro. In: CIESPAL, **Enseñanza de Periodismo y medios de información colectiva**: Informe final. Quito: Ciespal, 1965. p. 339-355.

BELTRÃO, Luiz. Luiz Beltrão: a folkcomunicação não é uma comunicação classista. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 10, n. 57, p. 5-15, jul.-dez. 1987. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/revistas/index.php/revistaintercom/article/view/1513/1492>>. Acesso em: 15 abr.2015.

BELTRÃO, Luiz. O folclore como sistema de comunicação popular, João Pessoa, 13 nov.1977.

BELTRÃO, Luiz. **Os senhores do mundo**. Recife: Edições Folha da Manhã S.A, 1950. 175p.

BENEYTO, Juan. Julgamento da tese de doutorado. In: BENJAMIN, Roberto (Org.). **Itinerário de Luiz Beltrão**. Recife: AIP/UNICAP, 1998. p.309-311.

BENJAMIN, Roberto. Folkcomunicação no contexto de massa. João Pessoa: Publisher, Editora Universitária/UFPB, 2000.

BENJAMIN, Roberto (Org.). **Itinerário de Luiz Beltrão**. Recife: AIP/UNICAP, 1998. 311p.

BERCHERUCCI, Bruna. Livros. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 10 dez.1965.

BERELSON, Bernard. La comunicación colectiva y la opinión pública. In: SCHRAMM, Wilbur (Org.). **Proceso y efectos de la comunicación colectiva**. Quito: Ciespal, 1964. p.291-303.

BERGER, Christa. A pesquisa em Comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga. Teorias da Comunicação. Editora Vozes: Petrópolis, 2001. p.241-278.

BIGMAN, Stanley. Prestigio personal y opinión. In: SCHRAMM, Wilbur (Org.). **Proceso y efectos de la comunicación colectiva**. Quito: Ciespal, 1964. p.346-370.

BOAS, Franz. **A mente do ser humano primitivo**. Tradução de José Carlos Pereira. 2. ed. Petrópolis: Vozes: 2011.

BORDENAVE, Juan Diaz. Nuevos métodos de entrenamiento de la comunicación para los países en desarrollo. **Chasqui**. n.7, p. 11-54, 1974. Disponível em: <<http://chasqui.ciespal.org/index.php/chasqui/article/view/2382/2380>>. Acesso em: 19 ago.2015.

BORGES, Robinson. O trauma de Saigon. **Valor Econômico**. 2015. Disponível em: <<http://www1.valor.com.br/cultura/4028480/o-trauma-de-saigon>>. Acesso em: 30 abr.2015.

BRANCO, Zuleika de Souza. **Uso de fontes de informação da Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**: análise das citações dos artigos publicados entre 1985 e 2008. Monografia (Graduação) – Curso de Biblioteconomia/Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/22704/000740388.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 out.2013.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma interpretação da América Latina: a crise do estado. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 37- v. 57, p.37-59, nov. 1993. Disponível em:

<<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1993/93-umainterpretacaodaamericalatina.pdf>>. Acesso em: 20 abr.2015.

BREVE histórico do PCB (Partido Comunista Brasileiro). **Partido Comunista Brasileiro**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs/historia.pdf>>. Acesso em: 22 jun.2016.

CABRAL, Augusto. A sociologia funcionalista nos estudos organizacionais: foco em Durkheim. **Cadernos EBAPE.BR** – Rio de Janeiro, V. 2, n. 2, p.1-15, Jul. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1679-39512004000200002&script=sci_arttext>.

CARNEIRO, Edison. A influencia africana no portuguez do Brasil. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, mar.1936a.

CARNEIRO, Edison. **A sabedoria popular do Brasil**. Rio de Janeiro: Edições de ouro, 1968.

CARNEIRO, Edison. Afoxé da Bahia. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 17 fev.1966c.

CARNEIRO, Edison. As pastoras do Natal. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, n.16, p.277-284, set.-dez.1966a.

CARNEIRO, Edison. Danças folclóricas do Brasil. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 06 nov.1966b.

CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do Folclore**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

CARNEIRO, Edison. Documentação do folclore brasileiro. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, n.18, p.207-209, mai.-ago.1967a.

CARNEIRO, Edison. Documento nº 1. In: OLIVEIRA, Waldir F.; LIMA, Vivaldo da C. **Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos**. São Paulo: Corrupio, 1987a, p.79-88.

CARNEIRO, Edison. Documento nº 4. In: OLIVEIRA, Waldir F.; LIMA, Vivaldo da C. **Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos**. São Paulo: Corrupio, 1987b, p.108-109.

CARNEIRO, Edison. Edison Carneiro opina sobre a obra-prima da literatura brasileira. **Jornal de Debates**, [s.l.], 15 nov.1946.

CARNEIRO, Edison. Evolução dos estudos de folclore no Brasil. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, n.3, p.47-62, mai.-ago. 1962a.

CARNEIRO, Edison. Evolução dos estudos de folclore no Brasil: adendo e retificação. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, n.4, p.39-42, set.-dez. 1962b.

CARNEIRO, Edison. Folclore. **A Tarde**, Salvador, 21 fev.1957.

CARNEIRO, Edison. Folclore: fenômeno cultural. **Diário de Notícias**, jan.1961.

CARNEIRO, Edison. Folgado Popular. **A província do Pará**, Belém, 22 ago.1965b.

CARNEIRO, Edison. Literatura oral. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 dez.1967b.

CARNEIRO, Edison. **Negros bantos**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981b.

CARNEIRO, Edison. O escritor e a paz. **Leitura**, [s.l.], jan.1948.

CARNEIRO, Edison. **O folclore nacional**. Rio de Janeiro: Editora Souza, 1954. 73p.

CARNEIRO, Edison. O ministro da guerra. **Estado da Bahia**, Salvador, 3 dez.1936b.

CARNEIRO, Edison. **Pesquisa de folclore**. Rio de Janeiro: Comissão Nacional de Folclore, 1955. 38p.

CARNEIRO, Edison. **Religiões negras**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1981a.

CARNEIRO, Edison. Representações Populares. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, n.12, p.131-137, mai.-ago.1965a.

CARNEIRO, Edison. Saudade da África. **Flamma**, [s.l.], jun.1937.

CARNEIRO, Edison. Significação nacional da obra de Arthur Ramos. **Fundamentos**, [s.l.], fev.1950a.

CARNEIRO, Edison. Sistematização do folclore nacional. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 set.1950b.

CARNEIRO, Edison. Situação do negro no Brasil. In: FREYRE, Gilberto (Org.). **Estudos afro-brasileiros**. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1988b. p237-241.

CARNEIRO, Edison. **Ursa maior**. Salvador: Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, 1980.

CARNEIRO, Edison. Xangô. In: FREYRE, Gilberto (Org.). **Novos estudos afro-brasileiros**. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1988a. p.139-145.

CARTA do Folclore Brasileiro. Rio de Janeiro, 1951. Disponível em: <http://www.hugoribeiro.com.br/biblioteca-digital/Carta_do_folclore.pdf>. Acesso em 15 ago.2016.

CARTER JR., Roy. Métodos de campo en las investigaciones de la comunicación. In: NAFZIGER, Ralph O.; WHITE, David M. (Orgs.). **Introducción a la investigación de la comunicación colectiva**. Quito: Ciespal, 1967. p.76-125.

CALVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: da Coluna Prestes à queda de Arraes. Recife: Cepe, 2015a.

CALVALCANTI, Paulo. **O caso eu conto como o caso foi**: fatos do meu tempo. Recife: Cepe, 2015b.

CAVALCANTI, Valdemar. Jornal literário. **O jornal**, Rio de Janeiro, 21 de jul.1957.

CARVALHO, Rafiza Luziani Varão Ribeiro. Harold Lasswell e o Campo da Comunicação. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Comunicação. Programa de Pós-Graduação, Brasília, 2012. 244p. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/12047/1/2012_RafizaLuzianiVar%C3%A3oRibeiroCarvalho.pdf>. Acesso em 20 out.2014.

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. Discurso de posse. **Biblioteca da Presidência da República**. Brasília, 1964b. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discurso-de-posse/discurso-de-posse/view>>. Acesso em: 16 mai.2015.

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. Mandato presidencial. **Biblioteca da Presidência da República**. Fortaleza, 1964a. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/castello-branco/discursos-1/1964/44.pdf/view>>. Acesso em: 16 mai.2015.

CENSO 2010: cai taxa de analfabetismo no País. **Portal Brasil**. [s.l.], 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2011/11/censo-2010-cai-taxa-de-analfabetismo-no-pais>>. Acesso em: 28 jun.2015.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006. 144p.

CHONCHOL, Jacques. Prefacio. In: MATTELART; Armand; PICCINI, Mabel; MATTELART, Michele. **Los medios de comunicación de masas: la ideología de la prensa liberal en Chile**. Buenos Aires: El Cid Editor, 1976.

CIESPAL (Org.). **Informe de evaluación de los centros de formación profesional de la región**. Quito: Ciespal, 1975.

CIESPAL. Prologo de Ciespal. In: CIESPAL (Org.). **La comunicación colectiva y el desarrollo cultural**. Quito: Ciespal, 1972. p.III-IV.

CIMADEVILLA, Gustavo. **Dominios: crítica a la razón intervencionista, la comunicación y el desarrollo sustentable**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2004.

CIMADEVILLA, Gustavo. Las controversias sobre desarrollo, la comunicación y su agenda. A propósito de los diálogos con Beltrán e Melo. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. n. 4, p. 44-53, 2006. Disponível em: <<http://www.alaic.org/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/161/153>>. Acesso em: 13 set. 2015.

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contxeto, 2001. p.11-34.

COM PROMESSAS de pesquisa científica, instalou-se ontem Campanha de Folclore. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 ago.1958.

COMISSÃO NACIONAL DE FOLCLORE. **Carta do Folclore Brasileiro**. Salvador, 1995.

COMTE, Auguste. **Catecismo positivista**. Tradução e notas de Miguel Lemos. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.117-318.

COMTE, Auguste. **Curso de filosofia positiva**. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.3-39.

COMTE, Auguste. **Discurso preliminar sobre o conjunto do positivismo**. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.95-115.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. Tradução de Antonio Geraldo da Silva. São Paulo: Editora Escala, [s.d.]. 110p.

COMTE, Auguste. **Discurso sobre o espírito positivo**. Tradução de José Arthur Giannotti. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p.41-94.

COMTE, Augusto. **Discurso sobre o espírito positivo**. São Paulo: Escala, [s.d.]. 110p.

CONCEITOS. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>>. Acesso em 09 jun.2015.

CONFERENCIA General: resoluciones. Paris, Unesco: 1959. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0011/001145/114584s.pdf>>. Acesso em: 13 set.2015.

CONSELHO Nacional de Folclore. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, n.1, p.39-42, set.-dez. 1961, p.71-77.

CÓRDOVA, Gonzalo. Ciespal. **Estudios de comunicación masiva**. Concepción-Chile, nº 6-7-8, jan./jul. 1967, p.113-129.

CORNIANI, Fabio. Folkcomunicação na era digital. In: Metamorfoses da folkcomunicação: antologia brasiliara. MARQUES DE MELO, José; FERNANDES, Guilherme Moreira (Orgs.). São Paulo: Editae! Cultural, 2013. p.962-969.

DANIELSON, Wayne A. Análisis de contenido en la investigación de la comunicación. In: NAFZIGER, Ralph O.; WHITE, David M. (Orgs.). **Introducción a la investigación de la comunicación colectiva**. Quito: Ciespal, 1967. p.126-151.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Introdução. In: **As ciências sociais na América Latina**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965. p.7-21.

DINES, Alberto. Prefacio. In: SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento: o papel da informação nos países em crescimento**. Tradução de Muniz Sodré e Robert Lent. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

DOMINGOS, Charles S. 50 anos da Crise dos Mísseis: horror nuclear em tempos presentes. **Historiae**, Rio Grande, n. 2, v. 4, p.79-90, 2013. Disponível em: <<http://www.seer.furg.br/hist/article/view/3666/2514>>. Acesso em: 15 mai.2015.

DUMAZEDIER, Jofre. **De la sociología de la comunicación colectiva a la sociología del desarrollo cultural**. Quito: Ciespal, 1968.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. Tradução de Joaquim Pereira Neto. 3.ed. São Paulo: Paulus, 2008. 536p.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Tradução de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. 128p.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução de Eduardo Brandão. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 483p.

DURKHEIM, Émile. **O Suicídio**. Tradução de Monica Stahel. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 513p.

EDISON CARNEIRO – Religiões negras – Civilização Brasileira – Rio. **Boletim de Ariel**, Rio de Janeiro, dez.1936.

EDISON Carneiro. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 25 ago.1963.

EDSON Carneiro: lago vai consumir a entrega. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 19 dez.1967.

EDUCACIÓN, classes sociales y estratificación socio-ocupacional, en América Latina. [s.d.], [s.l.]. Disponível em: <<http://www.cepal.org/publicaciones/xml/3/25613/18Desarrollo%20y%20educacionT1cap2.pdf>> Acesso em: 01 mai.2015.

EL PRIMER curso del Ciespal. **Revista Síntesis**. n.17, 1960.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3ed. São Paulo: Editora Escala, [s.d.].

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.135-166.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Os Estudos Culturais**. Disponível em <http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/estudos_culturais_ana.pdf>. Acesso em: 08 dez.2014.

EXONERAÇÃO do Dr. Edison. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, n.8/10, p.218-219, jan.-dez.1964.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1995. p.419-483.

FELICIANO, Fátima. Jornalismo como missão. In: BELTRÃO, Luiz. **Iniciação à filosofia do jornalismo**. São Paulo: EDUSP, 1992. p.11-17.

FELICIANO, Fátima. **Jornalismo: A prática e a gramática**: a questão da influência do projeto pedagógico Unesco/Ciespal nos rumos do ensino de Jornalismo no Brasil. Dissertação (mestrado) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, São Paulo, 1987.

FELICIANO, Fátima. **Luiz Beltrão**: um senhor do mundo. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo, Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, São Paulo, 1993. 191p.

FERNANDES, Florestan. As ciências sociais na América Latina. In: **As ciências sociais na América Latina**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965. p.113-152.

FERNANDES, Florestan. **Elementos de sociologia teórica**. São Paulo: Editora Nacional e Editora da USP, 1970.

FERNANDES, Florestan. Funcionalismo e análise científica na moderna sociologia. **Sociologia**, São Paulo, v.XXIV, n.3, set. 1962.

FERNANDES, Guilherme Moreira. Aproximações teóricas e empíricas entre a folkcomunicação e os estudos culturais. **Revista Internacional de Folkcomunicação**, Ponta Grossa, v. 9, n. 18, p.1-20, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/1454>>. Acesso em 02 mai.2013.

FERNANDES, Guilherme Moreira; PINHEIRO, Júnior; MARTINS, Júnia. Reflexões metodológicas na pesquisa em folkcomunicação. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom**, Manaus, 2013. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1266-2.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2014.

FICO, Carlos. **Brasil e EUA durante o golpe de 1966 na Argentina**. Disponível em: <http://www.gedm.ifcs.ufrj.br/bibliografia_res.php?conteudo=fico&campo=autor&t1=artigo&enviar.x=22&enviar.y=1&enviar=submit>. Acesso em: 22 abr.2015.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405p.

FOLCLORE tem cinco milhões para gastar. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, 03 abr.1959.

FOLCLORE TERÁ INSTITUTO, **Luta Democrática**, Rio de Janeiro, 29 ago.1963.

FREYRE, Gilberto. *O que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife*. In: Gilberto (Org.). **Novos estudos afro-brasileiros**. Recife: FUNDAJ; Editora Massangana, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 16ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 79p.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. 7ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. 231p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2006. 93p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira [Saraiva de bolso], 2012. 217p.

GASTAMBIDE, Axel. **El camino hacia la dolarización en Ecuador**. Quito: Flacso, 2010.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** - para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre, Tchê, 1987. 230p. Disponível em: <<http://www.adelmo.com.br/index1.htm>>. Acesso em: 20 ago.2013.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1996. 159p.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200p.

GILL, Rosalind. Análise de discurso. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes: 2005. p.244-270.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 3ed. Campinas: Editora Alínea, 2003. 80p.

GOODWIN, C. James. **História da psicologia moderna**. Tradução de Marta Rosas. São Paulo: Cultrix, 2005. 584p.

GRAÇA, Eduardo. Desigualdade extrema, questão pendente. **Valor Econômico**. 2015. Disponível em: <<http://www1.valor.com.br/cultura/4028474/desigualdade-extrema-questao-pendente>>. Acesso em: 30 abr.2015.

GRÁCIO, Maria Cláudia Cabrini; OLIVEIRA, Ely Francina Tannuri de. Análise de cocitação de autores: um estudo teórico-metodológico dos indicadores de proximidade, aplicados ao GT7 da ANCIB. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 196-213, maio 2013. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/527/401>>. Acesso em: 24 mar.2014.

GROPPO, Luís Antonio. **Uma onda mundial de revoltas: movimentos estudantis nos anos 1960**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 2001.

GUEDES, Vânia S.; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, do comunicação e de avaliação científica e tecnológica. **Diálogo Científico: Ciência da Informação**. Disponível em <<http://www.feg.unesp.br/~fmarins/seminarios/Material%20de%20Leitura/Bibliometria/Artigo%20Bibliometria%20-%20Ferramenta%20estat%EDstica%20VaniaLSGuedes.pdf>>. Acesso em: 24 mar.2014.

GUNNAR Myrdal. Disponível em: <<https://institutomyrdal.org/gunnar-myrdal/>>. Acesso em: 13 fev.2016.

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do popular. In: **Da Diáspora: identidades e mediações culturais**. Liv Sovik (org); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HEIDEGGER, Martin. A doutrina de Platão sobre a verdade. **Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina**. Florianópolis, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/verdade.htm>>. Acesso 10 mar.2014.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas: do liberalismo ao fascismo**. Tradução de Janaína Marcoantonio e Mariane Janikian. São Paulo: Ática: 2010. 256p.

HOBSBAWN, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991**. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

HOHLFELDT, Antonio. A comunicação enquanto diálogo em Paulo Freire e Luiz Beltrão. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. n.11, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.alaic.net/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/101>>. Acesso em: 10 set.2013.

HOHLFELDT, Antonio. Contribuição aos estudos acadêmicos de Comunicação Social. In: MARQUES DE MELO, José; TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **Luiz Beltrão: pioneiro das ciências da comunicação no Brasil**, João Pessoa: Editora Universitária UFPB; INTERCOM, 2007, p. 77-88.

HOHLFELDT, Antonio; VALLES, Rafael R. **Conceito e história do Jornalismo brasileiro na “Revista de Comunicação”**. EDIPUCRS: Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/edipucrs/conceitoehistoria.pdf>>. Acesso em: 10 set.2015.

HOHLFELDT, Antonio. Novas tendências nas pesquisas da folkcomunicação: pesquisas acadêmicas se aproximam dos estudos culturais. **Anais do XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom**, Salvador, 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista14/artigos%2014-1.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

HOHLFELDT, Antonio. Perspectiva fenomenológica da folkcomunicação. In: MARQUES DE MELO, José; FERNANDES, Guilherme Moreira (Orgs.). **Metamorfoses da folkcomunicação: antologia brasileira**. São Paulo: Editae! Cultural, 2013. p.994-1002.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 1960**. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1960/CD_1960_Brasil.pdf>. Acesso em: 19 mai.2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Taxa de Mortalidade Infantil por mil nascidos vivos – Brasil – 2000 a 2015**. Disponível em: <<http://brasilemsintese.ibge.gov.br/pt/populacao/taxas-de-mortalidade-infantil>>. Acesso em: 11 mai.2015.

INSTALAÇÃO do Conselho Nacional de Folclore. **Leitura**, Rio de Janeiro, 24-25 jul.1961.

INSTALADO o Conselho Nacional de Folclore. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 jul.1961.

INSTITUTO Brasileiro de Folclore. **Revista Brasileira de Folclore**, Rio de Janeiro, n.6, p.194-195, mai.-ago.1963.

JORGE Amado. Direção de João Moreira Salles. São Paulo: Martins Fontes, 1995. 1 DVD [45 min].

JACKS, Nilda; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. Objeções à associação entre estudos culturais e folkcomunicação. **Verso e Reverso**, São Leopoldo, v.17, n.37, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/portalluiz/secao/documentos.htm#nilda>>. Acesso em: 08 jan.2015.

JANIS, Irving L. O problema da validação da análise de conteúdo. In: LASSWELL, Harold; KAPLAN, Abraham. **A linguagem da política**. Tradução de Lúcia Dauster Vivacqua e Silvia e Sônia de Castro Neves. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. p. 63-89.

JASPERS-FAIJER, Dirk. **Taller sobre el Monitoreo de los ODM en América Latina**. San José de Costa Rica: Cepal, 2011. Disponível em: <http://www.cepal.org/MDG/noticias/seminarios/8/42228/3_4_Mortalidad_infantil_CELADE.pdf> Acesso em: 01 mai.2015.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O que é, afinal, Estudos Culturais?**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. p.9-131.

JOSÉ María Guido (1962 – 1963). **Casa Rosada**. Disponível em: <<http://www.casarosada.gob.ar/galeria-de-presidentes/436-jose-maria-guido-1962-1963?template=blank>>. Acesso em: 21 abr.2015.

JUAN Carlos Onganía (1966 – 1970). **Casa Rosada**. Disponível em: <<http://www.casarosada.gob.ar/nuestro-pais/galeria-de-presidentes>>. Acesso em: 21 abr.2015.

KATZ, Elihu; LAZARFELD, Paul. **La influencia personal**: el individuo en el proceso de comunicación de masas. Tradução de Alberto Pérez Álvarez. Barcelona: Editora Hispano Europea, 1979. 446p.

KATZ, Elihu; LAZARFELD, Paul. **Personal influence**: the part played by people in the flow of mass communication. New Brunswick: Transaction Publishers, 2006. 400p.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Augusto Comte e o “positivismo” redescobertos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 17, n. 34, p.319-343, out. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v17n34/a21v17n34.pdf>>. Acesso em: 15 abr.2014.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. Elementos estáticos da teoria política de Augusto Comte. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 23, p.63-78, nov.2004.

LACERDA, Gustavo Biscaia de. **O momento comtiano**: república e política no pensamento de Augusto Comte. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2010.496p. Disponível em:

<<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/93972/276336.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 abr.2014.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Sociologia geral**. São Paulo: Atlas, 1999.

LASSWELL, Harold. A estrutura e a função da comunicação na sociedade. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de massa nessa sociedade. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1971. p. 105-117.

LASSWELL, Harold. **Política**: quem ganha o que, quando, como. Tradução de Marco Aurélio dos Santos Chaudon. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1984. 172p.

LASSWELL, Harold. The theory of political propaganda. **The American Political Science Review**, v. 21, n. 3, p. 627-631, ago. 1927. Disponível em: <<http://colectivonovecento.files.wordpress.com/2012/09/lasswell-the-theory-of-political-propaganda.pdf>>. Acesso em 03 out.2014.

LASSWELL, Harold; KAPLAN, Abraham. **A linguagem da política**. Tradução de Lúcia Dauster Vivacqua e Silvia e Sônia de Castro Neves. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1979. 410p.

LAZARSFELD, Paul. **A sociologia**. v.2. Tradução de Macaísta Malheiros. Lisboa: Livraria Bertrand, 1979. 260p.

LAZARSFELD, Paul. La interpretación de las relaciones estadísticas como propiedad de investigación. In: BOUDON, Raymond; LAZARSFELD, Paul. **Metodología de las ciencias sociales**. Barcelona: Editorial Laia, 1974. p.23-39.

LAZARSFELD, Paul. Os meios de comunicação coletiva e a influência pessoal. In: **Panorama da comunicação coletiva**. [s.l.]: Editora Fundo Nacional, 1964. p. 87-96.

LAZARSFELD, Paul; MENZEL, Herbert. Los medios de información y la influencia personal. In: SCHRAMM, Wilbur (Org.). **La ciencia de la comunicación humana**. Quito: Ciespal, 1965. p. 80-97.

LAZARSFELD, Paul; MERTON, Robert. Comunicação de massa, gosto popular e ação social organizada. In: COHN, Gabriel. **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Editora da USP, 1971. p.230-253.

LEÓN DUARTE, Gustavo. El papel de la Ciespal en el proceso de institucionalización de los estudios de Comunicación en América Latina. **MHCJ**, n.3. 2012. Disponível em: <<http://rev.innovacionumh.es/index.php?journal=mhcj&page=article&op=view&path%5B%5D=51&path%5B%5D=97>>. Acesso em 22 out.2015.

LERNER, Daniel. La proporción: expectativa/logro. In: CIESPAL (Org.). La comunicación colectiva y el desarrollo cultural. Quito: Ciespal, 1972. p.3-8.

LIMA, Gabriel; BRAUN, Leticia; SPOSITO, Lucas; PELIZZARI, Luiz Henrique; JAQUETO, Vitor. **Muro de Berlim (1961-1989)**. Disponível em: <<http://jornalehistoria.blogspot.com.br/p/muro-de-berlim.html>>. Acesso em: 03 abr.2015.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LIMA, Nísia Trindade. Valores sociais e atividade científica: um retorno à agenda de Robert Merton. In: PORTOCARRERO, V. (Org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências: abordagens contemporâneas** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1994. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/rnn6q/pdf/portocarrero-9788575414095-08.pdf>>. Acesso em: 23 jun.2014.

LODY, Raul. Folclore, invenções e reinvenções: em torno da dinâmica. In: CARNEIRO, Edison. **Dinâmica do Folclore**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. p.IX-XIV.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em Comunicação**. 7ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003. 171p.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2ed. São Paulo: EDUC, 2011. 116p.

LUYTEN, Joseph M. **Sistema de comunicação popular**. São Paulo: Ed. Ática, 1988.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. 3ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. 202p.

MACIAS-CHAPULA, César A. O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. **Ciência da Informação**, Brasília, v.27, n.2, p.134-140, mai./ago., 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v27n2/macias.pdf>>. Acesso em: 24 mar.2014.

MALDONADO, Alberto Efendy. América Latina berço de transformação comunicacional no mundo. **Libertas Comunidades**. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<http://www.libertas.com.br/site/index.php?central=conteudo&id=3351>>. Acesso em: 25 set.2013.

MALETZKE, Gerhard. *Sicología de la comunicación colectiva*. Quito: Ciespal, 1963.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**. Tradução de Anton P. Carr e Lígia Aparecida Cardieri Mendença. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. 424 p.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Estudios de psicologia primitiva: el complejo de Edipo**. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1963. 273 p.

MALINOWSKI, Bronislaw. Podemos ajudar os povos nativos? Tradução de Oracy Nogueira. In: FERNANDES, Florestán. **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo: Editora Nacional; Editora da Usp, 1973. p.477-487.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da Cultura**. Tradução de José Auto. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. 206 p.

MALINOWSKI, Bronislaw. **The dynamics of cultural change: an inquiry into race relations in Africa**. Londres; New Haven: Oxford University Press; Yale University Press, 1945. 171p.

MANHÃES, Eduardo. Análise do discurso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p.305-315.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia Científica**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARQUES DE MELO, José. **A pesquisa em comunicação**. São Paulo: Faculdade de Jornalismo Casper Líbero, 1968.

MARQUES DE MELO, José. A recepção das ideias de Wilbur Schramm no Brasil. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**. n. 6, p. 13-21, 2007. Disponível em: <<http://www.alaic.org/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/22/21>>. Acesso em: 19 dez. 2015.

MARQUES DE MELO, José. Ciências da comunicação na América Latina: o papel histórico do ciespal (1959-2009). **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación – ALAIC**. n.11, jul./dez.2009. Disponível em: <<http://www.alaic.org/revistaalaic/index.php/alaic/article/view/94/92>>. Acesso em 17 ago.2015.

MARQUES DE MELO, José. Comunicação e modernização das sociedades tradicionais: a teoria de Lerner e sua aplicabilidade ao Brasil. In: MARQUES DE MELO, José. **Subdesenvolvimento, urbanização e comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1976. p.20-35.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação, opinião, desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1977.

MARQUES DE MELO, José. **Comunicação, modernização e difusão de inovações no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1978.

MARQUES DE MELO, José. **Contribuições para uma pedagogia da comunicação**. São Paulo: Paulinas, 1974. 240p.

MARQUES DE MELO, José. Ecos da rebeldia beltraniana: velhas e novas expressões da cultura popular demandam pesquisas de folkcomunicação. **Razón y Palabra**, n.77, ago./out.2011. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/N/N77-1/01_DeMelo_M77-1.pdf>. Acesso em: 04 jul.2016.

MARQUES DE MELO, José (Org.). **Folkcomunicação**. São Paulo: ECA/USP, 1971.

MARQUES DE MELO, José. In: GADINI, Sérgio Luiz; WOITOWICZ, Karina Janz (Orgs.). **Noções básicas de folkcomunicação**: uma introdução aos principais termos, conceitos e expressões Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007, p.21-33.

MARQUES DE MELO, José. **História do pensamento comunicacional**. São Paulo, Paulus. 2003.

MARQUES DE MELO, José. **Luiz Beltrão**: Pioneiro dos estudos de folkcomunicação no Brasil. [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/luizbeltrao/luizbeltrao.biografias.htm>>. Acesso em 03jun.2015.

MARQUES DE MELO, José. **Mídia e cultura popular**: história, taxionomia e metodologia da folkcomunicação. São Paulo: Paulus, 2008.

MARQUES DE MELO, José. Nos tempos da gloriosa: meus encontros, desencontros e reencontros com Luiz Beltrão. In: BENJAMIN, Roberto (Org.). **Itinerário de Luiz Beltrão**. Recife: AIP/UNICAP, 1998. p.148-168.

MARQUES DE MELO, José. **Teoria da comunicação**: paradigmas latino-americanos. Petrópolis: Vozes, 1998.

MARTE, Arturo Almandoz. Entre guerra fría y tercer mundo: Urbanización y subdesarrollo en Latinoamérica, 1960-1980. **Argos**, v. 27, n.53, p.193-217, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S0254-16372010000200010&script=sci_arttext>. Acesso em: 21 abr.2015.

MARTINO, Luís Mauro Sá. Além do paradigma: propaganda política e democracia em seis artigos de Harold Lasswell. **Interin**. Curitiba, v. 13, n. 1, p. 1-13, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://interin.utp.br/index.php/vol11/article/viewFile/160/145>>. Acesso em: 28 set. 2014.

MARX, Karl. **O capital**: edição condensada. Bauru: EDIPRO, 1988.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.45-50.

MASSI, Fernanda, Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras. In: MICELI, Sergio. **História das ciências sociais no Brasil**, volume 1. São Paulo: Edições Vértice, 1989.

MATERIALES de recurso de la comunicación del desarrollo. Conferencia de Documentación de los Materiales de Recurso de la Comunicación del Desarrollo: Honolulu, 1970.

MATTELART, Armand. “Para Ler o Pato Donald” foi um dos maiores ataques ao império Disney. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 04 dez.2001. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u19534.shtml>>. Acesso em 10 out.2015.

MATTELART, Armand; DORFMAN, Ariel. Para ler o Pato Donald. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. 14 ed. São Paulo: Loyola, 2011. 227p.

MATTELART; Armand; PICCINI, Mabel; MATTELART, Michele. **Los medios de comunicación de masas: la ideología de la prensa liberal en Chile**. Buenos Aires: El Cid Editor, 1976.

MATTOS, Olgária. Revolução estudantil dos anos 1960. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Em busca do novo**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.298-311. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/books/embuscadonovo/17-Revolu%C3%A7%C3%A3o-Estudantil-dos-Anos-1960.pdf>>. Acesso em: 15 mai.2015.

MATTOS, Olgária. Revolução estudantil dos anos 1960. In: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Em busca do novo**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p.298-311. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/books/embuscadonovo/17-Revolu%C3%A7%C3%A3o-Estudantil-dos-Anos-1960.pdf>>. Acesso em: 15 mai.2015.

MEDINA, Cremilda. Ciespal e o resgate das vozes do hemisfério sul. In: MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina. **Gênese do pensamento comunicacional latino-americano**. O protagonismo das instituições pioneiras: Ciespal, Icinform, Ininco. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Cátedra Unesco de Comunicação para o desenvolvimento regional, 2000.

MEDITSCH, Eduardo. Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir: a função social da Universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

MELLO, Luiz Gonzaga de. **Antropologia Cultural**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. 528 p.

MELO, Marcos Costa. **Construindo loucuras: cinema e guerra do Vietnã**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/95797/296895.pdf?sequence=>>>. Acesso em: 10 abr.2015.

MERTON, Robert K. **Sociologia: teoria e estrutura**. Tradução de Miguel Maillat. São Paulo: Editôra Mestre Jou, 1968

MINAYO, Maria Cecília (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29ed. Petrópolis: Vozes, 2010. 108p.

MINISTÉRIO da Educação e Cultura. **Vozes**, ano 55, mai.1961. Disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=Tematico&PagFis=43856>>. Acesso em: 21 ago.2016.

MODIFICAÇÕES no setor do folclore. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 12 abr.1961.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio. **Métodos e técnicas de pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005. p.269-279.

MOREIRA, Walter. Os colégios virtuais e a nova configuração da comunicação científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 1, p.57-63, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v34n1/a07v34n1.pdf>>. Acesso em: 24 mar.2014.

MOYA, Álvaro de. Prefácio à edição brasileira. In: DORFMAN, Ariel; MATTELART, Armand. Para ler o Pato Donald. São Paulo: Paz e Terra, 2011. p. 7-10.

NAFZIGER, Ralph O.; WHITE, David M. (Orgs.). **Introducción a la investigación de la comunicación colectiva**. Quito: Ciespal, 1967.

NAVA, Rosa Maria F. D. In: MORAIS, Osvando (Org.). **Comunicações & Problemas**: Parte I. São Paulo: Intercom, 2013. p. 19-26.

NAVARRO, Raúl Fuentes. Everett M. Rogers (1931-2004) y la investigación Latinoamericana de la comunicación. **Comunicación y Sociedad**. Guadalajara, n. 4, p. 93-125, jul./dez. 2005.

NETO, Paulo Carvalho. Candomblés da Bahia. **Leitura**, [s.l.], mai.1949.

NETO, João Augusto Mattar. **Metodologia científica na era da informática**. São Paulo: Saraiva, 2002. 261p.

NORONHA, Daisy Pires. Análise das citações das dissertações de mestrado e teses de doutorado em saúde pública (1990-1994): estudo exploratório. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n. 1, p. 66-75, jan./abr. 1998. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/353/314>>. Acesso em: 24 mar.2014.

NORONHA, Daisy Pires; MARICATO, João de Melo. Estudos métricos da informação: primeiras aproximações. **Encontros Bibli**, Florianópolis, UFSC, v.n.esp., 1º sem., 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13nesp1p116/1594>>. Acesso em: 24 mar.2014.

NOS 40 anos do golpe na Argentina, Obama anuncia abertura de arquivos. **Globo.com**, São Paulo, 24 mar.2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/03/obama-faz-homenagem-vitimas-da-ditadura-na-argentina.html>>. Acesso em: 13 mai.2016

NUÑEZ, Patricia L. **Breve estudio sobre “Ciespal”**. Ciespal: Quito, 1980.

O FOLGUEDO popular. **A Hora**, Porto Alegre, 13 dez. 1958.

O PAÍS do carnaval. **Jorge Amado**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<http://www.jorgeamado.com.br/obra.php3?codigo=12615&ordena=1>>. Acesso em: 20 jun.2016.

O QUE foi o Congresso Internacional de Buenos Aires. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 dez.1960.

OLIVEIRA, Guilherme Ziebell de. O papel da guerra de Biafra na construção do estado nigeriano: da independência à segunda república (1960-1979). **Monções**, Dourados, n. 6, v.3,

p. 228-253, jul.-dez. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows_7/Downloads/3002-12357-1-PB%20(1).pdf>. Acesso em: 19 abr.2015.

OLIVEIRA, Waldir F.; LIMA, Vivaldo da C. **Cartas de Édison Carneiro a Artur Ramos**. São Paulo: Corrupio, 1987.

ORÍGENES históricos de Ciespal. **Chasqui**. n.11, p. 84-87, 1984. Disponível em: <<http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/1755/1775>>. Acesso em: 19 set.2015.

OS ANOS 60: a década que mudou tudo. São Paulo: Edições Veja, [s.d.]. 144p.

OS MEMBROS da Academia dos Rebeldes, em 1923. **Jorge Amado**, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <<http://www.jorgeamado.com.br/imagem.php?id=10&img=1>>. Acesso em 04 ago.2016.

OTLET, Paul. O livro e a medida. Bibliometria. In: FONSECA, Edson Nery da (Org.). **Bibliometria**: teoria e prática. São Paulo: Editora Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 7ed. Campinas: Papirus, 2000. 120p.

PAIM, Gilberto. Edison Carneiro: pensamento de vanguarda. **Horizonte**, jan./fev.1953.

PALEIO no copiar, **Jornal de Folclore**, Manaus, 03 mai.1964.

PARTIDO Comunista do Brasil (PCB). **CPDOC**. <[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20\(PCB\)%20-%20Primeira%20Rep%C3%BAblica.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Partido%20Comunista%20Brasileiro%20(PCB)%20-%20Primeira%20Rep%C3%BAblica.pdf)>. Acesso em: 22 jun.2016.

PEREIRA, Maria Helena Rocha. Introdução. In: PLATÃO. **A República**. 9ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 36, v. 18, p.15-23, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jun.2015.

PLATÃO. **A República**. 9ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972. 513p.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sergio. **História das ciências sociais no Brasil**, volume 1. São Paulo: Edições Vértice, 1989, p.359-409.

PORTO JÚNIOR, Sabino da Silva. **A distribuição espacial da educação no Brasil**: Índice de Gini e anos de escolaridade. **2º Encontro Brasileiro de Estudos Regionais e Urbanos**,

São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://nemesis.org.br/sec-din5.php?id=0000000070&i=pt>> Acesso em: 01 mai.2015.

PRIMEIRO Congresso Brasileiro de Folclore. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 01 jul.1951.

PROPOSTA a classificação decimal do folclore brasileiro. **Correio da Manhã**, 7 de jul.1957.

PROULX, Serge. As pesquisas norte-americanas sobre a comunicação: a institucionalização de um campo de estudo. **Questões Transversais** – Revista de Epistemologias da Comunicação, São Leopoldo, vol. 2, n. 4, p.56-64, jul./dez.2014.

QUADROS, Consuelo Novais Soares de. **Os partidos políticos da Bahia na Primeira República**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 1973. 197p. Disponível em: <<http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2015/12/Os-Partidos-Politicos-da-Bahia-na-Primeira-RepublicaPDF-A.pdf>>. Acesso em: 15 jun.2016.

QUARESMA, Mônica dos Santos. **O salvacionismo na Bahia: o político e a política em J. J. Seabra (1912-1916)**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Departamento de História. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1999. 213p. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000175495>>. Acesso em: 15 jun.2016.

QUINTANERO, Tania. Émile Durkheim. In: QUINTANERO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Maria Gardênia Monteiro de. **Um toque de clássicos**. 2.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p.67-105.

RADCLIFFE-BROWN, A. R. **Estrutura e função na sociedade primitiva**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Petrópolis: Vozes, 2013. 195p.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, n. 1, v. 43, p.69-98, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n1/v43n1a04.pdf>>. Acesso em: 20 abr.2015.

Revista Brasileira de Folclore, Rio de Janeiro, n.8/10, jan.-dez.1964.

REYES, Marco Encalada. Vinculación de la comunicación y el desarrollo en América Latina. Quito: [s.d.]. p.4-18.

REZENDE, Guilherme. J. O Plantador de Utopias: a vida e obra de Juan Diaz Bordenave. **Comunicação & Sociedade**, v. 25, p. 25-63, 1996.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. 433p.

ROMERO, Luis Alberto. **Breve historia contemporánea de la Argentina**. [s.l.]: Biblioteca Virtual Universal, 2003. Disponível em: <<http://www.biblioteca.org.ar/libros/656198.pdf>> Acesso em: 22 abr.2015.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. **O intelectual feiticeiro: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Campinas, 2011. 227p. Disponível em: <<http://pct.capes.gov.br/teses/2011/33003017016P0/TES.PDF>>. Acesso em: 15 mai.2016.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 21ed. Petrópolis, Vozes, 1997. 120p.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos**. 5ed. São Paulo: Atlas, 2002. 181p.

SALGADO, Luis V. Informe. In: NUÑEZ, Patricia L. **Breve estudio sobre “Ciespal”**. Quito, 1980.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação & Pesquisa**. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 4.ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

SCHMIDT, Cristina (org.). **Folkcomunicação na arena global: avanços teóricos e metodológicos**. [2006]. São Paulo: Ductor, 2006. 316p.

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento: o papel da informação nos países em crescimento**. Tradução de Muniz Sodré e Robert Lent. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

SCHRAMM, Wilbur. **Desarrollo de la comunicación y desarrollo económico**. San José: Instituto Interamericano de Ciencias Agrícolas de la OEA, 1965b.

SCHRAMM, Wilbur. Investigaciones de la comunicación en los Estados Unidos. In: SCHRAMM, Wilbur (Org.). **La ciencia de la comunicación humana**. Quito: Ciespal, 1965a. p.2-13.

SCHRAMM, Wilbur. Mecanismo de la comunicación. In: SCHRAMM, Wilbur (Org.). **Proceso y efectos de la comunicación colectiva**. Quito: Ciespal, 1964. p.3-23.

SCHRAMM, Wilbur. Responsabilidades de la comunicación colectiva. In: NAFZIGER, Ralph O.; WHITE, David M. (Orgs.). **Introducción a la investigación de la comunicación colectiva**. Quito: Ciespal, 1967. p.1-29.

SEMINARIO sobre “la investigación de la comunicación en America Latina”. **Chasqui**, n.4, p.11-25, 1973. Disponível em: <<http://www.revistachasqui.org/index.php/chasqui/article/view/2358/2356>>. Acesso em 21 ago.2015.

SERRANO, Felipe Victoriano. Estado, golpes de Estado y militarización en América Latina: una reflexión histórico política. **Argumentos**, Distrito Federal, México, n. 64, v.63, p.175-193, set.-dez. 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59518491008>>. Acesso em: 17 abr.2015.

SERVAES, Jan. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. [s.d.]. Disponível em: <<http://www.infoamerica.org/selecciones/articulo2.htm>>. Acesso em 18 out.2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 335p.

SIERRA BRAVO, Restituto. **Técnicas de investigación social**: ejercicios y problemas. Madrid: Paraninfo, 1976. 462p.

SIGRIST, Marlei. Folkcomunicação turística. In: GADINI, Sérgio Luiz; WOITOWICZ, Karina Janz. (Org.) **Noções básicas de folkcomunicação**: uma introdução aos principais, termos, conceitos e expressões. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007, p.85-88.

SILVA, José Aparecido da; BIANCHI, Maria de Lourdes Pires. Cientometria: a métrica da ciência. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v.11, n.21, p.5-10, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v11n21/02.pdf>>. Acesso em: 24 mar.2014.

SKINNER, B. F. **Questões recentes na análise comportamental**. 4. ed. Tradução de Anita Neri. Campinas: Papyrus, 2003. 193p.

SKINNER, B. F. **Sobre o behaviorismo**. 15. ed. Tradução de Maria da Penha Villalobos. São Paulo: Cultrix, 2010. 216p.

SOUSA, Janara K. L. e VARÃO, Rafiza. Harold Lasswell: as contribuições do ‘paladino’ do saber comunicacional. **Anais do XXIX Intercom**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/89974872763076237253875879774728175707.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2014.

STALIN, Josef. **Materialismo dialético e materialismo histórico**. São Paulo: Global Editora, 1979. 54p.

STRELOW, Aline. O estado da arte da pesquisa em jornalismo no Brasil: 2000 a 2010. **Intexto**. n.25, v.02, p. 67-90, 2011. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiEjYnx84PLAhVEfpAKHeU3BP0QFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fs001.ufrgs.br%2Fintexto%2Farticle%2Fdownload%2F22405%2F14482&usg=AFQjCNG-LVoUNHrlxl2tH2ltk5T6LOLPgg&sig2=2j4gQ44Dc_-wCeKkJ9prWQ&bvm=bv.114733917,d.Y2I>. Acesso em: 11 ago.2015.

TABAK, Salomão; KONDER, Victor. A Divulgação das Obras de Stálin no Brasil. 1949. **Marxists Internet Archive**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/23/obras.htm>. Acesso em: 05 jul.2016.

TALENTO, Biaggio; COUCEIRO, Luiz Alberto. **Edison Carneiro**: o mestre amigo. Salvador: Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2009.

TANNENBAUM, Percy H. Métodos experimentales en la investigación de la comunicación. In: NAFZIGER, Ralph O.; WHITE, David M. (Orgs.). **Introducción a la investigación de la comunicación colectiva**. Quito: Ciespal, 1967. p.50-75.

TARGINO, Maria das Graças. A contribuição do Instituto de Ciências da Informação (Icinform) na gênese do pensamento comunicacional brasileiro. In: MARQUES DE MELO, José; GOBBI, Maria Cristina. **Gênese do pensamento comunicacional latino-americano**. O protagonismo das instituições pioneiras: Ciespal, Icinform, Ininco. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo; Cátedra Unesco de Comunicação para o desenvolvimento regional, 2000.

TARSITANO, Paulo. Luiz Beltrão: visionário sedutor. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, São Bernardo do Campo, n.14, p.17-29, jan./dez. 2010. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/AUM/article/viewFile/2500/2462>>. Acesso em 28 abr.2014.

TEMER, Ana Carolina Rocha Pessoa; NERY, Vanda Cunha Albieri. **Para entender as teorias da comunicação**. Uberlândia: EDUFU, 2009.

TENDÊNCIAS demográficas no período de 1950/2000. **IBGE**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/tendencias_demograficas/ementarios.pdf>. Acesso em: 04 jun.2015.

TEORÍA de la comunicación. Quito: Ciespal, [s.d.].

THE Lasswell Formula. Universidade de Évora. Évora, [s.d.]. Disponível em: <http://home.dsoc.uevora.pt/~eje/lasswell.html>>. Acesso em 09 out.2014.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

THOMPSON, Ken. **Emile Durkheim**. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2003. 162p. Disponível em: <http://swauop.yolasite.com/resources/Durkheim%20-%20key%20sociologists.pdf>>. Acesso em: 13 jun.2014.

TIMASHEFF, Nicholas S. **Teoria sociológica**. Tradução de Antônio Bulhões. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. 419p.

TISKI, Sergio. **Introdução à vida, às obras e ao pensamento de Comte**. Disponível em: <http://www.dfe.uem.br/Texto-Comte.PDF>>. Acesso em: 01 mai.2014.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **Folkcomunicação e ativismo midiático**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB: 2008.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. Folkcomunicação no contexto da sociedade globalizada: do líder de opinião ao ativista midiático. In: MARQUES DE MELO, José; TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. **Luiz Beltrão**: pioneiro das ciências da comunicação no Brasil. João Pessoa: Editora Universitária UFPB; INTERCOM, 2007, p. 77-88.

TRIGUEIRO, Osvaldo Meira. A folkcomunicação e as múltiplas (inter)mediações culturais da audiência da televisão. **BOCC**, 2006. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/trigueiro-osvaldo-folkcomunicacao.pdf>>. Acesso em 05 ago.2013.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à **pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2012. 175p.

TRUJILLO, Jorge V. Delegación del Ecuador ante la Unesco. In: NUÑEZ, Patricia L. **Breve estudio sobre “Ciespal”**. Quito, 1980.

UM ORGANISMO em defesa do folclore. **Jornal do Comercio**, Rio de Janeiro, 23 ago.1958.

VASCONCELOS, Ana Maria Nogales; GOMES, Marília Miranda. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília, v. 21, n.4, p.539-548, out.-dez. 2012. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742012000400003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 26 mai.2015.

VIETNÃ ainda sofre com químico jogado por eua há 40 anos. **BBC Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/videos_e_fotos/2013/09/130910_vietna_laranja_dg>. Acesso em: 04 mai.2015.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e missão**: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964. Rio de Janeiro: Funarte; Fundação Getúlio Vargas, 1997. 332p.

VISITA à sede nova da Campanha de Defesa do Folclore, **Leitura**, Rio de Janeiro, 12-13 out.1961.

WESTLEY, Bruce. Método científico e investigación de la comunicación. In: NAFZIGER, Ralph O.; WHITE, David M. (Orgs.). **Introducción a la investigación de la comunicación colectiva**. Quito: Ciespal, 1967. p.152-187.

WILLIAMS, Raymond. **Culture is ordinary**. In: MCGUIGAN, Jim. Raymond Williams on culture & society. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washgton DC: Sage, 2013. p. 1-18. Disponível em: <http://www.sagepub.com/upm-data/59594_McGuigan__Raymond_Williams.pdf>. Acesso em: 07 dez. 2014.

WOITOWICZ, Karina Janz. Comunicação, cultura e resistência: da folkcomunicação aos estudos culturais, aproximações e diálogos entre Luiz Beltrão e Stuart Hall. **Razon y Palabra**, n.87, jul./set.2014. Disponível em: <http://www.razonypalabra.org.mx/N/N87/V87/09_Woitowicz_V87.pdf>. Acesso em 14 jan.2015.

YOUNG, Michael F. D. Durkheim, Vygotsky e o currículo do futuro. **Cadernos de Pesquisa**. Cidade, n. 117, 2002. p.53-80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15552.pdf>>. Acesso em: 26 jun.2014.

YURI Gagarin. **Educação**. [s.l.], 2011. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/yuri-gagarin.jhtm>>. Acesso em 7 abr.2015.

ZHEBIT, Alexander. Proliferação nuclear no pós-guerra fria. **Diálogos** - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, n. 2-3, v. 12, p.113-142, 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526872007>>. Acesso em: 17 mai.2015.